

ISSN 0104-6098



# Paisagem Ambiente Ensaaios

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Universidade de São Paulo

## **Universidade de São Paulo**

Reitor: Prof. Dr. Flavio Fava de Moraes

Vice-Reitora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Myriam Krasilchik

## **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**

Diretor: Prof. Dr. Julio Roberto Katinsky

Vice-Diretora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Élide Monzeglio

### **Editor responsável**

Silvio Soares Macedo

### **Comissão Editorial**

Prof<sup>a</sup>. Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

### **Conselho Editorial**

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (FAUUSP)

Euler Sandeville Junior. (Univ. Brás Cubas)

Fábio Mariz Gonçalves (Arqto. paisagista)

Fany C. Gallender (Arqta. paisagista)

Helena Napoleon Degreas (UNIP/Un. Bras Cubas)

Klara Anna Kaiser Mori (FAUUSP)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (FAUUSP)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (FAUUSP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Vladimir Bartalini (FAUUSP)

### **Apoio Técnico:**

Francisca de Souza Lima

ISSN 0104-6098

**Paisagem  
Ambiente  
Ensaios**

**7**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Universidade de São Paulo

---

Paisagem e Ambiente: ensaios / Universidade de  
São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. -- n.7 (1995) - . -- São Paulo,  
FAU, 1986-

Anual

1. Arquitetura paisagística. I. Universidade de  
São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

---

Ficha catalográfica preparada pelo Serviço de  
Biblioteca e Informação da FAUUSP.

### **Produção gráfica e impressão**

Laboratório de Programação Gráfica da  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo

### **Distribuição**

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES  
Rua do Lago, 876, Cidade Universitária  
CEP 05508-900 - São Paulo - SP  
Fone 818-4815

## APRESENTAÇÃO

Não se tem no Brasil uma grande tradição na publicação de textos sobre paisagismo e toda a produção, tanto conceitual como projetual do paisagismo brasileiro permanece praticamente ignorada do público em geral.

No desenvolvimento da pesquisa “Quadro do paisagismo no Brasil” durante os anos de 1994 e 1995 tenho, juntamente com a equipe envolvida, descoberto um trabalho paisagístico de vulto, espalhado pelos mais diversos pontos do país. Chama a atenção a produção intensa de parques e praças em Goiânia, Porto Alegre e Campo Grande, as praças tradicionais de Belém e Campinas, o calçadão de Santos e centenas de outros exemplos.

Paralelamente, dentro do âmbito da propriedade privada, jardins, pátios e parques da mais alta qualidade projetual, tem sido criados e construídos e um grande número de profissionais vem desenvolvendo projetos por todo o país, todos praticamente ainda não divulgados.

Mesmo nomes como Glaziou (Rio de Janeiro - século 19) ou Dieberguer (São Paulo - início do século) permanecem praticamente desconhecidos e tudo da história do paisagismo brasileiro está para se fazer e principalmente publicar.

Apesar das limitações existentes, o interesse pelo paisagismo no Brasil tem aumentado e no primeiro Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, mais de uma centena de profissionais e estudantes discutiram os rumos do ensino e da pesquisa do paisagismo no país, com resultados altamente positivos para todos. Nesta oportunidade relançamos as edições dos números 01 e 02 (em volume especial) e o número 03 e lançamos a *Revista Paisagem e Ambiente* de número 05 com amplo sucesso.

A partir deste número a revista já devidamente indexada pelo CNPq/IBICT - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e pelo programa de apoio às publicações científicas periódicas da USP, assume formalmente seu papel de revista científica, apresentando na contracapa a constituição do seu conselho editorial e a sua estruturação gráfica de acordo com os padrões exigidos pelo SIBI-USP para uma revista de tal naipe.

A direção desta revista reitera aqui, o convite aos colegas professores, arquitetos paisagistas e pesquisadores para colaborarem com artigos e projetos que com os já publicados neste em números anteriores construirão parte do arcabouço teórico do paisagismo brasileiro.

Neste número, mantemos as seções Projeto e Plantação, Fundamentos, História e Paisagem e Paisagem Urbana, sendo que o item Estudos Ambientais estará de novo incluído no próximo número.

Apresentamos na seção Projeto e Plantação o projeto dos arquitetos - professores Paulo Renato Mesquita Pellegrino e Vladimir Bartalini - para os jardins do Museu de Arte Contemporânea da USP, construídos dentro de novos padrões conceituais e estéticos.

A seção Fundamentos contem dois textos, um deles de autoria de Silvio Soares Macedo, básico para o estudo do paisagismo e que discorre sobre o conceito espaços livres de edificação introduzido por Miranda M. Magnoli. A partir dele o autor questiona conceitos como os de espaços e áreas verdes. O outro da autoria de João Martins de Oliveira e Maria Fernanda Derntl explora os significados do espaço público urbano, utilizando para tanto a cidade de São Paulo como seu referencial base de estudo.

O item História e Paisagem traz uma discussão de Vladimir Bartalini sobre as políticas públicas de áreas verdes na cidade de São Paulo e os parques públicos gerados então, tendo como limite o ano de 1950.

A última parte Paisagem Urbana, está dividida entre três autores, o primeiro Vicente del Rio, um dos teóricos do desenho urbano no Brasil, que discorre sobre as diferentes formas de percepção do cotidiano e de suas paisagens. O segundo o arquiteto paisagista Angelo Serpa caminha pela mesma seara do primeiro autor, colocando suas experiências em pesquisa no Brasil e na Áustria. Finaliza-se com um trabalho importante de Décio Rigatti, arquiteto e professor da UFRGS, que apresenta e questiona as formas de apropriação do espaço público pelos moradores de duas áreas habitacionais na grande São Paulo - um bairro de classe média - e em um conjunto habitacional COHAB.

Dr. Silvio Soares Macedo

## SUMÁRIO

### PROJETO E PLANTAÇÃO

- JARDIM DO MAC - CIDADE UNIVERSITÁRIA** 9  
Paulo Renato Mesquita Pellegrino e Vladimir Bartalini - Arquitetos, mestres pela FAUUSP, doutorado FAUUSP, professores e pesquisadores do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente do Departamento de Projeto da FAUUSP.

### FUNDAMENTOS

- ESPAÇOS LIVRES** 15  
Silvio Soares Macedo - Arquiteto, especialização em patrimônio ambiental urbano, mestre, doutor e livre-docente pela FAUUSP, professor e pesquisador do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente do Departamento de Projeto da FAUUSP.

- SIGNIFICADOS DO ESPAÇO PÚBLICO** 57  
João Martins de Oliveira Filho e Maria Fernanda Derntl - alunos do curso de graduação da FAUUSP.

### HISTÓRIA E PAISAGEM

- SINTONIAS E DEFASAGENS - OS PARQUES PÚBLICOS NOS PLANOS PARA SÃO PAULO** 69  
Vladimir Bartalini - Arquiteto, doutorando FAUUSP, professor e pesquisador do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente do Departamento de Projeto da FAUUSP.

### PAISAGEM URBANA

- PAISAGEM, REALIDADE E IMAGINÁRIO: A PERCEPÇÃO DO COTIDIANO** 93  
Vicente del Rio - Arquiteto, doutor FAUUSP, professor adjunto FAUFRJ.

**PAISAGEM E PERCEPÇÃO DA PAISAGEM: ESTUDOS DE CASO  
NA ÁUSTRIA E NO BRASIL**

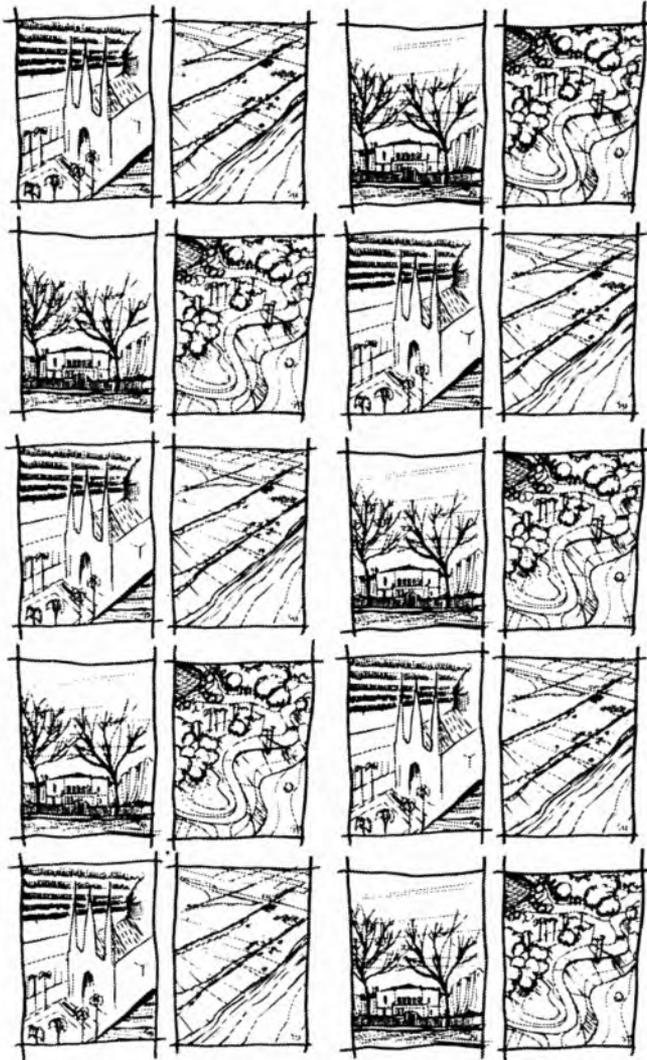
103

Angelo Serpa - Engenheiro Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutor em planejamento paisagístico e ambiental pela Universidade de Agronomia de Viena. Atualmente desenvolve projeto de pesquisa junto ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente da FAUUSP.

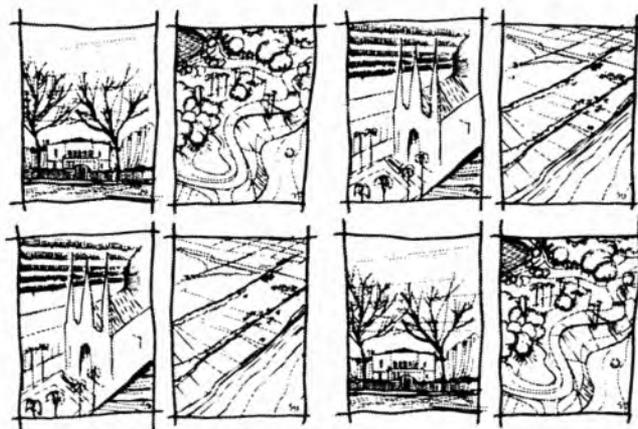
**APROPRIAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO PÚBLICO - UM ESTUDO  
COMPARATIVO**

141

Décio Regatti - Arquiteto, mestre em planejamento urbano e regional PROPUR/UFRGS, doutorando da FAUUSP, professor assistente do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.



## PROJETO E PLANTAÇÃO





# JARDIM DO MAC - CIDADE UNIVERSITÁRIA

*PAULO RENATO MESQUITA PELLEGRINO  
e VLADIMIR BARTALINI*



## RESUMO

O tratamento paisagístico do espaço em frente ao Museu de Arte Contemporânea na Cidade Universitária teve por objetivos:

1. ambientar as esculturas existentes;
2. prover espaço para eventos artísticos ao ar livre;
3. atender ao fluxo de pedestres entre o centro de convivência, situado ao lado do Museu, e a praça do Relógio, em um outro lado.

O projeto baseou-se na modulação da arquitetura do Museu e em suas diagonais, projetando sobre o chão uma grelha geométrica. Os polígonos assim formados foram ora preenchidos com arbustos de pequeno e médio portes, ora com material pisoteável, formando um jardim em mosaico.

## ABSTRACT

Landscape Design in front of the Museum of Contemporary Art (USP - Cidade Universitária, São Paulo) three goals had to be reached in this project:

1. to create a setting for the sculptures already placed in the open space;
2. to provide area for artistic events;
3. to allow the pedestrian crossing between the students living center beside the Museum and a big square at its other side.

The landscape design was based on the Museum Architecture's modulation and on its diagonals creating a geometric grid on the ground. The voids were fulfilled sometimes with plants, sometimes with paving materials, resulting a mosaic like garden.

Pela passagem do 60º aniversário da fundação da Universidade de São Paulo, o Museu de Arte Contemporânea da USP organizou um evento no espaço livre em frente ao edifício do museu, na Cidade Universitária, que contou com a participação de 60 artistas convidados.

Tratava-se da exposição de 60 trabalhos especialmente criados para a ocasião, em panos fixados em mastros, como bandeiras.

O evento foi programado para durar apenas um fim de semana, durante o qual a exposição temporária das bandeiras dividiria o espaço com as esculturas, estas expostas em caráter permanente ao ar livre, na frente do Museu.

À equipe de paisagismo da FAUUSP competiu organizar o espaço da amostra, com os seguintes requisitos:

- Compatibilizar o caráter provisório da amostra com a exposição permanente das esculturas.
- Extrapolar a duração e a natureza da exposição, projetando um espaço adaptável a usos distintos e a diversos eventos.
- Integrar a área livre do Museu ao espaço do campus, tanto como local de estar, de fruição, como de circulação de pedestres.
- Possibilitar a rápida execução do projeto e sua “resposta” a curto prazo, dado o pouco tempo disponível entre a solicitação do projeto e a realização do evento.

O projeto baseou-se formalmente no rebatimento da modulação do edifício do museu sobre o chão livre frontal. Formaram-se então grandes quadros retangulares, que foram em seguida submodulados numa grade regular.

A passagem de pedestres entre o Centro de Convivência e a praça do Relógio, que já ocorria espontaneamente cruzando o espaço aberto, foi contemplada bem com a presença das esculturas ali existentes.

Assim, recortaram-se os submódulos em seus lados e diagonais de modo a se configurar um espaço não só de passagem, mas também para apreciação das obras expostas e para a realização de futuros eventos.

Nos vértices dos submódulos foram embutidos dispositivos para receber os mastros, distribuídos irregularmente ao longo da passarela.

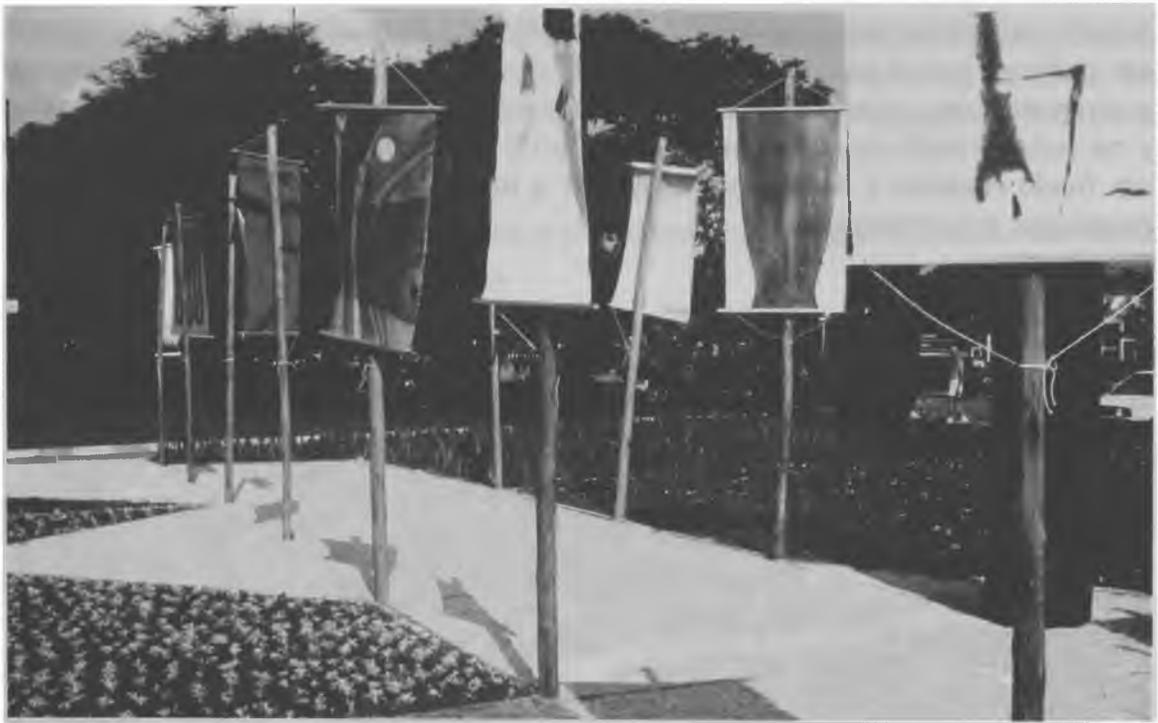
Os grandes módulos foram preenchidos com espécies herbáceas e arbustivas variadas, escolhidas por critérios baseados no cromatismo, na textura e no porte da vegetação,

criando um grande painel mosaicado. Painel em parte formado por um jardim vegetal, um ambiente para as esculturas, onde as obras de arte, fixas e conclusivas, compõem um contraponto com o espaço menos controlável e em permanente mutação dos seres vivos; e em parte formado pela matéria inerte do piso, plano de passeio e de passagem, como um fundo contínuo e homogêneo a acolher a intermitência e a imprevisibilidade de propósitos e representações.

Fonte: Fotos do Autor

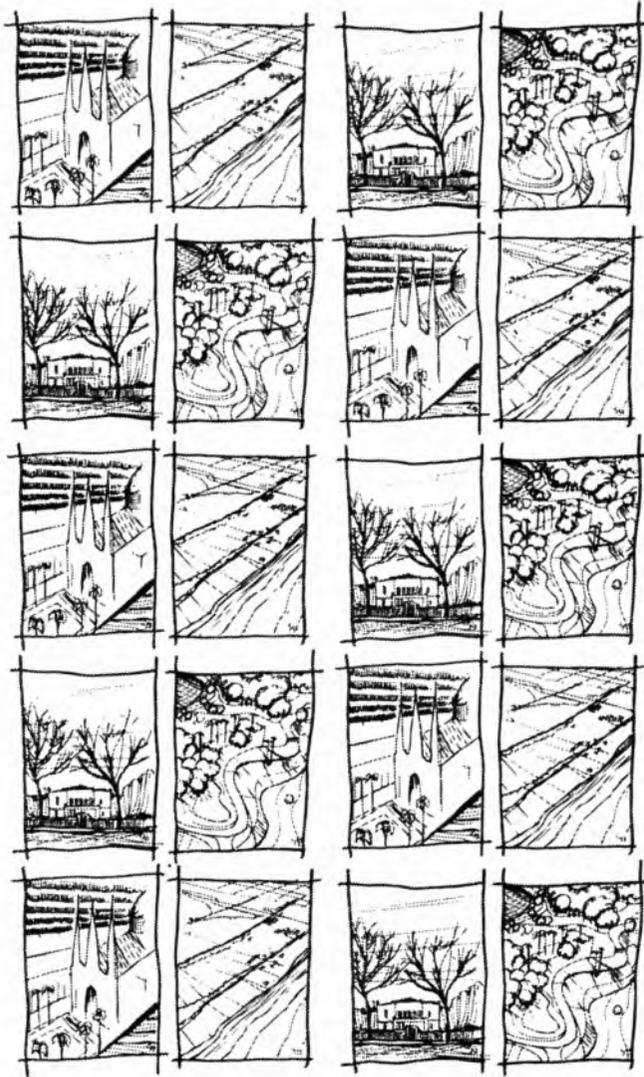


*Vista Geral do Jardim do Mac-USP*

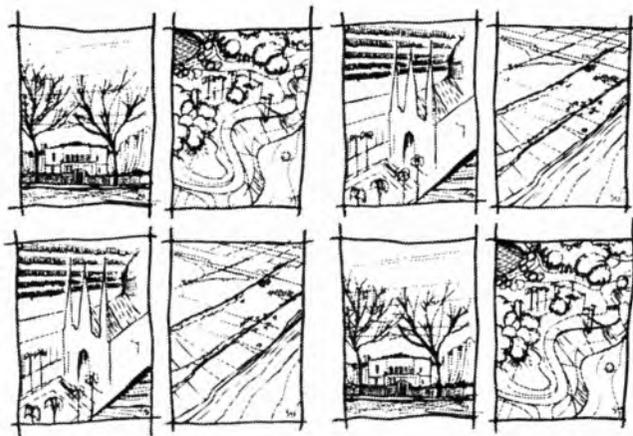


Fonte: Foto do Autor

*Detalhe da Instalação*



# FUNDAMENTOS





# ESPAÇOS LIVRES

*SILVIO SOARES MACEDO*



## RESUMO

O texto apresenta um painel sobre os conceitos básicos que dirigem o entendimento do paisagismo urbano, tendo como elemento de referência os espaços livres. Discute-se a questão das áreas verdes, das áreas de circulação, da qualificação dos espaços livres e da composição de suas estruturas morfológicas e de alguns dos principais padrões de organização espacial das cidades brasileiras contemporâneas – das quadras, jardins às áreas verticalizadas.

## ABSTRACT

This paper focuses some of the basic concepts about urban landscape design. The main subject is the urban open spaces their quality patterns and their morfological structures.

## INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de uma cobrança que me fiz sobre a questão dos espaços livres urbanos, dos quais muito falo e pouco escrevo, tendo já proferido inúmeras aulas e palestras sobre o assunto.

O meu laboratório de estudo tem sido a cidade brasileira, em especial a cidade de São Paulo, da qual há mais de uma década venho analisando e discutindo com meus alunos exemplos de constituição, uso e produção dos espaços livres de edificação. Com estes muito aprendi e aumentei minha curiosidade de pesquisador e professor sobre as questões do paisagismo urbano, sobre as quais desenvolvo grande parte de minha atividade de pesquisa.

## CONCEITOS

Espaços livres – muitas são as acepções que podem ser dadas a este conjunto de palavras, que são utilizadas indistintamente pelos mais diversos grupos sociais para se referir ora a ruas, ora a jardins ou até mesmo e exclusivamente às áreas de lazer.

Podemos, de um modo preciso, definir espaços livres como todos aqueles não contidos entre as paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho<sup>1</sup>

No contexto urbano tem-se como espaços livres todas as ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas e outros mais por onde as pessoas fluem no seu dia-a-dia em direção ao trabalho, ao lazer ou à moradia ou ainda exercem atividades específicas tanto de trabalho, como lavar roupas (no quintal ou no pátio), consertar carros, etc., como de lazer (na praça, no *play-ground*, etc.)<sup>2</sup>.

L.P.Q. FLORIANÓPOLIS onde / em sua situação.

VAI  
O CF  
F CF  
↑

A estes espaços dentro do tecido urbano, contidos dentro dos limites de cada cidade, vila ou metrópole denominamos espaços livres de edificação e aqueles inseridos nos territórios não ocupados por urbanização denominamos espaços livres de urbanização.

Tem sido comum o uso dúbio do conceito área verde com o de espaço livre, aproveitando-se para tal uma série de idéias consagradas no imaginário popular, que as associa exclusivamente ao lazer. Este ideário associa na existência simples de áreas vegetadas ou ajardinadas dentro do urbano, a possibilidade de seu uso exclusivo e imediato para o lazer.

Estas duas definições de espaços livres, derivadas de um arcabouço conceitual sintetizado e desenvolvido por Miranda M. Magnoli na década de 80, são fundamentais para que se elimine de vez a grande confusão existente sobre o assunto e, a partir deles, outros tantos conceitos poderão ser claramente definidos<sup>3</sup>.

A partir destas idéias determinam-se os limites de conceitos como áreas verdes, áreas de lazer, espaços verdes e áreas de circulação e que designam apenas determinados tipos de espaço livre de edificação e urbanização.

Estas denominações, na realidade, englobam dentro do seu contexto apenas alguns tipos de espaços livres que seriam:

**ESPAÇOS VERDES** - Toda área urbana ou porção do território ocupada por qualquer tipo de vegetação e que tenham um valor social. Neles estão contidos bosques, campos, matas, jardins, alguns tipos de praças e parques, etc. enquanto que terrenos devolutos e quetais não são necessariamente incluídos neste rol. O valor social atribuído pode ser vinculado ao seu utilitarismo em termos de área de produção de alimentos, ao interesse para a conservação ou preservação de conjuntos de ecossistemas ou mesmo de um único ecossistema, ao seu valor estético/cultural e mesmo a sua destinação para o lazer ativo ou passivo.

**ÁREA VERDE** - Basicamente refere-se aos mesmos elementos referenciados anteriormente e ainda designam toda e qualquer área onde por um motivo qualquer exista

vegetação. Este termo também é comumente utilizado para denominar o conjunto de áreas de lazer público de uma cidade, englobando praças, parques, hortos e bosques. Não considero esta última denominação precisa, pois é sabido que nem todas as praças são áreas de lazer e/ou necessitam ser ajardinadas para desempenhar seu papel de espaço social. A utilização do termo sistema de espaços livres públicos de lazer e/ou conservação é precisa e objetiva e evita o uso irresponsável do conceito para os mais diversos fins (políticos e que tais).

Este fato está vinculado diretamente a um hipotético índice de 12 m<sup>2</sup>/habitante, que teria sido considerado pela ONU - Organização das Nações Unidas, como o padrão ideal de áreas de lazer/vegetação para qualquer cidade. Não se tem notícia da veracidade de tal índice<sup>4</sup> e mesmo que este ou qualquer outro fosse definido, não teria valor algum, se não fosse associado a critérios de distribuição e acessibilidade, específicos para cada cidade ou lugar.

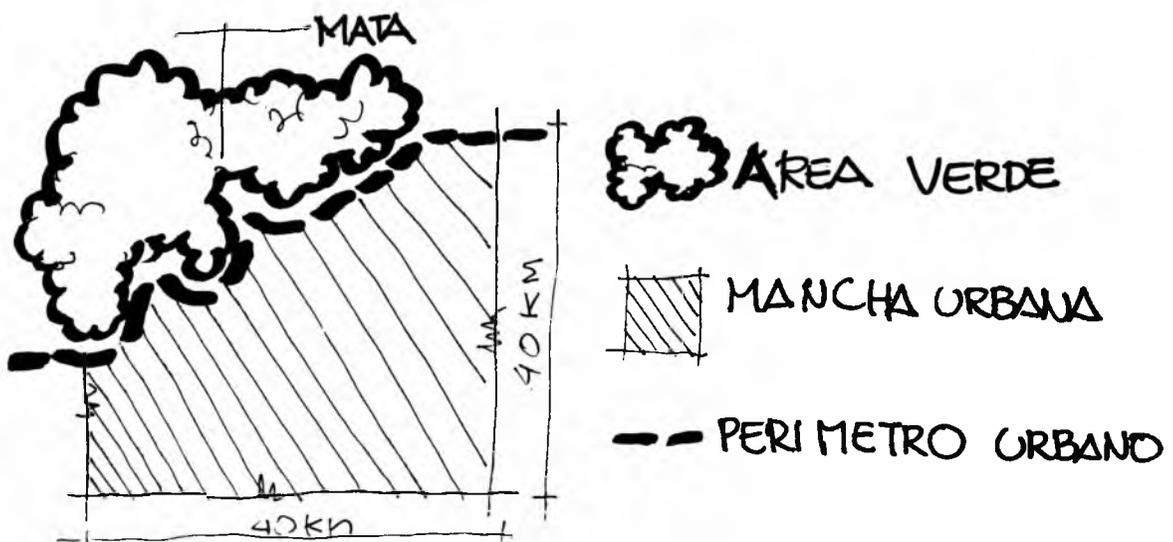
↳ BEM RELATIVO

EX: O uso irrestrito e irresponsável deste índice, como referência, tem levado a se considerar canteiros centrais de avenidas ou rotatórias como elementos do sistema urbano de áreas verdes de lazer colocando-os no mesmo pé de igualdade de praças ou parques.

↳ N PODEM SER CONSIDERADOS ESTAS ÁREAS VERDES

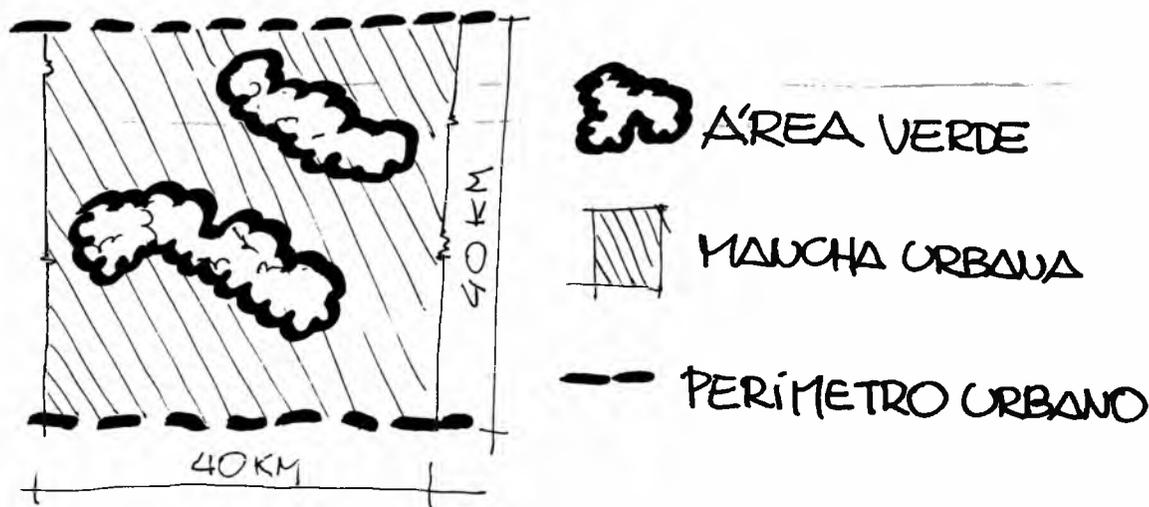
Onde se localizam, que porte, que forma de acessibilidade e sobre qual suporte físico se instalam as áreas verdes são os parâmetros ideais para a localização e distribuição de tais áreas. Estes devem então ser os critérios básicos para sua formalização.

EXEMPLOS: Os esquemas, hipotéticos, a seguir, mostram algumas situações possíveis de distribuição de áreas verdes em um contexto urbano e o seu grau de eficiência (em todos a área verde tem a mesma dimensão).

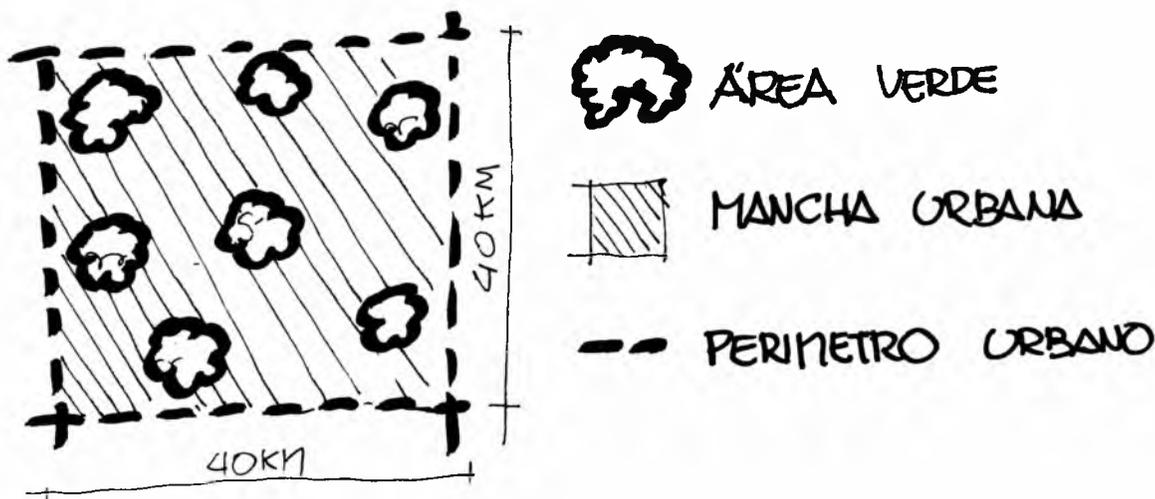


Uma única área verde de porte existe e está situada na periferia da mancha urbana em uma região montanhosa de altas declividades. Neste caso poucas pessoas, guardas

florestais, excursionistas, etc., podem acessar a área, que apesar de ser lindeira à parte da cidade, apresenta barreiras reais, em termos de acesso, a maioria da população, que geralmente não costuma e não gosta de se aventurar por terrenos íngremes e florestados.



A área verde está fragmentada em sete partes iguais, distribuída por todo o tecido urbano de um modo homogêneo. No caso todas as áreas verdes estão situadas em terrenos mais ou menos planos e são de fácil penetração e acesso ao usuário. Apesar de possuir a mesma quantidade de área verde que o exemplo 02, esta situação privilegia igualmente todos os moradores tanto em termos de acessibilidade, quanto de distribuição.



Tem-se também a mesma área verde dos casos anteriores distribuída em dois grandes parques planos lineares e que cortam todo o tecido urbano, sendo acessíveis por todos, em qualquer época.

Todos os casos apresentam a mesma área verde, só que com certeza os exemplos 02 e 03 apresentam-se muito mais convenientes, pela forma de distribuição e acessibilidade de seus espaços, em termos de lazer urbano, que o exemplo 01, que possui na realidade, apenas uma excelente área de conservação de mata e de encostas.

Os parâmetros aplicados para a análise dos exemplos hipotéticos podem ser transpostos para qualquer aglomerado urbano. A cidade de São Paulo, um exemplo real, apesar de possuir um número significativo de parques (mais de quarenta unidades), um sem número de praças e extensas áreas ocupadas por bairros-jardins não é com certeza um modelo a ser seguido de distribuição de áreas verdes.

O Mapa 01 mostra a localização de todos os parques urbanos, que se concentram em sua maioria nas zonas sul, sudoeste e nordeste, sendo apesar do número relativo, pouco e mal distribuídos para o todo urbano.



O Mapa 02 inclui além dos parques as áreas verdes pertencentes ao Parque Estadual da Cantareira e aquelas inseridas dentro dos bairros-jardins. A partir deste segundo mapa percebe-se que em termos de áreas plantadas, as zonas sul e norte possuem uma grande quantidade em termos percentuais de “verde” que se convertidos em índices em muito extrapolam os tais 12%.

O que se tem é que tais espaços não são realmente acessíveis à grande massa da população, situando-se em encostas ou pertencendo a jardins particulares<sup>5</sup>.

Conclui-se então que o conceito áreas verdes deve assumir um só significado, o de designar toda e qualquer área plantada, tendo um significado social expressivo ou não; e não deve ser associado a espaços de conservação ou lazer que devem ter denominação específica.

ÁREAS DE LAZER - Todo e qualquer espaço livre de edificação destinado prioritariamente ao lazer, seja ele ativo, isto é uma área para jogos e brincadeiras ou contemplativo, isto é áreas dotadas de um valor cênico/paisagístico expressivo em cujo interior o cidadão apenas passeia a pé, montado ou de carro, contemplando o cenário que se descortina ante seus olhos. Todos os parques, praias e praças urbanos estão englobados dentro deste conceito, possibilitando por muitas vezes uma utilização mista, tanto para o lazer ativo, como para o passivo.

*Parque Cidade de Toronto em São Paulo, um dos parques mais novos da cidade, com áreas de lazer ativo (playgrounds, quadras, etc.) e de lazer contemplativo*



Foto do Autor

*Praia de Boa Viagem no Recife - tanto no seu perímetro elaborado, como nas suas águas e areias, uma área de lazer metropolitano, um verdadeiro parque*



Foto do Autor

As praças rotatórias e equivalentes não podem ser incluídas em tal categoria, já que não permitem uma real **apropriação** e estadia do usuário em seu interior. Paralelamente terrenos vazios, como os encontrados nas várzeas de rios que cruzam as cidades e são utilizados freqüentemente pela população para jogos e brincadeiras, podem ser considerados como áreas de lazer, pelo menos enquanto se mantém tal tipo de uso “alternativo”

A sua existência explica de tal forma o baixo grau de exigência de moradores de pequenas e médias cidades, por áreas de lazer, pois este é praticado realmente em tais áreas ou nas terras vizinhas aos seus perímetros urbanos, onde são comuns os piqueniques, caminhadas e jogos junto a cachoeiras, lagos e riachos.

A cidade de Santa Rita do Jacutinga no sul do estado de Minas Gerais é um bom exemplo deste fato. Possui apenas três pequenas praças, mas está cercada por incontáveis recantos aprazíveis como cachoeiras e rios, onde a população costuma dispender muitos de seus momentos de ócio.

**ÁREA DE CIRCULAÇÃO** - Dentro do contexto urbano, englobam a grande maioria dos espaços livres de edificação de propriedade pública (no caso todo o sistema viário) e parte do sistema privado de espaços, tais como vilas e sistema viário de condomínios.

Formalmente se destinam exclusivamente à circulação e acesso de veículos e pedestres, tendo durante todo o século 20, sido especialmente desenvolvidas técnicas de projeto e desenho para tais espaços. A foto da rua Maranhão (no bairro de Higienópolis em São Paulo), datada do início do século, mostra uma configuração onde as árvores estão colocadas ao largo dos passeios de pedestres em meio ao leito carroçável (talvez se amarrassem cavalos nos seus troncos?).

Arquivo do Autor



A foto da mesma rua nos anos 70 nos mostra uma estruturação clara e típica de qualquer rua de uma cidade contemporânea, onde os caminhos do pedestre e o do veículo estão determinados e a arborização está definitivamente contida dentro dos limites das calçadas.



Foto do Autor

Como os terrenos baldios, várzeas, etc., as ruas assumem na cidade brasileira um papel complementar, servindo de espaço de lazer para a população, que desde tempos imemoráveis, utiliza-a para suas conversas e jogos. Na cidade moderna, com o aumento do tráfego nas áreas centrais, praticamente desaparecem tais atividades, que permanecem, entretanto, nas tranqüilas ruas dos subúrbios de bairros residenciais de baixa densidade.

A paisagista Ayako Nishikawa, ao final da década de 70, organizou uma pesquisa sobre o tema ruas de lazer em São Paulo e detectou uma infinidade de usos para tais espaços<sup>6</sup> que estão explicitados no quadro a seguir.

Tanto nestas ruas, que no caso eram destinadas especialmente ao lazer nos fins de semana, quando tinham seus espaços fechados ao trânsito de veículos, como em toda e qualquer rua tranqüila, observa-se freqüentemente o uso do leito carroçável para todos estes fins, principalmente os jogos de crianças e adolescentes.

A multiplicidade de usos é muito grande e tais atividades se dão em espaços que não foram projetados para tal fim. Estes são, por muitas vezes, mais variados que os encontrados em espaços especialmente destinados a jogos e à recreação como setores de parques e praças.

LAZER DE FIM DE SEMANA
NOS ESPAÇOS LIVRES:
Brincar
Jogar bola
Caminhada (perto)
Conversar/Encontros
Passeio (distante)
Parque/Praça/Horto, etc.

LAZER COTIDIANO
NOS ESPAÇOS LIVRES:
Brincar (em qq/lugar)
Brincar na rua ou praça
Jogar bola
Passeio (caminhada)
Ir a praça
Conversa/Encontro

OUTROS LOCAIS (E EM CASA)
Jogo (ping-pong, carta, etc.)
Visitas
Festas
Escola de samba
Piscina/Andar a cavalo
Centro Esportivo
Andar de moto
Pesca
Sítio

OUTROS LOCAIS (E EM CASA)
Jogo (cartas, dominó, etc.)
Visitas
Centro Esportivo/Escola
Natação/Judô/Futebol

As ruas podem se constituir, e se constituem na maioria dos casos, em espaços de lazer, possibilitando encontros informais, jogos e até algumas atividades de trabalho, como a lavagem e o conserto de veículos, e, como tal devem ser consideradas em todo e qualquer planejamento de áreas de lazer<sup>7</sup>

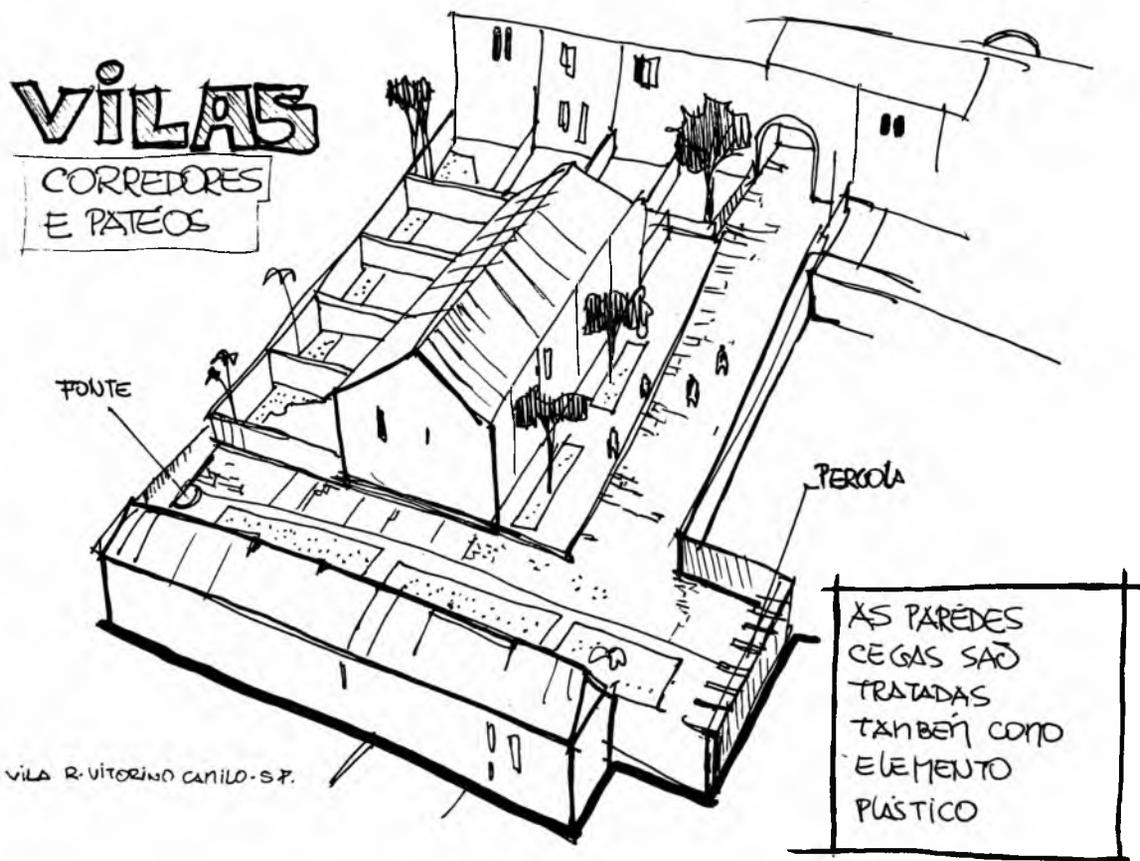
Vilas, vielas e ruas com acesso restrito de veículos têm se mostrado os espaços mais adequados para o lazer, pois oferecem condições quase que ideais ao seu usuário, devido ao tráfego escasso ou controlado (caso das vilas e vielas), oferecendo como vantagem adicional a possibilidade de uma diversidade de usos.

Esta diversidade é favorecida pela constituição formal destes espaços - pisos simples, pavimentados - que por este mesmo motivo se adaptam às mais diversas situações, do jogo de bola, ao pular corda e a roda.

## QUALIFICAÇÃO

A duração - vida útil - de um determinado espaço livre urbano pelo tempo afora, está diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este permite ao seu público usuário. Quanto mais e melhor possa ser apropriado, desde que convenientemente mantido, maior vai ser sua aceitação social e por mais tempo será mantida sua identidade morfológica. \*

Espaços como a praça de São Pedro (Roma), que atravessa séculos com a mesma configuração morfológica, são bons exemplos desta afirmação. Mesmo na cidade de São Paulo, pode-se encontrar um número significativo de espaços nestas condições, tanto logradouros públicos, como a praça da República, ou espaços semipúblicos, como vilas e vielas.



Se a possibilidade de diversidades de uso qualifica em termos de obsolescência durabilidade/estabilidade um espaço livre de edificações ou de urbanização, três fatores devem ser sempre considerados na avaliação de qualquer espaço livre:

1. **Adequação funcional** - a correta conformação morfológica e dimensional, que permite sua utilização para esta ou aquela finalidade.
2. **Adequação ambiental** - que permite ao seu usuário condições de salubridade, para o

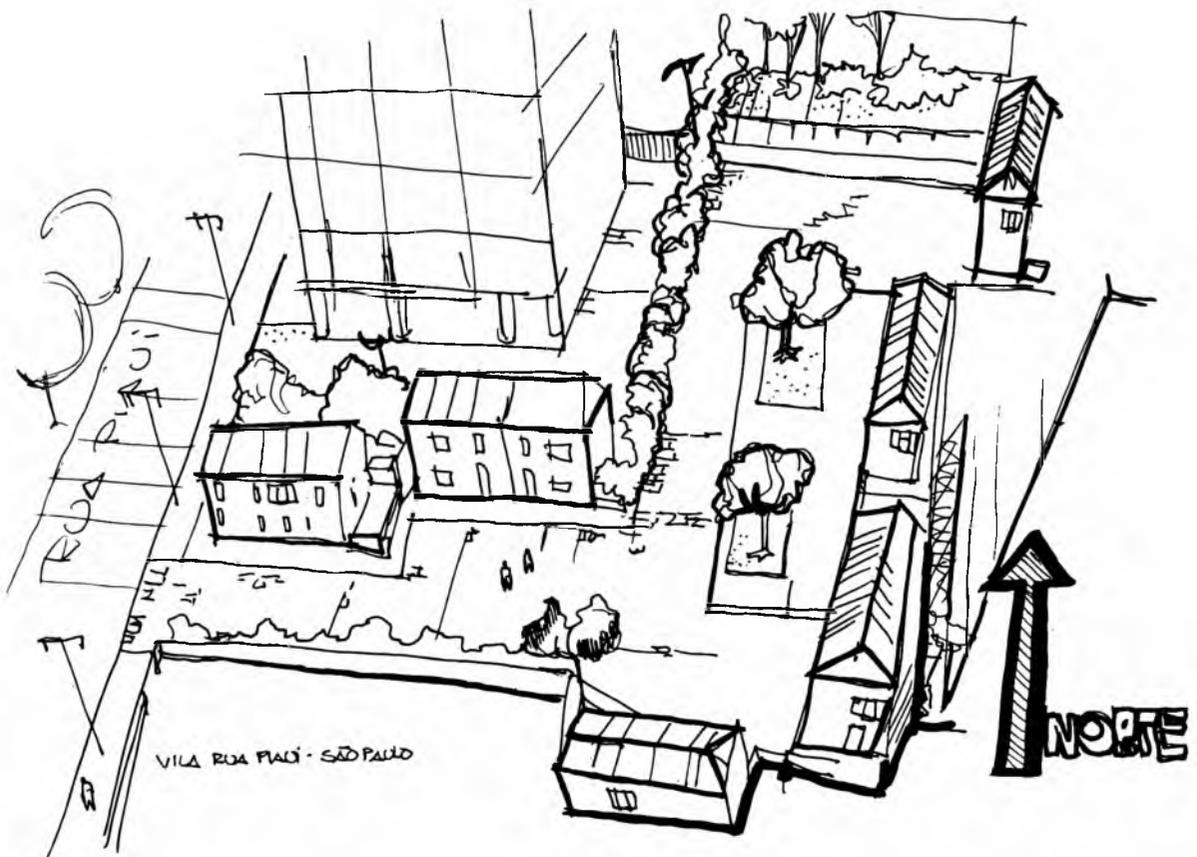
desempenho das mais diversas atividades. No caso, por exemplo, de um espaço urbano para recreação infantil em uma cidade de clima temperado, como as do sul do país, uma das condições seria o sombreamento moderado em dias de verão e a insolação plena em dias de inverno. No caso de uma mesma área em uma região tropical, a recomendação seria um sombreamento moderado durante todo o ano e assim por diante.

EX:

Muitos são os fatores, além do acesso à insolação, que devem ser considerados. No caso, a ventilação adequada, qualidade e permeabilidade do solo e subsolo, estabilidade e rugosidades de pisos, declividades, graus de umidade, são pontos a serem considerados como tal.

3. Adequação estética a mais difícil de se avaliar, pois tais padrões variam constantemente de acordo com as mais diferentes expectativas sociais. Apesar desta dificuldade, este fator se mostra tão importante como os demais, pois a aceitação social-formal deste ou aquele espaço depende, em muito, dos citados padrões.

O exemplo gráfico nos mostra a estrutura morfológica de uma vila, situada na rua Piauí, no bairro de Higienópolis (próximo da área central), que nos seus 70 anos vida, manteve o seu arcabouço intacto, adaptando-se aos novos usos, apenas com pequenos arranjos dos seus subespaços.



A vila do exemplo anterior, construída nos anos 20, é ainda hoje considerada em termos estético um ótimo espaço urbano, pela sua configuração formal - um espaço determinado por construções "art deco" e todo ajardinado, estando plenamente adequado em termos dimensionais para suas funções<sup>8</sup>. Paralelamente, apresenta condições ambientais muito desfavoráveis, pois o conjunto está cercado por altos prédios e praticamente não recebe sol no inverno, apresentando no seu interior temperaturas inferiores aos espaços vizinhos (e este fato não a desmerece em termos estéticos!).



Foto do Autor

*Vila em Higienópolis, São Paulo, totalmente cercada por altos prédios, apresenta sensíveis desníveis de temperatura em relação ao seu entorno, pois não é iluminada por luz natural no inverno, devido a alta massa edificada existente*

As mudanças de valor estético, tanto em nível do parcelamento quanto da estrutura tridimensional, são constatadas com facilidade ao observarmos os padrões de organização das praças públicas. Estas, até o início dos anos 40, eram usualmente parceladas em canteiros ordenados em uma retícula ou formados por curvas sinuosas<sup>9</sup>. Estas formas de organização foram substituídas por outras, pelo menos naqueles espaços que se pode considerar como projetados dentro de cânones modernos ou contemporâneos. Estas privilegiam formas mais geometrizadas, suprimem motivos pitorescos, como fontes e esculturas neoclássicas e incorporam em sua configuração, por exemplo, os equipamentos esportivos (em praças de bairro principalmente) e a idéia do plantio quase que exclusivo de vegetação nativa. Deve lembrar, no caso, que durante toda a "belle époque" era padrão nos jardins das famílias da época, o ajardinamento de influência européia, com a utilização de plantas importadas como boxo, plátanos, etc.



*Campo de Santana - Rio de Janeiro - RJ*



*Campo de Santana - Rio de Janeiro - RJ*



*Praça da Sé - São Paulo - SP*

# A. VESSENTI - AD O PRECISÃO SÉ O ELEMENTO PRIN.

Situações formais como a praça da Sé em São Paulo, ou o largo da Carioca no Rio de Janeiro seriam impossíveis de existirem até poucos anos atrás, pois o autor do projeto privilegiou os grandes pisos e planos em detrimento de um ajardinamento. A vegetação, no caso, aparece como um elemento secundário, compondo alguns planos verticais e tendo sua característica decorativa colocada de um modo secundário.



Foto do Autor



Foto do Autor

*Largo da Carioca, Rio de Janeiro, um dos projetos mais requintados de Burle Marx, ao mesmo tempo em que apresenta apenas um grande piso de mosaico português em desenhos, apresenta uma grande qualidade cênica e uma diversidade de possibilidades de uso*

Esta mudança do tratamento dos espaços livres de edificação se dá no Brasil, em especial a partir dos anos 50, quando os velhos padrões de projeto são abandonados pelos principais arquitetos paisagistas do país. Esta foi uma década de intensa afirmação nacional e a consolidação da figura de Roberto Burle Marx como o paisagista oficial brasileiro faz com que um novo paradigma projetual seja adotado, criando-se então um outro padrão estético para o paisagismo brasileiro.

Apesar da obra de Burle Marx ser expressiva e já vir influenciando o paisagismo nacional desde o seu projeto para as praças de Recife e para o Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro, foi nesta década e na posterior (de 60), que este se afirma com obras de vulto no mesmo Rio de Janeiro - Aterro do Flamengo, e em Brasília, a nova capital<sup>10</sup>.

Foto do Autor



*Vista aérea do Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro*

Outros padrões estéticos inspirados em formas muito geométricas e conceitos espaciais diferenciados são incorporados na obra dos paisagistas nacionais principalmente inspirados nos projetos e conceitos paisagistas americanos da Costa Leste Americana (Halprin, Eckbo e outros mais). Novas formas e desenhos são utilizados a princípio pelos paisagistas paulistas, irradiando-se por todo o país<sup>11</sup>. Sob sua égide são desenvolvidos calçadões, jardins, praças e parques nas grandes cidades, que são posteriormente reproduzidos de um modo bastante adulterado e misturado às velhas tradições, nas pequenas cidades do interior brasileiro<sup>12</sup>

\* P/AS DUIS LINHAS  
1EE - BUILE MAPX

HA. LPR11) ou ECKBO



Foto do Autor

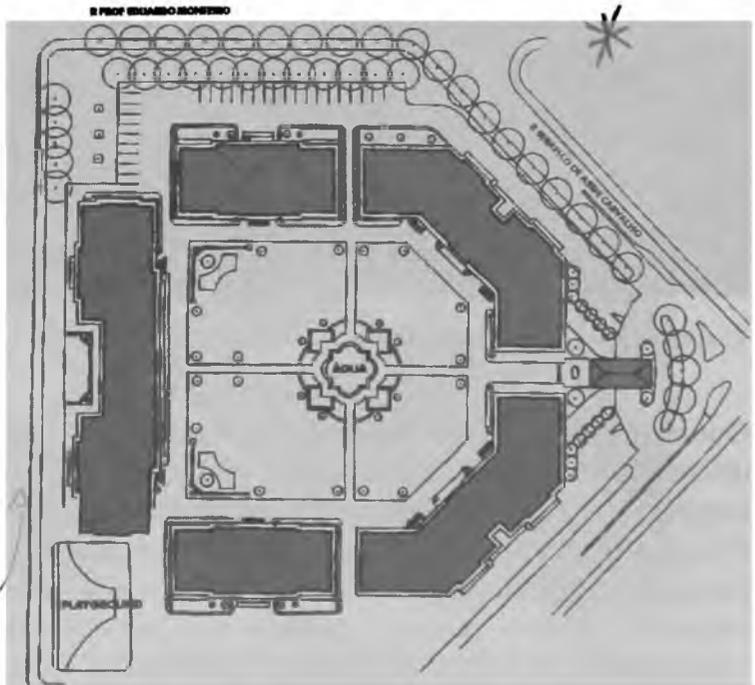
Curitiba, calçada da Rua 15 de Novembro: este espaço, pioneiro com este tipo de tratamento no Brasil, sofre uma grande influência das duas correntes paisagísticas

No final do século, na década de 90, se observa uma consolidação das duas linhas projetuais que, fundidas ou não, definem os padrões morfológicos para os espaços livres de edificação ditos contemporâneos. As soluções do ecletismo não estão apagadas do imaginário popular e persistem, tanto nos espaços construídos no início do século (e ainda intactos) como em novas propostas para o mercado imobiliário, direcionando o projeto de inúmeras obras, sejam jardins, pátios e até mesmo praças.

Não se pode nunca definir claramente um padrão estético adequado, mas identificar aquele que, por um motivo ou por outro, é o mais aceito pela sociedade.

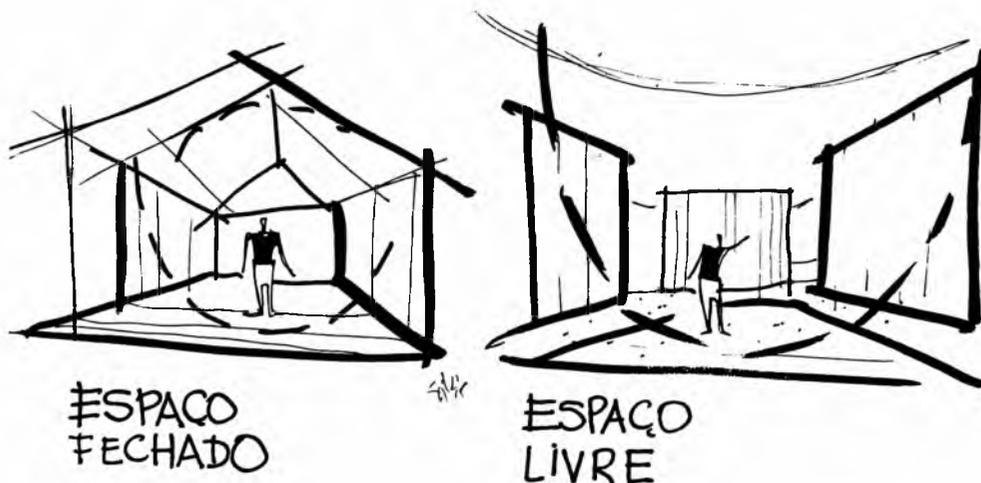
↓  
COMPLICADO!

Place des voges

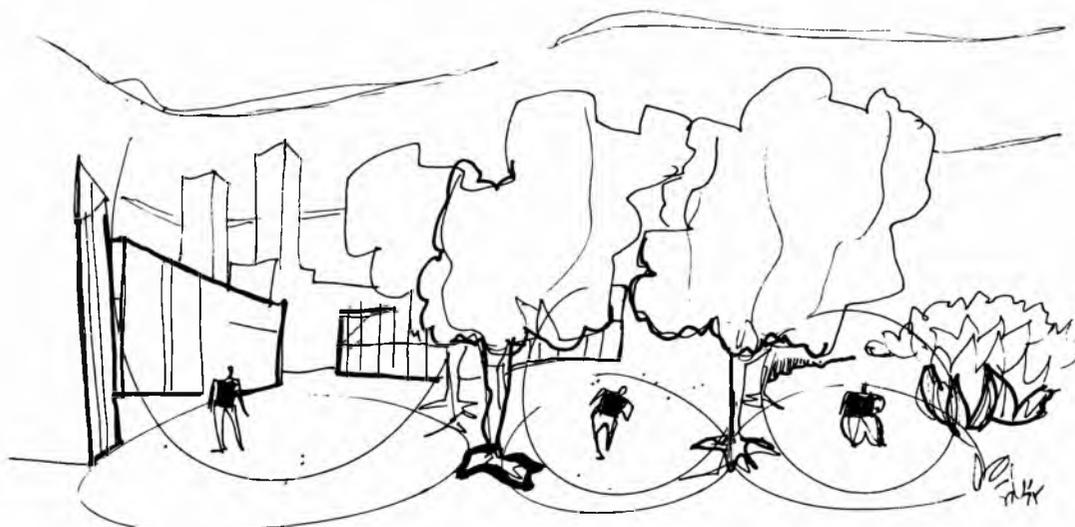


## ESTRUTURA MORFOLÓGICA

Do mesmo modo que os edifícios, os espaços livres podem ser definidos morfologicamente por planos verticais e horizontais (paredes ou vedos, pisos e tetos) No caso específico, os tetos sempre são os mesmos, transparentes e permeáveis - seriam as copas dos arvoredos - ou infinitos (o céu) e, nunca, telhados tradicionais.



Os planos verticais são as construções, edifícios e muros, taludes, morros, arvoredos e maciços de arbustos, enquanto os planos horizontais paupáveis são sempre os pisos.



### ESPAÇOS LIVRES FORMADOS POR ELEMENTOS DIVERSOS

A vegetação nem sempre estrutura espaços. Dentro do contexto urbano somente em alguns espaços, como os grandes parques, tanto públicos como privados, são estruturados por vegetação. Os parques Farroupilha (Porto Alegre) ou Ibirapuera (São Paulo), são bons exemplos deste fato, sendo totalmente definidos por vegetação. Fora do contexto

urbano, a vegetação, juntamente com o suporte físico é o principal elemento definidor dos espaços e caracterizador de paisagens.



Foto do Autor

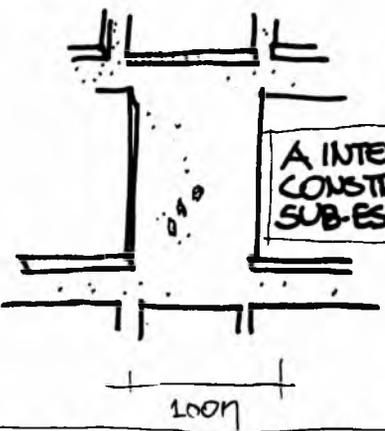
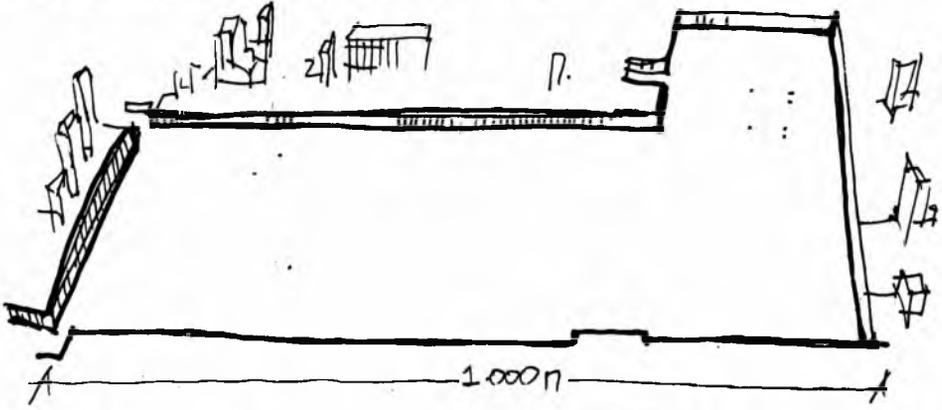
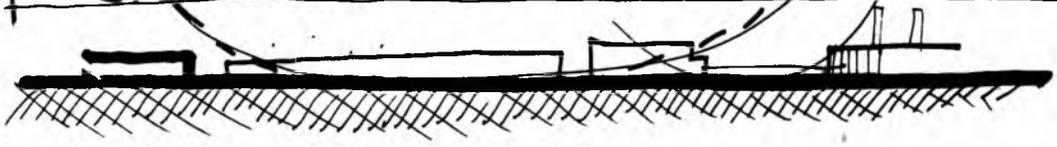
*Parque Ibirapuera - São Paulo - SP*



Foto do Autor

*Parque Farroupilha ou da Redenção, Porto Alegre: é o parque mais tradicional da cidade, cuja estrutura morfológica é baseada na organização das massas de vegetação*

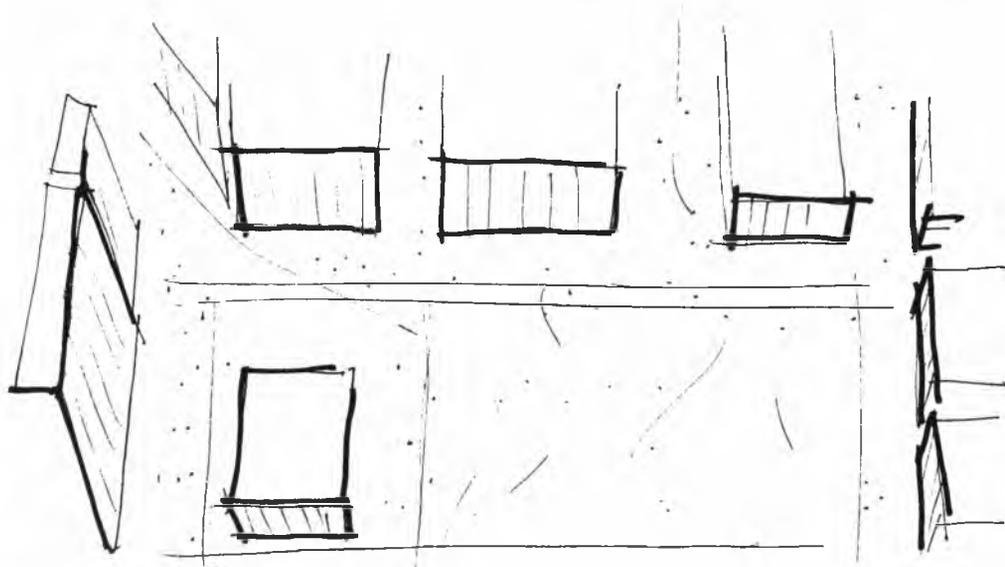
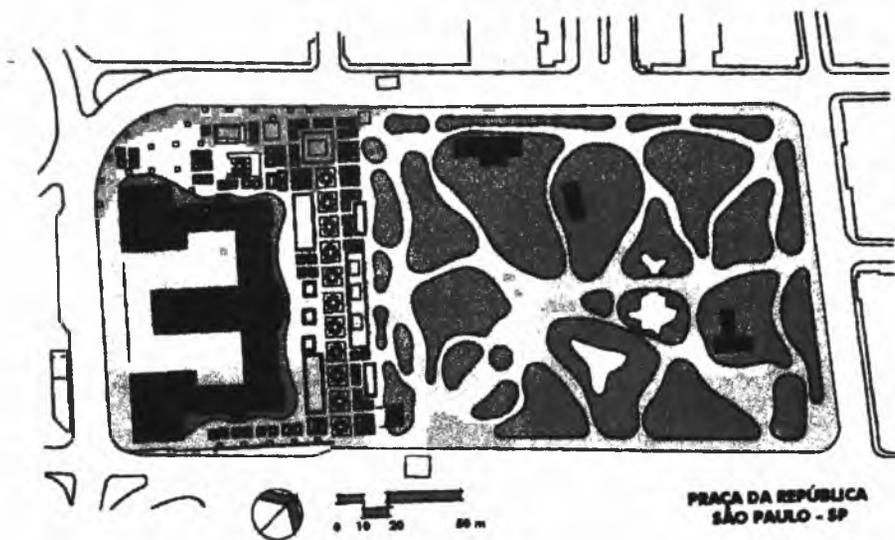
01. ÁREA DE GRANDE DIMENSÃO, SE ESTRUTURA POR SI SOZ, INFLUENCIANDO NA ORGANIZAÇÃO DO ENTORNO



02. ÁREAS DEFINIDAS MORFOLOGICAMENTE PELO ENTORNO

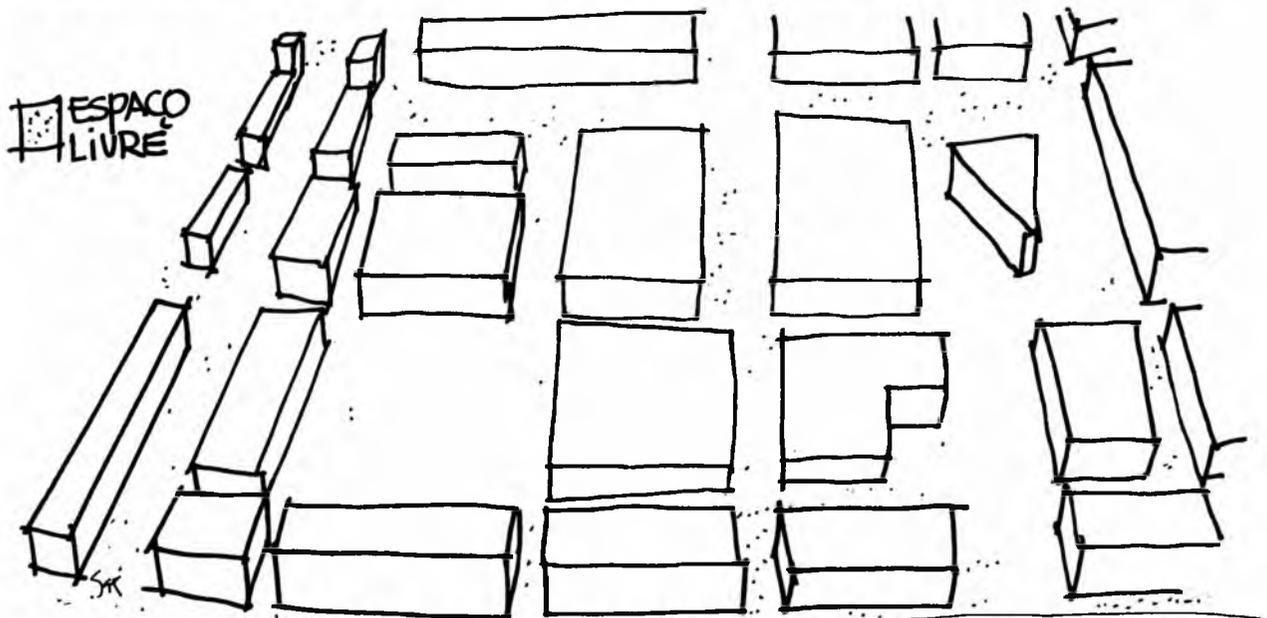


No caso das diversas praças o que se observa é que todas são definidas primeiramente pelo contexto construído do entorno e que a princípio independem da vegetação como elemento estruturador. Espaços como a praça da República em São Paulo, mesmo que definidos aparentemente pelos seus arvoredos, subsistiriam morfologicamente independentemente da existência de vegetação. O mesmo fato pode ser observado nas vias de circulação - ruas, vilas, avenidas, etc., que, independem de arvoredo para ter uma identidade morfológica própria.

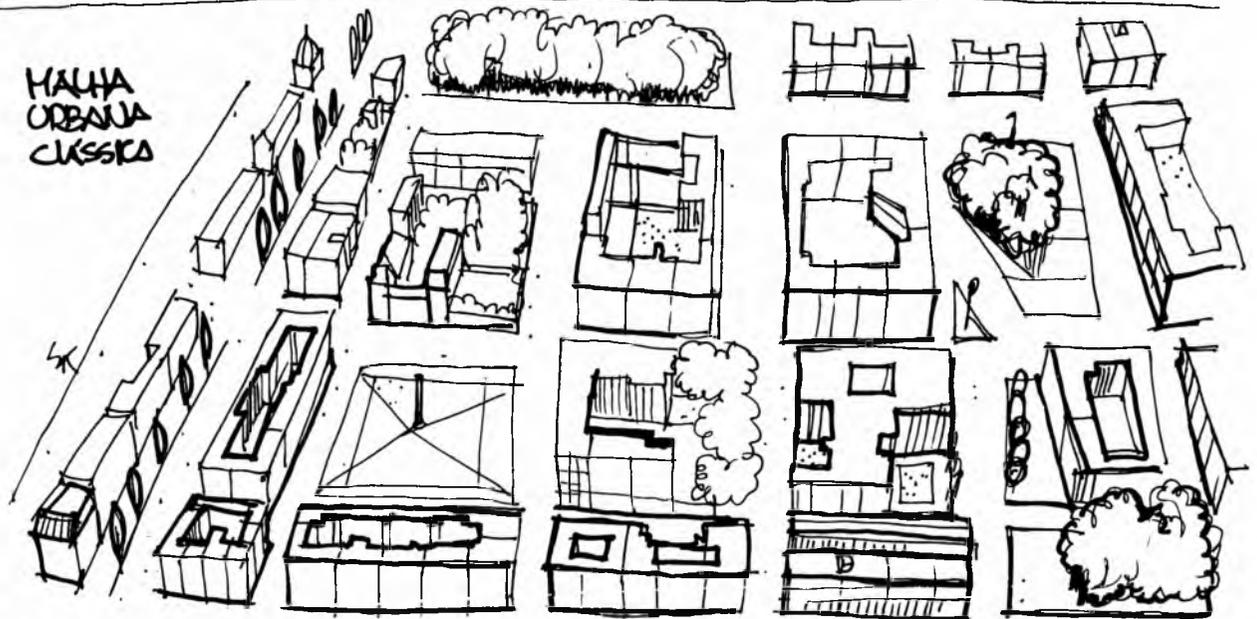


PRAÇA DA REPÚBLICA - ESTRUTURA MORFOLOGICA  
I ESPAÇOS LIVRES

A existência deste planos horizontais e verticais e a sua utilização como referência construtiva de espaços livres é muito importante e não claramente perceptível pelo leigo. Este geralmente associa os espaços livres à idéia de uma entidade fluida não mensurável. Diversos autores têm elaborado trabalhos, que nos direcionam para sua percepção (Lynch, Ashihara, Cullen e outros) e para sua avaliação (Hillier e seus seguidores nacionais, Benamy Turkienicz, Frederico Holanda e outros)<sup>13</sup>. Estas teorias e conceitos têm sido muito estudados dentro do meio acadêmico e pouco aplicados no cotidiano do projeto urbano na geração de novos espaços livres de edificação públicos ou privados.



### A PAISAGEM DETERMINADA PELA ASSOCIAÇÃO DE VOLUMES CONSTRUÍDOS E ESPAÇOS LIVRES.



## OS ESPAÇOS LIVRES MODERNOS

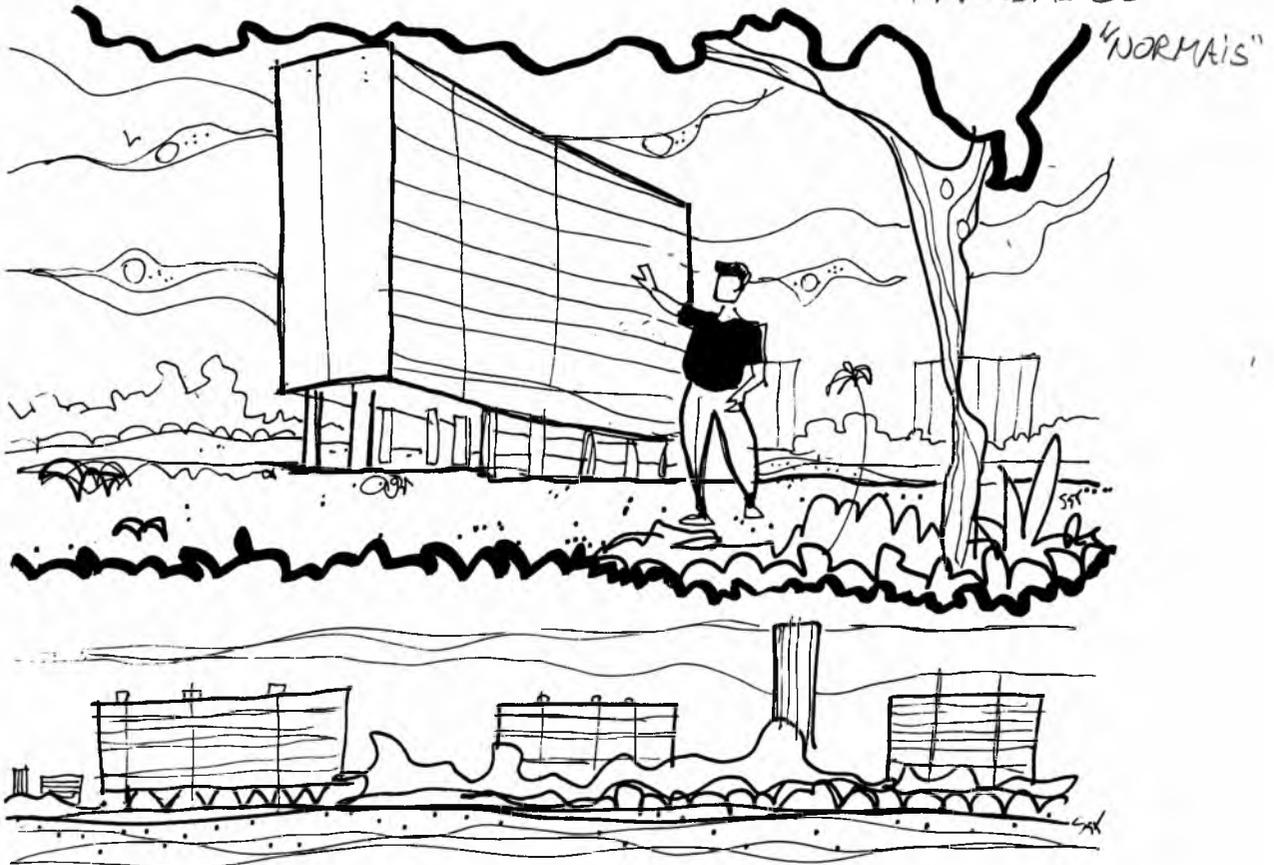
No Brasil, na década de 50, surgiram e se consolidaram no país as principais linhas do projeto paisagístico contemporâneo, sendo, também, palco da idealização e da construção das mais radicais posturas referentes à conformação dos espaços livres urbanos.

Estas idéias, típicas do urbanismo moderno, previam como ideal um cenário urbano de prédios isolados, imersos em um verde contínuo. A criação de Brasília consubstancia no urbanismo brasileiro este ideário, que é adotado como padrão em projetos urbanísticos por todo o país.

A figura idealizada valoriza a criação de espaços livres morfologicamente indefinidos, de relvados e arvoredos, sob um fundo composto de um céu azul anil, permeando por estes pilotis de prédios isolados. Contesta-se a cidade tradicional e seus espaços hierarquizados em detrimento da fórmula aplicada na nova capital, na qual as superquadras são os padrões, os modelos vivos.

↳ IDEAL / UTÓPIA

↳ NADA A VER  
C/ CIDADES



Se para a nova capital, hoje, 30 anos após sua fundação, estas fórmulas se mostraram relativamente eficazes, na cidade tradicional, quando aplicadas, se constituíram em fracassos reduntantes.

Mesmo em Brasília, o seu sucesso é parcial, pois dentro do plano piloto, onde tais configurações são bem aceitas pela população, observa-se uma grande quantidade de espaços "mortos", isto é, aqueles que praticamente nunca são utilizados pela população e a criação de uma hierarquia de caminhos e percursos, que de certo modo recuperam as hierarquias urbanas tradicionais ignoradas na sua concepção<sup>14</sup>

Na cidade convencional estes padrões, quando aplicados, praticamente obrigaram a população a uma intervenção drástica para adequá-las ao seu cotidiano. Este é um fato perceptível em qualquer cidade do país, que possua um conjunto habitacional construído por cooperativas ou companhias de habitação estatais (as conhecidas Cohabs). Nestes lugares, na medida do possível projetados dentro de cânones modernos, os primitivos espaços livres foram ocupados e re-hierarquizados, transformando a antiga configuração, de caráter modernista, em um espaço urbano, cuja configuração é similar ao da cidade tradicional. Criaram-se para tanto os planos verticais necessários redividindo-se ou reparcelando-se os primitivos planos horizontais de piso<sup>15</sup>.

Estas adaptações se mostram mais ou menos iguais em todos os pontos. Os exemplos, mostram no caso, um trecho do conjunto habitacional de Carapicuíba na Grande São Paulo, que teve seu projeto urbanístico de caráter modernista e, portanto, seus espaços livres, totalmente transformado em sua estrutura morfológica pela população.

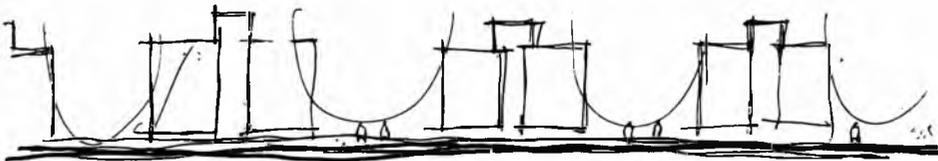
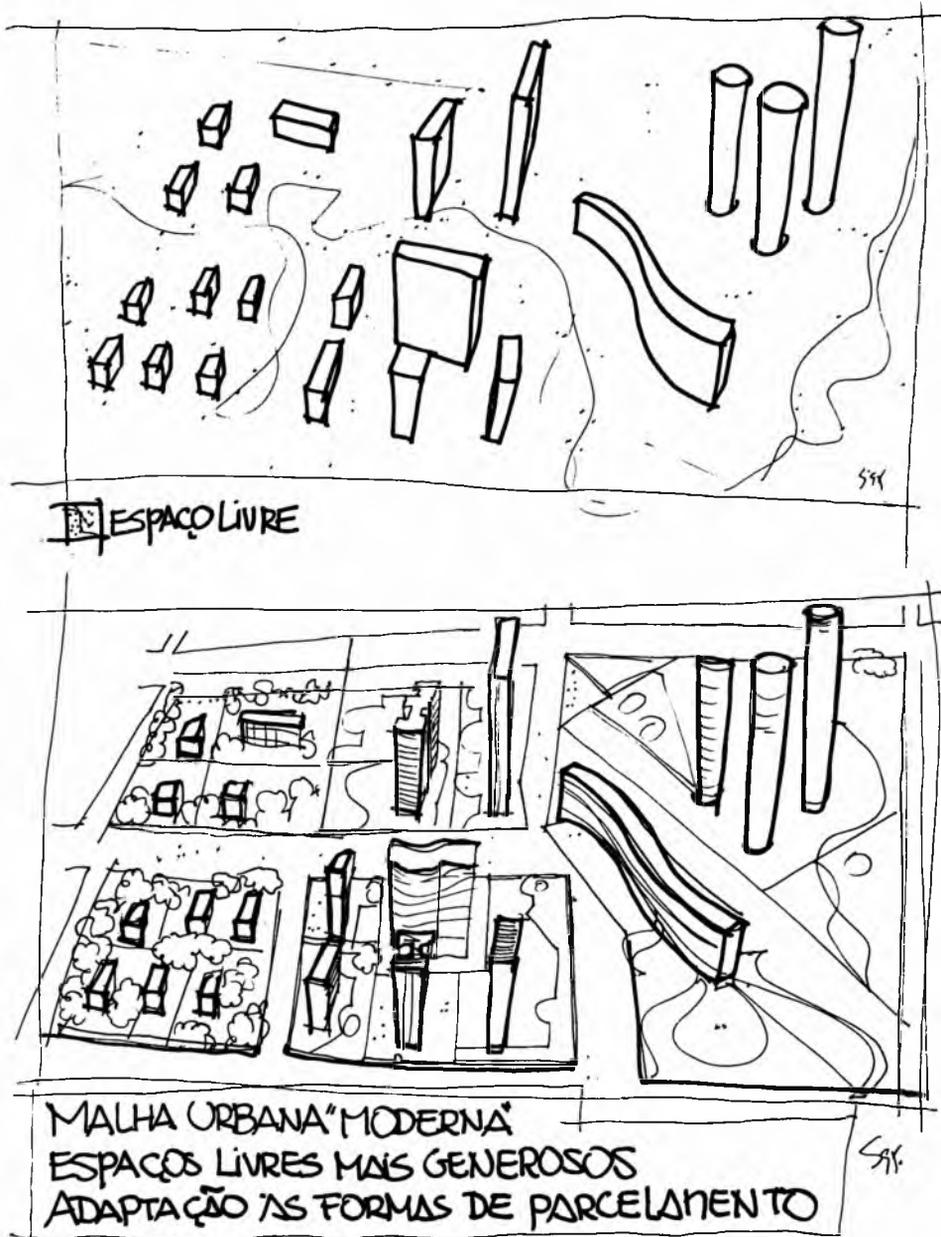


Foto do Autor



*Conjunto Carapicuíba na Grande São Paulo: área entre prédios totalmente dividida e subdividida pelos moradores que adequam o espaço antes indiferenciado à sua realidade (foto de fevereiro de 1995)*

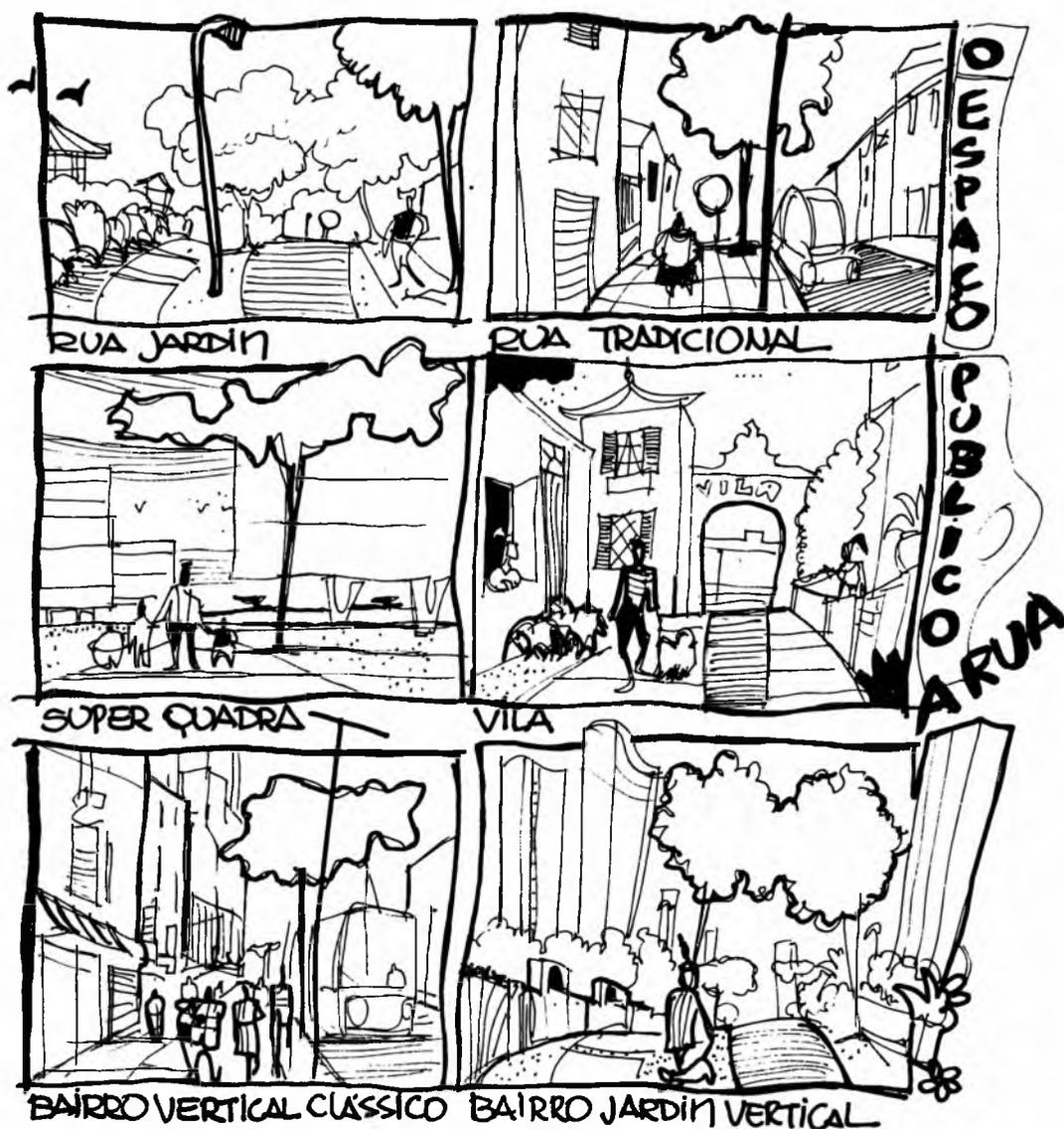
Estes fatos e outros mais levam a concluir que a imagem "modernista" de espaço livre urbano verde e fluido é ineficaz para uma futura conceituação e concepção de novos espaços. Esta deve ser substituída por uma visão menos romântica e mais objetiva, que vise atender às diferentes necessidades sociais de uso de tais espaços, de modo a sobrepujar tais conceitos e se utilizar outros novos e mais adequados à vida urbana contemporânea.



No geral, a cidade brasileira apresenta uma série limitada de padrões construtivos de espaços livres de edificação e dentre estes, a rua é, com certeza, o mais definido de todos os seus espaços públicos.

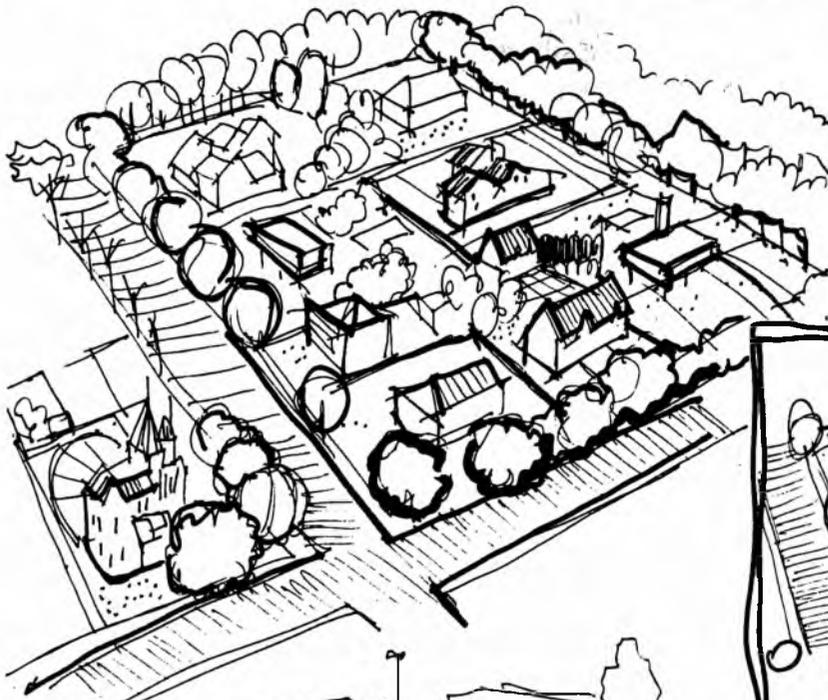
Seus padrões foram, durante todo o século 20, consolidados, criados, recriados e contestados e ao final do século se mostram bastante eficientes. Foram criadas as figuras da rua-corredor, da rua-jardim e outras mais. A rua-jardim, arborizada, com calçadas gramada e configuradas por prédios, altos ou baixos, isolados, se torna o arquétipo, o modelo de espaço público, sendo eleita como padrão de moradia das elites.

A colaboração mais direta do urbanismo moderno à cidade tradicional não está contida dentro dos limites dos espaços livres públicos e sim dentro do lote e da quadra urbana, onde o edifício isolado dos demais é considerado como um padrão<sup>16</sup>. A adoção deste padrão leva durante todo o século 20, em especial na segunda metade, a uma drástica transformação da morfologia urbana da cidade convencional, e que se associados a um padrão de ocupação, de loteamento do solo bastante definida, redirecionam o desenho das novas paisagens urbanas no país.

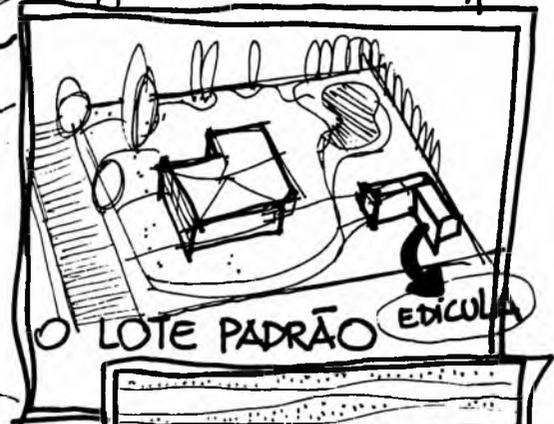


# O CENÁRIO IDEAL

O LOTE O JARDIM O EDIFÍCIO  
O BAIRRO JARDIM

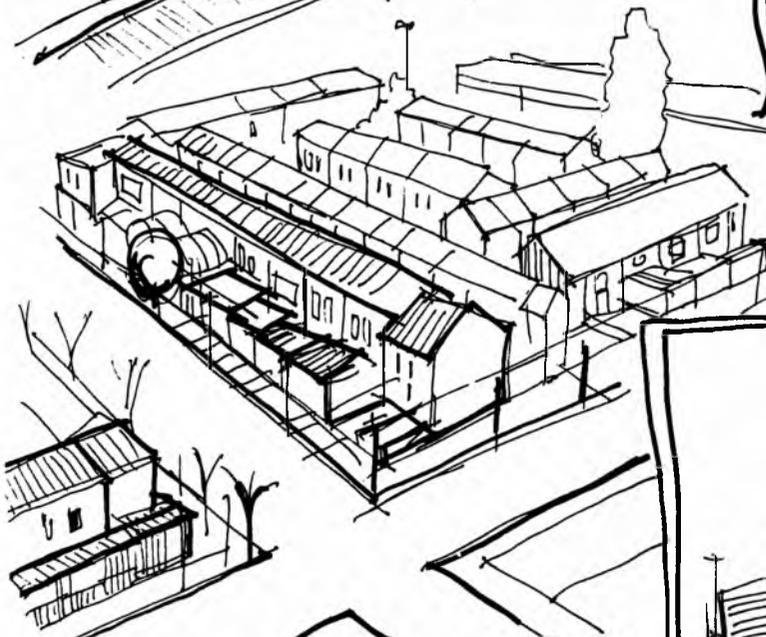


O LOTE JARDIM



O LOTE PADRÃO

EDICULA



O LOTE CONVENCIONAL  
EM SÃO PAULO



EDICULA

See

ESTRUTURA MORFOLÓGICA  
BASE DE UM BAIRRO  
PAULISTANO

## ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO E PADRÕES URBANOS

Os elementos definidores dos espaços livres de edificação são os mesmos em qualquer ponto em que se esteja – construções, edifícios, muros, escadaria, vegetação, arvoredos, bosques, árvores isoladas, sebes, arbustos, etc., formas de relevo, águas, seres vivos, veículos e homens, todos diretamente colaboram na composição destes espaços, variando sua participação de acordo com o contexto e o lugar em que se inserem formando planos, paredes e pisos e constituem lugares de vivência, de contemplação, conservação e encontro. Estes elementos obedecem a lógicas diversas de associação, sempre vinculadas a formas de parcelamento e, portanto, de propriedade do solo.

*quem  
vai usar?  
como?  
quando?*

As formas de apropriação de parcelamento do suporte físico condicionam toda a constituição morfológica urbana. A morfologia da paisagem resultante de acordo com o extrato social que as implementa, diferenciando-se, ao menos de um modo sutil, entre si. Por exemplo, nos bairros-jardins brasileiros que têm como padrão referencial o subúrbio americano (como os bairros de Alphaville ou Jardim América em São Paulo), têm uma conformação diferenciada entre si e entre o modelo, devido a vários fatores como hábitos sociais e faixas de renda de seus usuários e do país, especificidades de vegetação, tamanho de lotes, arquitetura, etc. fazendo com que, apesar da aparência similar, possuam uma identidade própria. Esta identidade pode ser percebida nas formas de plantio, na escolha da vegetação, no estilo da arquitetura, tamanho das calçadas e ruas, que se comportam e configuram dentro de uma identidade local e nacional.

Foto do Autor

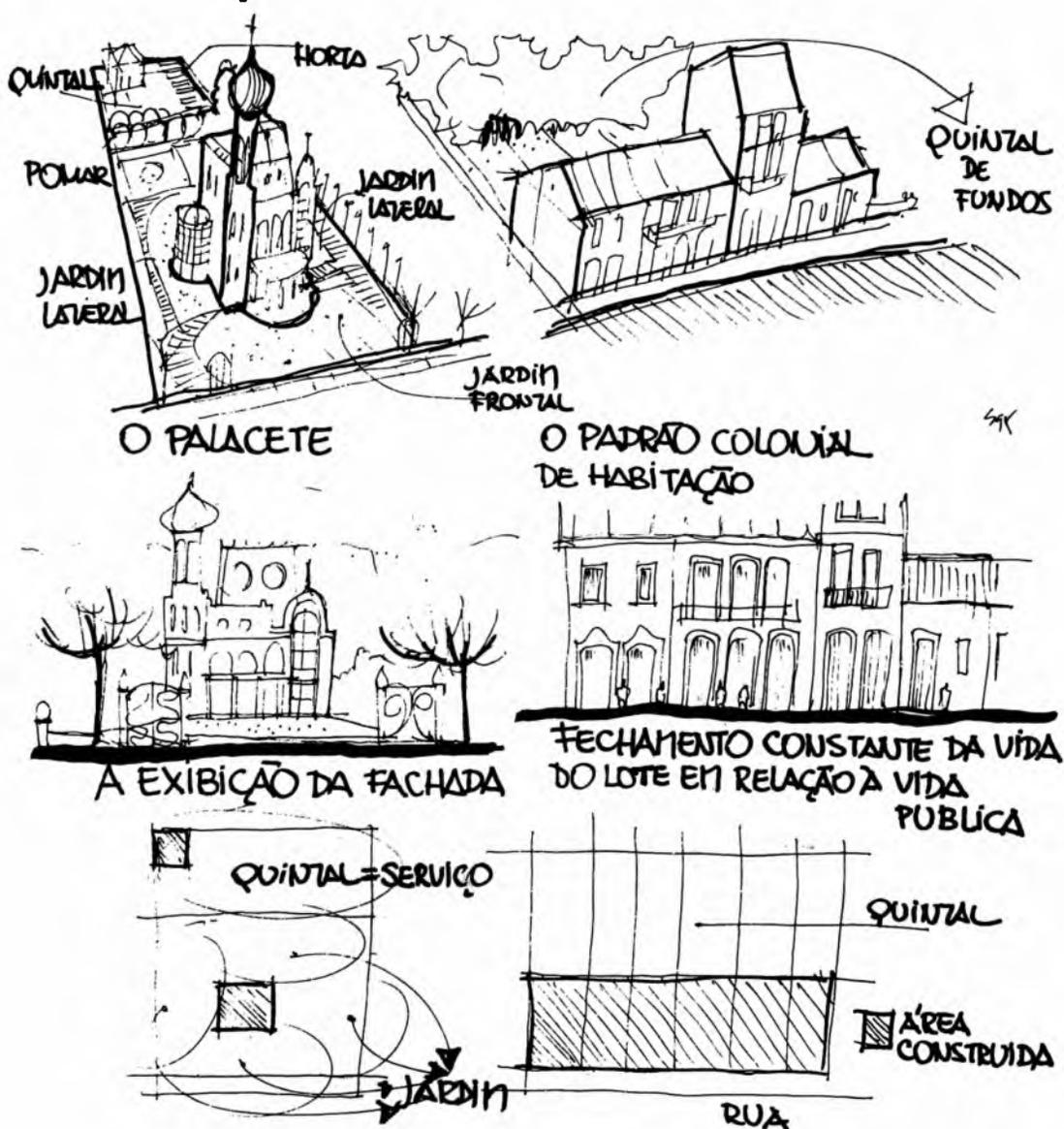


Vista de uma rua típica de subúrbio americano - San Carlos, Califórnia

Os espaços livres de edificação brasileiros se estruturam basicamente em função de uma forma quase única de parcelamento do solo, que privilegia os lotes alinhados lado a lado, tendendo a retangulares e possuindo as laterais maiores, perpendiculares às vias públicas.

Por todos os pontos do país se encontram tais situações, em especial em áreas habitacionais, com exceção das áreas industriais, das chácaras urbanas (às vezes), das superquadras de Brasília e dos conjuntos habitacionais.

Todo o ideário está centrado na existência do prédio colocado ao meio do lote. Este foi gerado no fim do século passado com a figura do palacete implementado no início do século e consolidado como o espaço ideal para a moradia na figura e contexto do bairro-jardim<sup>17</sup>



O jardim e o quintal são as figuras urbanas características do século 20 na cidade brasileira e o lote descrito é o modelo.

A impossibilidade social de se adquirir um lote com um bom padrão dimensional, que permita a construção de edifícios isolados faz surgir uma série de situações derivadas e entre elas o pequeno lote, ocupado por sobrado geminado, com recuo frontal e de fundos, típico dos bairros de classe média de São Paulo.

↳ QUINTAL

Por todas as cidades do país variações morfológicas são implementadas, sendo praticamente abandonado o padrão colonial de assentamento (ainda encontrado e nas cidades históricas nas áreas mais antigas das cidades).

## A RUA PADRÃO

A rua modelo da cidade brasileira, que serve de referência a todas as outras é a rua-jardim. Deriva dos velhos boulevards no início do século e para o qual se voltaram os palacetes dos barões de café e da elite do Império (caso das avenidas Paulistas e Higienópolis em São Paulo).

São vias largas, com calçadas arborizadas e ajardinadas que, desenhadas pela primeira vez para os bairros-jardins construídos pela Cia. City em São Paulo, na segunda década do século 20, podem ser encontradas por todos os bairros ricos do país.

No restante da cidade, somente a arborização de rua permanece como um padrão de organização espacial constante e se espalha por todo o país a partir das últimas décadas do século 20. São as ruas corredor<sup>18</sup>.

## MODELOS E MODELOS

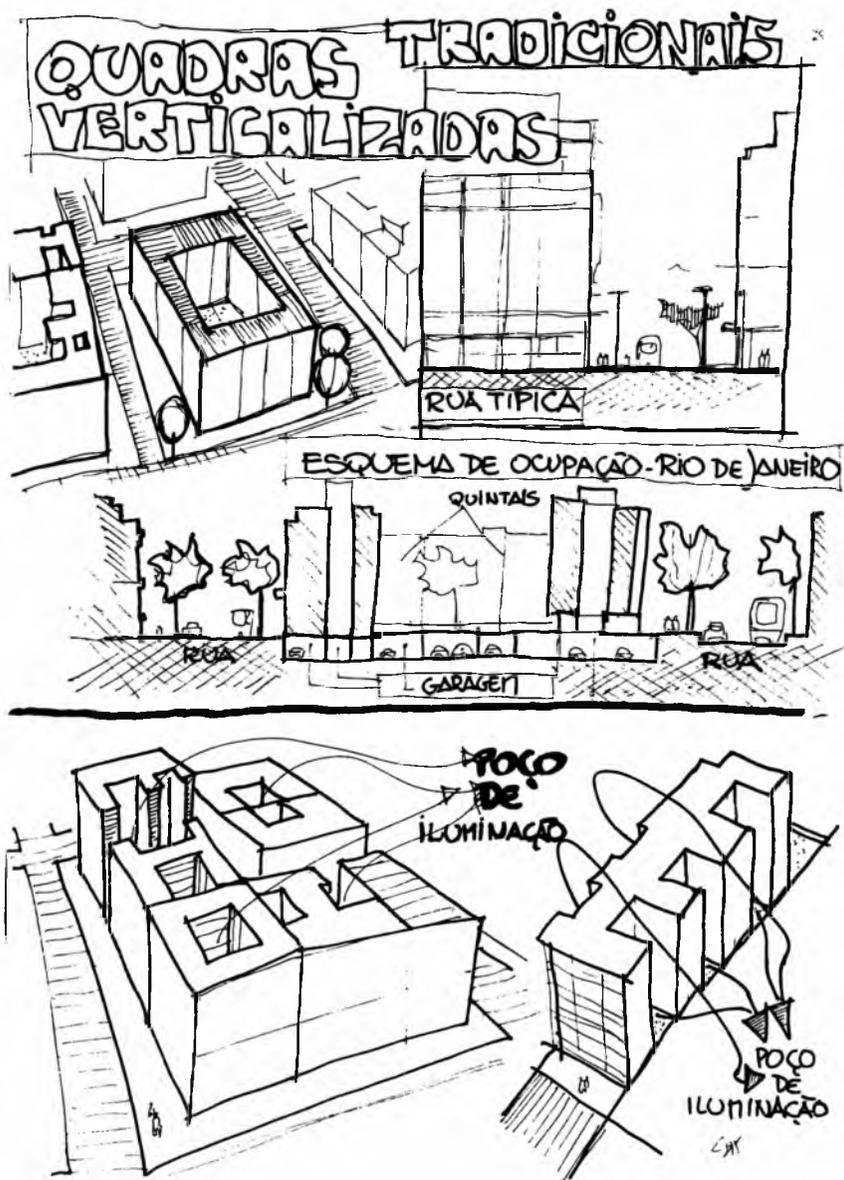
As configurações paisagísticas urbanas podem ser distinguidas entre aquelas típicas de áreas verticalizadas e áreas horizontalizadas.

A geração dos espaços livres nas áreas verticalizadas seguiu, a princípio, padrões diferentes das áreas horizontais, baseando-se em uma forma urbanística derivada do urbanismo francês, que foi adotada para as áreas centrais das principais cidades do país, como Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo. O padrão de loteamento é o mesmo das demais quadras, mas o padrão de assentamento dos edifícios é diferenciado, estando todos os prédios alinhados na rua, geminados, formando pátios internos dentro das quadras, destinados apenas à ventilação e insolação dos prédios ou de eventuais quintais. Surgindo a rua "desfiladeiro" e uma estrutura morfológica urbano/paisagística típica, que configura além das áreas centrais também grande parte

das áreas litorâneas da cidade do Rio de Janeiro (em especial o trecho entre Copacabana e o centro), tornando-se um modelo nacional para áreas verticalizadas.

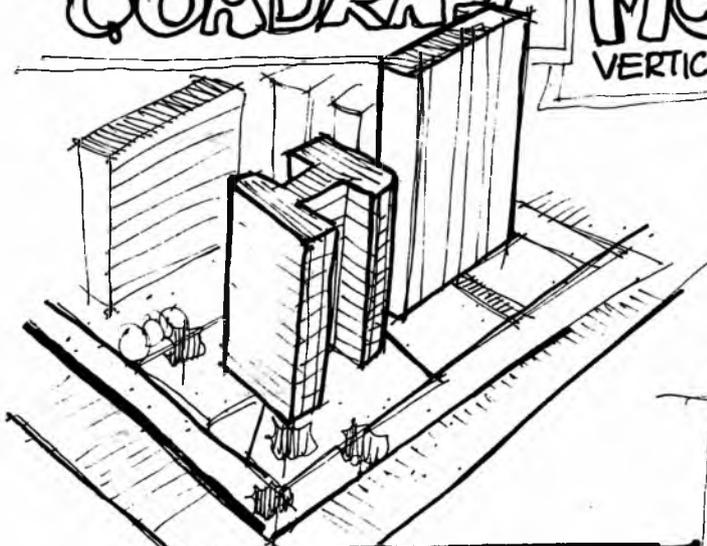
Os inconvenientes desta estrutura morfológica são apontados e questionados a partir da metade do século pelos partidários do movimento urbanístico moderno e surge como vanguarda, a idéia, aceita a princípio pelas elites paulistas, da construção do prédio isolado no lote.

Esta configuração primeiramente confinada a segmentos específicos das cidades, no caso de São Paulo, aos bairros “jardins” e “Higienópolis” se espalha pelo país e é confirmada em diversas legislações urbanísticas.



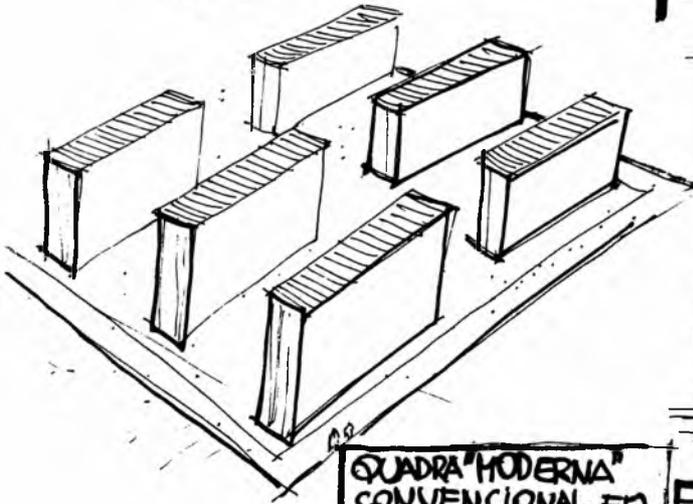
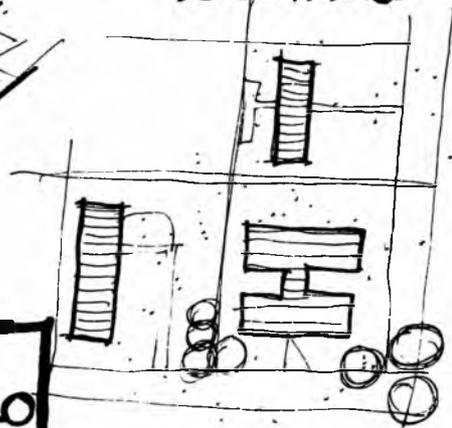
# QUADRAS MODERNAS

VERTICALIZADAS



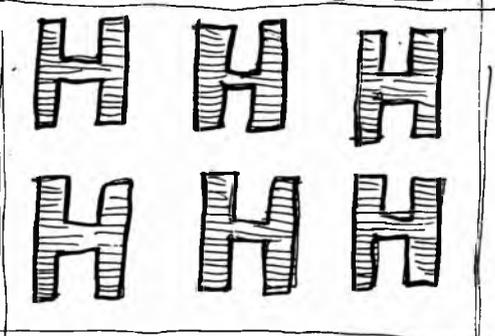
QUADRA VERTICAL CONVENCIONAL EM S. PAULO

ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO



QUADRA MODERNA CONVENCIONAL EM QUALQUER LUGAR DO BRASIL

DESVINCULAÇÃO DA MALHA TRADICIONAL

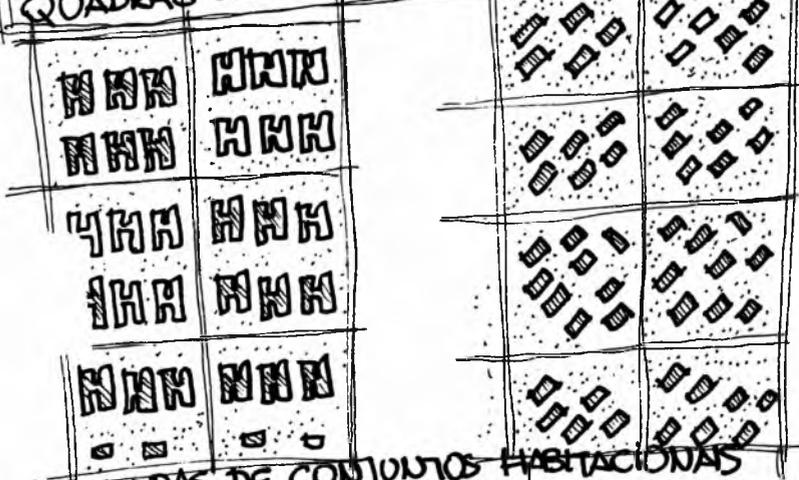


QUADRAS TÍPICAS DE PRODUÇÃO EM SÉRIE

# ESPAÇOS LIVRES E VERTICALIZAÇÃO

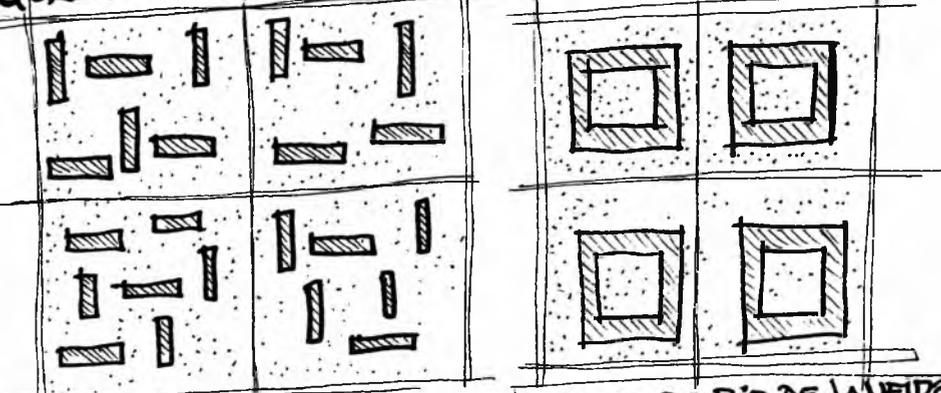
QUADRAS DE CONJUNTO HABITACIONAL

**PADRÕES**



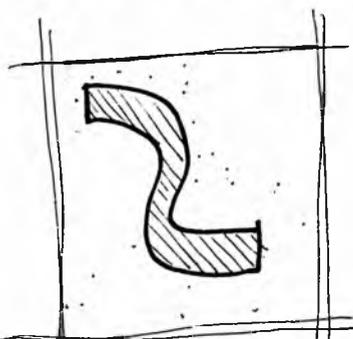
- VIAS
- ESPACOS LIVRES
- ▨ EDIFÍCIOS

QUADRAS DE CONJUNTOS HABITACIONAIS

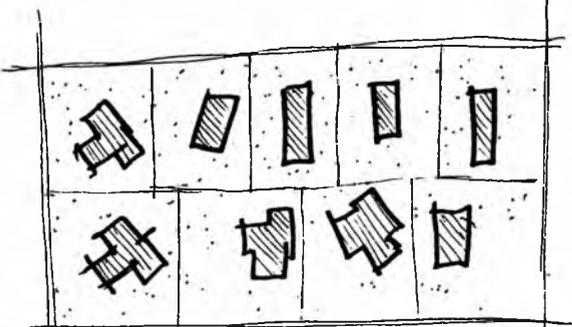


SUPERQUADRA

QUADRA DO RIO DE JANEIRO



IMPLANTACÃO MODERNA  
O PRÉDIO ISOLADO



O IDEAL SOCIAL  
O IDEAL DAS EÚTES  
O PRÉDIO ISOLADO  
O PADRÃO

SEGREGAÇÃO

SK

Como decorrência tem-se hoje a figura do bairro-jardim vertical impressa em tecidos urbanos significativos (Campo Belo e trechos de Higienópolis em São Paulo, Camburi em Campinas e outros mais) com ruas margeadas por prédios isolados em relação aos muros dos lotes, entremeados de jardins e cercados por gradis de ferro.

Foto do Autor



*Rua Edgar E. de Souza, Pacaembu, São Paulo: é um caso típico de rua jardim verticalizada*

Diversas outras formas morfológicas foram geradas se contrapondo aos esquemas clássicos do Império e da Primeira República e os croquis a seguir mostram alguns modelos de assentamento gerados. Destes todos, os que melhor se adaptaram à realidade urbana foram como vimos aqueles enquadrados dentro dos padrões mais tradicionais da rua corredor e da rua jardim, que apesar de questionados e discutidos por décadas continuam sendo paradigmas projetuais. Todo e qualquer novo loteamento ou projeto urbanístico obedece então a estes padrões construtivos básicos<sup>19</sup>.

A efetivação deste modelo teve como apoio, na cidade de São Paulo, toda uma legislação urbanística, que é criada especialmente, tendo como exigência principal, o recuo obrigatório, restringindo a ocupação pelo edifício a 50% ou menos da área do lote. Nesta cidade, se exige hoje, em grande parte de sua área, taxas de ocupação baixas que condicionam a existência de generosos espaços livres privados.

Este modelo é adotado indistintamente para o todo urbano e, mesmo nas novas áreas fabris, os espaços livres ajardinados são a tônica, de certo modo, um paliativo visual e uma panacéia aos reais impactos ambientais (poluição sonora, do ar e da água) causadas pelas fábricas. Passam a fazer parte do rol de exigências para o espaço de uma fábrica moderna, ajudando a melhorar a imagem da empresa. São espaços muitas vezes vastos, gramados e cuidadosamente plantados com arbustos e árvores floridos e que podem possuir projetos de paisagistas especialmente contratados.



*Vista geral do bairro de Moema em São Paulo: modelo de paisagem verticalizada consolidado*

Esta generosidade aparente de espaços livres dentro de parte dos lotes da cidade formal, não é acompanhada dentro da cidade informal, ou seja aqueles segmentos urbanos constituídos à revelia dos poderes legais. Lotes pequenos, construções precárias e uma superocupação do lote, que condiciona ao acoplamento das construções, deixa a disposição exíguos espaços livres, tanto dentro dos lotes (são praticamente inexistentes), como nas vias de acesso e circulação.

Paralelamente, em quase todas as cidades do país inexitem programas reais de implementação de sistemas de espaços livres de edificação destinados seja ao lazer, seja à conservação de mananciais ou encostas, sendo que, em parte dos casos, nem estão contidos em planos urbanísticos.

Existe na cidade brasileira de médio e grande portes uma real escassez de tal tipo de espaço (uma metrópole, por exemplo, como Recife, além das praias, não conta com mais de meia dúzia de parques, esparsos dentro do tecido urbano) Brasília com seu plano piloto todo arborizado, as cidades praianas com seu sistema de praias (verdadeiros parques sem vegetação) e Curitiba são das poucas exceções a esta regra.

A cidade do Rio de Janeiro beneficia-se da sua condição de cidade praiana quando se faz uma avaliação do seu sistema de espaços livres e teve como Brasília, no seu passado recente de sede do governo federal, condições de desenvolver um sistema público de parques, praças e reservas florestais de porte.

A situação em relação aos espaços livres de edificação da cidade brasileira é de crise latente. As soluções adotadas são em geral parciais e poucas vezes atingem o todo da população, e, com certeza, muito pouco aquela mais necessitada.

Observa-se, dentro das camadas mais ricas, uma busca de soluções próprias alternativas à crise em questão, com a criação cada vez mais intensa de espaços privados, que visam atender às necessidades emergentes.

A não formalização de um sistema completo de espaços livres para lazer, adequados, dimensionados, acessíveis e seguros se observa como resposta à internalização do lazer em praças, parques e clubes privados, que sob a forma de condomínios, de quadras e em lotes fechados cumprem as funções antes destinadas prioritariamente aos espaços públicos<sup>20</sup>.

Como resultado, criou-se toda uma forma de tratamento dos espaços livres de edificação internos aos condomínios e quadras horizontais ou verticalizados que, gerados inicialmente nas grandes cidades como São Paulo (anos 80) e nos condomínios da Barra da Tijuca (Rio de Janeiro), são copiados e reproduzidos por todo o país e onde a diversidade e multiplicidade de usos, qualidade de todo o espaço livre, são trocadas por uma especialização funcional.

Foto do Autor

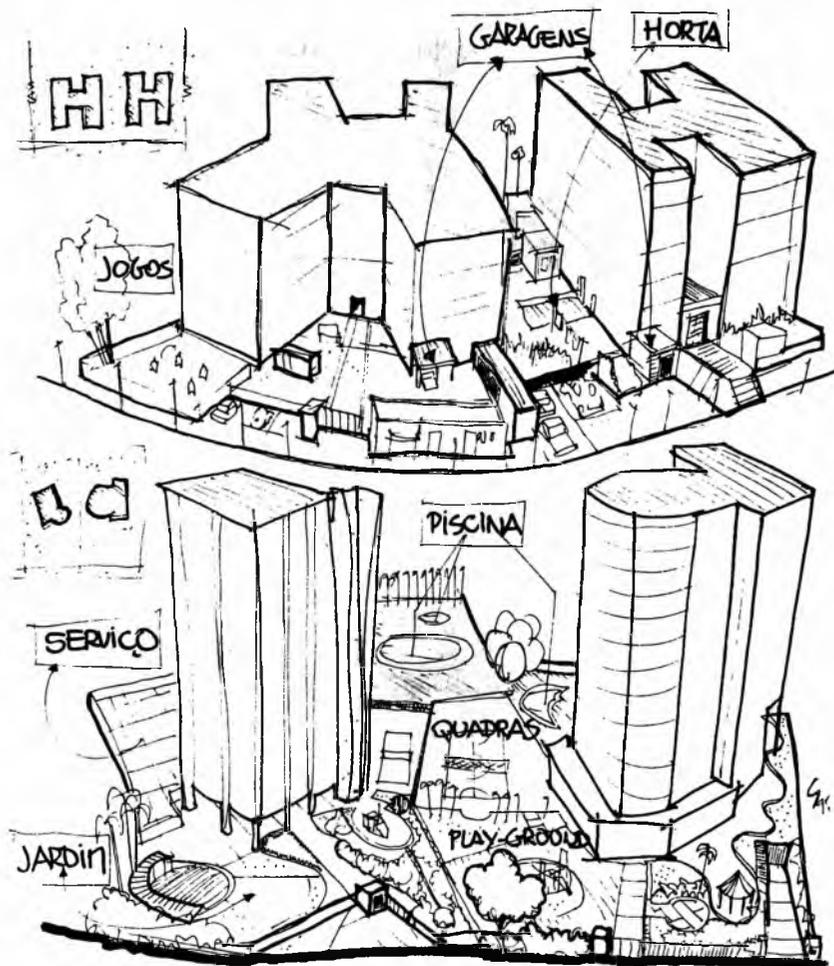


*Os condomínios na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, isolados, murados, com extensos jardins e áreas de lazer, ao mesmo tempo que para os seus moradores oferecem amplas possibilidades de convívio social, segregam sua comunidade do todo urbano*

Estes são espaços tratados especialmente para o lazer, com quadras poliesportivas, piscinas, jardins suspensos e áreas de estar, em muitas das vezes, objeto de projeto de paisagistas renomados.

Nas áreas mais pobres e mesmo naquelas destinadas à moradia de amplos setores da classe média a situação é inversa. Os espaços livres dos lotes e quadras são reduzidos e extremamente fragmentados, sendo utilizados ou aproveitáveis para atividades estritamente próximas dos moradores, como o lavar e secar roupas, ou o brincar de crianças pequenas. O lazer, quando possível, é feito nas ruas ou em espaços públicos mais distantes como praças e parques.

Os padrões de organização espacial dos mais ricos, paradoxalmente, são reproduzidos, como todos os demais, típicos das elites sociais, de um modo reduzido, e na medida do possível por todas as camadas sociais. O esquema gráfico a seguir mostra como a população de um conjunto habitacional, Cohab, recodifica e transforma seus espaços livres, seguindo os arquétipos das classes mais ricas, criando a seu modo cercas, pátios, guaritas, jardins e estacionamentos.



O país possui contradições sociais muito grandes e a geração dos espaços livres é resultado direto destas discrepâncias. Paralelamente, um modelo urbanístico único está praticamente implementado em todas as áreas urbanas modernas e ricas do território nacional. Toda a experiência urbanística de quatrocentos e tantos anos de urbanização e de adaptação aos diferentes climas e situações morfológicas está sendo superada por modelos gerados nas ricas cidades do sul e aplicados indistintamente por todas as partes.

O processo de ocupação urbana em qualquer instância ainda privilegia o binômio destruição e construção, e, muitas e quantas vezes ecossistemas importantes são substituídos por jardins urbanos, que tanto como os edifícios exigem para sua existência uma total remodelação dos terrenos e erradicação das matas.

Foto do Autor



*Bertioga, São Paulo: a Riviera de São Lourenço é o modelo urbanístico moderno transportado para uma região de praia, causando graves danos à dinâmica ecológica local*

Foto do Autor



*Bertioga, São Paulo: no condomínio a vegetação nativa é substituída para dar lugar a uma concepção urbanística tradicional, cujos espaços livres são organizados tal qual um bairro jardim convencional*

## CONCLUSÃO

O espaço livre como elemento de projeto urbano é praticamente desconhecido pelos profissionais e pela população, que o vêem como um espaço residual a ser ajardinado ou simplesmente deixado de lado.

Esta sua importância para a configuração e usos urbanos só é percebida nos momentos de escassez e crise, quando o contexto urbano já está todo comprometido por construções e arruamentos e o seu fracionamento e dispersão é uma realidade. Parques, praças e demais espaços livres para lazer, ventilação, etc. são então praticamente impossíveis de serem constituídos, a menos que se envolvam para tanto recursos vultuosos, nem sempre acessíveis ao todo da comunidade.

Nos parece então urgente uma revisão no ideário sobre espaços livres e ações são fundamentais:

1. A afirmação e o aceite da existência real de um sistema urbano de espaços livres de edificação, que deve abarcar todos os espaços livres existentes, sejam eles espaços para lazer, ou circulação, verdes ou azuis, plantados ou não.
2. O abandono da idéia do “alcance” de metragens de metros quadrados por habitante como uma panacéia (incansável) aos problemas urbanos de carência de áreas de lazer e conservação de recursos ambientais, esquecendo-se definitivamente o malfadado índice de 12 m<sup>2</sup>/ habitante de área verde.
3. O estabelecimento de critérios de distribuição de espaços livres públicos, que deve ser delimitado de acordo com carências sociais, acessibilidade e manutenção de recursos ambientais finitos, como água e florestas nativas e de proteção de solos frágeis.
4. O estabelecimento prévio ao crescimento urbano, as expansões das cidades de áreas prioritárias à construção e/ou efetivação de espaços livres, isto é, a criação e manutenção de estoques/reservas de futuros espaços livres públicos para lazer e conservação.
5. A revisão dos padrões de distribuição dos espaços livres intra-quadras, questionando-se os modelos oficiais, e seus graus de eficiência redefinindo-se os limites desejáveis (se desejáveis) de privatização do lazer.
6. A idealização de quadras urbanas, especialmente aquelas verticalizadas são sistemas complexos, onde flui a vida humana e cujos espaços livres devem ser tratados como sistemas que são, não como espaços residuais.
7. A revisão dos padrões de projeto dos espaços livres, que são extremamente padronizados para o país, buscando-se adequar cada um deles ao contexto do território nacional em que estiver situado.

8. O reconhecimento do papel da rua como espaço de lazer e uma conseqüente revisão de seus padrões de desenho e projeto.

9. A inclusão das praias e áreas de beira-água (rios, lagos e represas) quando utilizados pela comunidade como participantes efetivos dos sistema de espaços livres de edificação urbanos e/ou como áreas de reserva para lazer e/ou conservação.

## NOTAS

(1) “Na paisagem urbana essas expressões físicas (no caso a autora se refere aos processos humanos) se manifestam sobre o solo em espaços edificados e espaços não edificados. O Espaço Livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que essas pessoas têm acesso)”

Esta definição de Miranda Magnoli, serviu e serve de base para todo um desenvolvimento conceitual sobre os espaços livres urbanos dentro da área de Paisagismo da FAUUSP e se espalha pelos mais diversos pontos do país. Vide: MAGNOLI, Miranda M. E. Martinelli. “Espaços livres e urbanização: uma introdução aos aspectos da paisagem metropolitana”, p. 48.

(2) “Pensar a cidade também pelos seus espaços livres de edificação, impantação e volumetria do edifício... seria anexar, de uma forma constante ao desenho da cidade, um fator fundamental o desenho dos espaços livres”. MACEDO, Silvio Soares. “Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana”. In: TURKIENICZ, B. e MALTA, M. (org.) Desenho Urbano - Anais do II SEDUR, p. 103.

(3) Notas de aula. A formulação de programa de disciplinas e discussões conjuntas com Miranda M. Magnoli, mais que textos e entre estes principalmente a tese referida na nota 1 nos serviram de embasamento conceitual para a formulação destes conceitos sobre espaços livres.

(4) O professor Felisberto Cavalheiro (FFLCH-USP-Geografia) há alguns anos fez uma consulta formal à ONU e não recebeu nenhuma confirmação sobre a existência do Índice.

(5) Miranda Magnoli em sua tese de livre-docência e no texto “O Parque no desenho urbano” nos mostra graficamente que os bairros-jardins de São Paulo, densamente arborizados, são muito maiores que os grandes parques da cidade. O bairro da Chácara Flora, poderia conter ao menos dois parques Ibirapuera (o mais importante, socialmente falando, da cidade) e o bairro de Interlagos poderia conter folgadoamente o Parque do Carmo. Vide MAGNOLI, Miranda Martinelli. “O parque no desenho urbano”. In: TURKIENICZ, B. e MALTA, M. (org.) Desenho Urbano - Anais do II SEDUR, pp. 111-120.

(6) Esta pesquisa deu origem à dissertação de mestrado “Espaços livres junto às habitações em São Paulo” defendida na FAUUSP em 1984, da qual extraímos a tabela em questão.

(7) Em nosso cotidiano como professor de paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo (UFSC - 1980/1982 e FAUUSP - 1976... 1984...) temos aplicado exercícios que visam á leitura dos usos dos espaços livres públicos junto à habitação, tendo já analisado mais de 500 casos diversos, tanto em São Paulo como em Florianópolis, o que observamos foi uma repetição de situações-padrão de uso, que nos levaram às conclusões explicitadas no texto.

(8) Os estudos arquitetônicos do início do século XX, repudiados ostensivamente durante as décadas de 50, 60 e 70, são reavaliados e incorporados ao ideário social de bem viver. O “Art deco” da vila, um estilo de transição para o moderno é, como muitos outros, considerado nos anos 80 e 90, arquitetonicamente correto.

(9) Ver para maior aprofundamento nas questões e princípios do projeto paisagístico de logradouros públicos no Ecletismo (do século XIX e XX) a tese de doutorado de Hugo Segawa, intitulada “Ao amor do público”, defendida na FAUUSP em 1994.

(10) A obra de Burle Marx é a única, entre a dos paisagistas nacionais, que está amplamente divulgada e documentada tanto a nível nacional como internacional, destacando-se entre os textos nacionais o de Pietro M. Bardi e o de Flavio Motta.

(11) Vide para introdução à questão dos textos de Marcos Castilha e Omar Cardoso sobre os paisagistas modernos em São Paulo, na publicação Paisagem e Ambiente - Ensaios IV da FAUUSP.

(12) As formas e padrões espaciais adotados por toda uma linha projetual brasileira, devido a sua estreita ligação com o paisagismo americano californiano, pode de certo modo ser observada nos esquemas gráficos apresentados por Grant Reid em seu livro “From Concept to form in Landscape Design. Poucos são os trabalhos dedicados à análise destas correntes projetuais e podemos no caso destacar a pesquisa de Francine Gramacho sobre os projetos de jardim contemporâneo em prédios de apartamentos na cidade de São Paulo, desenvolvido na FAUUSP de 1993 a 1994.

(13) Para uma introdução ao trabalho destes autores vide: Anais do I e II SEDUR, publicados respectivamente pelas Editoras Projeto e Pini.

(14) Para melhor entendimento destas hierarquias vide o texto de Eurico Salviati publicado na Revista Sinopses n. 11, intitulado “Os espaços livres urbanos de Brasília - uma avaliação preliminar”.

(15) Leia-se o texto de Décio Rigatti “Apropriação Social do Espaço Público - um estudo comparativo”. In: Paisagem e Ambiente - Ensaios 7, que mostra estas transformações dentro do Conjunto Habitacional de Carapicuíba no Estado de São Paulo.

(16) A conformação destes espaços está diretamente ligada às formas de organização espacial intra-lote adotadas dentro do contexto urbano brasileiro. Para maiores informações sobre a cidade de São Paulo vide as teses de doutorado de Silvio Macedo: “São Paulo, Paisagem e Habitação Verticalizada”, e de Cibelle H. Taralli: “Ambiente construído e legislação - o visível e o imprevisível”

(17) Nestor Goulart Reis Filho em seu texto “Quadro de Arquitetura no Brasil” e Maria Cecília N. Homem, em sua tese de doutorado, mostram claramente a evolução e o início deste processo.

(18) Idem nota 16.

(19) Quando fizemos nossa tese de livre-docência intitulada “Paisagem, Litoral e Urbanismo do Éden à Cidade”, tivemos a oportunidade de estudar os padrões de loteamento em mais de 40 municípios brasileiros em três estados com áreas costeiras, constituídas de múltiplos ecossistemas e sobre as quais detectamos a implantação constante destes tipos de loteamentos.

(20) Vide o texto de Holanda, Frederico: “Arquitetura como construção social” para um aprofundamento inicial em tais questões de privatização e segmentação social do espaço urbano.

## BIBLIOGRAFIA

ASHIHARA, Y. *Exterior design in architecture*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1970.

BARDI, Pietrom. *Tropical gardens of Burle Marx*. Amsterdam: RJ, Colibris Editora, 1964.

CULLEN, Gordon. *El paisagem urbano. Tratado de estética urbanística*. Barcelona: Blume, 1977.

GRAMACHO, Francine S. *Relatório final de pesquisa - FAPESP*. São Paulo: FAUUSP, 1994.

HOLANDA, Frederico. Arquitetura como construção social. In: *O espaço da cidade contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1988.

HOMEM, Maria Cecília N. *O palacete paulistano*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1994, 117p.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1980.

MACEDO, Silvio Soares. (editor). *Paisagem e Ambiente - Ensaios*, n. 3, 2ª ed., São Paulo: FAUUSP, 1993,

\_\_\_\_\_. *O bairro de higienópolis e arredores*. São Paulo: EDUSP/PINI, 1987, ilustrado.

\_\_\_\_\_. *São Paulo, paisagem e habitação verticalizada - Os espaços livres como elementos de desenho urbano*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução à aspectos da paisagem metropolitana*. São Paulo, 1983. Tese (Livre-Docência)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MOTTA, Flavio L. *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem*. São Paulo: Nobel, 1984.

→ NISHIKAWA, Ayako. *Espaços livres junto à habitação*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

→ REID, Grant W. *From concept to form in landscape design*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1993.

REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIGATTI, Décio. *Apropriação social do espaço público - Um estudo comparativo*. Trabalho apresentado para a disciplina de pós-graduação AUP-810 "Paisagismo" São Paulo, FAUUSP, 1993.

SALVIATI, Eurico. Os espaços livres urbanos em Brasília - Uma avaliação preliminar. São Paulo. *Sinopses 11*, dez. 1988.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público - jardins do Brasil 1779-1911*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

TARALLI, Cibele H. *Ambiente construído e legislação - o visível e o imprevisível*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

TURCKIENCZ, B. et al (org.) Desenho urbano. In: *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*. São Paulo: Projeto, 1984, v. I, II e III.

TURCKIENICZ, B.; MALTA, M. (editores). Desenho Urbano. In: *SEMINÁRIO SOBRE O DESENHO URBANO NO BRASIL*. 2, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Pini/CNPq/FINEP, 1986, 392p.

# SIGNIFICADOS DO ESPAÇO PÚBLICO \*

JOÃO MARTINS DE OLIVEIRA FILHO  
e MARIA FERNANDA DERNTL



## RESUMO

O presente artigo aborda o problema da baixa qualidade dos espaços públicos nas cidades brasileiras, descrevendo brevemente as transformações de alguns deles, por exemplo, o largo da Memória em São Paulo. Trata do deslocamento das atividades sociais e de lazer para locais de caráter semi-público e discutir o papel de algumas atitudes de projeto.

## ABSTRACT

This paper approaches the problem of the low quality of public spaces in Brazilian cities, with brief descriptions of changes in some of them, for instance, in largo da Memória in São Paulo. It deals with the move of social and leisure activities to spaces with semipublic character and, at the end, discusses the role of some design concepts.

“A atenção à criação de espaços públicos tem relação direta com a cultura de um povo e com a importância maior ou menor dada à vida pública.”<sup>1</sup> Acima das diferenças culturais, em todo o mundo o lugar público tem sofrido esvaziamento e desqualificação crescentes.

A leitura de autores cujo estudos de caso são grandes centros metropolitanos da Europa, Japão e EUA fornece algumas descrições bastante familiares aos paulistanos, sugerindo problemas comuns ao modelo urbano legado pela modernização capitalista.

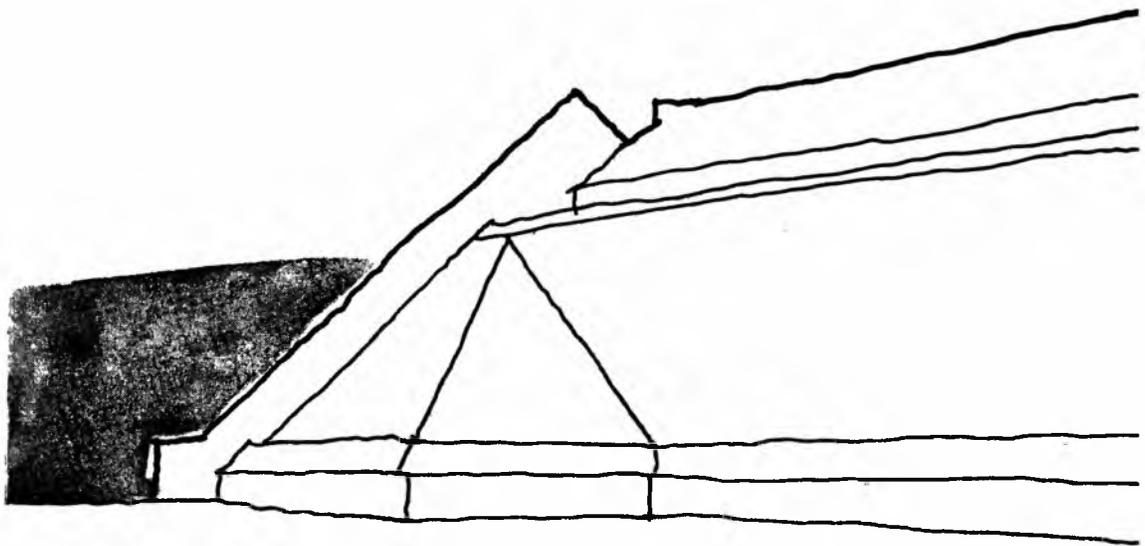
Para os fins deste trabalho consideramos mais proveitoso tentar, quando possível, abordar o caso das cidades brasileiras, com que temos mais condições de exercitar uma análise própria.

A interiorização das plazas<sup>2</sup>, o cercamento dos parques e a ocupação de praças para estacionamento de veículos não são recentes entre nós.

Nas cidades brasileiras, onde pobreza e riqueza extremas convivem de perto, a perda de segurança das ruas, discutida detidamente por Jane Jacobs<sup>3</sup>, é especialmente grave.

Talvez, também por este motivo, a atividade comercial funciona como importante aglutinadora de pessoas e ponto de encontro. As lojas de conveniência 24 horas, em muitos bairros de São Paulo, têm os seus estacionamentos, à noite, transformados em locais de reunião.

Os grandes shoppings centers desconsideram o entorno e tentam reconstruí-lo, devidamente saneado de elementos indesejáveis e imprevisíveis. Assim como os *atriums* das grandes corporações, evidenciam o desejo de controle do uso do espaço público e do comportamento dos seus usuários, tanto através de elementos de projeto quanto pela intervenção direta de agentes de segurança.



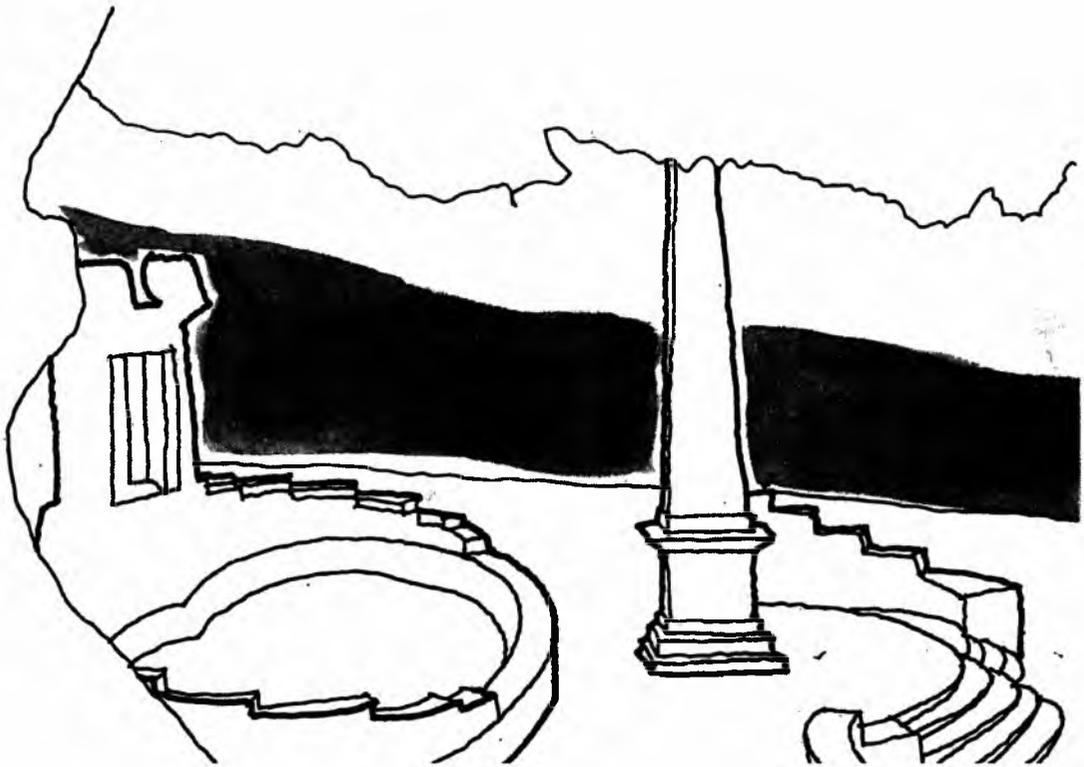
*Shopping center Eldorado, São Paulo. Os volumes fechados e maciços, voltados para si mesmos, são a arquitetura típica dos shoppings*

O intenso uso destes espaços está relacionado não só à possibilidade de excluir os conflitos, mas, expressa ainda a elevada significação social das atividades ligadas ao consumo e à indústria do lazer.

Quando Mark Chidister, apoiado em R. Jensen e R. Venturi, afirmou que o problema das plazas “não está no design, mas é cultural, tecnológico e endêmico” não há como deixar de concordar. A separação do local de trabalho, as novas tecnologias de comunicação e as ligações eletrônicas funcionam como fator de “alienação da experiência pública”<sup>4</sup> para parte significativa da população.



religiosa, de valorização do edifício da igreja e adequação do espaço às procissões e festas, os espaços livres também podiam ser destinados a manobras e desfiles militares (nas proximidades dos fortes), a praças de comércio e a algumas poucas praças cívicas.



*Largo da Memória, centro de São Paulo. Após inúmeras modificações, o tombamento e a construção do metrô definiram a manutenção do conjunto arquitetônico tal como está*

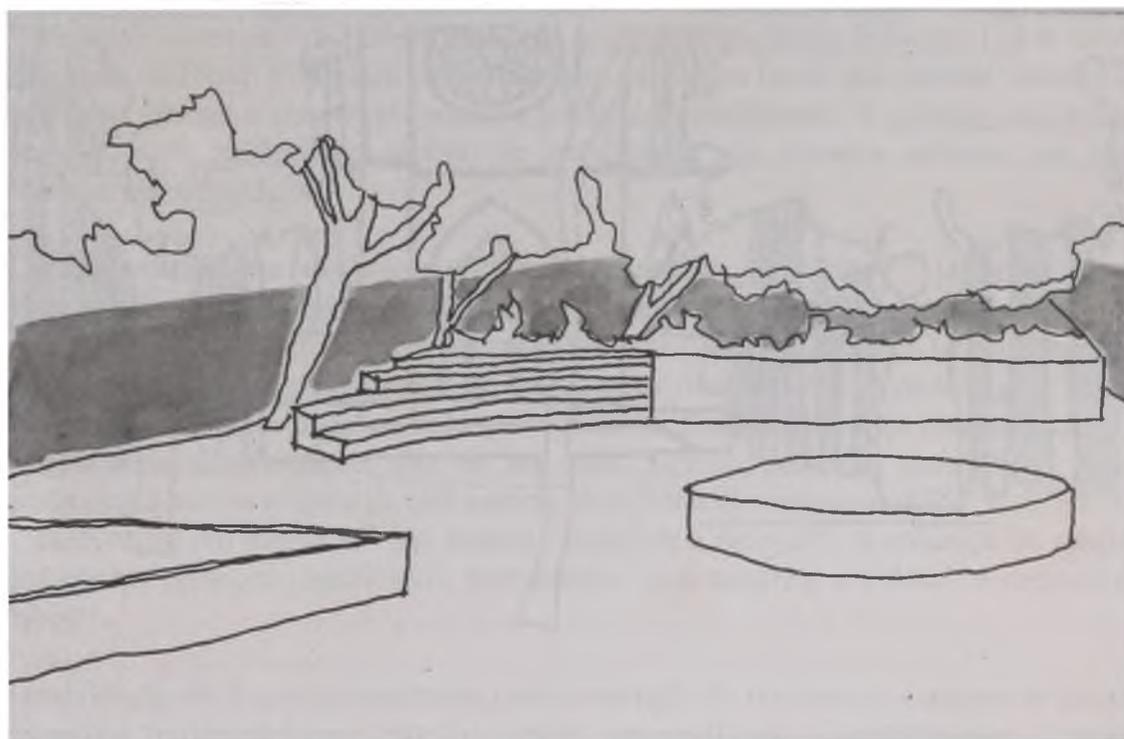
As funções militares exteriores aos quartéis aos poucos se extinguíram. Em Salvador, por exemplo, o Campo Grande, (praça central bastante arborizada) anexo ao Forte de São Pedro, destaca-se “pela significação que tem hoje na cidade adensada, pela dimensão maior e pelo nome diferente que se reporta ao quadro físico necessário à função desaparecida”<sup>11</sup>.

Hoje, os estacionamentos em frente aos grandes supermercados e shoppings centers conferem aos seus edifícios um lugar de destaque na paisagem urbana antes ocupado pelas igrejas, e apesar de serem inóspitos (adequados mesmo à automóveis), eventualmente ainda são palco de exposições e shows musicais.

“Alguns componentes típicos de bons espaços públicos podem ser identificados: espaços verdadeiramente públicos são aqueles que têm seu significado compartilhado, convidam ao acesso de todos, encorajam ao uso e à participação e são bem cuidados por seus usuários.”<sup>12</sup> Porém não se pode negligenciar o respeito às relações de vizinhança, que produzem espaços de significação local com códigos próprios àquela comunidade.



*Centro Empresarial Itaú Conceição, São Paulo. As praças ajardinadas sobre patamares têm livre acesso e foram projetadas de forma a unificar os edifícios e a integrar o conjunto ao parque existente*



*Praça Benedito Calixto*



Foto do autor

*Praça Benedito Calixto, São Paulo. A ativa participação da população do bairro de Pinheiros, apesar do desenho pouco confortável da praça, promove a reunião dos moradores*



*Praça Sé*



*Praça da Sé, São Paulo. A localização da praça e sua continuidade funcional com o entorno (com mercado de rua) garantem a ocupação constante, especialmente onde o projeto é mais flexível e se impõe menos*

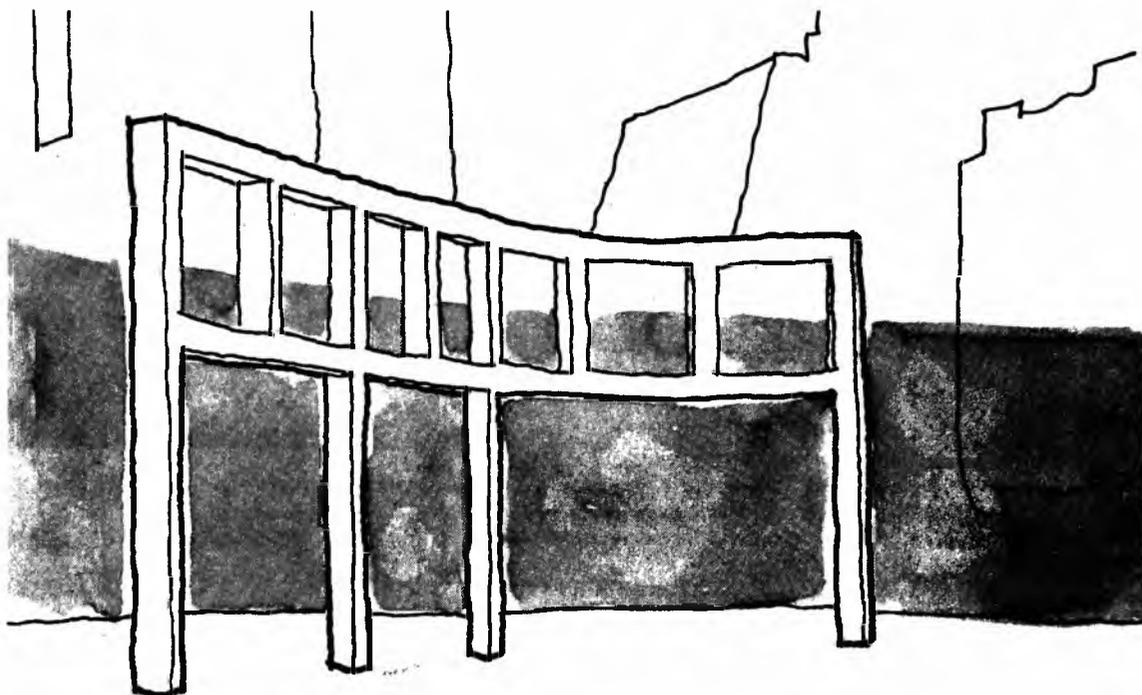
Quanto ao uso e a participação, são atuais as palavras de C. Sitte: “Na Grécia e Roma antigas as praças públicas, ou plazas, eram de primeira necessidade, pois eram palco para as principais cenas da vida pública, que hoje acontecem em locais fechados. (...) A idéia subjacente do fórum e da plaza - historicamente os pontos focais das cidades clássica e medieval - perdeu o significado social e político. Paralelamente, o cidadão introjetou seus interesses, perdendo o sentido de participação nos assuntos urbanos que lhe afetavam diretamente”<sup>13</sup>.

A inexistência de uma “explicação universalmente aceita da realidade”<sup>14</sup> já compromete a extensão do significado do lugar. Esta questão, ou melhor, a abordagem atual do *genius loci*<sup>15</sup> é complexa e mereceu análises cuidadosas de Otilia Arantes, em *Urbanismo em fim de linha*<sup>16</sup> e em *Os dois lados da arquitetura francesa pós-Beaubourg*<sup>17</sup> Neste último, a autora expôs duas correntes principais de projetos na França contemporânea. Com alguma simplificação, são, de um lado, aqueles projetos “concebidos para comemorar a perícia retórica de seus autores, ou a glória de seus promotores” e, de outro, a “intervenção em migalhas” que prefere “reabilitar a demolir”. A tentativa de armar “um espaço pleno de significado”, procurando “re-semantizar a cidade” é comum a ambos<sup>18</sup>

A reabilitação de fragmentos urbanos com a intenção de reanimar o *espírito do lugar* descamba frequentemente em iniciativas cenográficas. Constituem-se “zonas extraterritorializadas” em que a pobreza urbana é estetizada e os lugares requalificados

são de acesso impossível aos seus antigos habitantes, “enfim, apartação social, de que as nossas cidades são uma tradução imediata”<sup>19</sup>. A cidade plural e heterogênea, desta forma, impede a existência do confronto entre grupos, classes e estilos de vida diversos.

De fato, o conjunto de escritos da autora nos remete facilmente e por razões diferentes, aos edifícios da av. Eng. Luis Carlos Berrini, ao Memorial da América Latina, ou a recuperação do Centro Histórico de Salvador.

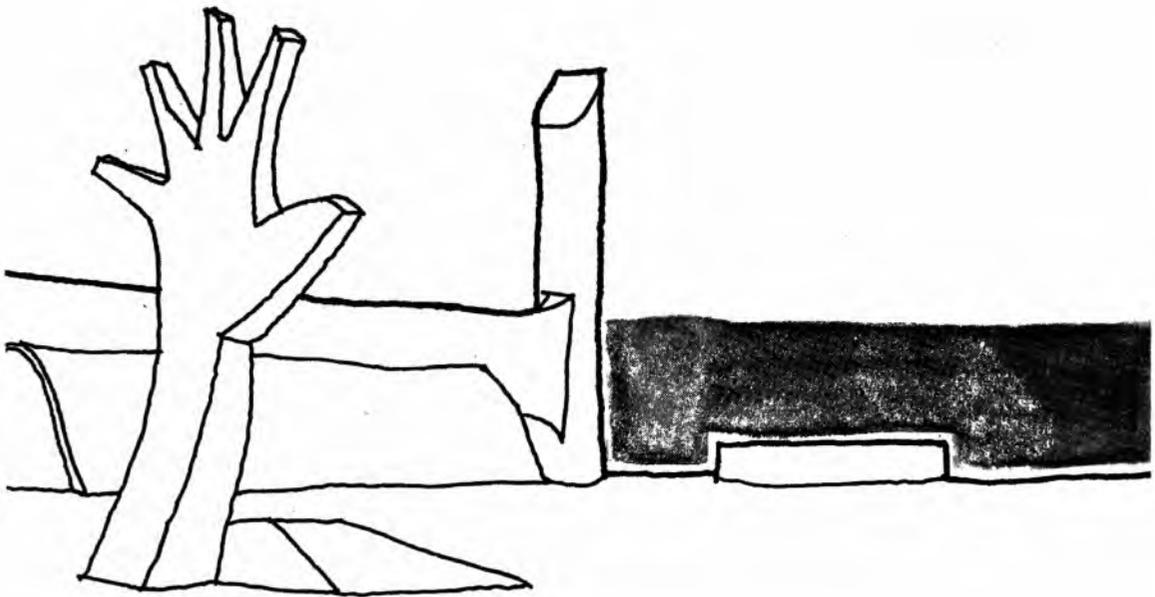


*Av. São João, São Paulo. A introdução de elementos decorativos perde o sentido no contexto caótico e não se harmoniza nem com a escala do pedestre nem com o entorno*

Aparentemente, os arquitetos e planejadores estão presos a uma camisa-de-força dada pelas imposições do urbanismo promovido por governos e especuladores imobiliários. Mesmo quando pretendem reagir à perda de significado do lugar, incorrem na estetização excludente e na armadilha da cidade como imagem publicitária.

Esta situação parece invalidar o estudo de propostas projetuais capazes de estimular o uso (sadio) dos espaços públicos, pois isto dependeria muito mais de questões além da possibilidade de intervenção do arquiteto.

O trabalho consciente de projeto, em que as necessidades físicas e psicológicas dos diferentes usuários possam ser - talvez em parte - supridas, sem a renúncia à compreensão global dos fenômenos da metrópole e, em outra instância, a militância pessoal, parecem ser os únicos (ainda que nebulosos) caminhos para se alcançar espaços públicos um pouco mais agradáveis e coerentes.



*Memorial da América Latina, São Paulo. O vazio e a aridez do espaço, o isolamento em relação ao entorno e a fiscalização de agentes de segurança intimidam o uso público espontâneo*

## NOTAS

- (1) Zucker, Paul. *Town and square-from the agora to the village green*. New York: Columbia University Press, 1959.
- (2) Uma definição é de que “a plaza é parte do tecido da cidade (...). Fisicamente, a plaza é um espaço aberto cercado por edificações, um local não preenchido dentro da cidade”. (Kato, A. The plaza in italian culture. In: *Process Architecture*, n.16, jul. 80.)
- (3) Jacobs, J. *Muerte e vida de las grandes ciudades*. Madrid: Peninsula, 67.
- (4) Chidister, M. Reconsidering the piazza. In: *Landscape Architecture*, jan./fev.78.
- (5) Jacobs, J. opus cit.
- (6) Esta situação é agravada por uma já tradicional forma de produção da cidade determinada pela criação de focos de interesse e demanda por parte da iniciativa privada, enquanto cabe ao poder público a expansão da infra-estrutura necessária e a regeneração das áreas obsoletas.
- (7) Conforme Jane Jacobs, a diversidade nas ruas depende de quatro condições, simplificada-mente: presença de mais de uma função primária, quarteirões pequenos, mistura de edifícios em idade e condições diversas e concentração humana suficientemente densa. (Jacobs, J. opus cit.)
- (8) Conforme as “novas tipologias do espaço livre urbano” apresentadas em aula.
- (9) Zucker, Paul. opus cit.
- (10) No urbanismo espanhol na América, o núcleo colonial predominante era a Plaza Mayor ou Plaza de Armas, que abrigava os principais prédios públicos, a catedral inclusive.

- (11) Marx, Murillo. *Cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel.
- (12) Chidister, M. opus cit.
- (13) Sitte, Camilo. *The art of building cities*. New York: Reinhold, 45.
- (14) Expressão de Camillo Sitte, ao explicar a razão de não se poder mais conseguir produzir espaços como a Acrópole de Atenas, pois “falta a idéia básica da arte”. ( Sitte, C. opus cit.)
- (15) Na acepção utilizada por Otilia Arantes, proveniente por sua vez de Aldo Rossi: “ fato singular, determinado pelo espaço e pelo tempo, por sua dimensão topográfica e por sua forma, por sede de vicissitudes antigas e modernas, por sua memória”. (Arantes, O. Os dois lados da arquitetura francesa pós-beaubourg. In: *Novos Estudos*, n. 22, out. 88.)
- (16) Arantes, O. Urbanismo em fim de linha. *Folha de S. Paulo* , 5 de set. 93.
- (17) Arantes, O. opus cit, 88.
- (18) Idem.
- (19) Arantes, O. opus cit, 93.

## BIBLIOGRAFIA

ARANTES, O. Urbanismo em fim de linha. *Folha de S. Paulo*, 5 de set. 1993.

\_\_\_\_\_. Os dois lados da arquitetura francesa pós-beaubourg. In: *Novos Estudos*, n. 22, out. 1988.

JACOBS, J. *Muerte e vida de las grandes ciudades*. Madrid: Peninsula, 1967.

KATO, A. The plaza in italian culture. In: *Process Architecture*, n.16, jul. 1980.

\_\_\_\_\_. *Landscape Architecture*, jan./fev. 1988.

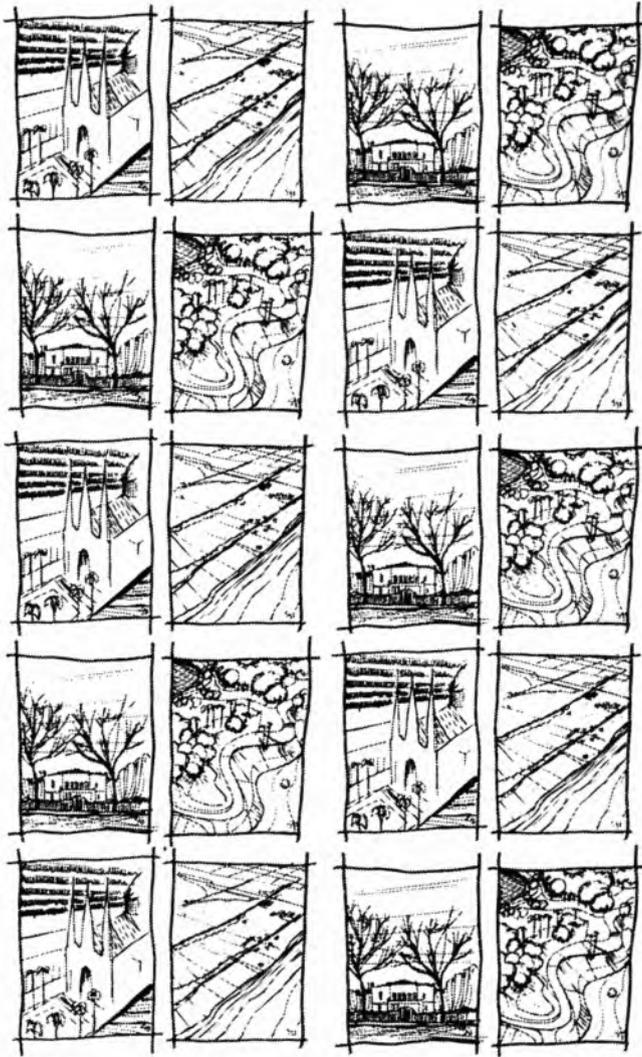
MARX, M. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edusp, 1980.

SITTE, Camilo. *The art of building cities*. New York: Reinhold, 45.

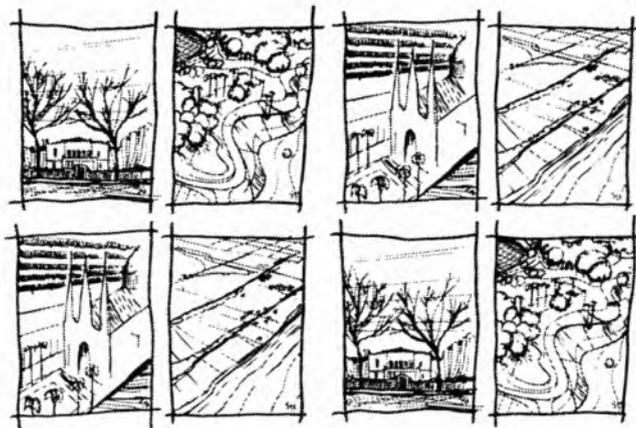
WHYTE, W. *The social life of small urban spaces*. Washington: The Conservation Foundation, 1980.

ZUCKER, Paul. *Town and square – from the agora to the village green*. New York: Columbia University Press, 1959.

\*Este trabalho faz parte das atividades desenvolvidas durante a disciplina optativa AUP-527 Paisagismo Urbano III: Projeto de Praças Públicas, com os seguintes professores: Catharina Santos Lima, Maria Angela F.P. Leite e Vladimir Bartalini (responsável).



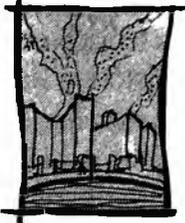
## HISTÓRIA E PAISAGEM





# SINTONIAS E DEFASAGENS OS PARQUES PÚBLICOS NOS PLANOS PARA SÃO PAULO

VLADIMIR BARTALINI



## RESUMO

O trabalho procura estabelecer relações entre as propostas formuladas para os parques e áreas verdes em São Paulo, no período compreendido entre o final do século 19 e o início dos anos 50, e as idéias correntes sobre o tema “parques públicos urbanos” nos países de industrialização avançada, notadamente Inglaterra e Estados Unidos.

Expõe e comenta resumidamente as principais características das propostas inglesas e norte-americanas no referente aos parques e áreas verdes, e procura reconhecer sua presença nas propostas para São Paulo evidenciando também suas discrepâncias.

Analisa, sob esta ótica, o plano de avenidas de Prestes Maia (1930) e o programa de melhoramentos de Robert Moses para São Paulo (1950), indagando sobre os motivos da sua não realização.

## ABSTRACT

This paper intends to establish connections between proposals concerning parks and green areas for São Paulo City (from the end of 19th Century to the beginnings of 1950), and the current ideas about public parks in urban environment, specifically in industrialized countries like England and United States.

It points the main ideas about parks and green areas in these countries, and seeks its traces in the proposals for São Paulo City, remarking some discrepancies.

In this way, it focuses on the Avenues Plan by the brazilian engineer Francisco Prestes Maia (1930), and the Improvement Program for São Paulo by Robert Moses (1950), inquiring about the reasons they have not been carried out.

## INTRODUÇÃO

Nos diversos planos e programas elaborados para o município de São Paulo é comum a presença de um item relativo aos parques públicos, seja com este próprio nome ou,

então, em títulos como “belezas naturais”, “praças de *parkways*” etc.

Da mesma forma que os demais itens integrantes dos planos, as propostas referentes aos parques públicos procuram atender a certos objetivos, utilizam-se de conceitos ou de modelos e se formalizam com base em determinados princípios. No entanto, as tendências a que as propostas se vinculam e as referências que estão na base das soluções adotadas, nem sempre vêm explicitadas na exposição dos planos.

Os modos como os parques são enfocados variam, às vezes, dentro de um mesmo plano, constatando-se ora o predomínio de uma abordagem estética, ora recreativa, ora especificamente ambiental. As propostas também podem ter um caráter mais teórico ou mais pragmático, e estarem mais ou menos sintonizadas com o momento histórico de sua formalização.

Neste trabalho procuraremos analisar as proposições contidas nos planos e programas para São Paulo, referente aos parques públicos, focalizando: suas principais características; a predominância ou o equilíbrio entre os enfoques estético, recreativo e ambiental; a presença de conceitos ou modelos tomados como referência nas propostas. Buscaremos também estabelecer relações entre estas propostas e as tendências em matéria de áreas verdes então correntes em outras partes do mundo, notadamente Inglaterra e Estados Unidos, em cujo urbanismo os parques públicos tiveram, desde o início, um lugar de destaque.

Tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, a relação entre industrialização, urbanização e o advento dos parques públicos é claramente perceptível, sendo fundamental para a formação dos conceitos de parques e de sistemas de áreas verdes que se difundiram por vários países e chegaram até nós. Que relação pode ter havido entre o crescimento urbano de São Paulo, intimamente associado à industrialização, e as propostas referentes aos parques públicos?

A resposta a esta questão não cabe nos limites deste trabalho. Buscamos, no entanto, nos aproximar dela analisando o período que vai do final do século 19 até os anos imediatamente posteriores a Segunda Guerra Mundial, compreendendo assim a formação e a consolidação de São Paulo como o principal centro industrial do país. A análise vai até o momento que antecede o fenômeno da conurbação, portanto, quando São Paulo ainda tinha o potencial, em termos de base territorial, para a implantação de um sistema de parques nos moldes europeus ou norte-americanos, para atender às necessidades de recreação pública.

No período considerado ocorreram, no que concerne aos parques públicos, as intervenções levadas a efeito por Antonio Prado, Raimundo Duprat e Washington Luiz, assim como o plano de avenidas elaborado por Prestes Maia em 1930 e o programa de melhoramentos proposto por Robert Moses em 1950, que são de especial interesse para o estudo das áreas verdes em São Paulo.

Em vista de tais intervenções, planos e programas estarem razoavelmente sintonizados com as tendências e experiências que lhes eram contemporâneas nos países mais desenvolvidos, sentimos necessidade de nos reportarmos a certos antecedentes, justificando assim a referência à experiência inglesa na era vitoriana, às idéias de Olmsted, no caso americano, bem como a Howard e Unwin, pelas influências diretas ou indiretas que exerceram.

## ANTECEDENTES

Já no século 17, durante o absolutismo na Inglaterra, a história registra a permissão de acesso público ao Hyde Park, em Londres, que era de propriedade da Coroa. Há também notícias da abertura ocasional de parques reais para a comemoração pública de eventos importantes em meados do século 18.

Ainda na Inglaterra, nesta mesma época, encontram-se referências aos *Pleasure Gardens* (Chadwick), áreas particulares abertas ao público por algumas horas em determinados dias da semana, que desfrutavam de grande popularidade. Também na França, em fins do século 18, antigas propriedades reais foram abertas ao uso público, como o jardim das Tuilleries em Paris.

Afora estes espaços de origem privada, as cidades européias, e mesmo algumas cidades brasileiras, ainda antes da entrada do século 19, contavam com hortos botânicos, que o interesse científico do Iluminismo proporcionara e que, ocasionalmente, eram usados pela população como espaços para passeios e contemplação.

Por iniciativa da monarquia absolutista portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro foi contemplada, no último quartel do século 18, com o passeio público (local de antiga lagoa que fora saneada e arborizada), espaço especialmente preparado para o desfrute do lazer da população urbana, e que também serviu de palco para comemoração pública de eventos relacionados à Coroa (Segawa). Foi entregue ao público em 1783, na mesma época (a rigor dois anos antes) em que era criado em Leicester, Inglaterra, um *public walk*, também destinado ao desfrute da população urbana, embora com formas, dimensões e funções diferentes das do homônimo do Rio de Janeiro.

Estes poucos exemplos servem para ilustrar que, antes mesmo dos parques se tornarem equipamentos públicos quase que obrigatórios no planejamento urbano, já havia o hábito da população urbana (ou de parte dela) de desfrutar de espaços arborizados ou ajardinados como forma de lazer. Servem também para mostrar a coincidência de alguns costumes ligados ao uso, e a semelhança nas formas de provimento destes espaços, em realidades tão diferentes como as das metrópoles e das colônias.

No entanto as áreas verdes e espaços livres, na forma e nas finalidades com que foram introduzidos no planejamento urbano, têm sua origem no século 19, na Inglaterra. Ali,

o crescimento fenomenal das cidades industriais, associado às péssimas condições de vida dos trabalhadores, motivou o surgimento de um movimento reformador que procurava conciliar a busca do lucro individual com a consecução do bem coletivo, passando pela implantação de áreas verdes públicas nas cidades. Se as cidades eram infectas cumpria saneá-las de modo que os trabalhadores nelas residentes se tornassem melhores e mais satisfeitos, o que resultaria, por fim, em maiores lucros. Entre os muitos relatórios dos vários comitês criados para tratar das condições das cidades e da vida da classe trabalhadora, destacamos um trecho daquele produzido pelo *Select committee on public walks* em 1833, onde são enfatizados os supostos efeitos recuperadores e morais dos espaços livres sobre os trabalhadores:

*“Não é necessário salientar quão indispensáveis os passeios públicos ou espaços abertos podem ser nas vizinhanças das grandes cidades; para quem considera as ocupações das classes trabalhadores que ali moram, confinadas como são durante os dias da semana (...) em fábricas excessivamente quentes, é evidente que é de primeira importância para sua saúde no seu dia de descanso aproveitar o ar fresco e poder passear com o mínimo de conforto com suas famílias; se privados de tais meios é provável que seu único escape dos estreitos pátios e becos (nos quais tantos das classes pobres residem) venham a ser os botequins, onde gastam os recursos de suas famílias, e também freqüentemente destróem sua saúde. Nem este Comitê deixaria de notar as vantagens que os passeios públicos (devidamente controlados e abertos para as classes médias e pobres) oferecem na melhoria do asseio, arrumação e aparência pessoal daqueles que os freqüentam. Um homem passeando com sua família entre vizinhos de distintas categorias, naturalmente desejará estar adequadamente vestido e que sua mulher e filhos também estejam; mas este desejo devidamente dirigido e controlado é tido pela experiência como o de mais poderoso efeito em promover a civilização e estimular o empenho no trabalho (...)” (Chadwick.)*

O movimento pela implantação de parques públicos nas cidades inglesas promovido com esta visão, ao mesmo tempo filantrópica e interessada, resultou na efetiva provisão destes espaços no meio urbano, inicialmente através de iniciativas particulares e, gradualmente, através do poder público com a promulgação de várias leis atinentes ao assunto a partir dos anos 1840.

No mesmo período tem origem nos Estados Unidos um movimento encabeçado por uma *“elite intelectual, socialmente e politicamente muito poderosa, ainda expressão de interesses fundiários e comerciais que via no inevitável crescimento dinâmico das cidades a possibilidade de realizar também os princípios de utopia social a serem estendidos progressivamente às partes mais inexploradas e pobres do país”*. (Pettena.)

Esta utopia, baseada na democracia social e no poder da ciência, tinha sua expressão territorial em espaços organizados, física e socialmente, na medida do homem, e nos quais os parques e as áreas naturais desempenhavam papel primordial. Os parques passam a ser concebidos intrinsecamente à forma urbana e não mais como espaços

periféricos (nos sentidos literal e figurado). Para Olmsted, o principal porta-voz do movimento americano, o parque é o lugar onde se reafirmam os valores de igualdade e de justiça social e por isso não deve ser um fato excepcional na cidade, mas sim parte integrante de um sistema acessível a todos. (Zoppi.)

*“Olmsted reverte a tendência iniciada com os ‘rural cemetery’, colocados fora da cidade e concebidos como uma espécie de éden arcádico contraposto ao materialismo representado pela rigidez da malha urbana. Em Olmsted, como depois nos sucessivos paisagistas americanos, deste momento em diante a idéia de ‘naturalizar’ a cidade prevalece sobre a tendência de interpretá-la de um modo romanticamente artificial.” (Zoppi.)*

A planificação do ambiente, com a prevalência das exigências ecológicas, sociais e estéticas sobre aquelas de ordem econômica e técnica, era fundamental, na visão de Olmsted, para a resolução dos problemas sociais e para a formação do caráter nacional. Neste sentido ganham grande importância os sistemas de espaços livres públicos:

*“ (...) Era de fato nos espaços públicos de recreação passiva - parques, ruas, campus - que o cidadão experimentaria a realidade da vida democrática, assim como naqueles de recreação ativa destinados às atividades esportivas e do tempo livre: um sistema de recreação organizado como parte dos recursos de instrução de uma cidade sem o qual a criatividade individual e a produtividade teriam encontrado sérios obstáculos.” (Pettena.)*

Entre as mais importantes obras realizadas a partir dos conceitos de Olmsted conta-se o sistema de parques de Boston, da década de 1860, pela influência que exerceu nos planos de áreas verdes posteriores. O conceito de “sistema de parques” se opõe àquele do parque isolado como forma de amenização das condições ambientais da cidade. Os parques, segundo Olmsted, deveriam estar relacionados entre si, conectados de preferência por alongamentos estreitos e informais dos próprios parques ou, onde isto não fosse possível, por *parkways* formais. Estas ligações deveriam por sua vez ser articuladas com outras vias de caráter semelhante, de modo que de qualquer parte da cidade fosse possível ter acesso a elas em poucos minutos de caminhada. Nas palavras do próprio Olmsted:

*“ (...) É um erro comum ver o parque como algo que se completa em si mesmo, como uma pintura numa tela. Ele deveria ser planejado mais como se fosse um afresco, com a consideração constante dos objetos exteriores ainda que distantes ou mesmo só existentes na imaginação do pintor.” (Public parks and the Enlargement of Towns [1870] [in Chadwick].)*

Harvey analisa o movimento pela natureza na cidade como sendo uma reação da “consciência burguesa” diante do fato incontestável de que havia algo de degradante na relação entre o trabalhador e a natureza, imposta pelo capitalismo industrial através do

sistema fabril, e como uma forma da burguesia obter para seu consumo uma paisagem que em nada lembrasse aquela que ela própria está organizando para os outros na esfera da produção. Daí decorrem, segundo Harvey, as casas de campo e os subúrbios verdes para a burguesia e as classes médias, mas também a freqüentação dos parques públicos e a busca da natureza em passeios fora da cidade por parte dos trabalhadores. As tentativas de trazer a natureza para dentro da cidade, empreendidas no século 19 por Howard na Inglaterra e por Olmsted nos Estados Unidos, são retomadas, no século 20 por Lewis Mumford e Ian Mc Harg o que, conforme Harvey, *“atestam a continuidade deste tema no pensamento e na prática burguesas”*. (Harvey.)

Apesar de Harvey ver uma grande mistificação nas atitudes tanto da burguesia como dos trabalhadores diante da natureza (mistificação porque a natureza fica reduzida *“a um conceito de tempo livre, como algo a ser ‘consumido’ no decurso de uma pausa recuperadora daquilo que era de fato uma relação degradante com a natureza, na mais fundamental de todas as atividades humanas: o trabalho”*) ele entende que esta mistificação *“(…) combina elementos de necessidade e de cruel frustração. Agarrar-se a algum sentido de relação não alienada com a natureza faz a vida suportável para o trabalhador apenas porque isso leva a uma avaliação realista do que foi perdido e do que potencialmente pode ser ganho”* (Harvey.)

No entanto esta potencialidade não tem se realizado. O que ocorre é, quando muito, melhores condições no local de vida *“como compensação por aquilo que nunca pode ser realmente compensado no local de trabalho”* (Harvey.)

## **PRIMEIRAS INICIATIVAS EM SÃO PAULO**

Com tais antecedentes e estigmas de origem os parques urbanos chegaram até nós. Até que ponto a (má) “consciência burguesa”, a “nostalgia rural” do trabalhador e a necessidade de cooptação para o sistema fabril motivaram o surgimento de parques e áreas verdes públicas em nossa cidade, é algo difícil de avaliar. Provavelmente não erraríamos se disséssemos que, ao contrário das cidades européias e norte-americanas, a industrialização aqui não ensejou a criação de parques e áreas verdes, antes destruiu-os. É possível até cogitar que, entre nós, os parques tenham saído de um modismo, de uma tendência à imitação de modelos das metrópoles sem que houvessem as condições ou necessidades semelhantes às que motivaram seu surgimento lá.

De qualquer modo eles passaram a integrar, quase que obrigatoriamente, os programas de melhoramentos e os planos para a cidade desde que São Paulo se confirmou como a capital da economia cafeeira e, em seguida, da indústria. Muitas das justificativas para sua implantação se basearam no efeito restaurador proveniente do contato com a natureza e nos resultados morais do ambiente saudável - para o que os parques e as áreas verdes desempenhariam papel fundamental - e da recreação (particularmente da prática

de esportes) ao ar livre, tal e qual na Europa e nos Estados Unidos, embora somente uma pequena parte dos discursos tenha se efetivado na prática.

Não ocorreu aqui a ação forte dos reformadores a ponto de marcar o ambiente urbano com suas idealizações a respeito da natureza dentro da cidade. A atuação da iniciativa privada no provimento das áreas verdes de recreação, quando existiu, procurou resultados mais imediatos e a infra-estrutura correspondente durou o tempo das conveniências do capital, como se pode depreender da seguinte passagem:

*“No início do século foram construídos os primeiros parques equipados para a prática de esportes em meio a jardins ou matas nativas. Dois deles, o parque Antártica e o bosque da Saúde, pertenciam à Cia. Antártica Paulista, que os utilizava dentro de um esquema de marketing para vender cerveja. O parque Antártica foi inteiramente planejado, com ruas retas e árvores plantadas; já o bosque da Saúde era composto por trilhas e clareiras dentro de uma mata nativa. Inaugurados em 1900 e 1908, respectivamente, tiveram vida curta, porém intensa. Ambos eram servidos por bondes elétricos, havendo mesmo promoções de iniciativa da Light, em acordo com a Antártica, nas quais eram fornecidas reduções de tarifas e oferecidos espetáculos musicais e circenses gratuitos, com ampla divulgação nos jornais. Em 1916 o parque Antártica foi alugado para o Palestra Itália (atual Sociedade Esportiva Palmeiras) para a realização de jogos de futebol e comprado definitivamente quatro anos depois. O bosque da Saúde existiu até 1925, quando foi loteado, dando origem ao atual bairro.” (Pontes .)*

A ação pública em São Paulo no referente aos parques, jardins e áreas verdes em geral, começou a ocorrer de modo mais freqüente a partir de 1870, portanto, algumas décadas depois das iniciativas inglesas e uns 10 anos depois do início do movimento americano. Mas o que ocorreu aqui foi em escala mais pontual e sem as motivações que impulsionaram aqueles movimentos. De fato estávamos ainda num período escravocrata, a cidade burguesa mal se insinuava, o surto industrial demoraria ainda algumas décadas; a população portanto não vivia as condições dramáticas de habitabilidade que eram comuns nas cidades industriais inglesas, e parece que nem as elites locais eram dadas a utopias como a do leste norte-americano (Dal Co).

Apesar disso, a implantação dos jardins e parques públicos urbanos entre nós revela uma certa consonância com o que ocorria no exterior. Já antes, em 1838, o nosso jardim Botânico, no bairro da Luz, passaria a ter o nome oficial de Jardim Público, denominação bastante atualizada com as tendências da época.

A sintonia ainda pode ser constatada no fato dos jardins públicos estarem a princípio cercados de grades, como era comum na Inglaterra, sendo que mais tarde “ (...) a partir dos últimos anos do oitocentismo, parece que por influência do exemplo norte-americano, substituíram-se os jardins cercados de grades por jardins abertos, com canteiros desenhados de acordo com novos estilos” (Bruno.)

Seria possível ainda sugerir relações entre as tendências do movimento *City Beautiful*, originado em Chicago no final do século, com os melhoramentos realizados em São Paulo no mesmo período.

Concomitante ao movimento americano, travava-se na Europa uma discussão eminentemente estética a respeito do papel da arte no paisagismo e também sobre a relação entre edifícios e espaços livres, esta muito influenciada pela publicação em 1899 de *Der Städtebau nach seinen Künstlerischen Grundsätzen*, de Camillo Sitte.

É neste contexto mundial das tendências do urbanismo que podem ser situados os melhoramentos realizados por Antonio Prado na virada do século em São Paulo, caracterizados pelo embelezamento dos espaços públicos, bem como de certo modo o projeto e a implantação, já nas gestões seguintes de Raimundo Duprat e Washington Luiz, dos parques centrais do Anhangabaú e D. Pedro II.

No projeto do parque D. Pedro foram consideradas, sem dúvida, questões especificamente ambientais e de recreação pública. No entanto, os equipamentos esportivos previstos no projeto de Cochet não foram implantados, e na exposição de motivos feita por Washington Luiz, no envio do projeto à Câmara em 1914, não sobressaem propriamente as questões ambientais, mas antes as preocupações com a aparência do lugar, a moral e a segurança, num documento em que os preconceitos são explicitados sem qualquer constrangimento:

*“(...) Não pode ser adiado (o projeto), porque o que hoje ainda se vê na adiantada capital do Estado, a separar brutalmente do centro comercial da cidade os seus populosos bairros industriais, é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos e ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quase toda a sua extensão. (...) É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetas do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação em moitas, pela ausência de iluminação, se reúne e dorme e se encacha à noite, a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, e em todas as idades, todos perigosos. (...) Tudo isto pode desaparecer, e já, tendo já sido muito melhorado com a canalização e aterrados feitos, sendo substituído por um parque seguro, saudável e belo, como é o do projeto Cochet. (...) Denunciado o mal e indicado o remédio, não há lugar para hesitações, porque a isso se opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo.” (Kliass.)*

Na exposição de motivos as menções sobre os problemas de saneamento que afetavam o local (águas estagnadas, poeira, lixo, insetos, etc.) vêm sempre eivadas por considerações sobre a moral e os bons costumes, associação bastante freqüente em todo o discurso higienista.

Nesta época São Paulo estava vivenciando o primeiro surto industrial, mas os principais problemas de saneamento eram anteriores à industrialização e, embora houvesse um incipiente proletariado industrial, ele não era citado nas alegações para a criação de parques públicos, como ocorreu no século anterior na Inglaterra e nos Estados Unidos. Isto nos faz situar as iniciativas paulistanas no âmbito limitado do embelezamento de uma cidade que enriquecia. Se havia preocupação com o ambiente da cidade e com as necessidades dos futuros habitantes, elas estavam presentes nas idéias de quem projetava, conforme se pode atestar em trecho do Relatório Bouvard de 1911, com a costumeira associação entre áreas verdes, espaços públicos, higiene e valores morais:

*“(...) Cumpre não esquecer a conservação e criação de espaços livres, de centros de vegetação, de reservatórios de ar. Mais a população aumentará, maior será a densidade da aglomeração, mais crescerá o número de construções, mais alto subirão os edifícios, maior se imporá a urgência de espaços livres de praças públicas de squares, de jardins, de parques. (...) Foi para tal fim que independentemente dos passeios interiores (...) aconselho três grandes parques, lugares de passeios para habitantes, focos de higiene e de bem-estar, necessários à saúde pública, tanto moral como física.” (Kliass.)*

## **OUTRAS REFERÊNCIAS**

As rápidas transformações que se processavam no território norte-americano, e as novas e duras condições das cidades industriais inglesas, resultaram no movimento dos parques públicos em ambos os países, nos meados do século passado, atribuindo às áreas verdes no interior das cidades um papel regenerador do ambiente físico e moral.

Mas em tais países, um outro problema passou também a ocupar as atenções com a continuidade do processo de industrialização: o do crescimento rápido e descontrolado das cidades. Das tentativas para a solução deste desafio surgiram várias propostas urbanísticas. Entre elas, a de maior repercussão foi a das cidades-jardins de Howard, nos fins do século 19. Howard propunha a fusão cidade-campo e, da mesma forma que nas propostas de Olmsted, os parques centrais estariam intrinsecamente ligados à forma urbana e deveriam ser facilmente acessíveis a pé. Uma grande avenida circular, de 25 m de largura, formaria como que um parque complementar - um cinturão verde ainda interno à área urbanizada - ao longo do qual estariam dispostas escolas, igrejas, áreas esportivas e jardins. Todos os equipamentos seriam interligados por avenidas e *boulevards* arborizados.

Um novo papel estava então reservado às áreas verdes na concepção das cidades-jardins: a de delimitação da área urbana, princípio que foi extensivamente adotado em planos posteriores em várias cidades de diferentes países.

A realização prática das idéias de Howard está ligada ao nome de Raymond Unwin. No livro *Town planning in practice*, editado em 1909, Unwin aborda uma ampla gama de temas referentes ao planejamento das cidades e ao desenho urbano, numa visão heterodoxa que, tendo as concepções de Howard como base, abarca o debate entre as escolas francesa e alemã, respectivamente defensoras do “formal” e do “pitoresco” no referente ao traçado urbano, bem como o antagonismo entre os adeptos da *Landscape school* e os do formalismo no projeto dos jardins na Inglaterra, procurando tirar partido das melhores qualidades de cada uma destas tendências.

Unwin estará sempre buscando o equilíbrio entre as considerações de ordem ambiental e a ordenação formal que, segundo ele, todo projeto deve ter. Trabalha com pares de opostos, procurando harmonizá-los: princípios artísticos x necessidades práticas; ambiente natural x intervenção humana; ordem geométrica x irregularidade.

*“(...) É necessário buscar numa terceira via entre estes extremos (formal e pitoresco) que se resume em levar a termo os nossos fins no modo mais simples e mais leal e, sobretudo, não fazer nada sem um motivo preciso. (...) O projetista deve amar todas as belezas naturais e, ao mesmo tempo, ter em mente uma clara idéia da beleza do projeto preciso que quer desenvolver. Deve se aproximar do ambiente com reverência, harmonizar seus edifícios com a paisagem circundante, conservar e incorporar ao projeto árvores ou outros elementos existentes. Ao mesmo tempo sua fé num projeto preciso o impedirá de sacrificá-lo injustificadamente em favor de características ambientais de menor importância.” (Unwin.)*

Considera que a beleza é fundamental no desenho urbano e apresenta, com relação a este assunto, uma visão muito própria que, de algum modo, responde ao movimento *City beautiful*: a beleza reside em fazer bem aquilo que se deve fazer; não é uma qualidade que se acrescenta exteriormente, mas antes “*nasce no espírito que o artista infunde na obra*” (Unwin.)

Afora a postura não dogmática assumida por Unwin, o fato de suas recomendações estarem firmemente baseadas na experiência recolhida na prática deve ter contribuído muito para a divulgação de alguns dos princípios contidos em sua obra e cuja presença se nota, ainda que de modo subjacente, em vários planos de cidades.

No que diz respeito aos parques e áreas verdes urbanas Unwin não chega a explicitar uma idéia de sistema como a que caracterizara a concepção de Olmsted e mesmo o esquema ideal de Howard. As referências ao assunto são quase sempre recomendações acerca do desenho e do uso da vegetação nos projetos. É apenas no capítulo que trata dos limites e acessos à cidade que Unwin comenta a dificuldade em resolver a integração cidade-campo, advogando a idéia de definir claramente os limites entre eles. Os parques poderiam então desempenhar uma função correspondente aos antigos muros, enquanto delimitadores da área urbana. Ressalta o aspecto agradável destas áreas verdes e sua utilidade para o repouso,

passeios e refúgio para a flora e a fauna e reafirma a conveniência em diferenciá-las claramente com relação à área edificada da cidade.

Outra possibilidade vislumbrada por Unwin para as áreas verdes de menores dimensões é a de servir como marco nos pontos em que as ruas atingem os confins da cidade. É claramente predominante a preocupação formal nas idéias de Unwin sobre as áreas verdes. Revelando sempre um grande apreço pela idéia de ordem como quando se refere às áreas de recreação infantil:

*“(...) Estas superfícies devem ser bem definidas para que o (seu) aspecto desordenado não se propague pela área circundante (...) ou então serem implantadas no meio de extensas superfícies de relvado de modo a tornar insignificante aquela falta de ordem.”* (Unwin.)

Ressalve-se, entretanto, que não se tratava de um formalismo dogmático e nem que tal preocupação formal fosse insensível aos aspectos referentes ao uso do espaço. O mesmo se pode dizer com relação à compreensão e apropriação das características naturais do sítio: as suas qualidades devem ser reconhecidas e aproveitadas (na medida do possível e sem prejudicar o sentido de ordem que todo projeto deve ter) tanto pela economia que isto proporciona como pela beleza que pode ser usufruída.

Unwin se detém mais no tratamento dos pequenos espaços livres de uso público junto às áreas residenciais ou, então, das praças centrais. Como não existe um modelo único a ser seguido, supõe-se que estes espaços ocorrerão onde o programa, as condições do terreno e as considerações de ordem estética determinarem. Este pragmatismo criterioso e imbuído de bom senso, informará muitos planos desenvolvidos nas décadas posteriores. O próprio Unwin foi responsável pelo plano de Londres, em 1932, propondo uma zona verde ao redor da cidade com as finalidades de recreação pública e de contenção urbana e ali se podem notar suas preocupações no referente ao uso e o aproveitamento dos aspectos naturais do sítio:

*“(...) Este plano (de Unwin) difere do atual cinturão verde em vários aspectos importantes. Embora a superfície em hectares não fosse grande, os espaços a serem obtidos estavam destinados à aquisição com vistas ao uso público. Os espaços não formavam um cinturão ininterrupto; grosso modo, o traçado era circular, mas fundamentalmente estava constituído por uma série de espaços baseados na rede de drenagem e estavam entrelaçados com as zonas edificadas. Por esta razão a quantidade linear de espaço - ou borda - teria sido maior do que o do atual cinturão verde”* (Whyte.)

## **OS PARQUES PÚBLICOS NO PLANO DE AVENIDAS**

A necessidade de se adotar um princípio ordenador, em geral baseado numa ordem geométrica, e flexibilizá-lo, ajustando-o às condições reais, bastante enfatizada na obra

de Unwin, verifica-se também no estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo, elaborado em 1930 por Prestes Maia.

Outro ponto comum que pode ser detectado é o da “solução negociada” entre necessidades práticas, técnicas e estéticas. Maia chega a citar Unwin subscrivendo que a “solução é ótima quando naturalmente se oferecem os elementos da composição”. E no capítulo em que trata, ainda que de modo genérico, da extensão da cidade, algumas passagens também fazem lembrar Unwin como, por exemplo, ao sugerir para o zoneamento de São Paulo moderação, respeito pelas tendências naturais, salvo quando opostas a “princípios essenciais de urbanismo”

As semelhanças porém não podem ir mais longe, pois um dos pontos fundamentais para Unwin é a investigação sobre a cidade, com base no exemplo de Patrick Geddes, em que os aspectos históricos e sociológicos entram com grande peso, o que, em absoluto, foi levado em conta no estudo de Prestes Maia. Isto sem falar na discordância essencial com relação à contenção do crescimento físico da cidade, primordial para Unwin e considerada um atraso por Prestes Maia.

Mas vamos encontrar no plano de avenidas a mesma postura que relega os parques de caráter “naturalista” à periferia da cidade, reservando as áreas centrais para os jardins e parques com tratamento mais formal ou regular, praças cívicas e *boulevards* disciplinadamente arborizados. Prestes Maia propõe a remodelação da praça da República, transformando-a de jardim pitoresco em praça monumental, e defende sua idéia dizendo que “*aos que julgarem iconoclástico o projeto mostraremos que estamos na melhor companhia*” e faz duas citações: “*Um parque com paisagismo naturalista, apropriado para um bairro residencial é um anacronismo num ambiente de arranha-céus*” (George Burnap.) E “*Um pequeno parque delimitado por linhas retas no coração de uma cidade, com relevo irregular é em minha opinião um tanto deslocado; tal parque deveria ter um caráter arquitetônico. Em outras palavras, ele deveria ser uma praça pública mais do que um parque*”. (Thomas Hastings.)

Para ficarmos com nossas referências, poderíamos dizer que esta postura, totalmente antagônica à de Olmsted, seria provavelmente bem acolhida por Unwin.

Em Unwin não se encontra desenvolvida uma estrutura formal para um sistema de parques e áreas verdes no interior da cidade. Suas considerações sobre o assunto podem ser resumidas na idéia de extensões verdes razoavelmente grandes distribuídas na forma de anéis periféricos, já na transição cidade-campo destinadas a recreação pública. Afora esta orientação de ordem geral e de colocações genéricas sobre a importância de se prever as necessidades futuras em parques e áreas de recreação infantil, não é possível detectar o princípio ordenador para a distribuição destes equipamentos na cidade.

Já Prestes Maia, ao apresentar o seu terceiro circuito, ou circuito de *parkways*, demonstra estar ciente dos esquemas então em voga para as áreas verdes e justifica que a adoção

de um esquema circular-diametral para São Paulo (com a circunferência acompanhando basicamente os rios canalizados e o diâmetro correspondendo às avenidas do Estado, Independência e Tereza Cristina) *se deve ao intuito da exequibilidade pois “(...) se o intento fosse outro o ponto de partida seria um esquema predominantemente radial ou insular de espaços livres (...)”*

Passa então a comentar os referidos esquemas: *“(...) Habitualmente tem-se criado ilhas verdes no interior de áreas construídas, mas elas são insuficientes para o arejamento. (...) Recentemente nota-se o esforço para criar parques e bosques na periferia da cidade, mas esta cintura também não é eficaz quanto arejamento. Este só é conseguido de modo conveniente pela penetração em cunha dos espaços livres”*

E conclui que, independentemente de suas qualidades, todos eles envolvem custos proibitivos quando aplicados em áreas já construídas razão pela qual escolheu uma orientação mais modesta, que poderia ser resumida em três pontos:

- 1 Parques em espaços livres isolados, menores, porém mais numerosos no centro e nas áreas densamente habitadas.
- 2 - Parques maiores acessíveis e interligados por *parkways* perimetrais ou por radiais de primeira ordem.
- 3 Alargamento e arborização das radiais e previsão, mediante zoneamento, de bairros-jardins cuneiformes no interior dos setores de círculo, de modo a satisfazer, ao menos relativamente, o sistema ideal de espaços livres.

Contudo o objetivo do plano de avenidas, como o próprio nome diz, não era o de implantar um sistema de parques. Nas palavras do autor do plano “só nos interessam no momento os grandes parques por suas relações (de estética e de tráfego) com o plano arterial”.

Ainda assim, além dos grandes parques existentes (Anhangabaú, D. Pedro II, Independência, do Estado, Cantareira), dos parques com área já disponível (Ibirapuera) e sugeridos (Alto da Serra, reserva florestal do governo do Estado que, expandida pela orla do planalto, formaria com os lagos da Light o cenário de uma zona turística ao sul de São Paulo). Maia não deixa de contemplar os parques médios propondo-os no Pari (nos pátios, a serem desativados, da São Paulo Railway), na Moóca (onde hoje se situa o Centro Educacional da Moóca), dois na Ponte Grande (um onde se localizam atualmente os clubes Tietê, Espéria e o Parque Anhembi e o outro na área da Coroa, correspondendo aos propostos por Ulhoa Cintra no projeto de regularização do rio Tietê), no Tatuapé e na Lapa (à beira do Tietê), no Butantã (junto ao antigo horto estadual) e na Aclimação (no local do atual parque), além de considerar outros existentes (Luz, Trianon, Água Branca), todos interligados pelas radiais e perimetrais, sempre que possível arborizadas e ajardinadas.

Por trás da articulação dos parques mediante *parkways* e *boulevards* é possível reconhecer o conceito de sistema de parques originalmente formulado por Olmsted e em seguida generalizado.

À época do plano de avenidas, Robert Moses já presidia a *Long Island State Park Commission*, já fizera o plano estadual de parques para New York e organizara a *New York Metropolitan Conference on Parks* (1928), embora somente em 1934 fossem iniciados, sob sua direção, os trabalhos que ampliariam em duas vezes e meia aquele sistema de parques, realizando desta maneira as propostas de Olmsted em escala metropolitana. (Chadwick.)

É de se supor, com base na vasta informação de Prestes Maia em matéria de urbanismo, que ele conhecesse os planos de Moses. No entanto, aqueles conceitos inspiradores são aqui definhados, na impossibilidade de concretizá-los na mesma extensão e abrangência em que o foram na metrópole norte-americana. As distâncias físicas que separam os parques no plano de avenidas são muito grandes e os elementos de conexão entre eles não chegariam a ter as características preconizadas por Olmsted; também não seriam *parkways*, chegando no máximo a *boulevards*, caso tivessem sido realizadas conforme o idealizado. Na verdade os elementos de conexão estavam condicionados pela urbanização já consolidada ou por melhoramentos já projetados, notadamente a canalização dos rios, que Prestes Maia julgou conveniente considerar.

Prestes Maia compartilha da idéia de que as áreas verdes possuem valores higiênicos e sociais e reconhece que não é apenas a sua quantidade que deve ser considerada, mas também a sua distribuição no espaço e a sua especialização funcional. Coerentemente, além dos parques grandes e médios, proporá *playgrounds* para crianças e parques esportivos para adolescentes e adultos.

Os critérios de localização dos *playgrounds* são genéricos. Recomenda que sejam garantidos acessos seguros e dimensões em função da densidade. O raio de influência dos equipamentos segue o padrão norte-americano de 800 m. Também de filiação norte-americana é a recomendação de vinculá-los às escolas.

Os parques esportivos já teriam equipamentos mais afastados, vastos e completos e, em regra, públicos. O plano não define sua quantidade nem localização, a não ser os da Moóca e do Ibirapuera, mas aconselha que sejam instalados ao longo do terceiro circuito (*parkways*) ou “onde o custo do terreno permitir grandes campos e ampla cercadura de vegetação”

Ao reconhecimento do referencial técnico que embasou as propostas, ainda que genéricas, sobre parques e áreas verdes de recreação no plano de avenidas, poderíamos acrescentar as referências de caráter mais ideológico como, por exemplo, a do significado dos esportes que Prestes Maia foi buscar num texto de sabor positivista do prefeito de Lyon.

*“A ciência aeeve ser o junaamento da cidade moderna. É ela que nos aconselha a reservar, no interior desta cidade, as instituições necessárias para a cultura física e os esportes. Os antigos compreenderam isto melhor que nós. Percorram-se as ruínas que ainda subsistem de suas cidades. Por toda parte banhos e estádios. Nós devemos retornar à sua concepção, a única verdadeira. Convenhamos que, para proteger a espécie humana, nós empregamos os procedimentos inversos àqueles que asseguram o progresso das espécies animais. Unicamente atentos a curar os enfermos, as doenças, os seres acometidos por taras, o que é de fato um grande dever, nós diminuímos, de ano em ano, o coeficiente de vigor e de saúde de nossa raça. Preservar os seres sãos não é também uma grande obrigação? Na cidade moderna, como na cidade antiga, o ginásio, o estádio, deveriam aparecer como indispensáveis, como instituições não de luxo, mas de primeira necessidade.”* (Herriot. prefeito de Lyon.)

Outra manifestação dos valores assumidos por Prestes Maia encontra-se na exaltação da cultura esportiva alemã, na seguinte passagem:

*“O papel educativo dos jogos e esportes deve ser estudado sobretudo na Alemanha. Ali a educação dirige-se mais aos jogos coletivos que ao desportismo inglês, ‘exaltador do egoísmo individual’ [Andre].”* (Maia.)

Ou ainda:

*“A distinção da cultura alemã pode ser verificada até nas formas aparentemente mais fúteis da atividade: ‘sport, dizem os ingleses; panem et circensis clamam as turbas neo latinas; ginástica, respondem os alemães, isto é, alegria do exercício coletivo, ritmico e refletido’ [Fauconnet].”* (Maia.)

O ecletismo dos enunciados contidos no plano de avenidas pode de certo modo ser considerado a expressão das contradições e das oscilações entre o apelo da fantasia e o apego à realidade, que costumam ocorrer nas fases de transição mais significativas. Pretendia-se que São Paulo fosse uma cidade bela e ao mesmo tempo sede do capital industrial. Aos momentos de maior idealização, em geral inspirados em modelos europeus e norte-americanos, sucede-se, no plano, o reconhecimento das limitações levando antes ao empobrecimento das concepções originais que ao surgimento de alternativas realmente autênticas.

## **OS PARQUES PÚBLICOS NO RELATÓRIO MOSES**

As propostas para parques e áreas de recreação contidas no Programa de Melhoramentos Públicos para a cidade de São Paulo, contratado pela prefeitura em 1950, e dirigido por Robert Moses, situam-se cronologicamente e metodologicamente entre dois momentos distintos no que se refere aos planos elaborados para São Paulo. Num

dos pólos, o plano de avenidas idealizava o sistema de parques e *parkways* na forma circular - diametral; no outro pólo, representado pelo plano da SAGMACS (padre Lebre) de 1956-1957 e também no Plano Urbanístico Básico de 1968, os parques e áreas de recreação, do mesmo modo que os demais equipamentos urbanos, obedecem na sua disposição espacial a um outro tipo de idealização que parte do pressuposto de que a cidade se compõe de (ou se decompõe em) unidades territoriais que se relacionam de modo orgânico e hierarquizado, numa escala crescente de complexidade que vai do loteamento à aglomeração supramunicipal.

Nas proposições de Moses, pelo contrário, os preconceitos formais não estão presentes, ou não são tão evidentes, ao menos no que diz respeito aos parques, o que talvez se deva ao peso de sua experiência prática adquirida nos 26 anos em que dirigiu o Departamento de Parques de Nova York. Suas propostas para São Paulo se baseiam mais nas oportunidades de realização do que em modelos apriorísticos. O que mais se aproxima de uma preconcepção é uma vaga menção a um sistema que deve contar com *“um certo número de parques razoavelmente amplos e acessíveis, com arborização, ajardinamento, campos marginais de recreio e áreas para atletismo (...) e de parques de bairro, de 1 a 3 hectares, com instalações adequadas para todas as idades”*

Para Moses o propósito principal dos parques é o recreativo, atuando “beneficamente sobre a saúde física e mental dos habitantes” embora reconheça que também tem importância por proporcionarem “ar saudável e luz do sol” e por “contribuírem para o embelezamento ” da cidade.

A atuação de Moses em Nova York se caracterizou por intervenções em escala metropolitana com o objetivo de proporcionar espaços de recreação de massa. Trará este enfoque para cá. Critica o sistema de parques, jardins e instalações recreativas existente, considerando-o inadequado em termos de dimensionamento, distribuição espacial e finalidade. Comenta que *“os (parques) que estão sob a jurisdição de Parques e Jardins visam principalmente o embelezamento da cidade. São, em geral, poucos e pequenos. (...) Os que estão sob o controle do Departamento de Educação, Assistência e Recreação são mais ligados à saúde, educação e treinamento. A parte recreativa é incidental”*

Menciona os centros de recreio e os parques infantis existentes, reconhece as qualidades de alguns deles mas considera-os excessivamente dispendiosos e insuficientes em quantidade para atender à demanda da cidade: *“(...) Devido ao seu alto custo é impossível atender à demanda pela construção de centros caros e luxuosos. (O atendimento) deverá ser feito pelo estabelecimento de espaços ao ar livre, sujeitos a um mínimo de supervisão, como em Nova York”*.

Também, à semelhança do realizado em Nova York, sugere a inclusão das praias no sistema de parques recreativos para São Paulo envolvendo, na escala metropolitana, as esferas estaduais e municipais.

Ciente das limitações de São Paulo, propõe um programa de curto prazo para o sistema de parques e praças que é “o máximo que se pode fazer” e que corresponde a 8% dos custos gerais previstos para os cofres municipais, compreendendo-se nestes custos gerais: a conclusão da retificação do rio Tietê, complementação da infra-estrutura de saneamento, abertura de vias expressas, pavimentação e transportes coletivos. Tem-se assim uma idéia da importância relativamente considerável atribuída ao sistema de áreas verdes.

Faziam parte do programa de curto prazo para os parques:

- Adaptação de áreas consideráveis dos parques existentes para fins recreativos.
- Construção imediata de 50 parques de bairro de 1 a 3 hectares contando apenas com equipamentos básicos que, seguindo o modelo nova-iorquino, constariam de: sanitários, ginásio para crianças, brinquedos, tanque de areia, tanque de água ou chuveiros, ringue de patinação e quadras de uso múltiplo. Não é indicada a localização destes parques, mas é sugerido que, para sua criação, se aproveite a lei que obriga a doação de 10% da área de parcelamento do solo para parques e jardins “de modo aproveitável e conveniente”.

Implantação de quatro grandes parques em terras contíguas aos rios Tietê e Pinheiros:

1. Parque náutico, de 200 ha entre a ponte Grande e a vila Maria correspondendo ao projeto Ulhoa Cintra de 1922, junto ao rio Tietê.
2. Parque de 20 ha entre as atuais pontes do Limão e Freguesia do Ó, junto ao rio Tietê.
3. Parque de 20 ha na av. Jaguaré, junto ao rio Pinheiros.
4. Parque de 20 ha em Santo Amaro, junto ao rio Pinheiros.

Os recursos para a execução do programa de parques e praças de recreio seriam provenientes de diversas fontes:

verbas da educação, associando a implantação das praças de recreio à construção das escolas (experiência americana);

verbas das vias públicas, embutindo os custos de ajardinamento e a execução das áreas de recreio nos custos do prolongamento das rodovias no interior do município;

verbas resultantes da venda das terras recuperadas pelas obras de retificação do rio Tietê, que já estavam sendo financiadas pela prefeitura;

- verbas da corporação para a urbanização das terras do canal do rio Pinheiros, a ser criada, condicionando a venda das terras beneficiadas ao cumprimento de um plano de urbanização com a inclusão dos parques;

- verbas normais do orçamento municipal;
- verbas estaduais.

Moses não esclarece que critérios utilizou para o dimensionamento e a localização dos parques e áreas de recreação. Mas como elaborou o relatório para São Paulo apenas 2 anos após ter deixado a direção do Departamento de Parques de Nova York, é razoável supor que tenha adotado os padrões que lhe eram habituais. A consciência das limitações da nossa cidade, no entanto, estiveram presentes no programa modestíssimo (se comparado ao executado na cidade norte-americana) e apegado à exequibilidade.

O relatório Moses, como também ficou conhecido o Programa de Melhoramentos de 1950, ocorre num momento em que está se dando a *“maior intensificação do desenvolvimento do país, com São Paulo cada vez mais no centro do processo”* (Singer.) A cidade já possuía 2.200.000 habitantes, apresentando uma taxa anual de crescimento em ascensão. A área urbanizada se expandia rapidamente, mas a conurbação metropolitana se limitava então à faixa ao longo da estrada de ferro São Paulo-Jundiaí no sentido de São Caetano do Sul e Santo André, não tendo atingido ainda Guarulhos nem os municípios de Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Suzano, ao longo da estrada de ferro Central do Brasil. (Singer.)

A provisão dos parques de bairro proposta por Moses, com base na porcentagem de área verde exigida pela legislação da época, seria portanto factível, bastando para tanto uma ação administrativa conseqüente.

O parque náutico do Tietê, por sua vez, estaria garantido pela comercialização de aproximadamente 200 ha de várzea recuperados para urbanização pela própria prefeitura.

A viabilização dos parques ao longo do rio Pinheiros dependeria sobretudo de uma ação política para reverter o decreto estadual que estabelecia que as terras sobrantes das obras de retificação do canal seriam leiloadas pela Light ou readquiridas pelos antigos proprietários com a inclusão dos custos e benfeitorias. Em substituição ao fixado no decreto, que não previa plano ou controle da urbanização das terras beneficiadas, Moses apresentava a seguinte proposta:

*“ (criação de uma) Corporação de Urbanização das Terras do Canal, na qual a Light teria uma participação adequada. A venda das terras beneficiadas seria condicionada ao cumprimento de um plano definido de urbanização, sendo que o dinheiro da venda seria utilizado para o custeio dos melhoramentos públicos para a área beneficiada (...) A Corporação controlaria as terras beneficiadas ao longo do Canal. Os pequenos proprietários receberiam ações proporcionais ao valor das terras. Como o projeto se realizará por etapas o capital de giro inicial não precisaria ser grande. Os trabalhos se desenvolveriam à medida que as terras beneficiadas fossem vendidas”* (Moses.)

Apesar das oportunidades que se apresentavam, nada deste programa mínimo se realizou. Há de se registrar os melhoramentos nas praias de Santos e a intensificação da demanda para o lazer de massa no litoral sul. Mas estes são fatos que devem antes ser considerados mera expressão das forças do mercado do que consequências do relatório Moses.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando apenas os dois principais planos do período analisado, e tentando cotejá-los de modo sumário, podemos dizer que os parques do plano de avenidas de 1930, em que pese a função utilitária inerente a qualquer parque, estão orbitando em torno de uma concepção predominantemente formal regida por suas relações estéticas com o plano arterial. Moses, em 1950, por sua vez, enfatiza os aspectos recreativos. O enfoque ambiental, em seu sentido mais específico (biofísico), começará a se fazer presente somente a partir do plano metropolitano de desenvolvimento integrado concluído em 1970.

O sistema de parques de Prestes Maia apóia-se em bases teóricas, recorrendo mesmo à abstração geométrica para a sua formalização, embora venha temperado pela consideração das limitações reais e dos fatores físicos característicos do sítio urbano. Moses se apega aos aspectos pragmáticos, sem adotar um modelo traduzível numa figura preconcebida, ou num sistema que tenha por princípio a continuidade espacial, embora deixe entrever a figura do arco formado pelos canais do Tietê e do Pinheiros ao propor que os parques principais e os grandes espaços abertos sejam dispostos ao longo desta linha.

Prestes Maia demonstra conhecimento das tendências mais recentes em matéria do urbanismo da época em que elaborou o plano. Cita Le Corbusier e comenta as experiências das cidades-jardins inspiradas em Howard, afastando-se porém destas linhas por considerá-las demasiadamente utópicas. Moses vem de uma longa experiência na implantação de sistemas de parques da qual acabara de se desligar. Por conta disto poderia ter chegado a proposições descabidas, mas, ao contrário, considerou as limitações financeiras e as peculiaridades locais corroborando inclusive propostas anteriormente formuladas para São Paulo por técnicos e urbanistas locais.

Por isto, apesar das abstrações do plano de Prestes Maia no referente aos parques, não se pode dizer que os planos para os parques públicos de São Paulo tenham se caracterizado pela utopia ou por um total descolamento da nossa realidade. Ainda assim não foi constituído um sistema de parques e de áreas verdes públicas destinado ao lazer da grande massa de trabalhadores e da classe média que aqui se concentrava.

Investigar as razões disto está fora do alcance deste trabalho, que se propõe simplesmente evidenciar as aspirações expressas nos planos. Mesmo as hipóteses para buscar as causas da preterição a que foram sujeitos os planos de parques e áreas verdes careceriam no momento de um mínimo de consistência. Mas nos parece de antemão que limitar as explicações à falta de recursos é insatisfatório, mesmo sabendo das imensas dificuldades em se atender às necessidades consideradas prioritárias como saneamento, habitação e transportes, entre outras.

Seria mais interessante saber porque a implantação de um sistema de parques e de áreas verdes de recreação pública na metrópole industrial que se formava, não se constituiu numa necessidade, nem para os trabalhadores, nem para o empresariado, nem para o poder público, como ocorrera na Europa e nos Estados Unidos. Seria possível alegar diferenças econômicas e culturais e mesmo a defasagem temporal entre os fatos de lá e os daqui. No entanto foram as próprias administrações municipais, portanto, instâncias do poder, que elaboraram ou encomendaram os planos a que nos referimos, e neles os parques e áreas verdes de recreação sempre tiveram um lugar garantido, com propostas razoavelmente sintonizadas com o que havia de mais atual em matéria de urbanismo. Não é difícil imaginar que não passassem de meras formalidades. De qualquer modo seriam formalidades necessárias, tanto que compareciam nos planos. Por que então não se concretizaram, já que haviam condições favoráveis?

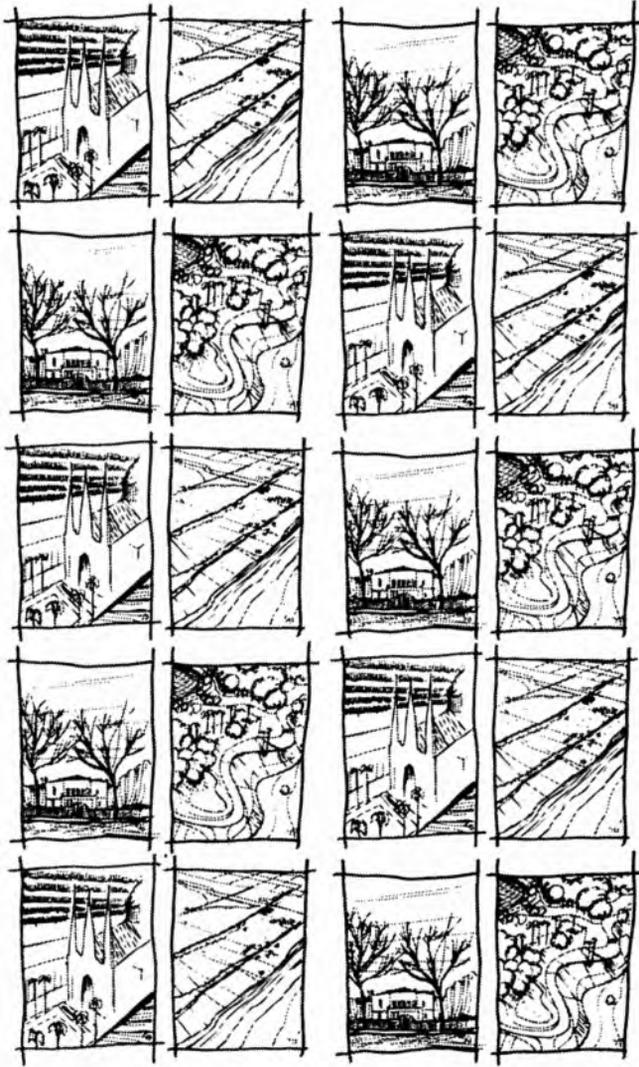
Uma outra linha de explicação poderia seguir o argumento de que, no momento em que São Paulo começava a se firmar como metrópole industrial, os grandes parques ou os parques de recreio na escala dos bairros já não eram sentidos como espaços essenciais para o lazer. A chegada da televisão e o desenvolvimento da indústria automobilística nacional, na década de 50, supririam as necessidades do lazer realizando-o no interior das casas ou no exterior da cidade, marginalizando os espaços públicos intra-urbanos. Mas uma programação contínua e suficientemente diversificada das emissoras e a generalização do consumo de televisores, que levariam a televisão a ser uma forte concorrente do lazer público, assim como a maior facilidade para a aquisição de automóveis, que possibilitaria a evasão principalmente para o litoral, são fenômenos posteriores ao período que estamos tratando. Mesmo que fossem concomitantes, haveria o caso de Nova York impedindo o estabelecimento de uma relação direta entre os fenômenos, pois lá o sistema de parques foi consideravelmente ampliado, a despeito da disseminação dos aparelhos de televisão e dos automóveis que ocorria simultaneamente.

De certo não haverá uma ordem única de fatores que venha a ter primazia para a explicação do grande descompasso entre o proposto e o realizado para São Paulo. É mais provável que se encontrem respostas mais satisfatórias se não se perder de vista a interação entre os fatores econômicos, políticos e culturais presentes em cada momento histórico. Isto deverá nos conduzir, necessariamente, ao exame mais detalhado das situações concretas nos momentos em que se formularam as propostas e em que se deu (ou não se deu) a sua realização.

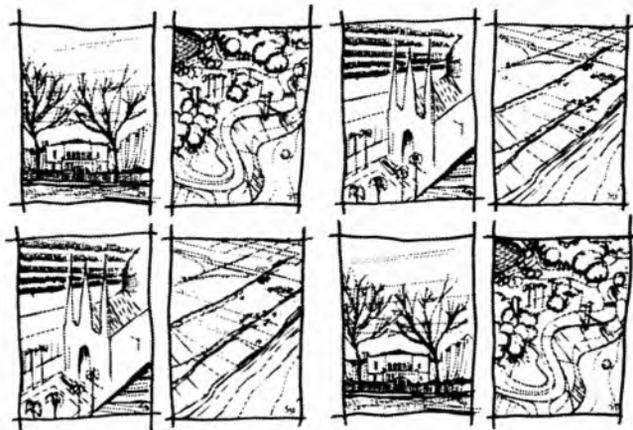
## BIBLIOGRAFIA

- BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- CHADWICK, George F. *The park and the town*. London: The Architectural Press, 1966.
- DAL CO, Francesco. *De los parques a la región, in La ciudad americana - de la guerra civil al New Deal*. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: *Espaços e Debates*, n. 6, 1982.
- KLIASS, Rosa G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1994.
- MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. 1930.
- MOSES, Robert. *Programa de melhoramentos públicos para a cidade de São Paulo*. 1950.
- PETTENA, Gianni. Frederick Law Olmsted. In: *Storia Urbana*, n. 60, 1992.
- PONTES, José Alfredo O. V. Em busca do verde perdido. In: *Memória*.
- SEGAWA, Hugo M. Os jardins públicos no período colonial e o passeio público do Rio de Janeiro. Belo Horizonte. In: *Separata de Barroco*, n. 12, 1983.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional-Edusp, 1968.
- UNWIN, Raymond. *Town planning in practice - an introduction to the act of designing cities and suburbs*. London: T. Fisher Unwin, 1913.
- WHYTE, William H. *El paisaje final*. Buenos Aires: Infinito, 1972.
- ZOPPI, Mariella. Dal parco della borghesia a quello della cultura tecnologica. In: *Storia Urbana*, n. 60, 1992.





## PAISAGEM URBANA





# PAISAGENS, REALIDADE E IMAGINÁRIO: A PERCEPÇÃO DO COTIDIANO \*

VICENTE DEL RIO



## RESUMO

Nosso cotidiano se conforma e realiza através da percepção de paisagens, num amálgama entre realidade e imaginário. São comentadas cinco áreas de pesquisa dos processos perceptivos, desde a psicologia terapêutica à informatização das relações espaciais, que podem ajudar a compreender nossas relações com a paisagem e nossas representações dela.

## ABSTRACT

We shape and realize our daily life through the perception of landscapes, in a merge between reality and imagination. Five research areas of the processes of perception are commented, from therapeutic psychology to the informatization of spatial relations, that may help us in understanding our relationship with the landscape and their representations.

Popularmente, entende-se *paisagem* como um conjunto de elementos naturais moldando uma vista, geralmente distante e que se impõe ao observador com conotações positivas. “Olhem que paisagem linda...” é uma expressão típica de quem viaja. Mas, para os estudiosos *paisagem* quer dizer muito mais. Para cada área disciplinar que se interessa pelo meio ambiente que nos envolve e nossas relações com ele, a palavra *paisagem* é mágica. Arquitetos, urbanistas, geógrafos, paisagistas, escritores, agrônomos, biólogos, engenheiros de transporte, sociólogos e tantos outros, querem produzir, moldar, estudar, complementar, descrever, destruir, conservar, usar, se apropriar da paisagem dela, enfim.

Só que nossas formações acadêmico-profissionais lançam mão de conceitos diferentes do que seja A PAISAGEM, com maiúsculas; aquela que molda a história, participa do destino da humanidade. Isto nos conduz a estudos, metodologias e objetivos acadêmicos distintos. Para o arquiteto, a paisagem ideal é uma bela edificação; para o urbanista pode ser uma cidade bonita e socialmente justa; para o geógrafo, ela é um lugar cultural; o biólogo a vê como ecossistema que deve estar em equilíbrio; para o antropólogo, o cenário de uma vida; para o arqueólogo, o de uma civilização.

Evidente que as paisagens tomadas assim, com óticas diferentes, não são completas ou plenamente verdadeiras. Com a exacerbação da compartimentação do saber nos tempos modernos, as paisagens, ou melhor, a paisagem, sofreu. As visões parciais levam, muitas vezes, a posturas equivocadas e, infelizmente, o homem ainda não tomou plena consciência disto; as resultantes de nossas relações e interferências com a paisagem estão aí para demonstrar tantos equívocos.

Cada vez mais, entende-se que essas distintas visões da paisagem são complementares, nenhuma pode sobreviver sozinha, mesmo se há instâncias em que uma visão deve acabar tendo prevalência sobre outras. A *paisagem* deve ser entendida como o cenário que nos rodeia, participa e conforma o nosso cotidiano. Até a economia política marxista já admite que a *paisagem* não é um simples subproduto da luta de classes, mas que participa desta luta e influencia as relações sociais se apenas por sua inércia histórico-funcional como fato físico. Hoje busca-se um conceito de paisagem mais holístico, compondo-se os mais diferentes olhares sobre a paisagem, de forma a compreendê-la desde diversos pontos de vista, complementares e indispensáveis.

Mas será que, dentro desta vontade toda de entender *paisagem* holisticamente, existiria alguma forma de categorização que não acabasse por minar a própria idéia de todo que defendemos para a compreensão da paisagem? Será que existem categorias tão complementares e tão interdependentes que a mera existência de uma pressupõe a existência da outra? Acredito que são elas as categorias de *paisagens reais* e *paisagens imaginárias*. Os mais diversos enfoques com que se tem estudado a paisagem caem sempre dentro de uma ou outra dessas categorias. Paisagem real não existe sem paisagem imaginária, nem vice-versa. Categorização esta percebida por Italo Calvino que a explora em sua obra-prima *As cidades invisíveis*, onde Marco Polo, com suas estórias sobre cidades que combinam experiência, imaginário e expectativas, moldava a realidade do reino de Kublai Khan.

Desses olhares diversos sobre a paisagem destaca-se a importância da percepção da paisagem, ou percepção ambiental, um tema que tem despertado o interesse de alguns pesquisadores no Brasil. Sabemos que a percepção é o processo mental através do qual nos relacionamos com o mundo, a partir de sensações transmitidas ao cérebro pelos cinco sentidos. Esse processo é seletivo, ou seja, nossa mente conscientiza-se apenas de parte dessas sensações, e a visão é o sentido que mais se destaca. Segundo James Gibson, as sensações são a matéria-prima da experiência humana, enquanto as percepções são o seu produto elaborado<sup>1</sup>. Percebe-se a realidade através de um processo mental ativo, em que nos utilizamos de um leque de informações coletadas e inferidas. Portanto, constantemente, construímos a realidade e a categorização *real* e *imaginária*, onde a fronteira nunca é claramente definida.

Daí fica evidente a importância do estudo dos processos perceptivos para se compreender as relações do homem com o mundo e a dita realidade. Nesse sentido,

nas linhas seguintes, pode-se destacar cinco áreas de interesse que, por sua própria existência e seus objetivos de pesquisa, demonstram a importância dos estudos de percepção da paisagem:

1. Primeiramente, destacamos as preocupações mais diretamente ligadas à medicina ou à psicologia terapêutica. Comprovou-se que a percepção ambiental influencia a própria saúde do homem, cujas evidências foram muito bem resumidas em recente artigo da psicóloga Ruth Parsons<sup>2</sup>. Ela mostra que, por um lado, há processos psicológicos ligados a fatores afetivos e preferências ambientais: paisagens e ambientes naturais, por exemplo, têm efeitos positivos sobre a fadiga mental (Fig. 1). Sugere-se até que certos tipos de arranjos ambientais despertam respostas emocionais inatas, herdadas de nossa própria evolução genética. Por outro lado, ela discute evidências neuropsicológicas que ligam os estímulos perceptivos a processos fisiológicos, como as respostas do sistema imunológico.



*Fig. 1-A percepção de paisagens naturais tem efeitos positivos comprovados sobre a saúde mental. (Fazenda em Cambuquira, MG)*

2. Em segundo lugar, pode-se destacar os estudos relativos das resultantes das percepções, ou seja, as condutas propriamente ditas. A todo processo perceptivo sucede-se uma conduta, que pode ser um comportamento consciente ou uma atitude que, como observa Yi-fu Tuan, é uma postura cultural e uma posição que se toma perante o mundo<sup>3</sup>.

A importância dos estudos comportamentais, herdeiros do *behaviorismo*, se destacam quanto à aplicação de suas metodologias de investigação em campo. Eles tentam compreender as inter-relações do homem com os ambientes e as paisagens, admitindo que também esses ambientes e paisagens podem influenciar comportamentos específicos, individuais e de grupo, inconscientes ou conscientes.

As paisagens “povoadas” assumem significados específicos, complementares ou mesmo diferentes dos que inferimos antes de serem apropriadas pelo uso. Os arranjos de assentos em local público podem potencializar a conversa ou não, a projeção de sombra de um prédio define áreas “humanizadas”, os atributos físicos de um lugar podem fazer com que ele fique deserto a maior parte do tempo, o desenho de uma calçada pode levar os transeuntes a diferentes experiências perceptivas e definir áreas comportamentais (Fig. 2). Os estudos comportamentais têm assumido grande importância para a programação arquitetônica e urbanística, no sentido de ajudar a prever melhor as respostas humanas aos ambientes construídos.



Fig. 2. -A conduta e o comportamento resultam da percepção, ao mesmo tempo que também dão significado às paisagens. (Esquina no Morro do Pinto, área portuária do Rio de Janeiro)

3. Em terceiro lugar, os estudos de paisagem em que se busca a compreensão das sensações e sentimentos que a conformação do ambiente físico causa ao observador. Neste caso, o pioneiro é o inglês Gordon Cullen com seus estudos de *townscape*, que categorizou suas sensações como transeunte de espaços urbanos, destacando a importância da topologia e da visão seriada da paisagem<sup>4</sup>

A paisagem não é mais vista como um cenário estático mas mutável, que percebemos através de uma sucessão de quadros visuais; portanto, para ser interessante, os quadros devem ser dinâmicos e esconder surpresas, as texturas, significados, vistas e relações visuais devem ser protegidas e ressaltadas (Fig. 3). Muito próximo às preocupações da *gestalt*, esta linha de pesquisa encontrou paralelos em Kevin Lynch e Donald Appleyard, em seus estudos sobre a percepção da paisagem de auto-estradas<sup>5</sup>

4. Tem se dado destaque especial aos estudos sobre a cognição, propriamente dita: momento do processo perceptivo em que se processa o conhecimento e infere-se significados. Evidentemente, sendo a percepção um processo individual, cada um de nós vê uma paisagem diferente. Não apenas vemos paisagens fisicamente diferentes, por conta de nossas capacidades perceptuais individuais, como suas imagens e



*Fig. 3 - A percepção de quadros visuais e de relações topológicas geram sensações e sentimentos. (Rua Pires de Almeida, Cosme Velho, RJ)*

significados são diferenciados. São pesquisas que tentam compreender como um ambiente é lembrado, quais de seus atributos compõem a sua imagem mental, sua identidade e legibilidade, como eles se combinam e se estruturam em um mapa mental operacional do lugar (Fig. 4).

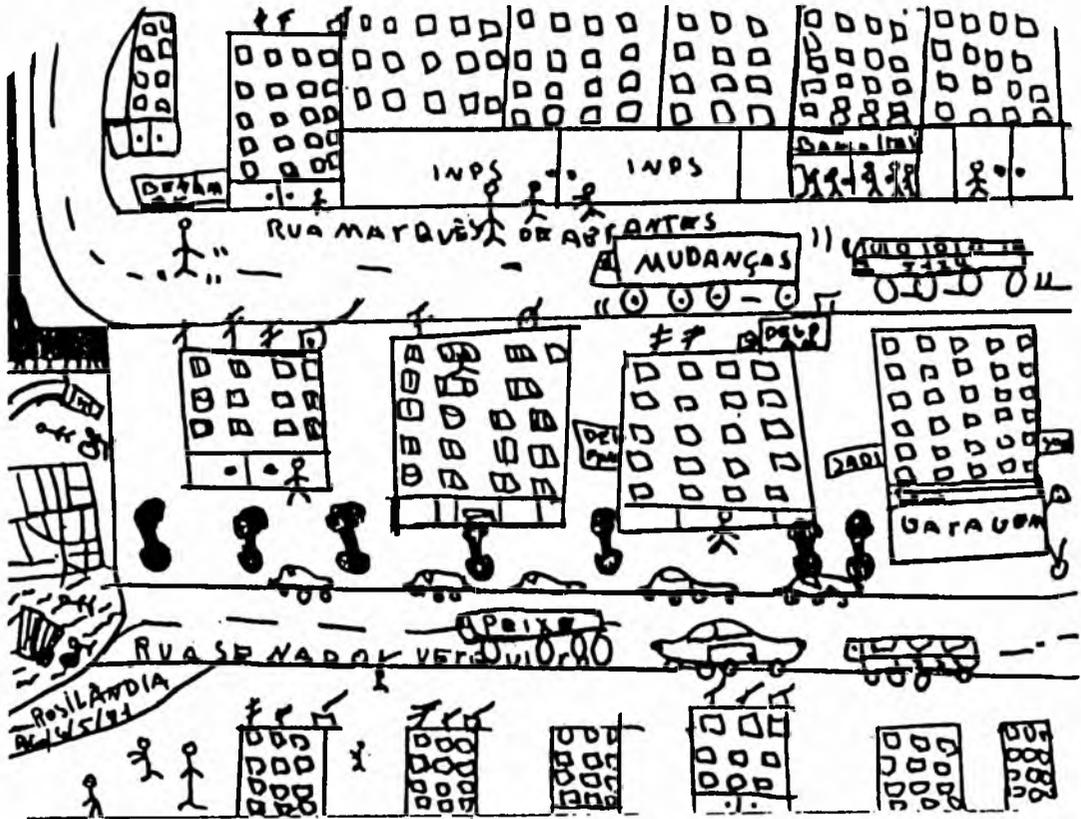


Fig. 4 - Um mapa mental revela a percepção de uma lógica operacional do lugar. (Bairro do Botafogo, RJ)

Dentro dessa temática e concentrando-se nas áreas de arquitetura, urbanismo e geografia, os estudos desenvolvidos no Brasil têm seguido três linhas principais<sup>6</sup>. São elas: a que se fundamenta na obra de Kevin Lynch, a que segue os ensinamentos da semiótica e a que adota uma visão mais holística ao seguir a geografia humanística e a obra de Yi-fu Tuan. O conceito de paisagem acaba confundindo-se com o conceito de lugar; a paisagem vivenciada torna-se lugar enquanto síntese da experiência localizada, incluindo o que imaginamos, as vistas, histórias, sentimentos e conceitos, como afirma Eugene Walter<sup>7</sup>

Este autor sublinha a importância do sentido do lugar para o homem ao comentar a obra de Sófocles, no contexto da psicanálise e da obra de Freud. Embora muito se tenha explorado a famosa pergunta de Édipo “*quem sou eu?*”, sua outra indagação importante “*a que lugar eu pertencço?*” não foi enfrentada pela teoria psicanalítica. Édipo só se

contenta na última peça de Sófocles, quando retorna à sua cidade natal e finalmente encontra paz de espírito, descobrindo que para conhecer-se a si próprio, deve conhecer o seu verdadeiro lugar; esse, segundo Walter, seria o verdadeiro complexo de Édipo.

No caso específico das cidades e lugares urbanos, destaca-se cada vez mais a grande importância de sua percepção nas definições e no direcionamento do desenvolvimento. Mais do que nunca, está se conscientizando para o poder da imagem da cidade, ou de partes da cidade, em se atrair investimentos em geral; uma questão de evidente destaque para o atual tema da revitalização urbana<sup>8</sup>. A atratividade de um lugar urbano, seja em termos de captar residentes, compradores ou investidores e recursos, está diretamente ligada à capacidade e ao significado de sua imagem.

No Brasil, na briga por investimentos através da veiculação e manipulação da imagem da cidade, Curitiba pulou na frente, liderada pelo prefeito Jaime Lerner<sup>9</sup>. A imagem nacional e internacional da cidade é extremamente positiva, ela é descrita pela mídia como “uma cidade que nem parece do Terceiro Mundo” e que “deu certo” numa visão descontextualizada e que não traduz a complexa realidade em que se insere. A imagem de Curitiba é *avant-garde* e, como dizia Carlos Nelson dos Santos, permite à burguesia dominante um contraponto ao nosso cenário de subdesenvolvimento, um modelo para quando o Brasil “embranquecer e se civilizar”

Um dos problemas nisto é que a imageabilidade desses lugares acaba dependendo menos de seus atributos e qualidades intrínsecas do que pelo modo com que são retratados pela mídia. O perigo está no aumento da importância do *marketing* de um lugar ou cidade e pelas tendências globais nos padrões de consumo, como vem ocorrendo em países desenvolvidos. O consumismo exacerbado e a concentração em paradigmas limitados têm resultado em imagens ambientais “pasteurizadas”, oferecidas onde quer que seja, como nos casos de projetos de revitalização onde se repete modelos e clichês. Proliferam os *shopping-malls*, - a panacéia capitalista de recuperação de áreas deterioradas, - assim como as paisagens controladas que exploram a imagem de “segurança” dos consumidores e moradores. Como nos lembra Richard Sennet, além desses ambientes não terem graça, eles são neutros e destituídos de tudo que representa verdadeiros contatos sociais, uma vez que as diferenças acabam sendo tomadas como ameaças, não como estímulos<sup>10</sup>.

Além da tendência à homogeneização dos lugares urbanos, as *representações* e os *deslocamentos* de diferentes geografias e histórias tornam-se tão ou mais importantes do que a própria realidade (Fig. 5). Exemplo maior é a Disneylândia, o reflexo perfeito da cultura pós-moderna de classe média, que espera uma urbanidade sem ameaça, com sensações previsíveis, apoiada em simulacros e no deslocamento geográfico das autenticidades, de forma a incentivar o fácil consumo de símbolos<sup>11</sup>. Nos EUA e na Europa, lugares históricos têm suas imagens exploradas, transformados em objetos de *merchandising*; os especuladores imobiliários também já oferecem empreendimentos com caráter histórico “instantâneo” A postura ideológica que se trai na manipulação

destas imagens é a de um positivismo ingênuo que, embora já admita que as cidades do futuro não se parecerão à utopia de Flash Gordon, ainda não notou que a cidade do futuro já está presente e se parece muito mais com as distopias sugeridas por filmes como *Bladerunner* e *Boys'n the Hood*, ou por paisagens como as de Nova York pintadas por Will Eisner, criador do *Spirit*.



*Fig. 5 - Deslocamentos do templo, da percepção e da geografia: instant history na era da informática. Desde Disneyworld a esta reprodução da "Torre de Pisa" em Chicago.*

5. Finalmente, deve-se considerar uma questão que se impõe como tendência inevitável da nossa sociedade cada vez mais informatizada, inspirando-nos em trabalhos como os de Michael Sorkin e Paul Virilio. Este, em trabalho recente, discute como a cidade está se tornando um *não-lugar*, suas paisagens, sua geografia, suas relações físico-espaciais e sociais pulverizadas pelo avanço da informatização<sup>12</sup>. Uma topologia eletrônica em que as interfaces substituem as relações diretas de percepção. O representante em tela passando a ter mais importância do que o objeto real, pois revela um número ilimitado de informações através dos bancos de dados. Por outro lado, o macro e o micro perdem o seu sentido; o espaço passa a ser visto como aquilo que impede que tudo esteja no mesmo lugar, ao mesmo tempo. Na percepção dessa nova realidade virtual, a única dimensão que fará sentido é o tempo, um tempo de difusão instantânea de informações.

A questão é, então, procurar compreender a percepção da paisagem e suas imagens para que se informe as ações e se possa lidar conscientemente com condutas e expectativas. Esses estudos podem levar a representações diversas das *paisagens reais e imaginárias* da população, mas pretende-se que sejam não apenas significativamente representativas mas que sejam *imagens públicas* ou *coletivas*. Busca-se o amálgama das representações individuais, ao mesmo tempo tão diferente e tão igual a cada uma delas. Uma paisagem composta de atributos reais e imaginários, utopias e distopias, desejos e medos, sonhos e realidades, perspectivas absurdas e regras enganosas, como diria Calvino. Essa deve ser a nossa utopia, essa será a nossa paisagem: a sobrevivência da espécie humana, pelo menos da maneira como nós a conhecemos, também depende disto.

## NOTAS

Baseado em palestra proferida no Seminário *PAISAGEM. PAISAGENS. Uma Visão Interdisciplinar do Estudo da Paisagem*, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP-Bauru (25 a 29/4/94).

(1) GIBSON, James. *La percepción del mundo visual*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1974.

(2) PARSONS, Ruth. The potencial influences of environmental perception on human health In: *Journal of Environmental Psychology* n. 11, 1991.

(3) TUAN, Yi-fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

(4) CULLEN, Gordon. *A paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.

(5) APPLEBYARD, LYNCHK., MYERJ., D. *The View from the Road*. Cambridge (MA): M.I.T. Press, 1964.

(6) Para uma coletânea dos estudos de percepção no Brasil, ver: DEL RIO, V., OLIVEIRA, L. (org.) *Percepção ambiental: A experiência brasileira*. (lançamento previsto para 1995.)

(7) WALTER, Eugene Victor. *Placeways: A theory of the human environment*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1988.

(8) Vide. *Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro: A contribuição do estudo da percepção ambiental*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Vide. Revitalização de centros urbanos: O novo paradigma de desenvolvimento e seu modelo urbanístico. In: *Revista Pós*, São Paulo, n. 4, FAUUSP, dez. 1994.

(9) Sobre essa questão veja-se nosso artigo A bela e a fera: Desenho urbano e conflito de imagens In: *Revista Projeto*, n. 170, dez. 1993, e a pesquisa de Fernanda S. García. *O city marketing de Curitiba, cultura e comunicação na construção da imagem urbana*. In: DEL RIO, V., OLIVEIRA, L. (org.) *op. cit.*

(10) SENNET, Richard. *The conscience of the eye: The design and social life of cities*. New York: Norton, 1992.

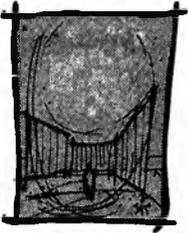
(11) SORKIN, Michael. (Org.). *Variations on a theme park: The new american city and the end of public space*. New York: Nooday, 1992.

(12) VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.



# PAISAGEM E PERCEPÇÃO DA PAISAGEM: ESTUDOS DE CASO NA ÁUSTRIA E NO BRASIL

ANGELO SERPA



## RESUMO

No presente artigo são apresentadas diversas formas de abordagem do tema “percepção”, resultado das pesquisas desenvolvidas no Instituto de Planejamento Paisagístico da Universidade de Agronomia de Viena e que resultaram na tese de doutorado *O conceito de parque e a percepção humana do ambiente urbano*. O ponto principal desta discussão é como o planejador paisagístico - com os meios de que dispõe - pode superar a falta de comunicação existente entre planejadores e cidadãos comuns. Foram desenvolvidos modelos de simulação ambiental que podem ajudar o planejador paisagístico na busca de uma nova “linguagem estética”. Tais modelos são um meio para um melhor entendimento dos valores e atitudes dos usuários de áreas verdes no contexto urbano e podem gerar uma linguagem comum, de conciliação de interesses. Assim, diferenças e preconceitos poderiam ser superados num amplo processo de troca de informação e discussão, base para um planejamento mais humano e voltado para os interesses da população.

## ABSTRACT

The most important point of this discussion is the question, how the increasing gap between aesthetic production and aesthetic perception in landscape architecture could be bridged and how landscape architects could contribute to overcome this gap with their professional means. From this point of view, various methods for the improvement of the quality of communication between experts and other participants of a planning process are discussed. In the first part simulation models are presented, which have been developed for the determination of optical and aesthetical effects of plants structures. The main topic of the second part are the “inner landscapes” of planners and their clients. The question is, how individual experiences of experts and clients influence the perception of their environment and how these experiences could be described. According to the ideas of C. G. Jung the meaning of both archetypic images and individual experiences during the adoption of a landscape are investigated with the help of a sample of 40 interviews. In the third part the steps from individual to collective experiences are demonstrated using one example of social movement in Brazil: The approach of members of the Candomblé religion to “their” park in Salvador da Bahia.

Estudos de percepção ambiental são de fundamental importância para o planejamento urbano e paisagístico em grandes cidades. O que fazemos com a paisagem está estritamente relacionado com a forma como a percebemos. Problemas ambientais são problemas de percepção ambiental. (Kern, 1991; Meyer-Abich, 1974.)

Estes estudos podem ser a chave para um planejamento mais próximo dos interesses de uma população normalmente excluída do processo decisório, ditado por interesses políticos e a cargo dos *experts* planejadores.

Excluir a população do processo decisório implica usurpá-la de um direito fundamental: o de interferir no espaço onde mora e trabalha. (Nohl, 1990.)

A percepção humana do ambiente vem sendo pesquisada há mais de duas décadas nos Estados Unidos e na Europa. Tais estudos fornecem um escopo metodológico para a pesquisa na área e colocam o pesquisador diante de uma questão essencial. Até que ponto é possível a aplicação do conceito científico de “objetividade” na análise dos dados obtidos?

A dimensão cultural e mesmo psicológica da percepção humana mostra a necessidade de adoção de uma nova ciência, mais “subjetiva” e voltada para a solução de problemas concretos. Esta ciência não exclui as opiniões pessoais do pesquisador com uma falsa noção de objetividade e procura incorporar sua análise pessoal na busca de soluções para as questões por ele levantadas no exercício do seu trabalho. (Feyerabend, 1986.)

Mitos, fábulas ou religiões, tradições excluídas dos centros de reprodução do conhecimento científico, devem funcionar aqui como referenciais alternativos para a produção de uma ciência nova.

O exercício desta nova ciência deveria aqui chamar-se: Experienciando ciência do cotidiano.

No presente artigo são apresentadas diversas formas de abordagem do tema “percepção”, resultado de três anos e meio de pesquisa no Instituto de Planejamento Paisagístico da Universidade de Agronomia de Viena (Áustria) e tema da tese de doutorado *O conceito de parque e a percepção humana do ambiente urbano*.<sup>1</sup> (Serpa, 1994.)

### **Influência da vegetação na percepção do espaço urbano: Modelos de simulação ambiental**

A idéia de que o uso de vegetação pode influenciar a percepção do espaço não é nova. Especialmente o uso da cor como elemento gerador de efeitos espaciais é frequentemente citado na literatura clássica. Autores como Shenstone 1764, Chambers 1772, Hirshfeld

1779 e Pückler-Muskau 1835, afirmam por exemplo que o uso de vegetação pode gerar ilusões espaciais, ampliando ou estreitando espaços.

Para investigação deste efeito de ampliação/estreitamento do espaço urbano através do uso de vegetação foram realizados testes de percepção ambiental na Áustria e no Brasil. Estudantes do primeiro ano foram testados na Universidade de Agronomia de Viena (planejamento paisagístico), na Universidade Federal da Bahia (matemática, física e biologia) e na Universidade de São Paulo (arquitetura).

Foram aplicados três testes com o uso de questionários e projeção de *slides*:

Primeiro teste: 50 *slides* de árvores isoladas foram apresentados; os estudantes foram instruídos a estimar a altura das árvores e a distância entre observador e objeto fotografado.

Segundo teste: Foram projetados 52 *slides* com barreiras visuais resultantes do uso de vegetação como cercas-vivas, grupos de árvores ou arbustos; as pessoas testadas estimaram a distância entre objeto fotografado e observador.

Terceiro teste: Foram apresentados 42 *slides* com diferentes situações espaciais; limites, barreiras visuais, cor, textura e contraste da vegetação foram considerados na análise dos dados obtidos. Os estudantes “julgaram” a qualidade dos espaços respondendo à pergunta se sentariam no banco apresentado na imagem projetada (todos os *slides* apresentaram bancos em diferentes parques e áreas verdes de Viena). Uma semana mais tarde foram projetados os mesmos *slides* ao mesmo grupo de estudantes que deveriam então julgar o quão abertos/fechados eram os espaços apresentados.

Os resultados obtidos mostram que para quase todas as imagens apresentadas (testes um e dois) as distâncias estimadas foram muito menores do que a distância real. Por outro lado, no primeiro teste as alturas estimadas se aproximaram bastante da altura efetiva da árvore.

Tanto a altura real da árvore como a distância entre observador e objeto fotografado influenciaram a estimativa destes dois valores. Árvores menores tiveram alturas superestimadas, enquanto árvores maiores foram percebidas como menores do que são de fato. Árvores mais distantes foram avaliadas mais perto (distâncias subestimadas), árvores menos distantes tiveram distâncias superestimadas. As pesquisas de percepção oferecem duas explicações para este efeito:

*Relação invariável entre tamanho e distância:* Parte do pressuposto de que o ângulo visual permanece constante na avaliação de alturas e distâncias. Assim, um ângulo visual pequeno é determinado simultaneamente por um objeto pequeno e distante do observador (Epstein, 1977; Hershenson, 1992). Esta relação mostra a

interdependência entre altura e distância (os dois valores são estimados simultaneamente), mas é válida somente no caso de objetos estáticos.

*Familiaridade:* A familiaridade das pessoas testadas com os objetos apresentados determina uma avaliação constante da altura (Predebon, 1992); assim, parece existir um “tamanho cognitivo normal” para uma árvore e que funciona como uma referência na avaliação de sua altura. Uma árvore que não se enquadre neste referencial (no caso de árvores muito grandes ou muito pequenas) é “ajustada” automaticamente para o seu “tamanho cognitivo normal”

Não existe uma classificação exata para texturas de vegetação. Nas imagens apresentadas a textura de uma árvore foi bastante influenciada pelo tamanho das folhas, galhos, flores e frutos. Árvores com folhas grandes foram classificadas como de textura pesada, enquanto árvores com folhas pequenas e entrecortadas como de textura leve (Fotos 1 e 2). Os resultados obtidos mostram que árvores de textura leve são percebidas maiores e mais distantes do que aquelas de textura pesada. Mais uma vez o efeito da familiaridade pode ser usado para explicar este fato: folhas, flores, frutos e galhos parecem possuir um “tamanho cognitivo padrão” que funciona como referencial na estimativa de tamanho e distância. De acordo com Booth (1983) árvores com textura pesada possuem maior definição visual e por isso “avançam” em direção ao observador.

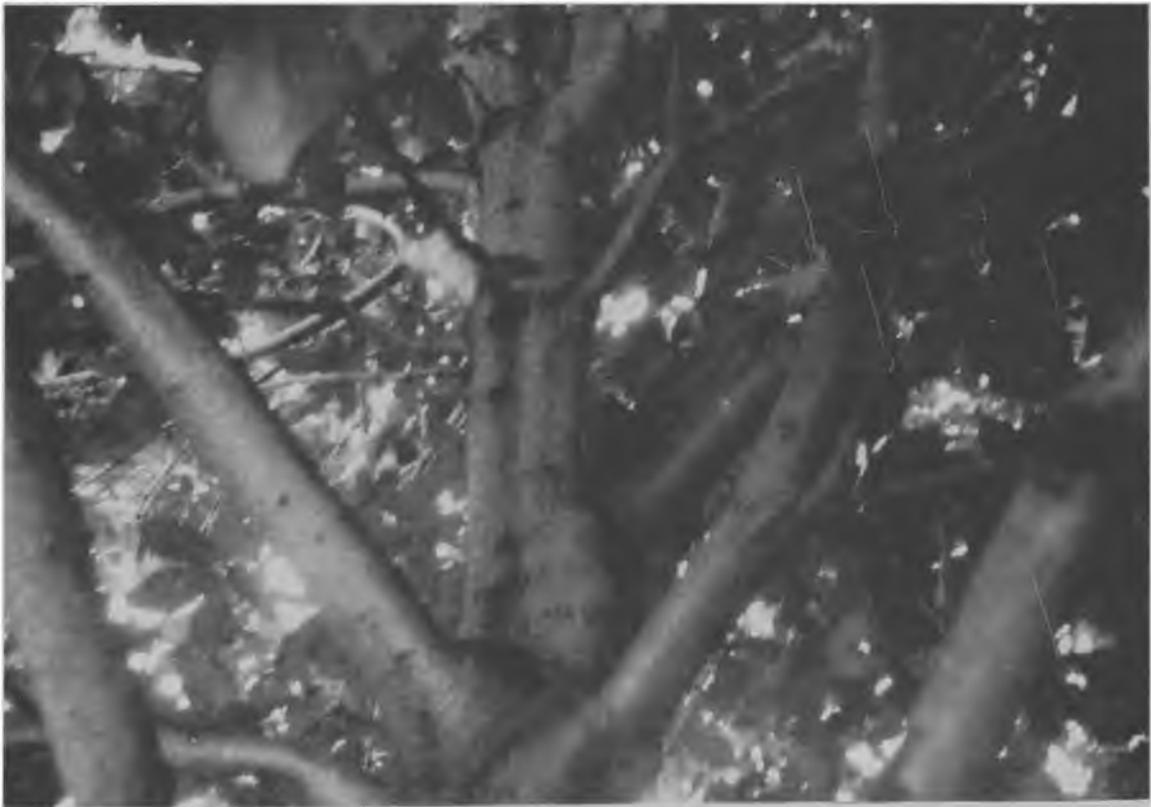


Foto do autor

Foto 1- Árvore com textura pesada: *A esculus X carnea*



Foto 2- Árvore com textura leve: *Betula pendula tristis*

A cor das folhas parece desempenhar um papel importante na percepção de distâncias e alturas; em algumas das imagens apresentadas as cores das flores influenciaram também a percepção espacial. As árvores foram divididas em oito classes de acordo com a cor das folhas e flores: verde-azulado, verde-escuro, verde-claro, verde-amarelado, marrom, rosa, púrpura e branco.

Desde a publicação da teoria das cores de Goethe (1810) e sua famosa disputa com Newton com relação à natureza da luz e à origem das cores, foram realizados muitos estudos que tentam relacionar cor e percepção espacial. A teoria das cores de Goethe, embora incorreta em termos físicos, valorizou uma visão holística do fenômeno cor e do seu caráter fisiológico e subjetivo. De acordo com Goethe, amarelo e azul “funcionam” de forma oposta, sendo o amarelo uma cor ativa que “se move” em direção ao observador, e o azul uma cor passiva que aumenta distâncias e alturas. O verde é uma cor neutra que, no entanto, pode agir de forma ativa ou passiva, dependendo da quantidade de azul ou amarelo nela contida.

Os resultados obtidos mostraram diferenças significativas na percepção do espaço influenciada pela cor, determinadas por diferenças geográficas e culturais. Como todas as imagens mostradas foram feitas na Áustria, as pessoas testadas no Brasil não possuíam nenhuma familiaridade com os objetos apresentados para avaliação. As estimativas de altura e distância foram mais espontâneas no Brasil do que na Áustria e por isso aproximam-se mais da teoria das cores de Goethe, onde as cores podem ser

divididas em ativas (verde-amarelado, rosa, verde-escuro) e passivas (púrpura, verde-azulado, marrom, verde-claro); na Áustria este efeito foi mascarado pela familiaridade das pessoas testadas com as imagens projetadas.

O contraste de cor e textura entre os elementos de vegetação desempenhou um papel importante na avaliação de distâncias (segundo teste). Graças ao contraste de cor e textura, barreiras visuais foram percebidas mais próximas; por outro lado, a ausência de contraste afasta as barreiras visuais do observador. O efeito de contraste - principalmente contraste de textura - dá maior definição visual e clareza na leitura de linhas, determinando uma aproximação entre objeto observado e observador.

Os elementos de paisagem que aparecem em segundo plano também influenciaram a avaliação de distâncias no segundo teste. Elementos como montanhas e campos de cultivo afastam as barreiras visuais do observador, enquanto postes de luz e construções diminuem distâncias. Contraste entre os elementos do segundo plano e barreiras visuais aproximam as últimas do observador. (Nohl, 1982.)

Houveram diferenças significativas na avaliação de distâncias e alturas (primeiro e segundo testes) entre os homens e mulheres testados. Os valores estimados pelas mulheres foram menores do que aqueles estimados pelos homens, tanto nas avaliações de distância como de altura. Não é fácil encontrar uma explicação única para este fato. Pesquisas sobre diferenças no sistema perceptivo e cognitivo entre os dois sexos afirmam frequentemente que homens e mulheres são educados de forma diferente; de acordo com isso, os homens seriam p. ex. mais “treinados” do que as mulheres em cálculos geométricos e no uso do lado esquerdo do cérebro, que controla funções como leitura e cálculo matemático. Os resultados do primeiro e segundo testes não mostraram, no entanto, que os homens são melhores do que as mulheres na avaliação de alturas e distâncias. Pelo contrário, os representantes do sexo masculino se revelaram piores na avaliação de distâncias do que as mulheres.

Na Áustria, as pessoas testadas de origem rural perceberam os objetos mostrados nas imagens (árvores, barreiras visuais) maiores e mais distantes do que as pessoas de origem urbana. Mais uma vez o fenômeno da familiaridade pode ser usado para explicar esta diferença. Na Áustria (um país com aproximadamente 45% de seu território coberto por florestas) as árvores encontradas em zonas rurais são normalmente maiores do que aquelas encontradas em parques e áreas de lazer; assim, as pessoas de origem rural estimaram distâncias e alturas de acordo com esse referencial. O oposto se deu no Brasil, as pessoas testadas de origem rural perceberam os objetos menores e mais próximos do que aquelas de origem urbana. Ao contrário da Áustria, o meio ambiente árido da região Nordeste, com suas pequenas árvores e cactáceas - região de proveniência da maioria das pessoas que migraram para as grandes cidades - determinou uma “calibração” diferente na avaliação de distâncias e alturas, já que as árvores mostradas nas imagens são significativamente maiores do que aquelas encontradas na zona rural nordestina.

Bancos em lugares abertos e com pouca sombra foram preferidos pelos austríacos (terceiro teste; Foto 3). Lugares planejados com canteiros de flores e caminhos asfaltados ou acimentados foram preteridos na Áustria em favor de lugares mais naturais e selvagens (Fotos 4 e 5).

Foto do autor



*Foto 3- Lugares abertos e com muito sol determinaram a preferência dos austríacos*

Foto do autor



*Foto 4- Natureza na cidade?*



Foto do autor

*Foto 5- Lugares naturais (“selvagens”) foram os preferidos dos austríacos*

No Brasil não pareceu haver uma diferenciação clara no tocante às dimensões dos espaços apresentados. Na lista dos 10 bancos preferidos aparecem espaços avaliados como abertos e fechados. Muita sombra e muitos canteiros de flores parecem determinar as preferências dos brasileiros (Fotos 6 e 7). O contraste de cor e textura dos elementos de vegetação (Foto 8) influenciou positivamente a escolha de brasileiros e austríacos, enquanto, a presença de um caminho convidando à caminhada parece constituir nos dois países um obstáculo para uma pausa no banco projetado (Foto 9).



Foto do autor

*Foto 6- Brasileiros deram preferência a bancos próximos de canteiros de flores*

Foto do autor



*Foto 7- Brasileiros preferem lugares sombreados*

Foto do autor



*Foto 8- Contraste de cor e textura dos elementos de vegetação*



Foto 9- Sentar ou caminhar?

## **Experiências subjetivas de paisagem e arquétipos jungianos em busca de uma noção holística do espaço-tempo no planejamento de grandes cidades**

*“Eu estou convencido que a ausência de símbolos dos nossos tempos tem um profundo significado”*

*C.G. Jung*

O processo simbólico é um *vivenciar da imagem na imagem*. Este processo é deflagrado pelo experienciar constante de alegorias (arquétipos) espaciais como caminhos, montanhas, florestas, etc. denominados por Jung (1935) como “símbolos da transformação”

De acordo com os princípios jungianos de análise dos sonhos e fantasias existem funções psicológicas “pré-formadas” arquétipos do inconsciente coletivo, que são transmitidos através da história da humanidade em forma de mitos, lendas e tradições. Arquétipos possuem um caráter atemporal, determinam o processo criativo e artístico e são expressos no cotidiano e na fantasia de cada um de nós.

O lembrar-se é atemporal e determinado por três leis básicas: A lei da semelhança, a lei dos contrastes e a lei da continuidade no espaço-tempo. Essas leis desempenham por seu

lado um papel fundamental nos mecanismos associativos determinantes do nosso cotidiano de lazer e fazer. Todo ser humano é capaz - ainda que inconscientemente - de perceber de forma simultânea os mais diversos sons, aromas e imagens. (Hiss, 1992.)

A idéia de que espaços “livres” urbanos podem gerar associações inconscientes (que por sua vez influenciam a relação homem-espaço) foi o ponto de partida para o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa que valorizasse o caráter subjetivo das questões “perceptivas”

### **Questões “perceptivas”**

Como captar experiências subjetivas de paisagem no decorrer de uma entrevista?

Seria o espaço urbano um catalizador de experiências arquetípicas de paisagem?

Como diferenciar o pessoal do coletivo?

Essas questões nortearam a análise de 40 entrevistas realizadas no verão de 1992, em diversos parques, praças, cafés e ruas de Viena, Áustria. Doze planejadores paisagísticos e um espectro de usuários das áreas verdes e de lazer da cidade (donas-de-casa, estudantes, aposentados, profissionais liberais, etc.) responderam perguntas sobre experiências pessoais marcantes, relacionadas com arquétipos de paisagem e símbolos jungianos de transformação. Árvore, pedra, fogo, terra, água, ar? Montanha, lago, deserto, prado, mar, floresta? Uma história marcante, uma experiência marcante de paisagem? E o papel da cor? E o parque ideal como você o faria? O que significa “natureza”?

### **O que é natureza?**

Planejadores paisagísticos são freqüentemente confrontados com a necessidade de áreas verdes naturais em grandes cidades, onde “natureza” parece tornar-se uma raridade bastante cobiçada. Na Europa, o modismo do “natural” a qualquer preço coloca o planejador paisagístico diante da questão ética de planejar a “natureza”, moldá-la de forma “selvagem” e “ecológica”, imitando-a e tomando-a como base para a reprodução dela mesma. A reprodução de ecossistemas naturais no contexto urbano não responde porém à questão essencial, se o atual modelo de civilização é compatível com a idéia de uma natureza “intocada” pelo homem.

Sempre que falamos de “natureza” falamos na verdade de imagens que praticamente não existem mais. Regiões que não se enquadram no sistema de produção vigente são entendidas como “naturais” e representam para muitos um conjunto de referenciais

históricos e culturais que resistiram a uma falsa idéia de progresso e a um modelo de civilização vazio. (Wormbs, 1977; Hard, 1991, 1992.)

O que significa “natureza” para cada um de nós? Não soa maniqueísta a idéia de que “natureza” e “cultura” representam pólos opostos (incompatíveis)?

“Natureza” é entendida por muitos como “natureza bruta” ou “museu natural” Essa idéia, bastante difundida na Europa, é encarada também por aqueles que a defendem como utópica; mas parece inimaginável renunciar a esta utopia: *“Para mim seria essencial que o homem não explorasse todas as regiões do planeta com o seu modelo civilizatório. Embora isso pareça utópico, acho que poderíamos tentar a criação de reservas naturais onde a natureza pudesse desenvolver-se ao seu gosto e no seu próprio ritmo”* (Sr. G., engenheiro e psicólogo.)

A pergunta que aqui se coloca é se assim não estaríamos contribuindo ainda mais para o afastamento do homem dos seus referenciais naturais. Criar reservas naturais que sirvam ao homem moderno como áreas de lazer e pontos de fuga do seu cotidiano de cimento e asfalto significa, na verdade, criar mundos folclóricos naturais e afastar o homem ainda mais da “natureza” (Wenzel, 1991.)

*“Eu não considero um jardim ou um canteiro de rosas como natureza. Ambos representam princípios estéticos, não naturais. Para mim natureza é a floresta amazônica ou as grutas dolomíticas... Tais paisagens são simplesmente belas e por isso devemos preservá-las no seu estado natural.”* (Sra. T., assistente social.)

Não existem porém princípios estéticos objetivos. Todo julgamento estético é individual e determinado por sentimentos, por princípios emocionais e subjetivos. (Kant, 1790.) A beleza de uma “natureza bruta” não é determinada apenas por princípios estéticos, mas, também por princípios éticos. Seria, de acordo com Kant, uma beleza prisioneira do “bom” e do “certo”: *“As leis éticas do bom e do certo não são estéticas e subjetivas mas sim ditadas pela razão.”*

*“As cidades são um fenômeno natural, mas elas não são para mim natureza.”* (Sra. S., estudante universitária.) Sra. W., artista plástica, acha que ainda é possível identificar “natureza” no contexto urbano, mas essa natureza ela vê como uma “natureza transformada pelo homem”: *“Os homens precisavam viver juntos e as cidades nada mais são do que a expressão disso”*

Existem pessoas que não conseguem imaginar uma vida longe da cidade grande: *“Eu tenho a impressão que só posso trabalhar em uma cidade grande. (...) Viena não é exatamente o que entendo por natureza, eu ainda não descobri como conciliar trabalho e natureza”* (Sra. K., professora primária.) Assim, a cidade grande é vista como um “mal necessário” e o idílio do campo como ideal estético (e ético!) para o fim de semana de engarrafamentos e esperas.

Opiniões dos paisagistas entrevistados. *"Natureza é clichê, é contraste do homem, é o lugar onde ventos frescos (e principalmente livres de fumaça) circulam livremente, é tudo, em todo lugar, imortal porque é também revolucionária e possui princípios próprios, é a cidade-natureza, a casa-natureza, é o depósito-natureza, o asfalto-natureza, a procura do cafona e banalidades que redundam no supérfluo, é engano, é encenada, marcadamente contradição."* <sup>a</sup>

É decepção do homem com o homem. *"Eu me vejo na posição de defender os interesses dos seres-vivos que não possuem porta-voz, como árvores, rios, animais e pássaros. Temos que defender isso da cobiça do homem moderno."* (Sr. Q., planejador paisagístico.)

Opinião do entrevistador. *Utopias conduzem a utopias... Utopias não realizadas (-záveis) conduzem irremediavelmente à frustração. A natureza precisa incluir o homem e este precisa sentir-se envolvido por ela. Querer defender (proteger!) a natureza do homem significa querer proteger o homem dele mesmo."* (Serpa, 1994<sup>b</sup>.)

## **Duas mulheres, um lugar**

O motivo do encontro foi uma entrevista marcada por telefone. O lugar do encontro foi a primeira pergunta colocada à duas mulheres. Havia muitas possibilidades. Todos os espaços "livres" em Viena, não importando se públicos ou privados, se parques ou jardins, ou ruas, ou praças, ou florestas, ou lagos, ou cafés... Cada uma das mulheres foi entrevistada em um dia diferente, mas a escolha das duas foi a mesma: o parque Pötzleindorfer, na periferia da cidade.

Encontrei a sra. H. na entrada principal e passeamos juntos um bom tempo, enquanto ela me contava sua relação de anos com o parque: *"Eu vinha aqui nesta fonte com minhas crianças pequenas todo verão. Aqui elas podiam brincar com a água, sentir a água brincando"* A sra. H. tem 53 anos, é dona-de-casa (não frustrada, segundo ela mesma) e mora bem perto do parque, *"numa pequena rua bem próxima da floresta"*.

Nós andamos até o pé de uma colina e depois através de um caminho íngreme que levava à floresta. Aqui era o lugar preferido da sra. H., onde ela vinha sempre desfrutar da vista e da paisagem. Sentamos numa fileira recuada de bancos (com mesa), num lugar protegido, emoldurado pela floresta densa, e ao mesmo tempo aberto, uma paisagem de morros, prados e florestas abrindo-se aos olhos do observador (Foto 10).

A sra. H. conta uma experiência marcante: *"Uma experiência negativa me ocorre agora, uma experiência de infância. Eu e minha mãe fugíamos a pé da Eslováquia em direção a Viena, durante a Segunda Guerra Mundial. De repente, aviões apareceram e começaram a atirar em nossa direção. Minha mãe me colocou dentro de uma manilha e eu fiquei lá dentro até o tiroteio passar. De lá de dentro podia ver a paisagem,*

*pequenos morros, florestas, campos de cereais e pomares. Passado o tiroteio, saí mais leve de dentro da manilha e logo esqueci o acontecido”.*



Foto do autor

Foto 10- Parque Pötzeleindorfer (Sra. H.)

O *esquecer* da sra. H. dever ser entendido aqui como “*inconscientização de conteúdos experienciados*” (Serpa, 1994<sup>c</sup>.) Se olharmos com atenção o lugar preferido por ela no parque é notável a semelhança da situação espacial descrita pela sra. H. e a situação por nós experienciada. Uma manilha perdida na paisagem, uma sensação de proteção, um pedaço de paisagem que se abre aos olhos do observador; um lugar protegido, emoldurado por densa floresta, um pedaço de paisagem que se abre aos olhos do observador. O pedaço de paisagem? Pequenos morros, florestas e campos.

Uma semana mais tarde eu voltei mais uma vez a este lugar acompanhado pela sra. A. (dona-de-casa, 50 anos); ela também vinha aqui desfrutar da paisagem mas com uma diferença. A de preferir sentar-se na primeira fila do “cinema” (Foto 11). O lugar a fez lembrar da vida no campo e do tempo em que as pessoas se importavam menos com a “natureza”, mas eram mais integrados e subservientes a ela: “*Neste parque eu posso observar o vai-e-vem das nuvens, o jogo de luzes e sombras, as árvores grandes e belas. (...) Ele me faz lembrar dos meus tempos de infância, da paisagem do Tirol, do florescer das árvores, da intensidade e da pureza daquela paisagem*”

As lembranças destas duas mulheres nos mostram que um mesmo lugar pode despertar diferentes reações e associações. A questão, se o lugar determinou as lembranças ou se



Foto 11- Parque Pötzleindorfer (Sra. A.)

foram as lembranças que determinaram a escolha do lugar, permanece em aberto. Talvez estejamos neste caso diante de uma relação complexa de causa-efeito e as duas afirmativas anteriores correspondam à realidade. Mas que realidade?

### **Realidade cotidiana: identificação com o espaço urbano**

É principalmente a história pessoal do indivíduo que determina sua relação com os espaços que compõem o seu cotidiano. O lugar se transforma e vira história pessoal, permuta-se em sujeito.

*“Eu me lembro de ter brincado muito nesse parque quando criança. Nessa paisagem artificial, com morros e vales projetados para os meninos e meninas brincarem. Eu mesmo subi direto esses morros aí quando criança.”* (Sr. O., médico, no parque Donau em Viena.)

O lugar desperta a criança adormecida. É brincando que a criança descobre gradualmente o mundo a sua volta, ampliando deste modo o seu sistema cognitivo. (Piaget, 1956, cit. por Downs & Stea, 1982.) As recordações de infância vêm à tona como luzes de velas na noite escura, reinterpretadas à luz do ser adulto consciente. (Jung, 1931.)



Foto do autor

Foto 12- Parque Donau

*“Eu vinha muito aqui no Burggarten quando era criança, jogar bola com outros meninos (...) naquela época não havia tantos turistas e nem tantos drogados. Hoje todo mundo pisa na grama, vende e compra, consome drogas pesadas. Sempre acham seringas usadas por aí (...) Eu acho que o público que vem aqui mudou bastante nos últimos tempos.”* (Sr. B., historiador.)



Foto do autor

Foto 13- Burggarten

Outra vez saudades do paraíso da infância? Toda e qualquer ilusão precisa paradoxalmente de confirmação real. Se as lembranças diferem muito da realidade elas acabam impedindo a identificação do sujeito com o objeto observado. Ninguém é capaz de acreditar numa lembrança ou fantasia que difere tão grotescamente da realidade. (Schulze-Göbel, 1984.)

Os sentimentos humanos “calibram” as diferenças entre o real e o imaginário, tentam minimizar o conflito com o real. Se as diferenças são grandes, o espaço passa a ser vivido somente no imaginário, torna-se palco de projeções das experiências ali vividas no passado. O real transforma-se...

Isso não significa, no entanto, que o espaço será sempre vivido no imaginário quando lembranças de vida não correspondem à realidade vivida no presente. Um exemplo é o surgimento de um novo parque no 5º distrito de Viena (Parque Alfred Grünwald; Fotos 14 e 15): “*Quando as casas foram demolidas todo mundo percebeu que a área era grande e com muitas árvores de porte*”. (Sra. O.N., contadora.)

Foto do autor



Fotos 14- Parque Alfred Grünwald

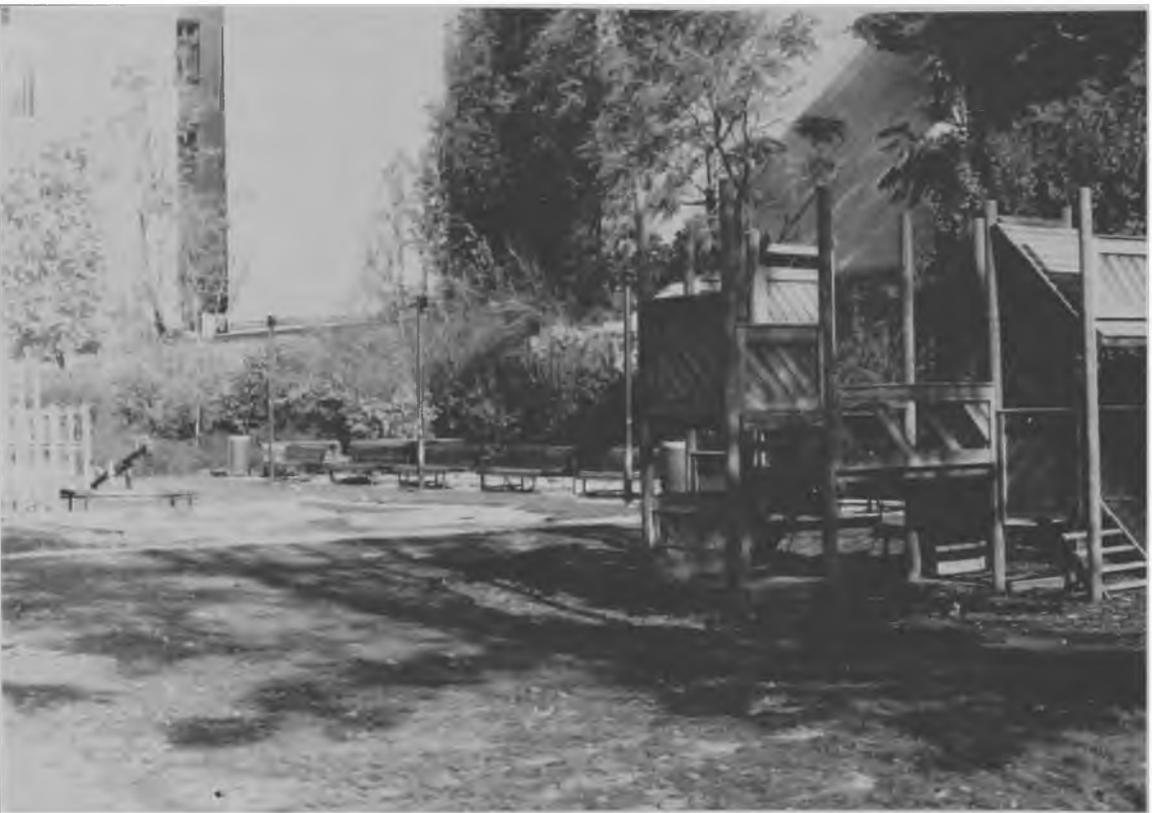


Foto do autor

Fotos 15- Parque Alfred Grünwald

A sra. O. N. parece orgulhosa do movimento de mulheres donas-de-casa que conseguiu impor a idéia de um novo parque junto à prefeitura de Viena. Não foi fácil porque a prefeitura queria construir ali um novo conjunto habitacional e mais tarde uma oficina mecânica do bairro queria usar um pedaço do terreno para ampliar as suas instalações: *“Nós tivemos muito apoio da imprensa e dos outros moradores do bairro, principalmente das mulheres mães de crianças pequenas. Elas vinham aí e sentavam com suas crianças na grama (...) até regaram um tempo as plantas e o gramado. Naquela época não havia nada, nenhum banco para sentar, nenhum brinquedo para as crianças”*

O homem só percebe o espaço em que vive quando participa ativamente da sua concepção. É natural, portanto, que aqueles que assim o fazem não se dêem nunca por satisfeitos. Sra. O. N.: *“O parque ainda não está do jeito que a gente quer. Nós vamos continuar lutando para que isso aconteça”*

### **Profissão: planejador paisagístico**

Fala-se aqui de qualidade e funcionalidade dos espaços projetados, de estruturas espaciais, do silêncio e de razões práticas (proximidade do local de trabalho). Expe-

riências e lembranças pessoais não pareceram influenciar muito a escolha do local da entrevista pelos profissionais paisagistas entrevistados.

A sra. D. encontra por exemplo “qualidade” na praça Karl-Borromäus (Foto 16): *“Os materiais foram muito bem utilizados e não há aqui os clichês e modismos das praças modernas. A praça tem significado histórico e se enquadra bem no conjunto de casas a sua volta”*

Foto do autor



Foto 16.-Praça Karl-Borromäus

A qualidade arquitetônica de uma outra praça (Freyung), no centro de Viena, também determinou a escolha do sr. G. (Fotos 17 e 18): *“A estrutura deste espaço é muito interessante. O espaço alarga-se para depois estreitar-se novamente, formando cantos agradáveis a sua volta. É muito difícil precisar aonde a praça começa e onde ela acaba”*

Para o sr. P. a praça Sobieski (Foto 19), localizada no 9º distrito da cidade, possui “qualidade urbana”, embora careça de elementos de vegetação. Na verdade isso não preocupa muito o sr. P.; para ele o importante é que a praça vem sendo utilizada pelos moradores do bairro e está “socialmente ocupada”: *“Existem aqui muitos bancos que podem ser mudados de lugar e além disso a presença de uma fonte no centro da praça faz o lugar ficar mais tranquilo e agradável”*



Foto do autor



Foto do autor

Fotos 17 e 18 - Freyung



Foto 19 - Praça Sobieski



Foto 20 - Spittelberg

A Spittelberg (Foto 20), um calçadão no centro de Viena com muitas lojas, bares e restaurantes, foi o lugar escolhido pela sra. L. *“Primeiro não fica longe do meu escritório e também porque aqui se pode beber e comer alguma coisa ao ar livre.”* Para ela um lugar sem o barulho dos carros é uma ilha de tranqüilidade em uma cidade com tantos automóveis<sup>4</sup>: *“Aonde moro ouço constantemente o barulho que vem da rua e, além disso, estão construindo um prédio novo em frente da minha casa”*.

É inevitável a constatação de semelhanças na escolha dos planejadores paisagísticos. Lugares pavimentados e urbanos, onde a vegetação desempenha na maioria dos casos um papel secundário. Também a presença de uma fonte foi uma constante para quase todos os lugares escolhidos e a água encarada como substituta do verde e criadora de uma atmosfera de silêncio e tranqüilidade, símbolo ancestral da vida.

## Arquétipos jungianos de paisagem

O arquétipo montanha (Foto 21) aparece constantemente como a representação do eu, já que representa o objetivo de toda escalada; para a sra. W. as montanhas de Mendoza, entre o Chile e a Argentina, ampliaram seus horizontes: *“Nós fizemos ali uma expedição nas montanhas (...) subindo bem alto você não vê mais nenhuma planta, só pedras e rochedos; também o céu torna-se indescritivelmente azul”*



Pirmin Bründler

Foto 21- Montanha em Zuoz, na Suíça

Solidão, poder e rigor são também constantemente associados ao arquétipo *montanha* (Jüngst & Melder, 1984). Quando criança a sra. B. (paisagista) não acreditava que as montanhas pudessem desmoronar. No lugar onde cresceu na Alemanha as montanhas eram, na verdade, originárias de atividades mineradoras e, por isso, muito instáveis. *“Uma vez subimos uma dessas montanhas e tudo começou a desmoronar. Para mim foi uma experiência inacreditável pois encarava a montanha como algo sólido e inabalável.”*

Nossa entrevista no gramado do parque Donau fez o sr. O. lembrar-se da sua viagem à Arábia Saudita, lembrar-se do deserto: *“A primeira impressão é a de que não há nenhuma vegetação. Depois, olhando com mais atenção, percebe-se pequenos arbustos por toda parte. Tantos que pode-se dizer até que o deserto é verde (na verdade o deserto é amarelo ou marrom, ou também cinza ou azul)”*

Um campo de flores “vive” na fantasia da sra. J. (dona-de-casa): *“Eu gosto de caminhar na relva. Isso me tranqüiliza e é extremamente agradável”*. Eu pergunto à sra. J. se em um gramado não lhe falta privacidade: *“Para mim isso só ocorre em um deserto, pois um gramado sempre tem limites: Ele termina em um caminho ou em um campo de cultivo ou existe uma cerca-viva delimitando-o”*

Para Jung (1935) o deserto é uma imagem de solidão moral e espiritual. O campo de flores, a relva, o gramado representam, por outro lado, a fantasia do paraíso, do éden, do nascer do sol, da fertilidade. É o momento do repouso e do encontro. (Leuner, 1990.)

Mas também o deserto esconde fertilidade e vida, dá liberdade ao homem. Será que depois de dias na solidão do deserto, ele nos responderia, *o deserto em nós?* O deserto em nós representa o vazio e o silêncio, o encontro consigo mesmo. O povo de Israel foi libertado do Egito e encontrou sua liberdade no deserto, seguindo os passos de um deus estrangeiro que lhes oferecia o rompimento com o passado e um futuro discutivelmente promissor. (Kirchhoff, 1982.)

O sr. H. (técnico em computação) encontra descanso para o estresse do seu trabalho numa floresta chamada Michaela (Foto 22), no 19º distrito de Viena: *“Eu me sinto bem aqui, me sinto protegido e ao mesmo tempo livre”*. Muitas coisas se passaram aqui nesta

Foto do autor



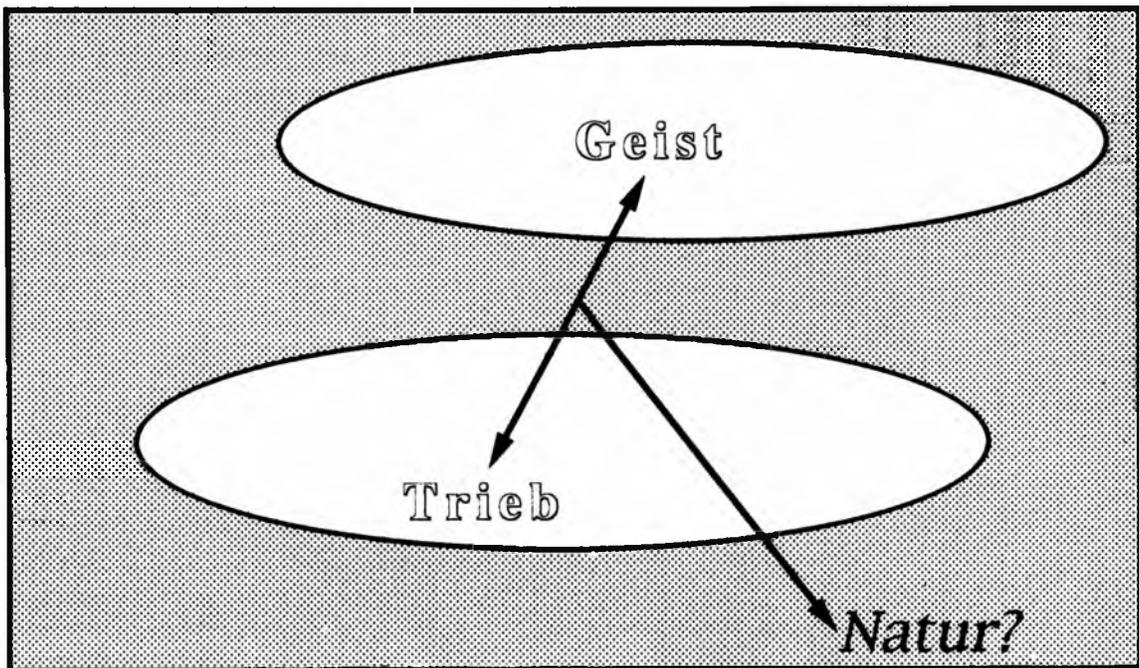
Foto 22- Floresta em Viena, Áustria

floresta com o sr. H.: *“Uma vez as cascas cinzas das árvores tingiram-se de repente de violeta no cair da noite. No início não acreditei que era real, achei que foi uma ilusão ótica. Tirei algumas fotos e confirmei assim a veracidade do fato. As cascas eram realmente violetas”* Florestas inundadas são para o sr. H. um símbolo de vigor, pois crescem na água e *“resistem a ela, interagindo com ela”*.

No seu artigo *A fenomenologia espiritual dos contos de fada*, Jung (1946) ressalta a frequência com que um homem velho aparece nos sonhos dos seus pacientes, assim como nos contos de fadas e lendas diversas, trazendo à tona como mensageiro do inconsciente coletivo motivos mitológicos e espirituais. Em um conto de fadas russo o homem velho é pequeno, enrugado e feio. E verde. Um camponês encontra-o na floresta e o homem velho o leva a sua casa, embaixo da terra. Ali tudo era verde, sua mulher, seus filhos, os móveis, as paredes. E também as ninfas eram verdes, as ninfas amas da casa.

O inconsciente coletivo é frequentemente expresso através de símbolos. A floresta, a água, o mar. Mensageiro do inconsciente, o homem velho do conto de fadas russo mora na floresta mas tem ligação estreita com o mar (ninfas!). O caráter inconsciente da alegoria “floresta” é reforçado pela “água” Florestas de água, resistindo a ela, interagindo com ela...

*“Se pensarmos na simbologia das cores vemos que o vermelho representa bem nossos instintos fisiológicos (Trieb) enquanto o azul expressa melhor do que o violeta os nossos valores espirituais (Geist). O violeta é uma cor mística, uma cor única, embora se constitua de azul e de vermelho. O violeta é a melhor expressão prática do inconsciente coletivo.” (Jung, 1946.)*



*Figura 1- Espírito versus instinto = natureza?*

Arquétipos trazem à tona não só instintos fisiológicos inconscientes, mas também conteúdos espirituais e emoções adormecidas. As árvores violetas da floresta Michaela em Viena são experienciadas pelo sr. H. como algo especial porque a alegoria “floresta” é reforçada pela coloração violeta das árvores.

*“Arquétipo não é só imagem, mas também é dinâmico quando se manifesta na psique do observador.” (Jung, 1947.)*

O mar em movimento (Foto 23) é uma imagem que ocorre com frequência à sra. H., para ela o mar não é o mar sem movimento: *“O mar é para mim um símbolo de vida, um lugar onde posso relaxar e recuperar energias perdidas”*



Foto 23- Praia de Arembepe na Bahia

Na literatura o mar aparece constantemente como um símbolo do inconsciente coletivo, como a *mãe da vida* (Jung, 1947). Jung encontra provas para sua tese na alquimia, onde o arquétipo “mar” aparece como o elemento mercúrio (Hg), também sujeito à ativação e transformação. (Jung, 1946.)

*“Eu preciso ver o mar todos os anos e sempre faço isso quando posso.”* (sra. Z., funcionária pública.) Por exemplo em Cayo Largo, uma ilhazinha perto de Cuba. *“Meus dias lá foram como num sonho (...) Todo final de tarde sentávamos na praia e ficávamos observando as cores (...) a água era tão quente que todos sentíamos a necessidade de nadar.”*

O caráter idílico e inexplorado do arquétipo “mar” vem sendo muito usado na venda de pacotes turísticos na Europa. Viagens à Cuba, à Grécia, às Ilhas Canárias, à Côte d’Azur ou ao Brasil? Nenhum problema! Preços módicos para todos! Conforme a teoria de Jung, arquétipos têm efeito compensatório. De acordo com isso, o *inconsciente* ajudaria o *consciente* na busca de soluções para problemas cotidianos concretos. A busca do idílio marítimo vendido nos inúmeros pacotes turísticos, assim como o desejo de uma *natureza bruta*, funciona apenas como paliativo para aqueles cansados do seu meio ambiente. É o sonho de pacote, é o adiamento da busca de soluções.

*“Consciência só pode existir e florescer no exercício da inconsciência.”* (Jung, 1946.)

Planos paisagísticos precisam ser menos estáticos e definitivos para falar melhor a linguagem dos símbolos. (Watzlawick, 1981, cit. por Loidl, 1981.) A linguagem dos símbolos baseia-se em fantasias, sonhos, em um mundo interior. É a linguagem das imagens, das metáforas. É a linguagem holística do todo, dos arquétipos, do inconsciente coletivo, bastante diferente da linguagem dos números e das palavras.

É, porém, da linguagem holística do todo de que precisa o planejador paisagístico. Para melhorar a qualidade de comunicação entre ele e aqueles para quem planeja. Para democratização do processo de planejamento é necessário o amadurecimento de uma linguagem de processo, uma linguagem de “conciliação de interesses” entre os *experts* planejadores e os cidadãos comuns.

### **Iniciativas populares para melhoria do espaço urbano: Qual o papel do planejador paisagístico?**

A sociedade moderna se vê confrontada com inúmeros problemas. Explosão populacional, poluição ambiental, carência crescente de matérias-primas. A busca de soluções para estes problemas é questão de sobrevivência para o homem moderno.

Estaria este homem moderno no pouco tempo que lhe resta em condições de aprender o despojar-se, o renunciar aos confortos de um sistema carente de iniciativas originais?

Schnetz (1990) acha que sim. De acordo com o jurista austríaco, são os indivíduos que fazem as suas leis, que as aplicam e interpretam. As iniciativas populares seriam para ele uma expressão da capacidade aprendiz do homem moderno.

É na ação que se origina o conhecimento profundo e embasado. Os movimentos populares trabalham com valores que questionam o sistema vigente e mostram novas imagens como alternativas ao fim apocalíptico do homem.

Como interferir neste processo enquanto planejador urbano?

Com essa pergunta na cabeça voltei ao Brasil em março de 1992, voltei à São Paulo e ao parque da Aclimação, tombado por iniciativa popular há 10 anos; voltei à Salvador e ao parque de São Bartolomeu, símbolo de reivindicações dos moradores do subúrbio ferroviário da cidade e sagrado para a religião do candomblé; conheci a reserva extrativista Chico Mendes no Acre, símbolo de uma reforma agrária diferenciada para a Amazônia e bandeira de luta para os povos da floresta.

Outras questões:

Como participar de um processo interferindo nele, interagindo com ele?

Como analisar os ganhos e avanços destas iniciativas? O que as move de fato? Como experienciar a história destes movimentos? (Entrevistas com lideranças comunitárias?)

A sociedade é constituída de indivíduos e são os indivíduos e não uma sociedade abstrata o objeto da pesquisa sociológica. A pesquisa sobre formas de sociedade divergentes do modelo em voga deve tentar elucidar a relação entre desenvolvimento técnico e econômico e o desenvolvimento religioso e espiritual. (Fromm, 1929, 1932.)

É evidente que características culturais influenciam a percepção do meio ambiente bem como sua ocupação e utilização. Assim, a elucidação dos valores e atitudes de grupos humanos específicos pode ajudar o planejador urbano a entender melhor os processos de “demarcação de território” no contexto de uma grande cidade, como Viena, São Paulo ou Salvador.

Áreas verdes e de lazer podem se tornar catalizadoras de reivindicações e iniciativas populares, tamanha a identificação destes movimentos com áreas urbanas como o parque da Aclimação em São Paulo, o parque de São Bartolomeu em Salvador ou o parque Alfred Grünwald em Viena. Mas o que move essas pessoas? Exercício de cidadania, prática religiosa ou luta por mais áreas verdes no bairro?

No movimento pela preservação do parque de São Bartolomeu em Salvador tudo isso anda de mãos dadas...

O parque está localizado na periferia da cidade e tem 75 hectares de florestas naturais (Mata Atlântica) e árvores frutíferas diversas, muitas cachoeiras e pedras, algumas delas sagradas para o candomblé. Escondidos nas florestas do parque (conhecidas antigamente como Mata do Urubú) os escravos fugidos organizaram-se aqui em quilombo, onde plantavam para sua própria subsistência. A aldeia negra foi logo dizimada pelos portugueses e todos os líderes escravos executados sumariamente.

Para os cultos afro-americanos o parque permaneceu fonte de valores espirituais e lugar de romarias, ritos e sacrifícios. Aqui os negros sempre puderam ser negros, colher as ervas, raízes e cascas de árvores necessárias para o culto, oferecer comida e flores para os seus deuses (orixás, voduns e inquices).

### **Os deuses moram no parque de São Bartolomeu!**

Para entender a dinâmica destes ritos e a importância para o culto de elementos naturais como *água*, *pedra* e *mato*, é necessário deter-se na simbologia das ações, palavras, músicas, ritmos e cores “praticados” no candomblé.

A coleta de plantas sagradas, as romarias ao parque, o batismo e os banhos de limpeza na cachoeira sagrada, o sacrifício de animais, as oferendas de comidas. Afinal o que é o *sagrado* para o candomblé?

Entender melhor o caráter sagrado do parque foi o ponto de partida para onze entrevistas que realizei em março/abril de 1992 com mães e pais-de-santo, mães pequenas e iaôs em vários terreiros da cidade do Salvador (dez).

No parque moram só os deuses que lá realmente se sentem em casa. (Serpa, 1994<sup>d</sup>.) Oxumaré, deus do arco-íris, tem uma cachoeira de 10 metros toda sua, onde um filete fino de água e uma densa neblina fazem aparecer o arco-íris todos os dias; ou Nanã, deusa da lama, que habita os pântanos e as águas subterrâneas do parque; ou ainda Oxum, deusa da fertilidade, que vive numa cachoeira muito parecida com um rio que tem seu nome na África. Oxóssi, deus da caça, e Ossain, deus da vegetação, guardam as matas outrora refúgio dos escravos rebeldes. Obaluaiê, filho de Nanã, fica numa pedra grande e saliente ao lado da cachoeira do irmão: Oxumaré<sup>3</sup>.

A concepção do mundo yorubá<sup>4</sup>: O mundo espiritual (Òrun) e o mundo material (Àiyé) existem no candomblé paralelamente. Tudo que existe no Àiyé existe no Òrun e vice-versa. O que distingue os seres do Àiyé dos seres do Òrun é o fato de que os primeiros respiram e os últimos não. Antes os dois mundos estavam ligados, mas um belo dia Oxalá resolveu separá-los e desde então existem os dois planos de existência. O equilíbrio entre ambos deve ser continuamente mantido através de rituais, sacrifícios e oferendas. Tudo precisa de Axé, de “força natural” para existir, mas existem substâncias que portam mais Axé que outras e o manuseio delas é que garante o equilíbrio do mundo. Cada deus do candomblé é uma faceta dessa força (Axé) e representa formas de comportamento, profissões e fenômenos naturais específicos (Figura 2).

O que os deuses comem: Oxumaré come feijão, milho e camarão ao molho de dendê. Nanã gosta de galinhas de angola e cabras. Oxum come pratos com feijão, cebolas, camarão e sal. Obaluaiê pipocas e galinhas...

Sobre o significado das plantas para o culto: Cada orixá tem plantas específicas e os seus filhos devem tomar banhos e beber misturas dessas plantas nos rituais de iniciação. As plantas são o maior (e mais bem guardado) segredo do candomblé e são usadas para tornar o iniciado “receptivo” ao seu orixá, quase como um catalizador de energias que abre os caminhos para a espiritualidade. Os iniciados são então condicionados e sensibilizados para receber o seu orixá, aprendem suas danças, cantos e falas e o recebem sempre que os atabaques são tocados. Nanã é quem guarda esses segredos e se vinga daqueles que os violam (sua presença no parque pode ser também explicada por isso).

África, terreiros e sincretismo: Na África o candomblé tinha uma conotação mais familiar e os deuses eram cultuados no seio de cada família. Havia também deuses patronos de cidades e vilas pequenas. A estrutura do terreiro (na Bahia), onde *todos* os

deuses são (eram) cultuados juntos, foi uma consequência do tráfico de escravos que separou famílias e destruiu a antiga estrutura social reinante na África. Assim, cada escravo trouxe consigo, como indivíduo, o seu deus (que ele cultuava na sua família ou na sua cidade) e os seus valores culturais, a depender do país de origem (Nigéria: povo Yorubá, Benin; Togo: povo Gêge; Angola e Moçambique: povo Bantu). O terreiro reagrupou esses deuses e garantiu a preservação da herança cultural africana. A diversidade das “nações” originou um sincretismo “africano” que dificulta uma classificação exata dos terreiros hoje existentes. A cultura Yorubá predomina (quase todos os deuses são yorubás) mas há muitos elementos bantu e gêge na religião hoje praticada. O sincretismo com a religião católica na verdade não foi um sincretismo, mas sim uma forma de continuar praticando a religião africana na diáspora. Assim, os santos católicos foram utilizados como “máscara” para dissimular o culto dos deuses africanos.

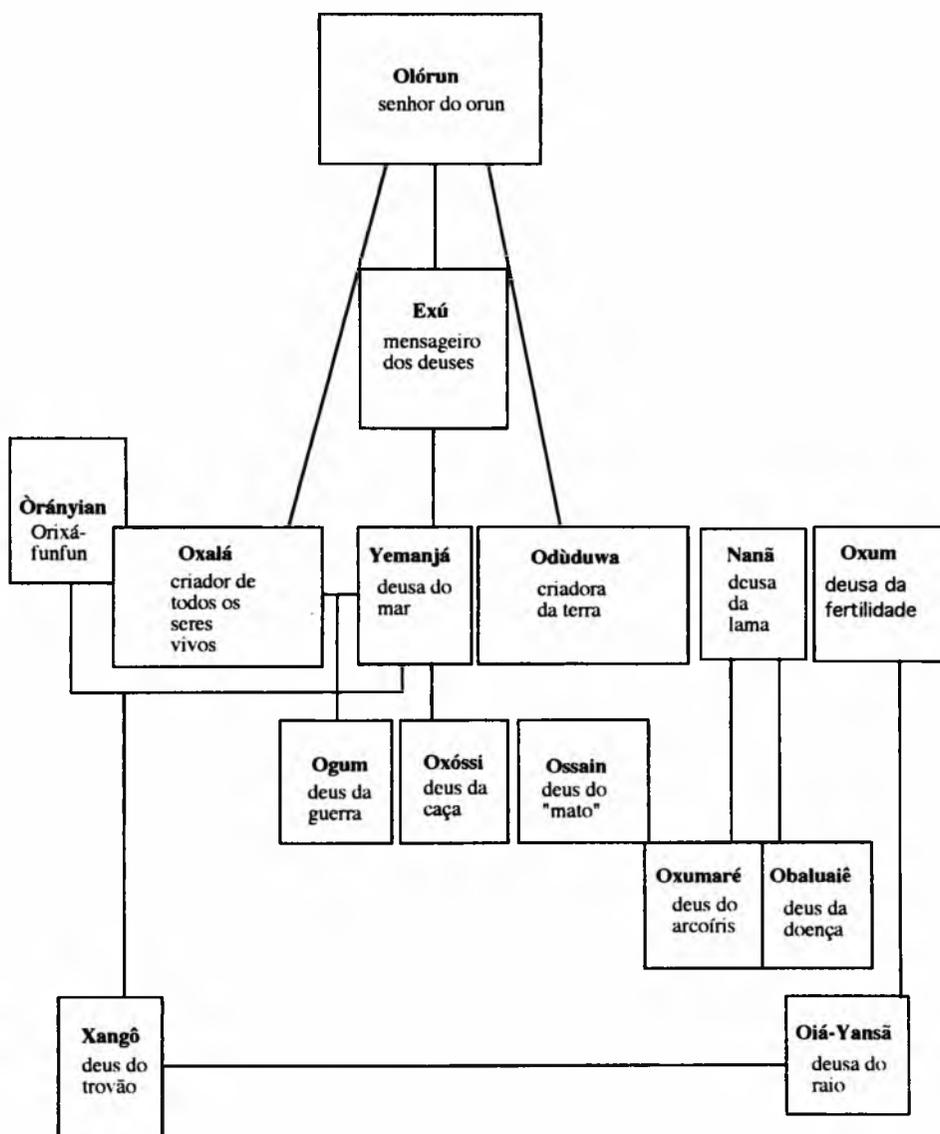


Fig. 2- Deuses do candomblé

Repressão e resistência: O culto do candomblé foi proibido na Bahia até o início do século 19 e violentamente reprimido pelo governo branco. O conde dos Arcos, governador da Bahia no tempo do Segundo Império, tentou (mas não conseguiu) aguçar as antigas rivalidades tribais, porque achava que assim conseguiria evitar uma revolta dos escravos. Não foi o que de fato aconteceu. A diferença de línguas, de cultura, etc., não impediu a eclosão de inúmeras revoltas (a maior delas, a Revolta dos Malês, aconteceu no ano de 1835) e a fundação de inúmeros quilombos (o Quilombo dos Palmares em Pernambuco é o melhor exemplo e conseguiu resistir quase 100 anos aos ataques de holandeses e portugueses). Todos esses movimentos de resistência foram violentamente reprimidos pelo governo, muitas lideranças foram enforcadas, milhares de escravos mortos e casas de candomblé fechadas.

Candomblé: Movimento popular e ecológico?: Tudo isso comprova o caráter social do candomblé, como forma de resistir à cultura hegemônica branca e de garantir uma identidade “afro-americana” no exílio. Em Salvador esse movimento de volta às antigas tradições (principalmente Yorubá) é mais forte porque na cidade os escravos sempre tiveram uma maior liberdade de ação do que no campo (muitos escravos trabalhavam por conta própria, dando uma porcentagem do dinheiro ganho para seus donos e economizando o resto para comprar a sua carta de alforria). No caso particular do subúrbio ferroviário é evidente que o candomblé funciona como agregador de pessoas, já que a maioria dos “suburbanos” é negra. Ecologia e candomblé estão intimamente ligados porque o candomblé tem em si um caráter preservacionista. Folhas, plantas, pedras, árvores, cachoeiras, rios e lagos são a materialização de forças divinas e por isso sagrados. Axé significa força da natureza e essa força precisa ser constantemente alimentada e redistribuída para que o mundo “funcione” Sacrifícios e oferendas não são nada mais do que a manifestação disso. A preservação destes elementos é fundamental para a afirmação do candomblé como religião e, por isso, você encontra hoje em dia mães e pais-de-santo que junto ao discurso político e religioso também falam e discutem “ecologia” (Serpa, 1994<sup>e</sup>.)

Apartheid social: Falar de ecologia hoje em Salvador significa falar de miséria e desigualdade social. No caso do subúrbio ferroviário e do parque de São Bartolomeu é quase impossível separar as duas questões. A pobreza na periferia de Salvador não é resultado da Revolução Industrial ou da mudança do sistema de produção. Ela é muito mais antiga do que isso! Ela é resultado de um *apartheid* social que existe desde que o Brasil foi descoberto. Quem mora na periferia de Salvador, quem passa fome, quem morre por causa de deslizamento de terra ou desnutrição, quem não tem casa, escola, água encanada, esgoto, etc.? São os negros, mulatos, caboclos, mestiços, todos os descendentes de ex-escravos, que foram libertos mas não receberam nada mais do que a carta de alforria. Por isso a luta pela preservação do parque não é só ecológica, mas sim política e com conseqüências sociais.

## *"Os deuses estão irados!"*

(Jorge Amado, sobre um projeto da prefeitura da cidade para construção de um conjunto habitacional na área do parque.)

As palavras do escritor Jorge Amado foram proferidas há 15 anos. Naquela época, elas encontraram eco nos meios acadêmicos e nas casas de candomblé mais tradicionais da cidade. O conjunto habitacional foi construído em outro lugar e o parque preservado.

O parque sagrado dos ancestrais negros parece porém não resistir mais aos inúmeros problemas que o rodeiam: O rio Mané Dendê que alimenta as cachoeiras de Oxum e Nanã está poluído, árvores sagradas são cortadas no interior do parque para a produção de carvão e inúmeras barracas comercializam bebidas alcoólicas ao lado dos lugares usados para o culto. Para completar o quadro, muita violência e miséria.

A situação dos 400.000 habitantes do subúrbio ferroviário da cidade é lastimável. Na fronteira do parque (e em alguns casos também na sua área interna) surgem a cada dia novos barracos. Consolidada a invasão, percebe-se a ausência completa de infraestrutura. Nenhuma canalização, nenhum esgoto, nenhum sistema de coleta de lixo. Também faltam escolas e creches para as 26.000 crianças entre 0 e 7 anos.

Os espaços livres entre as casas desaparece gradualmente; casas são construídas cada vez mais próximas umas das outras sem nenhuma medida de segurança. Taludes são cortados sem a compactação adequada, o verde desaparece.

Com 80% de sua área coberta por encostas, Salvador ostenta o título de cidade campeã em deslizamentos de terra do país.

A chuva mata em Salvador. Somente no ano de 1989 morreram mais de 70 pessoas durante os 420 deslizamentos de terra ocorridos.

Em 1987, moradores do subúrbio ferroviário, representantes dos terreiros de candomblé da cidade, artistas, intelectuais e professores universitários reuniram-se em um movimento pela preservação do parque de São Bartolomeu. O próximo passo foi a criação da "Sociedade de Amigos do Parque" que vem tentando desde então financiamento - no Brasil e no exterior - para medidas de saneamento básico no subúrbio e para um projeto de manutenção e preservação da área verde sagrada. Um dos projetos - elaborado por técnicos da Escola de Engenharia da Universidade Federal da Bahia - prevê a limpeza do rio Mané Dendê e a instalação de uma rede de esgotos para os bairros em volta do parque; também uma fábrica para compostagem de lixo, que deverá fornecer adubo para o viveiro de plantas, faz parte dos planos futuros da entidade. A falta de recursos financeiros impediu até agora a realização dos dois projetos. A sociedade ocupa-se no momento com a implantação do viveiro, que deverá fornecer mudas para

o reflorestamento das áreas desmatadas do parque. Também as plantas sagradas para o culto deverão ser propagadas no viveiro.

O viveiro de plantas faz parte de um projeto de educação ambiental, que em 1993 formou um time de 34 jovens do subúrbio no primeiro curso de guias e guardiões do parque. Os jovens deverão ainda contribuir nos trabalhos de produção de mel em um apiário a ser instalado em breve na área do parque. Além disso, um conceito para exploração turística da área verde sagrada deverá, num futuro próximo, ampliar o espectro de atividades desenvolvidas pelos jovens guardiões que deverão assumir também as funções de guias para grupos selecionados de turistas. Assim, a “Sociedade de Amigos do Parque” pretende com o seu trabalho não só a preservação das áreas sagradas para o candomblé, mas também a criação de perspectivas futuras para os moradores do subúrbio ferroviário.

Um grupo de professores e pesquisadores da Universidade Federal da Bahia e da Sphan/Pró-Memória tinha em 1989 objetivos bastante semelhantes com o projeto Germinar - “Planejamento de Áreas Verdes, Desenvolvimento Urbano & Habitação Popular na Grande Salvador”. Em trabalho conjunto com o movimento pela preservação do parque, com a Federação das Associações de Bairro de Salvador (Fabs) e com a

Federação Baiana de Cultos Afro-Brasileiros (Fabacab) foram plantadas cerca de 300 árvores leguminosas e frutíferas em áreas desmatadas do parque e no bairro de rio Sena no subúrbio ferroviário (Fotos 24 e 25). Apesar das dificuldades financeiras que impediram a continuidade dos trabalhos, foi surpreendente para mim, enquanto coordenador deste projeto, a receptividade dos moradores do subúrbio e dos praticantes do candomblé às nossas idéias. Naquela época parecia-nos claro que a criação de áreas verdes coletivas na fronteira do parque, gerenciadas pela população dos bairros vizinhos, poderia impedir a continuidade do desmatamento: O “cinturão verde” de árvores frutíferas e fornecedoras de lenha deveria funcionar de acordo com o plano como zona de transição entre as casas e a floresta sagrada. (Serpa, Serpa, 1990.)

Nalva Santos



Foto 24- Mutirão de plantio de árvores no parque de São Bartolomeu



Fotos 25- Mutirão de plantio de árvores no parque de São Bartolomeu

### **Conseqüências para o planejamento paisagístico em grandes cidades**

*Todo cidadão tem o direito de interferir no espaço onde mora e trabalha e de ter o seu próprio conceito estético, mas nenhum cidadão tem o direito de impor o seu conceito estético ao resto da sociedade. (Nohl, 1992.)*

O planejamento paisagístico em grandes cidades deve obedecer, portanto, a princípios gerais que permitam a apropriação do espaço urbano pela população. O planejador paisagístico deve tentar, através do seu trabalho, fomentar e não impedir um processo participativo de planejamento.

A crise de linguagem no planejamento paisagístico é o resultado da falta de comunicação entre planejadores e cidadãos comuns. As áreas verdes planejadas no continente europeu, por exemplo, podem ser divididas em dois grandes grupos, o das áreas monótonas e de manutenção barata (estilo “gramado e grupos espaçados de árvores”) e daquelas caras e pretenciosas (estilo “obra de arte”), ambos conseqüência do uso de uma linguagem estética ultrapassada e carente de renovação.

Os modelos de simulação ambiental, apresentados neste artigo, podem ajudar ao planejador paisagístico na busca de uma nova “linguagem estética” Tais modelos permitem um melhor entendimento das atitudes e valores dos usuários das áreas verdes

em grandes cidades. Para utilização destes modelos é necessário porém um novo contexto, como aquele das “células de planejamento”, já utilizadas há algum tempo na Alemanha.

Uma célula de planejamento é constituída de 25 cidadãos comuns, licenciados do seu trabalho por tempo determinado e pagos para elaboração de pareceres e projetos. De acordo com suas experiências pessoais e com a orientação técnica recebida durante os trabalhos da célula (palestras, excursões, etc.), o grupo elabora um documento final, encaminhado então às instâncias políticas e decisórias. (Zierep, 1990.)

Estes modelos podem ser a chave para um planejamento mais justo e democrático. Planejadores paisagísticos e usuários poderiam trabalhar juntos na elaboração de projetos para parques e praças, desenhando e planejando estes espaços.

O planejador paisagístico também pode aprender muito deste trabalho conjunto. Numa célula de planejamento é possível saber o que se passa na cabeça daqueles para quem planeja, suas idéias e conceitos estéticos. Ao mesmo tempo isso seria uma oportunidade única para o planejador, que poderia informar melhor os participantes da *célula* sobre o seu trabalho.

A busca de soluções para o planejamento dos espaços livres em grandes cidades exige porém uma linguagem comum, de conciliação de interesses. O método aqui apresentado para investigação de experiências subjetivas de paisagem pode ser usado num planejamento paisagístico que leve em consideração a importância dos arquétipos e alegorias espaciais. Assim, diferenças e preconceitos poderiam ser superados num amplo processo de troca de informação e discussão, base para um planejamento mais humano e voltado para os interesses da população.

## NOTAS

(1) Todos os paisagistas entrevistados parecem em busca de princípios éticos e estéticos que possam nortear seu trabalho criativo. “O que é natureza?” parece pergunta de difícil resposta para a maioria deles.

(2) Viena tem 1.600.000 habitantes e um milhão de carros. Para efeito de comparação: São Paulo tem 15 milhões de habitantes e 4,5 milhões de automóveis.

(3) Oxumaré é sincretizado nos terreiros da Bahia com São Bartolomeu.

(4) Trechos de uma entrevista concedida à jornalista Dagmar Serpa, por fax, em março de 1994, publicada no jornal de ciência política “Lateinamerika Anders” do mês de julho/94, em Viena, na Áustria.

## BIBLIOGRAFIA

- BOOTH, N. K. *Basic elements of landscape architectural design*. New York: Amsterdam Elsevier, 1983.
- CHAMBERS, W. (1772) A dissertation on oriental gardening. In: D. Clifford. *A history of garden design*. London: Faber and Faber, 1962.
- DOWNS, R. M., STEA, D. *Kognitive Karten - Die Welt in unseren Köpfen*. New York: Harper & Row Publishers: 1982.
- EPSTEIN, W. Historical introduction to the constancies. In: W. Epstein (Ed.). *Stability and constancy in visual perception: Mechanism and process*. New York: Wiley, p. 1-22, 1977.
- FEYERABEND, P. *Wider den Methodenzwang*. Suhrkamp: Frankfurt am Main, 1986.
- FROMM, E. Psychoanalyse und Soziologie. In: *Die Gesellschaft als Gegenstand der Psychoanalyse. Erste Auflage 1993*. Hrsg. von Rainer Funk. Suhrkamp: Frankfurt am Main. s. f. 11-14, 1929.
- \_\_\_\_\_. Über methode und aufgabe einer analytischen sozialpsychologie. In: *Die Gesellschaft als Gegenstand der Psychoanalyse. Erste Auflage 1993*. Suhrkamp: Frankfurt am Main. Hrsg. von Rainer Funk. S. p. 23-25.
- GOETHE, J. W. *Entwurf einer Farbenlehre* (reprint 1992). Stuttgart: Verlag Freies Geistesleben, 1980.
- HARD, G. Landschaft als professionelles Idol. *Garten + Landschaft*, v. 3, s. p. 13-18. München: Verlag George D.W. Callwey, 1991.
- \_\_\_\_\_. Konfusionen und Paradoxien. *Garten + Landschaft*, v. 1, S. In. 92, p. 13-18. München: Verlag George D.W. Callwey, 1992.
- HERSHENSON, M. Size-distance invariance: Kinetic invariance is different from static invariance. *Perception and Psychophysics* 51, n. 6, p. 541-548, 1992.
- HISS, T. Simultane Perzeption. *Garten + Landschaft*, v. 4, n. 92, p. 9-11. München: Verlag George D.W. Callwey, 1992.
- JUNG, C. G. Die Lebenswende. In: *Mensch und Kultur*. Grundwerk, Band 9, 3. Auflage, p.61-77, 1990.
- \_\_\_\_\_. Über die Archetypen des kollektiven Unbewussten. In: *Archetyp und Unbewusstes*. Grundwerk, Band 2, 4. Auflage, p. 77-113, 1990.

- \_\_\_\_\_. Zur Phänomenologie des Geistes in Märchen. In: *Archetyp und Unbewusstes*. Grundwerk, Band 2, 4. Auflage, p. 206-250, 1990.
- \_\_\_\_\_. Die Psychologie der Übertragung. In: *Persönlichkeit und Übertragung*. Grundwerk, Band 3, 3. Auflage, p. 127-298, 1990.
- \_\_\_\_\_. Theoretische Überlegungen zum Wesen des Psychischen. In: *Archetyp und Unbewusstes*. Grundwerk, Band 2, 4. Auflage, p. 7-76, 1990.
- JÜNGST, P., MELDER, O. Landschaften "in" uns und landschaften "um" uns. In: *Innere und äussere Landschaften*. Hrsg. von Peter Jüngst. Urbis et Regio 34. GhK Kasseler Schriften zur Geographie und Planung. p. 9-66, 1984.
- KANT, I. *Kritik der Urteilskraft*. Neuauflage 1986. Stuttgart: Hrsg. von Gerhard Lehmann. Philipp Reclam Jun. 1790.
- KERN, A. *Landschaft und Erkenntnis - Theorie und Praxis einer ökologischen Geographie*. Salzburg, 1991. Dissertation.
- KIRCHHOFF, H. *Wüste*. In: *Ursymbole und ihre Deutung für die religiöse Erziehung*. München: Hrsg. von Kirchhoff, H. Kösel-Verlag GmbH & Co., p. 43-59, 1982.
- LEUNER, H. *Katathymes Bilderleben. Ergebnisse in Theorie und Praxis*. Bern/Stuttgart/Toronto: 3. Auflage 1990. Verlag Hans Huber, 1980.
- LOIDL, H. J. Zwischen uderalflächenfetisch und Stimulationsrechner. Entwicklungstendenzen in der Objektplanung. *Garten + Landschaft*, v. 10, 81, p. 795-805. München: Verlag George D.W. Callwey, 1981.
- MEYER-ABICH, K. M. Was ist ein Umweltproblem? - Zur Kritik des Cartesianismus in der Wahrnehmung der Natur. *Bauweltfundamente*, In. 44, p. 14-35, 1974.
- NOHL, W. Über den praktischen Sinn ästhetischer Theorie in der Landschaftsgestaltung dargestellt am Beispiel der Einbindung baulicher Strukturen in der Landschaft. *Landschaft + Stadt*, Stuttgart: v. 14, n. 2. p. 49-55. Verlag Eugen Ulmer, 1982.
- \_\_\_\_\_. Gedankenskizze einer Naturästhetik der Stadt. *Landschaft + Stadt*, Stuttgart: v. 22, n. 2, p. 55-67, Eugen Ulmer GmbH & Co., 1990.
- \_\_\_\_\_. Erlebnisästhetik und Planungsästhetik. *Natur und Landschaft*, Köln: n. 67, Heft 12, p. 596-597, Verlag W. Kohlhammer GmbH, 1992.
- PREDEBON, J. The role of instruction and familiar size on absolute judgements of size and distance. *Perception and Pscophysics*, v. 51, n. 4, p. 344-354, 1992.

- PÜCKLER-MUSKAU, H. *Fürst von (1843): Andeutungen über die Landschaftsgärtnerei (reprint 1977)*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt.
- SCHNETZ, D. Anspruch und Alltag. Zur gesellschaftlichen Wirklichkeit der neuen sozialen Bewegungen. In: *Bürger Initiativ. Probleme und Modelle der Mitbestimmung*. Wien/Köln: Hrsg. von Maria Zenkl. Böhlau Verlag. p. 189-211, 1990.
- SCHULZE-KÖBEL, H. J. Räumliche Symbolbildung - Eine von der Geographie vergessene Realität. In: *Innere und äussere Landschaften*. Hrsg. von Peter Jüngst. Urbis et Regio 34. GhK Kasseler Schriften zur Geographie und Planung, p. 67-91, 1984.
- SERPA, A. SERPA, B. Movimentos populares em Salvador, uma fotografia recente. In: Peixoto, M. S. S. et al. *Movimentos populares, a escola comunitária e a cidadania*. Salvador: Gráfica da Bahia, OEA, UFBA, 1990. Coleção Cidadania.
- SERPA, A. *Annäherung an den Begriff Park. Eine Studie zur menschlichen Wahrnehmung der Natur am Beispiel städtischer Freiräume*. Vienna, 1994. Dissertation. Universität für Bodenkultur (a).
- \_\_\_\_\_. Was ist Natur? In: *Zolltexte*, v. 1, n. 94, Forum Landschaftsplanung, Vienna, p. 21-24, 1994 (b).
- \_\_\_\_\_. Erinnerungen... Auf der Suche nach einer "Versöhnungssprache" für die Freiraumplanung. In: *Das Gartenamt*, v. 6, n. 94, Patzer Verlag, Berlin/Hannover, p. 376-382, 1994 (c).
- \_\_\_\_\_. São Bartolomeu Park, Salvador: Wohnsitz der Götter. In: *Garten + Landschaft*, v. 8, n. 94, Verlag George D.W. Callwey, München, p. 34-37, 1994 (d).
- \_\_\_\_\_. Candomblé als Widerstand. In: *Südwind*, Zeitschrift für Entwicklungspolitik, ÖIE, v. 6, n. 94, Vienna, p. 40-41, 1994 (e).
- SHENSTONE, W. *A History of Garden Design*. London: Faber and Faber, 1764.
- WENZEL, J. Über die geregelte Handhabung von Bildern. *Garten + Landschaft*, v. 3, n. 91, p. 19-24. München: Verlag George D.W. Callwey, 1991.
- WORMBS, B. News from Now-here. In: *Tintenfisch 12. Thema: Natur - oder: Warum ein Gespräch über Bäume heute kein Verbrechen mehr ist*. Berlin: Hrsg. von Hans Cristoph. Buch Verlag Klaus Wagenbach, 1977.
- ZIEREP, M. Bürgerbeteiligung in der Praxis. Das Modell "Planungszelle" in der Anwendung. In: *Bürger Initiativ. Probleme und Modelle der Mitbestimmung*. Wien/Köln: Hrsg. von Maria Zenkl. Böhlau Verlag, 1980.



# APROPRIAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO PÚBLICO UM ESTUDO COMPARATIVO

DÉCIO RIGATTI



## RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é examinar as formas de apropriação social do espaço urbano de uso público, analisando comparativamente áreas de diferentes morfologias. Uma delas faz parte de uma área residencial de classe média em tecido urbano tradicional, na cidade de São Paulo - setor do Jardim Bonfiglioli. A outra, é um setor do conjunto residencial Cohab de Carapicuíba, na Grande São Paulo.

A análise utiliza-se, mesmo que de forma indireta, dos conceitos e instrumentos de "sintaxe espacial", inicialmente desenvolvidos por Bill Hillier e Julienne Hanson na Bartlett School of Architecture and Planning, University College de Londres.

Da análise pode-se observar que em ambas as áreas existem processos de apropriação social do espaço urbano que se dão no sentido de organizar as sociedades de acordo com às necessidades de cada um dos segmentos sociais. A estruturação do espaço vai depender do papel desempenhado pela esfera pública na vida de relação dessas comunidades. O trabalho mostra que, no caso do conjunto Cohab, o novo espaço urbano construído pelos moradores tende a estruturar um reforço das relações coletivas enquanto que no bairro de classe média as alterações sugerem um reforço na vida privada.

## ABSTRACT

The main goal of this paper is to analyse the social use of the urban space by comparing two different urban areas. On the one had, a middle class residential area was chosen in a traditional urban fabric in São Paulo - part of Jardim Bonfiglioli. On the other hand, an ordinary housing estate occupied by working class was also examined - part of Carapicuíba Housing Estate.

The comparison between these two areas was made by utilizing key concepts and methods from "space syntax", originally developed in the Unit for Architectural Studies

Bartlett School of Architecture and Planning, University College, London, by Bill Hillier and Julienne Hanson.

The analysis allows us to observe that in both cases people interact with urban space changing it in order to structure the social life required by the dwellers. This new structure is attained in many different ways, depending on the role public space takes in the communities' social life. It is showed that the new urban space imposed by the dwellers tends to reinforce social relation in the housing estate. In contrast, physical changes introduced in jardim Bonfiglioli show the enhancement of private life.

## INTRODUÇÃO

A finalidade principal deste trabalho é o exame das formas de apropriação espacial que ocorrem em tecidos urbanos, cujas características morfológicas e da população residente são diferenciadas.

Esta discussão teve origem no desenvolvimento de exercícios propostos pela disciplina de paisagismo, ministrada pelo Prof. Dr. Silvio Soares Macedo, na pós-graduação da FAUUSP, no segundo semestre letivo de 1993. Além disso, o tema em questão é foco do projeto de pesquisa para o desenvolvimento da tese de doutoramento para o referido curso.

Para cumprir os objetivos propostos, tomamos duas situações exemplares do que pretendemos analisar. De um lado, tomamos o conjunto residencial verticalizado padrão Cohab, cujos empreendimentos visam o atendimento da demanda por moradia da população com renda ao redor de três salários mínimos. De outro lado, adotamos um trecho de cidade tradicional, ocupado por população de renda média.

Morfologicamente o conjunto Cohab é produto de um projeto global, onde as edificações, via de regra, são dispostas isoladamente num terreno previamente limpo, condicionando a formação dos espaços livres, qualquer que seja sua natureza e destinação, podendo-se detectar uma certa autonomia dos elementos de composição urbana.

Por tecido tradicional, consideramos as configurações que têm por base um processo de crescimento<sup>1</sup> que não necessariamente se originam de um projeto unitário. A morfologia urbana é gerada pela utilização dos elementos de composição urbana que, diferentemente do caso anterior, possuem forte interdependência, originando espaços que guardam forte relação com a cidade histórica, no sentido de que são espaços claramente baseados na formação de percursos, quarteirões, praças, largos, etc., definidos pelo sistema edificado.

Em relação ao conjunto Cohab, chama atenção a maneira quase generalizada com que



Já o trecho do jardim Bonfiglioli foi escolhido pelo bom exemplo que representa em relação às características de tecido tradicional, enquadrando-se no que pretendemos avaliar, aliado ao fato de que é uma área onde foi possível fazer uma observação mais contínua, por um bom período de tempo. O trecho mais analisado é compreendido pela rua Moacir Miguel da Silva, da Rodovia Raposo Tavares até a praça Isai Leiner; a referida praça, mais a av. Heitor Eiras Garcia, até a av. Corifeu de Azevedo Marques, próximo à Cidade Universitária da USP.

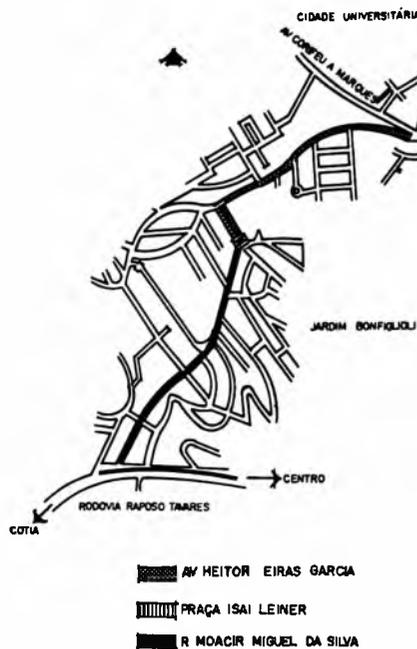


Fig.2 - Jardim Bonfiglioli - trecho de estudo

Fonte: Baseado no Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - 1973.

A avaliação da morfologia urbana pode ser descrita a partir de diversas formas. Uma delas diz respeito aos estudos tipológicos, com importantes representantes italianos como Gianfranco Caniggia, Gian Luigi Maffei, Aldo Rossi, Carlo Aymonino, Saverio Muratori, entre outros, franceses como Jean Castex e Philippe Panerai, e alemães como Rob Krier. No presente trabalho optamos por uma avaliação morfológica que se utiliza, mesmo que de forma aproximativa dos conceitos e procedimentos da sintaxe urbana. A sintaxe urbana tem-se mostrado como importante instrumento tanto de análise como de intervenção urbanísticas pelas possibilidades de estabelecer relações entre as instâncias sociais e espaciais. Estes procedimentos foram formulados originalmente por Bill Hillier e Julienne Hanson, da Bartlet School of Architecture and Planning, University College, Londres, na sua obra *The social logic of space*, de 1984, e desenvolvida por diversos outros autores, tanto na Inglaterra como em outros países. Hillier e Hanson “propõem que determinadas condições de contato social no espaço público e a apropriação social do espaço urbano são, em grande parte, condicionadas por peculiares arranjos morfológicos, ou seja, a maneira como se dispõem e se relacionam entre si os diversos elementos arquitetônicos, que abrigam as atividades humanas, e o espaço público, espaço de relação. Esses arranjos morfológicos, dependendo de suas regras compositivas propõem, eles mesmos, um certo ‘potencial’ de contato social” (Rigatti, 1991, p. 13). Em outras palavras, trata-se de verificar as regras sociais impressas no espaço e as regras espaciais impressas na sociedade. Neste sentido, Hillier (1989) identifica três tipos de leis necessárias para analisar o objeto

urbano. A primeira lei diz respeito a como os edifícios são agregados para formar espaços urbanos; a segunda trata de como a sociedade dá forma espacial às práticas sociais e, finalmente, a terceira diz respeito a como a forma urbana atua sobre a sociedade. Para Hillier, essas três leis dão as bases para a forma urbana.

Para a finalidade deste trabalho, não nos aprofundaremos nas técnicas desenvolvidas em sintaxe espacial, limitando-nos a buscar alguns significados em termos da relação entre morfologia física e apropriação do espaço urbano. Para maiores aprofundamentos, recomendamos a leitura da bibliografia específica indicada no final deste trabalho, especialmente: Hillier & Hanson (1984); Hillier (1989); Holanda (1984); Peponis (1989), entre outros.

Para deixar um pouco mais claro o tipo de preocupações concernentes à teoria da sintaxe urbana, introduziremos alguns conceitos básicos. Conforme propõem Hillier & Hanson (1984, p. 95):

a) todo assentamento, ou parte de um assentamento é formado por um sistema contínuo de espaços abertos, cuja forma resulta do arranjo/agrupamento de células primárias (edifícios) e limites secundários (quintais, jardins, etc.) que intervêm e se superpõem entre edifícios e o espaço não limitado do assentamento;

b) todo assentamento, visto como seqüência de espaços abertos, células primárias e limites secundários, suporta a interface de dois tipos de pessoas que se utilizam do mesmo: os estranhos (ou visitantes) e os habitantes - relação entre habitantes do sistema e relação entre habitantes e estranhos.

O objetivo da análise sintática é, pois, o de descrever o assentamento com base no padrão “medido” destas relações através das suas propriedades sintáticas - propriedades que são de natureza topológica e não geométrica. Em outras palavras, *“o objetivo é descrever como o sistema como um todo se relaciona a cada uma das partes constituintes e como a multiplicidade destas relações produz uma estrutura subjacente”* (Peponis, 1992.)

## **DISCUTINDO O PÚBLICO E O PRIVADO**

A questão do público e do privado tem sido debatida recentemente por profissionais de muitas áreas de conhecimento e de diversas tendências. Alguns, já clássicos, são bastante utilizados, muito pelas suas qualidades como sistematização desse aspecto que, para a vida social recente, tem merecido especial atenção.

Interessam especialmente as abordagens que procuram explicar essa relação para o homem moderno, ou seja, o homem que surge com o desenvolvimento da ciência e da razão que vem desde a ilustração e se sedimenta no Iluminismo.

O debate acerca do público e do privado na sociedade moderna é extremamente importante quando se pretende examinar de que forma essas práticas sociais estão relacionadas com as práticas espaciais. Na verdade, as diversas abordagens multidisciplinares sobre o assunto permitem examinar a organização do espaço urbano sobre um prisma diferente, ou seja, permitem identificar uma “relação” entre espaço e sociedade, retirando de autores uma autonomia absoluta, fracionadora da realidade.

A bibliografia disponível é bastante variada e, para o nosso tema, reteremos apenas alguns aspectos que são fundamentais, muito embora não sejam consensuais entre os diversos autores estudados.

Da filosofia, são importantes as contribuições de Marilena Chauí e de Rouanet (1987). Chauí tem-se dedicado a discutir as questões de poder e da autoridade demonstradas nas formas como se estruturam as relações entre o público e o privado no universo da sociedade brasileira. A obra de Rouanet tem como foco de preocupação a atual crise cultural, que se manifesta em três “rebeliões”: uma rebelião contra a razão; uma rebelião contra a modernidade; e uma rebelião contra a ilustração. É da análise que faz sobre as “rebeliões” que destacamos algumas passagens, principalmente no sentido de compreender o homem moderno. Quando discute sobre a teoria da modernidade, Rouanet diz que “... há uma ruptura com a tradição e um progresso em direção à autonomia e à individualização. Os processos de reprodução dependem cada vez mais dos próprios homens e cada vez menos das autoridades tradicionais. (...) na esfera da personalidade, a formação das identidades visa um ego cada vez mais autônomo. As interações comunicativas que se realizam neste mundo vivido (lugar das interações espontâneas) racionalizado dependem, em suma, dos próprios participantes, e não da tradição e da autoridade” (1987, p. 163.)

Costumamos dizer que o homem moderno é o homem livre, numa ampla acepção do termo. No entanto, isto implica também num contínuo estar só. A cultura do moderno é a cultura do indivíduo, do ego.

Para compreendermos melhor essas implicações no âmbito do público e do privado, utilizamos a obra de Sennet (1988), onde encontramos uma análise sobre a crise da modernidade como uma crise nos domínios público e privado. Isto significa que as dificuldades da “política” moderna se encontra na invasão de domínios, na falta de uma configuração clara desses domínios e uma falta de identificação precisa do público e do privado, o que determina esta relação de promiscuidade, pela inexistência dos ritos e limites que permitem lidar com essas esferas diferentes da vivência humana. Sennet diz que a história da personalidade “é a história da erosão de um equilíbrio delicado que mantinha a sociedade no primeiro jato de sua existência secular e capitalista. Era um equilíbrio entre a vida pública e a vida privada”. (1988, p. 412-13.)

*“Os homens passaram a crer que eram os autores do seu próprio caráter. (...) Gradualmente, essa força perigosa, misteriosa, que era o eu, passou a definir as*

*relações sociais. Tornou-se um princípio social. (...) A sociedade em que vivemos hoje está sobrecarregada de conseqüências desta história: o evanescimento da res publica pela crença de que as significações sociais são geradas pelos sentimentos de seres humanos individuais.” (Sennet, 1988, p. 413.)*

A compreensão dos domínios público e privado e dos ritos que definem as vivências em cada um deles é o tema da obra aqui utilizada de Da Matta (1985). Através da noção de rua/público e casa/privado, o autor lida com as diferentes éticas que comandam esses domínios. A falta de clareza das esferas com as quais a sociedade se move no cotidiano das ações afeta a ética do comportamento social. Da Matta identifica o domínio primordial nas sociedades modernas. Diz ele que “*no mundo ocidental e nas sociedades onde o capitalismo e o protestantismo se estabeleceram integral e predominantemente, o movimento mais freqüente é (...) do individual para o coletivo. (...) Assim, para nós, modernos, que vivemos em uma sociedade onde a parte (o indivíduo) é mais importante que o todo (a sociedade), o problema estaria sempre no coletivo e na multidão, esses ‘estados’ que seriam o inverso do indivíduo que o sistema consagra como normal e ideal*” (1985, p. 36-7.)

Antes de irmos adiante, não podemos deixar de fazer referência especial a uma das obras de Harvey (1992) mais recentemente publicada entre nós. Em relação às abordagens dos demais autores examinados aqui, Harvey executa um trabalho mais minucioso e completo, desenvolvendo questões de extrema relevância e atualidade sobre o significado da modernidade e da pós-modernidade, no atual estágio de desenvolvimento do mundo ocidental capitalista. Assim, são abordados na sua obra: as modificações recentes das formas de produção capitalista, que ele denomina de pós-fordismo, e suas implicações com a questão espacial; o sentimento de pós-modernidade; qual o homem que surge neste momento; relações entre as transformações espaciais e as outras instâncias da sociedade. Sob este aspecto, a obra de Harvey é essencial para se compreender as crises e paradoxos atuais, tanto do ponto de vista do espaço como dos comportamentos.

Merece atenção, também, pela amplitude da obra e pela abordagem multidisciplinar dada à questão da vida privada, tratando tanto das práticas sociais como dos espaços físicos, a coleção *História da vida privada*, que avalia esses aspectos desde Roma antiga até os dias de hoje.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos coordenou para o Ibam, pesquisa que foi publicada em 1981 sob o título *Quando a rua vira casa*. Nesta obra, há uma interpretação profundamente antropológica das formas de apropriação de espaços de uso coletivo num bairro de classe média-baixa do Rio de Janeiro - Catumbi -, comparando-as com a encontrada num núcleo habitacional de classe média na zona sul. Há uma minuciosa descrição de Catumbi, suas pessoas; seus espaços; suas relações; seus conflitos; seus vínculos com o espaço construído; as formas de controle sobre o espaço, tudo isto descrito de uma maneira que faz parecer tudo muito idílico e poético, quando sabemos

que as formas de controle são também formas de tirania. Sobre esta questão bastariam duas referências: as discussões sobre “as tiranias da intimidade” presentes em Sennet (1988) e o que Foucault (1984) comenta sobre “vigiar e punir”. No trabalho de Santos há uma visão extremamente microcós mica daquela realidade, percebida como uma ilha cultural. (1981, p. 21-110.)

Os modos de apropriação do espaço por parte da população são expostos como algo quase mágico, derivados de uma idéia de reunião de cidadãos bons que estruturam uma comunidade.

Na área planejada da zona sul, tomada como comparação, tal não acontece. As dificuldades de formação da idéia de uma comunidade ou outras formas de agregação social, individualismo maior, etc., são descritas de forma menos apaixonada do que para Catumbi.

Há importantes considerações sobre a questão da socialização e da pedagogia envolvidas nas relações públicas o que de fato podemos avaliar como verdadeiro. O que não é possível, no entanto, parecem ser as comparações como formas valorativas. Essas diferenças de apropriação do espaço de uso coletivo, em Catumbi e na zona sul, para utilizarmos os exemplos em questão, são modalidades distintas de práticas sociais que possuem uma relação dialética com o espaço, mas que não podem ser desvinculadas de um recorte de classe e do que isto representa como possibilidades de contatos sociais.

Para elucidar esta questão nos utilizamos da obra de Keller (1979), que discute amplamente o tema da vizinhança urbana, fazendo uma grande retrospectiva das pesquisas sociais em áreas residenciais, particularmente inglesas. No entanto, as avaliações colocadas pela autora parecem válidas para as formas de urbanização recentes no Brasil, especialmente naquelas áreas onde a penetração das relações capitalistas de produção e a intervenção do Estado no urbano foram mais intensas. Desta forma, com as devidas precauções necessárias e que dizem respeito às peculiaridades das formações sociais brasileiras, é possível utilizarmos os comentários de Keller para o Brasil.

Uma primeira observação importante é que, ao contrário do que muitas vezes se supõe, “*as relações de vizinhança não são nem naturais nem inevitáveis*” (Keller, 1979, p. 22), salientando a necessidade pré-existente de que seja definido o que é um vizinho e o que se espera dele.

Uma das questões mais interessantes trata das diferenças necessárias de se estabelecer entre amigo, vizinho e parente. Para a autora, “... *o papel do vizinho pode estar claramente definido, mas implicar mínimos contatos interpessoais, ou estar definido vagamente e sem dúvida implicar em intercâmbios pessoais estreitos e contínuos*”. (Keller, 1979, p. 23.)

Desta forma, uma vez que numa determinada vizinhança esteja definido o papel do vizinho, seja pela prática cotidiana, seja por outras modalidades de acordo mais ou menos formalizado entre as pessoas “*o tipo de relações de vizinhança que encontramos numa área, refletirá normalmente os conceitos que ali prevalecem sobre o que se espera que seja ou faça um bom vizinho. Um bom vizinho não é necessariamente uma pessoa amistosa ou agradável, mas aquela que se conforma com as expectativas do papel do vizinho que reconhece o senso comum. (...) O vizinho é um estranho que está próximo, que defende interesses que em parte são só seus e em parte são divididos com seus vizinhos*” (Keller, 1979, p. 25-26.)

Importante para a compreensão que pretendemos estruturar para os espaços urbanos é de que forma essas relações de vizinhança atuam no sentido de tratar o espaço físico como uma instância das práticas de vizinhança. Além disso, podemos questionar, articulado com os modos de controle do espaço e das formalizações em nível prático e simbólico dos domínios público e privado examinado nos autores vistos anteriormente, como as vivências se articulam entre um domínio e outro e como a vida social em cada um desses domínios se produz e se reproduz. Assim, por exemplo, podemos compreender que “*para minimizar os conflitos e para preservar certo isolamento sob condições de proximidade física é necessário manter certa distância psicológica, inclusive nas relações mais íntimas. (...) Assim, o papel do vizinho se encaixa numa rede de papéis sociais e sua explicitação depende da natureza da estrutura social que inclui a densidade populacional; a distância entre as unidades de habitação; o nível econômico dos habitantes; o grau de cooperação solicitado ou permitido entre os residentes e a confiança geral que os indivíduos colocam nos não parentes*” (Keller, 1979, p. 27 e 31.)

Desta forma, é possível observar que “*as atividades de vizinhança e as ocasiões para realizá-las dão lugar a uma quantidade de relações ou laços mais ou menos fortes entre os vizinhos. (...) As relações entre vizinhos oscilam entre a abertura e a reserva; entre a intimidade e o distanciamento, e é necessário evitar tanto a excessiva intimidade como o excesso de discussão*” (1979, p. 43 e 46.)

Comentando sobre a intensidade e a extensão das relações de vizinhança, Keller explica certos atributos dessas relações de forma muito semelhante ao que poderia ser interpretado de uma análise do espaço com técnicas de sintaxe urbana, conforme comentado na introdução do presente trabalho. Diz ela que “*em áreas de muitos contatos entre vizinhos, estes conhecem-se devido às reduções dos laços de parentesco, amizade e vizinhança. Igualmente, nestas zonas, um maior número de pessoas conhece muitos dos seus vizinhos de vista e de nome, mas isto se deve menos ao interesse e ao afeto pessoal do que ao entorno em geral que, virtualmente, torna inevitável esse conhecimento*” (Keller, 1979, p. 56-7.)

Algumas observações da autora tentam dar conta das diferenças de relações de vizinhança existentes em áreas diferentes quanto ao componente sócioeconômico e

morfológico do espaço. Diz ela que “*em áreas muito urbanizadas, com um nível de vida que aumenta continuamente, a prioridade, frequência, formalização e intensidade das relações de vizinhança diminuem em favor das relações com a família imediata e com amigos selecionados pessoalmente. (...) Em geral, parece que quanto mais auto-suficiente é uma comunidade ou mais assente em si mesmo o indivíduo ou um grupo, menor é a confiança nos vizinhos e mais fracas são as relações de vizinhança...*” (Keller, 1979, p. 58 e 67.)

Neste sentido, é importante relacionarmos essas observações com as que examinamos anteriormente sobre o homem da modernidade. Assim, longe de haver uma característica uniformizada no interior de uma mesma formação social, coexistem uma infinidade de modalidades de relações de vizinhança decorrentes das diferentes formas existentes de inserção social e espacial por parte da população, muito embora possamos identificar tipos predominantes enfatizados em determinado momento, como o centrado mais no papel e na força do indivíduo, como parece ser a forma corrente na atualidade.

Não é difícil perceber que, dentre as funções das relações de vizinhança, têm destaque as que dizem respeito às condições de reprodução das práticas sociais. Uma dessas funções é “*o exercício do controle social recíproco para auxiliar a manter as pautas comuns e a comunicação compartilhada*”. (...) Isto permite “*a criação e a manutenção das normas sociais de conduta e dos valores corretos*” (Keller, 1979, p.61/2.)

Segundo Keller, as relações de vizinhança são explicadas, por um lado, pela origem e tradições dos grupos e dos indivíduos e, por outro, pelos enquadramentos habituais em classes sociais. “*Nos densos bairros operários especializados e semi-especializados, a necessidade e a limitação de oportunidades, o isolamento e a pobreza relativos, a insegurança e o medo de estranhos, tudo isto se combina para fazer das relações de vizinhança uma parte essencial da trama de relações familiares, entre parentes e de trabalho. (...) Nos ambientes de classe média as relações de vizinhança assumem um aspecto diferente. Antes de tudo, são mais seletivas, mais pessoais. Um maior bem-estar econômico faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumenta o uso das faculdades críticas e seletivas.*” (Keller, 1979, p. 70/1.)

Para as nossas finalidades, estas observações são suficientes e dão um bom quadro que nos permitirá referenciar a avaliação empírica sob um conjunto de amarrações conceituais que perpassem a noção do indivíduo da modernidade e seus vínculos sociais que se dão em espaços de sociabilidade.

## **CARAPICUÍBA E A HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL RECENTE**

Para compreender o conjunto residencial Cohab de Carapicuíba é necessário, primeiramente, situá-lo dentro das condições gerais em que a habitação social ou popular é pensada e produzida no Brasil.

Os países europeus, já na virada do século 19 para o 20, iniciam o debate acerca da habitação social e fazem surgir as primeiras tentativas de solução como na Holanda, Inglaterra, Áustria, Alemanha e Itália. Estas experiências se consolidam como experiências concretas principalmente com o surgimento de um sindicalismo forte e a subida ao poder dos partidos socialistas.

A industrialização desses países, o aumento da demanda por habitações e a degradação física dos estoques disponíveis trazem à tona a habitação como questão e como problema. (Fig. 3.) Neste sentido, basta examinarmos as discussões de Phroudon e de Engels sobre o tema, produzidas no final do século 19.



*Fig. 3 - A habitação no início da Revolução Industrial*  
*Fonte: Benevolo 1983.*

Essa experiência europeia se difunde de forma mais ampla pelo continente nos trabalhos de reconstrução que se dão após a Segunda Grande Guerra, acompanhados por amplos processos de planejamento e desenvolvimento, abarcando regiões que ainda se encontravam fora dessa problemática, como Portugal e Espanha.

Do ponto de vista das soluções espaciais, com raras exceções - ver na Holanda, com Berlage (Fig. 4); na Áustria com Otto Wagner; na Alemanha com Ernst Mai (Fig. 5) e

Bruno Taut, por exemplo - a arquitetura de habitação social tem sido considerada ao longo do tempo como um trabalho de menor prestígio profissional do que as obras individuais e de autor.

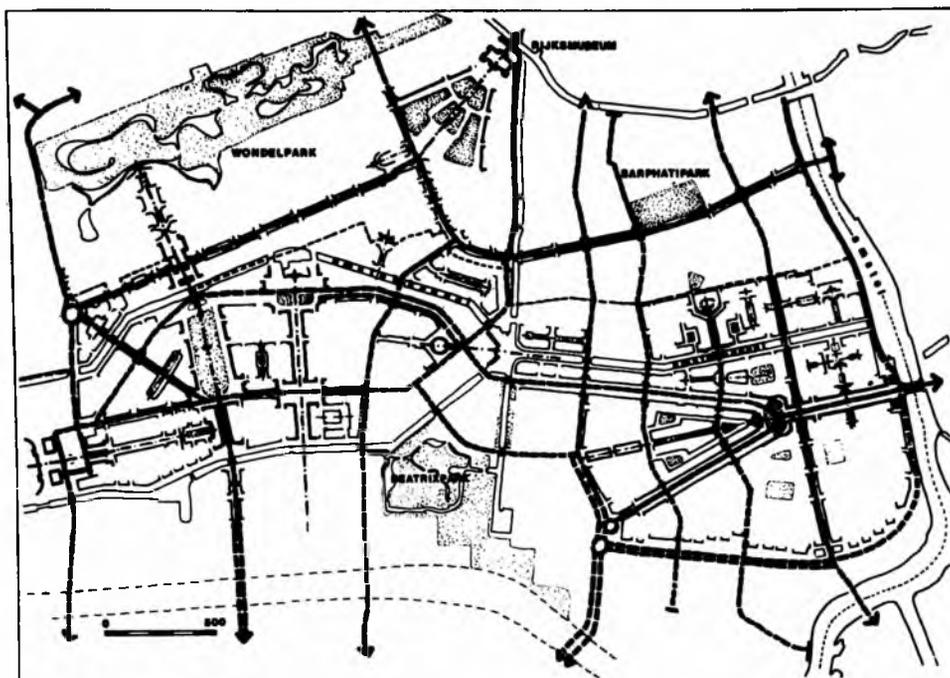


Fig. 4 - Plano de Berlage para a extensão de Amsterdam, onde seriam implantados os conjuntos de habitação social  
Fonte: Castex 1980.

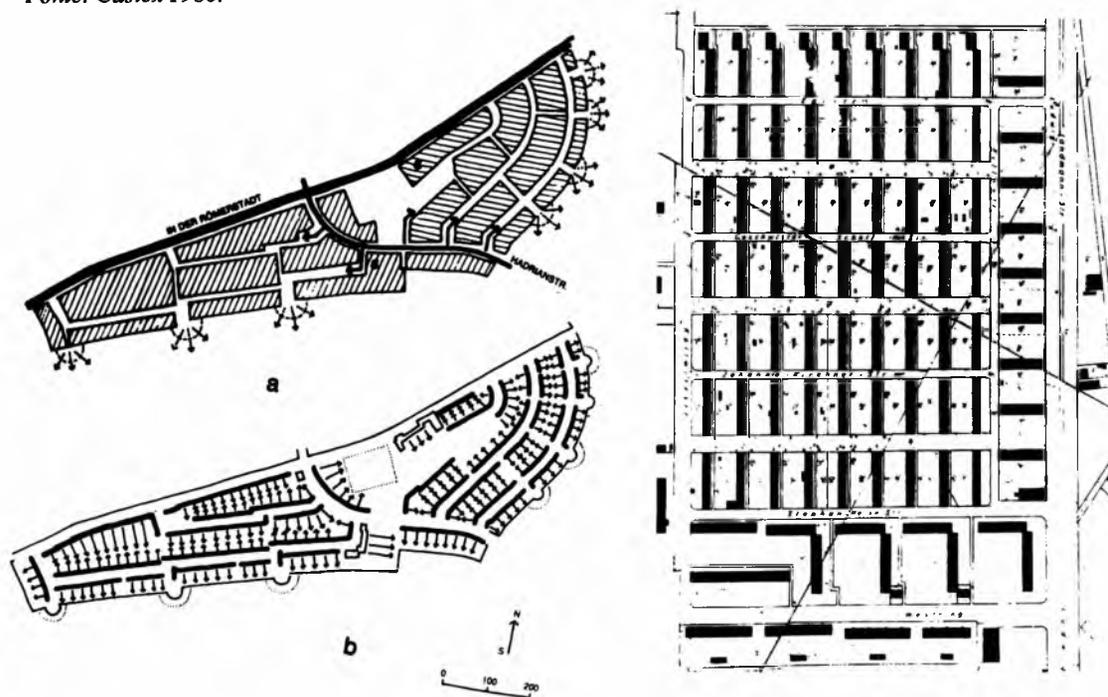


Fig. 5 - Propostas de habitação social executadas por Ernst Mai, primeiro inspiradas na cidade jardim (esq.) e posteriormente nos princípios racionalistas (dir.)  
Fonte: Castex 1980.

Morfologicamente essas soluções evoluem de tratamentos modernizados com técnicas e materiais tradicionais - como no caso de Berlage - a uma aplicação generalizada dos princípios da cidade modernista que amplia seu alcance em especial após a Segunda Grande Guerra e que encontra nos amplos trabalhos de reconstrução europeia seu campo de difusão.

São características básicas da solução modernista para a habitação social: *“repetição e combinação modular, a austeridade formal sentida como estreiteza funcionalista, o aborrecimento de uma arquitetura desencarnada, o mito da tecnologia... A ergonomia, a contenção formal e a discreção se interpretavam como anonimato, como esterelidade”* (Isasi, 1986, p. 21-22.)

No Brasil, a habitação surge como questão tardiamente, como tardio foi seu processo de industrialização.

Algumas experiências de grande porte ocorreram na esteira do desenvolvimento industrial em várias regiões do país, antes da criação do BNH. Devemos lembrar as iniciativas dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, representativos dos interesses de operários especializados, que implantaram conjuntos residenciais populares em diversas cidades do país, os chamados IAPs (Figs. 6 e 7). De qualquer forma, a partir da década de 40, a questão habitacional é cada vez mais debatida, quanto mais se acentua o processo de urbanização. Na década de 50, a questão habitacional se acirra e suscita uma série de encontros e proposições, na esteira do debate nacional sobre as reformas estruturais de base que atinge o auge no governo de João Goulart e, logo em seguida é abortado pelo golpe militar de 64. Uma das primeiras medidas do governo militar instalado é, no mesmo ano de 1964, a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH, para resolver o problema da moradia popular.

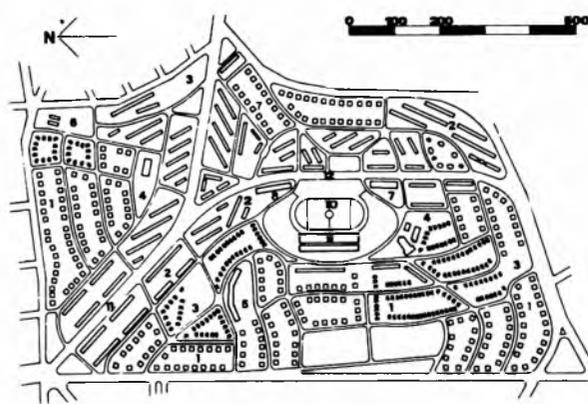


Fig. 6 - Conjunto residencial IAPI/Porto Alegre, exemplo de habitação social pré-BNH: implantação (esq.) e vista aérea (dir.)

Fonte: Xavier e Mizouguchi (1987)



*Fig. 7 - Projeto de conjunto residencial IAPI/Belo Horizonte: perspectiva do conjunto, outro exemplo de habitação social no Brasil, na década de 40*

*Fonte: IAPI/MG (1940)*

Se podemos situar a problemática da habitação social como tendo recortes técnicos, econômicos e políticos, a experiência brasileira pós BNH tem-se claramente voltado às questões econômicas e políticas, sendo que os aspectos de ordem técnica - incluindo-se, aqui, todos os procedimentos de gerenciamento espacial - são considerados secundários, atestado pelo fato de que o debate sobre a qualidade espacial produzida sob o comando do BNH, seja em termos das edificações como do espaço urbano gerado pelos projetos, muito mais recentemente tem sido objeto de estudos - avaliação pós-ocupação; análises das morfologias; repercussões sociais, por exemplo.

Do ponto de vista político, a habitação social serviu para atender demandas reprimidas associadas ao projeto político brasileiro, tradicionalmente populista e paternalista.

Do ponto de vista econômico, tratava-se de repassar a empresas privadas um monumental capital de giro oriundo de transferências do Estado, sem que as contrapartidas fossem objeto de uma discussão de monta equivalente.

É nesse quadro que as ações das companhias estaduais de habitação - as Cohabs - vão atuar no país, no atendimento das necessidades das camadas assalariadas da população.

O conjunto residencial de Carapicuíba é um exemplo típico dessa situação, onde uma solução homogênea é aplicada com poucas qualidades de projeto e de execução.

É importante insistir no fato de que a massa da produção de habitação social no Brasil, que vai do final da década de 60 a meados da década de 80 onde, no geral, repetem-se soluções-padrão pelo país afora, corresponde, na Europa e Estados Unidos à fase de amadurecimento da crítica das soluções tipicamente modernistas adotadas nos programas habitacionais desses países e nas cidades novas que são criadas por toda a Europa.

Essa crítica, que vai reorientar as abordagens utilizadas até então na questão habitacional, por um lado e, mais enfaticamente, a formação de tecidos urbanos, estranhamente tem fraca repercussão no Brasil e, apenas de meados da década de 80 em diante é que podemos identificar uma avaliação mais sistemática das soluções genéricas adotadas nos conjuntos residenciais, sejam populares, seja Brasília.

Na área da arquitetura e do urbanismo, continua-se sem uma crítica firmemente estabelecida, que tenha como fundamento a possibilidade de superação dos eventuais problemas surgidos das diversas soluções possíveis de serem adotadas nesse âmbito.

Por outro lado, uma das justificativas do projeto-padrão é a utilização de um dos pilares dos princípios modernistas, qual seja a consideração de um “homem-tipo” (Choay, 1970), não sendo considerado necessário, portanto, adequar morfologias a peculiaridades sócio-culturais.

Da mesma forma que a falta de crítica é uma componente da produção arquitetônica brasileira, a falta de exame das alternativas que estavam sendo tentadas em outras realidades para superar os impasses colocados, tanto pela crítica como pelo desempenho das áreas habitacionais, também é peculiar aos nossos profissionais de arquitetura.

Experiências extremamente registradas como os chamados trabalhos com comunidade que ocorrem na Europa e nos Estados Unidos têm pouca divulgação no Brasil.

No caso europeu, são construídos “grandes conjuntos habitacionais patrocinados pelo Estado, com intensa participação da comunidade nas decisões de projeto. As experiências mais interessantes são as de Ralph Ernskine e Vernon Gaie, na Inglaterra, que projetam desta forma e acompanham os trabalhos de implantação do conjunto Kyker-Newcastle Upon Tyne, entre 1969 e 1981, tratando da reconstrução de um bairro, sem remoção da população. (Figs. 8, 9 e 10.)



Foto do Autor



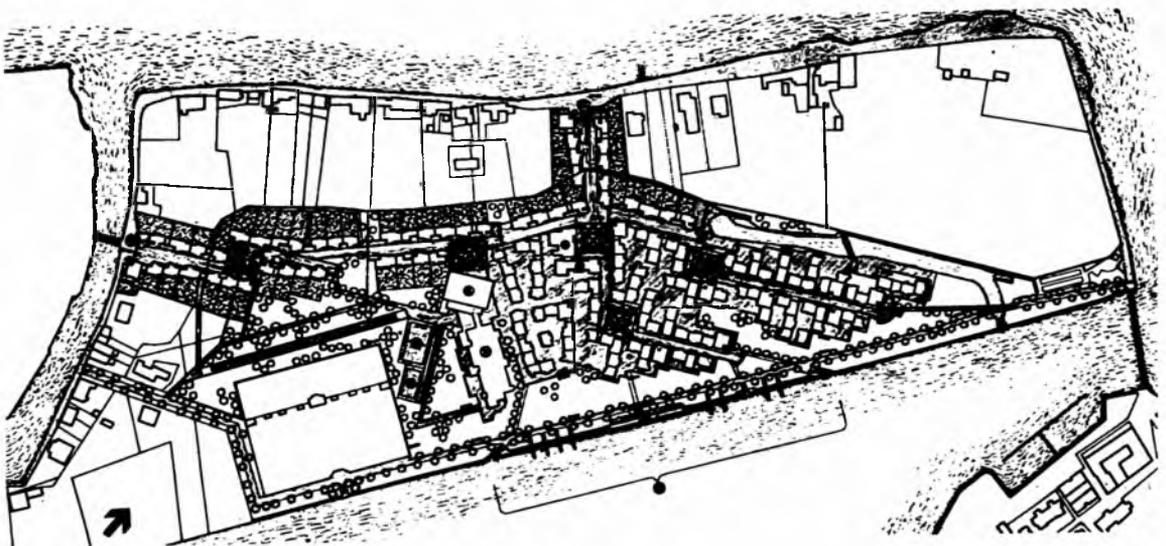
Foto do Autor



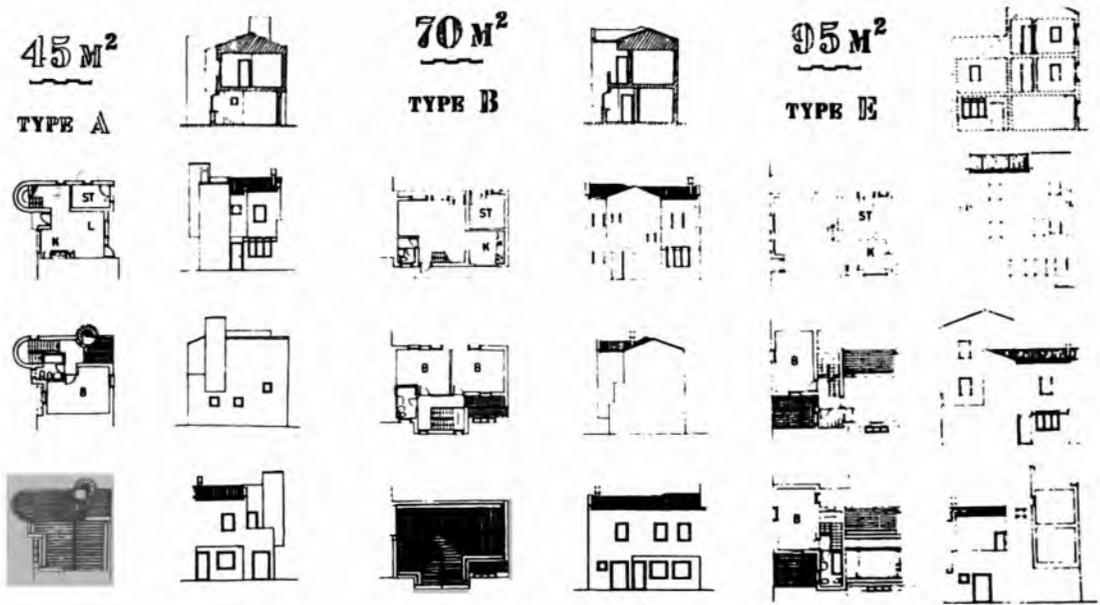
Fotos do Autor

*Figs. 8, 9 e 10 - Newcastle Upon Tyne, De Ralph Ernskine e Vernon Gaie, exemplo de arquitetura de comunidade: edifício-barreira (acima), dos poucos projetos do próprio Ernskine; vistas de setores internos de residências (demais figuras), podendo-se observar as tipologias adotadas*  
 Fonte: AR n. 934

Outro arquiteto que trabalha nesta linha é o italiano Giancarlo de Carlo, que foi responsável pela expansão da Universidade de Urbino - uma pequena cidade de estrutura medieval - que deveria abrigar 10.000 novos alunos e equipamentos, com a participação dos moradores nas diversas decisões. (Notas de aula da disciplina história social da arquitetura e do urbanismo modernas.) (Figs. 11, 12 e 13.)



*Fig.11 - Plano de Mazzorbo, por Giancarlo de Carlo, onde podemos identificar referências às estruturas urbanas correntes na região*  
 Fonte: AR, n.1085



*Fig.12 - Estudos tipológicos de Giancarlo de Carlo para Mazzorbo, referentes às tipologias edilícias usuais para a população da região*  
*Fonte: AR n.1085*



*Fig.13 - Vistas de áreas residenciais de Mazzorbo*  
*Fonte: AR n. 1085*

O caso americano, diferentemente do europeu, “foi desenvolvido por jovens arquitetos, sem muita experiência profissional que se utilizam de problemas práticos como instrumento de mobilização comunitária. Por todos os Estados Unidos, voluntários de todas as áreas organizam, a partir das universidades, junto com as comunidades de baixa renda, lutas contra projetos que repercutem na destruição de comunidades. Esses grupos floresceram muito nas décadas de 60/70. Desse movimento surgem os Conselhos Comunitários, com poder de aprovação de projetos - os CDRB *Citizen Design Review Board*”. (Idem nota anterior.) Formalmente, é neste período que se enfatiza a questão da preservação de prédios ou conjuntos arquitetônicos, a reciclagem de edificações deterioradas e a busca da reprodução de morfologias associadas à preservação comunitária. (Figs.14 e 15.)



Fotos do Autor



*Figs. 14 e 15 - Exemplos de trabalhos com comunidade nos Estados Unidos: reabilitação do Hotel Aarti, de São Francisco, projeto de Asian Neighborhood Design (esq.) e Coleridge Park Homes, projetado por George Miers and Associates, de São Francisco (dir.)  
Fonte: Comerio( 1987)*

Apesar de todas essas novas alternativas, ficamos repetindo soluções ultrapassadas e que urbanística e socialmente já se apresentavam problemáticas.

## COHAB CARAPICUÍBA: CIDADE MODERNA?

As transformações implantadas em Carapicuíba após sua ocupação parecem indicar para uma mudança, através da ação da população, de um paradigma morfológico modernista para uma morfologia que atualmente se assemelha a tecidos tradicionais.

Quando dizemos que a morfologia do projeto executado era modernista, nos referimos à sua relação com o conjunto de características que, principalmente através dos trabalhos do CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, são difundidos mundialmente e que é assumido como ideal urbano. Essas características são avaliadas por diversos autores, dentre os quais destacamos Huet (1986) e Comas (1986).

Para Huet, *“o modelo de cidade proposto na Carta de Atenas e ilustrado por Le Corbusier implica num espaço de tipo novo que, obviamente, se contrapõe, sob diversos aspectos, àquele da cidade histórica, (...) É homogêneo, isótopo, fragmentável, desprovido de direção, isento de valor cultural simbólico ou histórico”*. (1986, p. 83.)

Já para Comas, *“o formato da ‘cidade ideal moderna’ pode ser descrito como a acumulação de objetos construídos em um contínuo tratado como parque basicamente indiferenciado, cortado por autopistas e caminhos”* (1986, p. 127) (Fig.16.)



Fig.16 - Nemours, por Le Corbusier: exemplo representativo da forma ideal da cidade moderna  
Fonte: Benevolo (1983)

“Na cidade histórica, a morfologia urbana tem a função de assegurar a permanência, a unidade e a continuidade no espaço e no tempo enquanto a arquitetura é sujeita a uma constante transformação que lhe impõe ser, por definição, heterogênea, descontínua e fragmentária.” (Huet, 1986, p. 83.)

Para Comas, “o formato da cidade tradicional pode ser descrito como a acumulação de espaços vazios - ruas e praças configuradas por fachadas contínuas alinhadas - dentro de uma massa construída predominantemente indiferenciada, perfurada por pátios e quintais privados. Desde o ponto de vista perceptivo, no formato tradicional a figura é o espaço, o fundo é a construção (Fig.17). No formato modernista a figura é o edifício e o fundo é a paisagem” (1986. p. 127) (Fig.18.)



Foto do Autor

Fig.17 - Ocupação de um setor de Roma: exemplo de figura/fundo em tecido tradicional  
Fonte: Benevolo (1983)

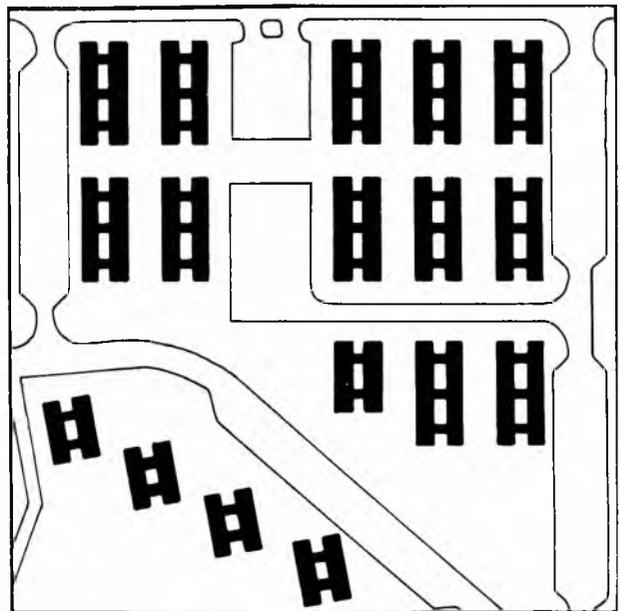


Fig.18 - Ocupação de um setor do Conjunto Cohab Itaquera: exemplo de figura/fundo num tecido moderno  
Fonte: Macedo (1986)

*“O status do solo é anulado porque não há mais nenhum sinal das diferenças fundamentais entre público e privado. (...) O tecido urbano não mais será regulado por uma relação específica entre morfologia urbana e tipologia dos edifícios, a arquitetura se explicará por uma simples justaposição de objetos isolados, estanques, carregada de uma superexpressividade de valores ausentes.”* (Huet, 1986, p. 83.) Ou, como diria Holanda (1984), passamos de uma paisagem de lugares para uma paisagem de objetos.

Este é o pano de fundo no qual é pensada a organização da cidade moderna. Para examinarmos de que forma este discurso é apropriado para a elaboração do conjunto BNH, nos valeremos de algumas observações feitas por Comas (1986). Diz ele que *“uma das fórmulas (de projeto) é o conjunto de blocos repetitivos de apartamentos, usualmente sem elevador, não ultrapassando quatro pavimentos. (...) Os espaços abertos entre as edificações não ocupados por ruas ou estacionamentos descobertos são sempre coletivos e nunca compartimentados, permitindo livre acesso a todos os moradores e à vizinhança”*. (1986, p. 127.)

*“O conjunto de apartamentos BNH é comparável à superquadra modernista no porte, na divisão programática entre habitação coletiva e seus complementos, no emprego de edificações isoladas dissociadas da rua e dispostas sobre espaço aberto contínuo, coletivo, indiferenciado. Faltam, porém, o elevador, os pilotis que eliminaria a ausência de privacidade registrada nos apartamentos térreos, os estacionamentos no subsolo e o tratamento do espaço aberto como jardim inglês tropicalizado à la Burle Marx que a superquadra de Brasília ostenta.”* (Comas, 1986, p. 128.)

A população que foi morar em Carapicuíba recebeu um espaço que, em geral, possuía as características acima descritas, com o agravante de que este projeto não se desenvolvia sobre o terreno ideal da cidade moderna, isto é, perfeitamente plano, mas sobre um terreno bastante acidentado.

## **MORFOLOGIA URBANA EM CARAPICUÍBA**

### *Elementos de Composição*

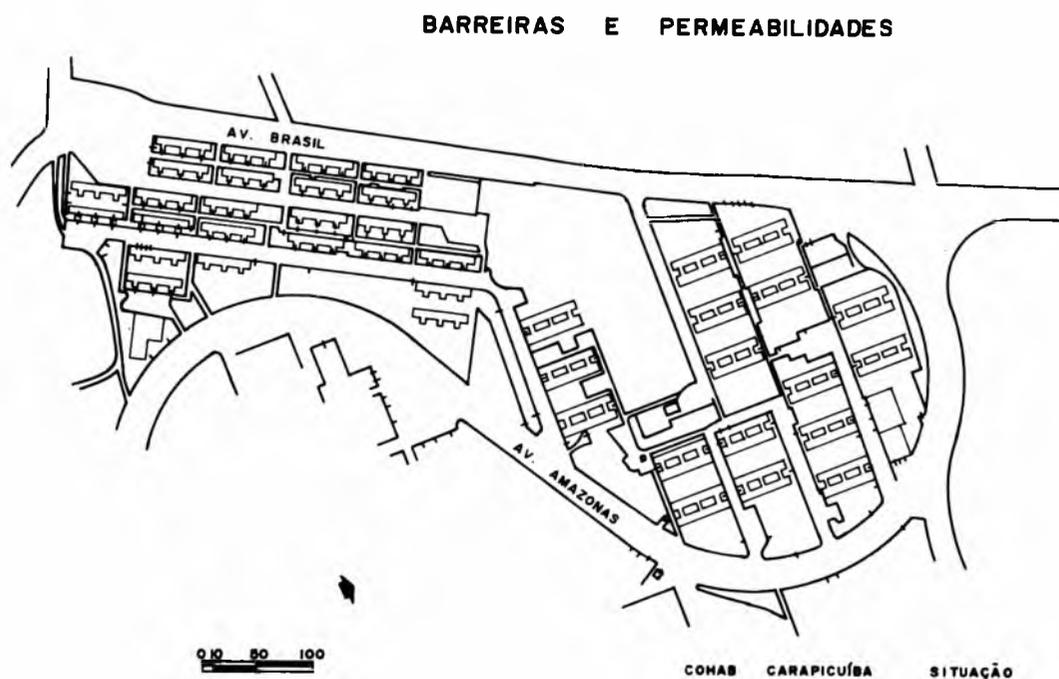
O projeto trabalha essencialmente com o edifício como elemento de composição básico. São dois os tipos de edifícios que estão presentes no setor, sendo que o menor deles corresponde ao maior seccionado ao meio longitudinalmente. (Fig.19.) O edifício é padrão para outros conjuntos Cohab em São Paulo, como o de Itaquera. (Macedo, 1986, p. 109.)

Os edifícios são dispostos paralelamente entre si em setores isolados. O edifício maior apresenta os acessos às unidades internalizados nos seus pátios apresentando os problemas comuns a este tipo de solução que é a exposição dos apartamentos situados



O que não é edifício é espaço público. A busca da repetição, do paralelismo e mesmo afastamentos deixa claro que, enquanto for possível, implantam-se os edifícios, subjugando os espaços abertos ao azar do que restou como área onde não é possível reproduzir a mesma forma de implantação residencial. Percebe-se que estes espaços, longe de serem propostos como espaços instrumentais no uso das horas de lazer ou simplesmente de encontros casuais, transformam-se em resíduos da rigidez da solução adotada para o edifício residencial. O edifício é desenhado. O espaço livre não.

Na situação atual, as transformações implementadas pela população redefinem as relações público/privado, criando novas hierarquias, incluindo espaços semiprivativos, localizados no interior do que agora se pode chamar quarteirão. (Fig. 21.)



*Fig.21 - Situação atual quanto às barreiras e permeabilidades: redefinição das possibilidades de acesso e penetração às diversas áreas*

Tanto na área de uma tipologia como na outra, com diferença de escala, há uma clara retomada de padrões urbanísticos tradicionais, formando quarteirões onde parte é ocupado com edificações e parte é livre - para o uso de garagens, pátios, jardins.

O grupamento dos edifícios maiores obedece ao que o projeto denomina “condomínios”. Já para os edifícios menores, encontramos, na maior parte das vezes, o edifício como o quarteirão. Há casos de associação de dois edifícios para formação de quarteirão, tanto longitudinalmente como transversalmente. (Fig. 22.)



Fig. 22 - Redefinição de barreiras e a formação de "quarteirões"

Há uma grande simplificação da estrutura urbana, no sentido do estabelecimento de hierarquias bem marcadas. O espaço público é redesenhado, agora conformando vias – de pedestres ou não –, largos e alguns jardins, não ocorrendo nenhuma praça tratada (Fig. 23.)



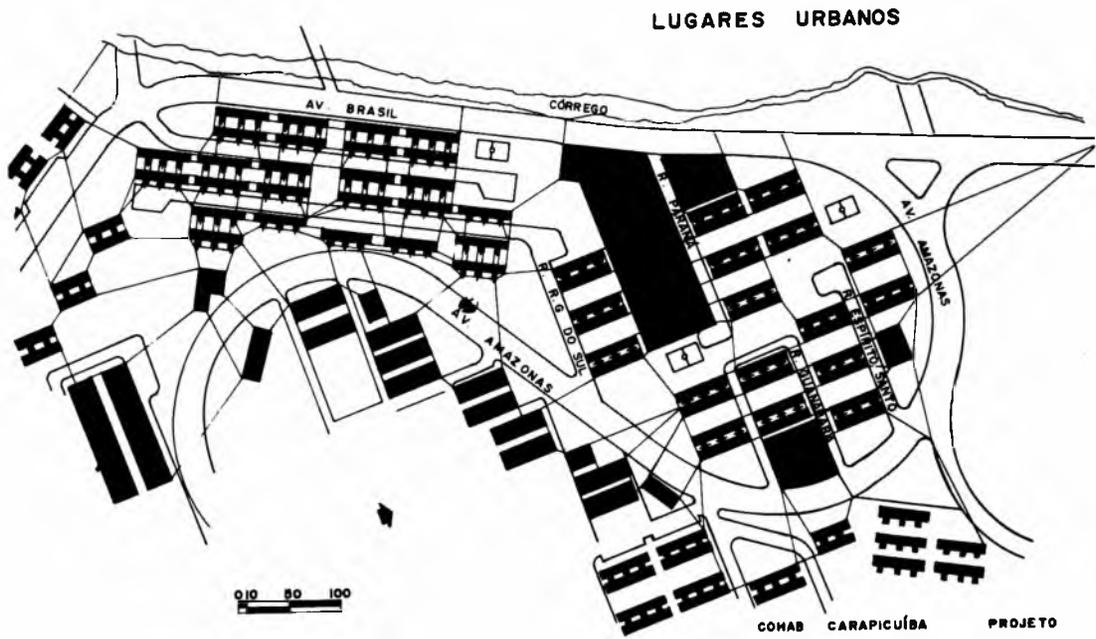
Fig. 23 - Redefinição das barreiras e a nova conformação dos espaços públicos

As transformações cumprem vários papéis: a) afastam os apartamentos térreos do escrutínio da rua, com algumas exceções. No caso dos edifícios menores, na fachada contínua, na maior parte das vezes isto é resolvido pela própria diferença de nível entre o espaço público e o afastamento (Fig. 46); b) restringe as modalidades de circulação e contato público/privado, aumentando o nível de controle espacial; c) incluem no programa do conjunto, necessidades não contempladas no projeto, como garagem individual, que se vai situar ora dentro do quarteirão, ora no exterior.

Mesmo hoje, 23 anos após a conclusão do conjunto, a vegetação nos espaços livres é bastante incipiente, não chegando a ser notável enquanto elemento de composição. Atualmente, com os processos de privatização dos espaços livres, o tratamento paisagístico é mais intenso no interior dos "quarteirões" do que nos espaços livres públicos. Isto atende, também, a uma necessidade de estabelecer claramente a responsabilidade pela manutenção desses espaços o que, em conjuntos Cohab, o poder público faz muito precariamente.

## *Espaços públicos X Espaços privados*

Observando-se as duas plantas relativas aos espaços públicos e privados do projeto e da situação percebe-se que as diferenças são acentuadas. (Figs. 24 e 25.)



*Fig. 24 - Para o projeto: em preto os espaços privados; em branco os espaços públicos*



*Fig. 25 - Na situação atual: em preto os espaços privados; em branco os espaços públicos*

No primeiro caso, a adoção de uma forma de projetar trechos de cidade dentro de princípios urbanísticos modernistas cria uma hierarquia rígida que vai do absolutamente privado - o edifício - ao absolutamente público - o que não é edifício -, conforme as discussões propostas por Castex. (1980, p. 134, 137 e 143.)

Isto é rompido pelos moradores que criam novas hierarquias urbanas de espaços melhor categorizados e que expressam uma identidade territorial. (Fig. 26.)



Foto do Autor

*Fig. 26 - A redelimitação dos espaços públicos e semipúblicos deixam claras as hierarquias urbanas*

Os espaços tomados ao que antes era público são percebidos agora quase como um tecido tradicional de cidade com quarteirões, ruas, praças, largos, etc.

É visível a mudança de uma situação onde era maior a proporção de área pública, no projeto, para uma maior proporção de área privada, na situação atual.

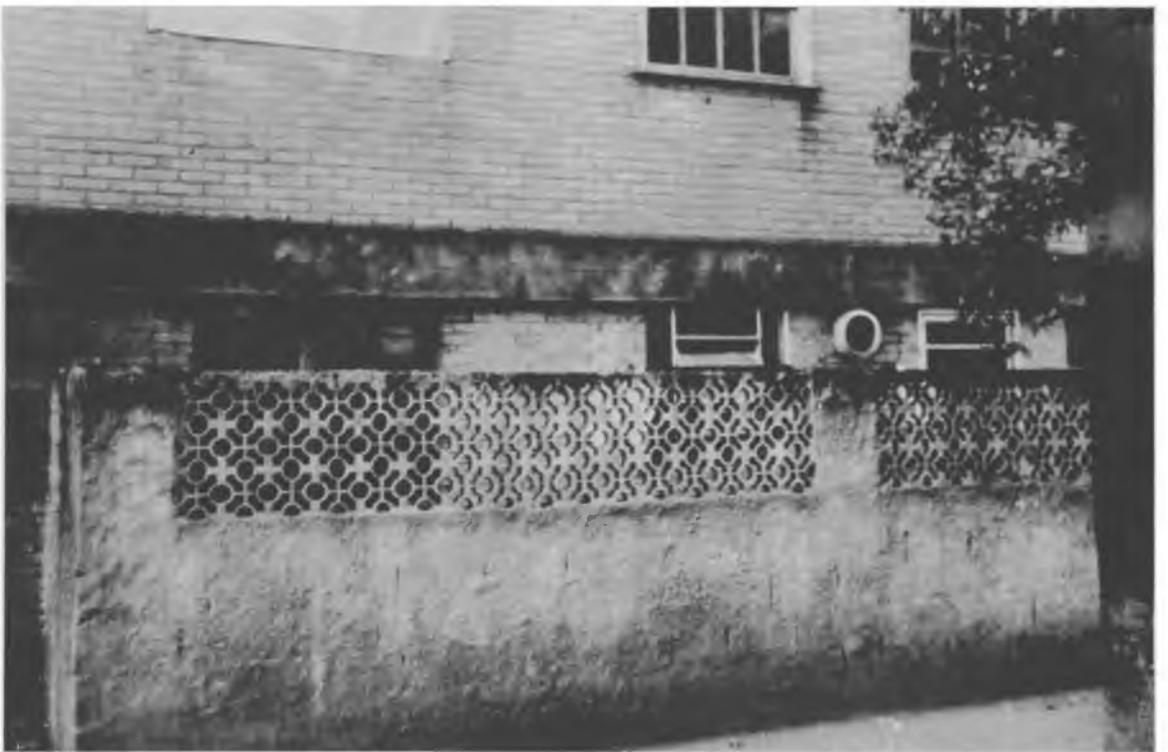
A função da reformulação, para garantir privacidade aos apartamentos térreos, apresenta duas exceções na área dos edifícios maiores. Num caso, corresponde à frente para um espaço público bastante movimentado e um certo desnível entre a rua e as janelas promove a separação. No outro caso, não houve um fechamento nos moldes das demais situações e observa-se um grande nível de degradação espacial, sendo que as janelas desses apartamentos estão lacradas com grades que deixam as venezianas permanentemente fechadas. (Figs. 27 e 28.)

Foto do Autor



*Fig. 27 - O contato direto dos apartamentos localizados no térreo com espaços de domínio público induz à adoção de alternativas radicais de separação mais efetiva entre público e privado, garantindo um mínimo de privacidade aos apartamentos térreos*

Foto do Autor



*Fig. 28 - A ausência de privacidade ao nível do solo produz uma deterioração das condições do espaço e das habitações*



Na planta da situação atual (Fig. 30) percebe-se que isto é fortemente reduzido e os espaços privados são definidos e definem os espaços públicos, que sempre correspondem a percursos. (Figs.31 e 32.)



Fig. 30 - Mapa de convexidade, ou o menor número dos maiores espaços convexos existentes na situação atual

Foto do Autor



Fig. 31 - Os espaços públicos, como as vias, são conformados pelos limites do espaço privado



*Fig. 32 - A inclusão de novas edificações auxiliam a delimitar melhor o espaço das vias*

Os lugares urbanos são, agora, lugares de leitura familiar, pelas transições de hierarquia presentes: unidade residencial-espacos semicoletivos-espacos públicos. Alguns desses lugares, por problemas de sítio, até hoje permanecem sem utilização (Figs. 33 e 34.)



*Fig.33 - A declividade natural excessiva dificulta o aproveitamento de diversas áreas*



*Fig. 34 - Grandes declividades restringem as possibilidades de relações entre os espaços: as condições do terreno definindo barreiras*

Do projeto para a situação atual há tanto uma redução quantitativa desses espaços como, e principalmente, qualitativa, na medida que agora esses lugares, na maior parte das vezes, permitem uma clara leitura.

Do ponto de vista da escala dos lugares, percebe-se nitidamente uma redução, uma vez que os novos limites público/privado, em frente a vias veiculares, são dispostos no alinhamento dos passeios, aproximando as obstruções laterais. Os largos, ou seja, os espaços internos maiores, passam de áreas em torno dos 3.000 a 5.000 m<sup>2</sup>, para áreas com cerca de 900 m<sup>2</sup>, caso da maioria, excepcionalmente ultrapassando os 1.000 m<sup>2</sup>

Espaços de circulação também apresentam redução significativa. Na área dos edifícios maiores, ao longo das vias, o afastamento público/privado passa de 11 para 8 m; de 20 para 14 m e, no caso de alguns afastamentos entre “condomínios” esta distância passa, num caso, de 45 para 8 m e, em outro, de 70 para 30 m. Como isto corresponde a um processo generalizado, percebe-se que a escala dos espaços públicos sofre uma grande redução, certamente como reação às excessivas dimensões propostas pelo projeto.

### **Eixos de acessibilidade**

Nos mapas constam as linhas que articulam os diversos lugares urbanos entre si em linha reta e que representam graficamente as possibilidades de relações espaciais possíveis a partir de cada morfologia física, também denominada de axialidade<sup>4</sup>, em sintaxe espacial.

No caso do projeto (Fig. 35), as possibilidades de circulação são extremamente elevadas e variadas, podendo-se identificar cerca de 50 eixos diferentes. Esses eixos passam pela frente dos edifícios; no meio dos edifícios; lateralmente aos edifícios, percorrendo quase sempre toda a área, de uma extremidade à outra. As modalidades possíveis de se percorrer o projeto se traduz: a) no grande número de possibilidades de escrutínio do espaço; b) na falta de hierarquia dos eixos de acessibilidade; c) na indiferenciação espacial que reforça as dificuldades de leitura e de hierarquização.



Fig.35 - Mapa axial ou o menor número dos maiores eixos propostos: as articulações entre espaços originados do projeto

Na situação atual (Fig. 36), quantitativamente não há alteração - permanecem 50 eixos. O que se altera é do ponto de vista qualitativo. Os eixos agora possuem diferenças importantes.

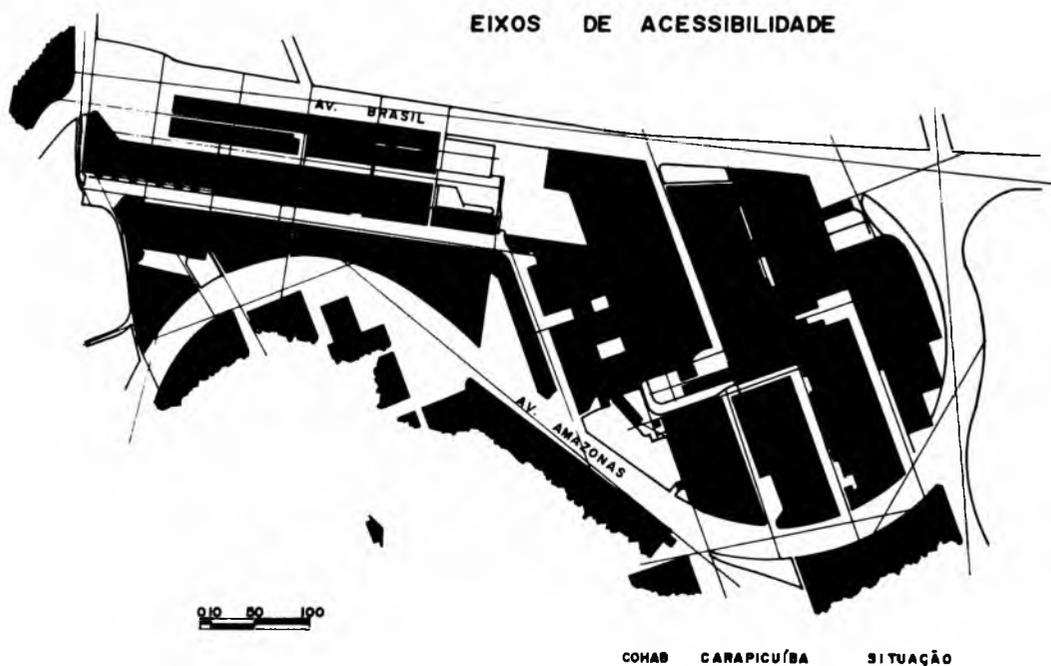


Fig. 36 - Mapa axial ou o menor número dos maiores eixos existentes hoje: as articulações entre espaços definidas pela população

Existem os que permitem grandes acessibilidades, como os eixos externos e alguns internos, que vão garantir tanto a conexão do setor analisado com os demais do conjunto como um todo, bem como a articulação entre as diversas partes do setor considerado.

As rupturas dos eixos vão definir graus de importância diferenciados, sendo que alguns serão apenas de uso restrito, outros de utilização mais ampla, dependendo das facilidades maiores ou menores de se atingir determinados espaços. Há, agora, uma hierarquia de eixos e essa hierarquia corresponderá a situações de maior ou menor utilização por parte dos moradores ou dos estranhos. De uma situação em que praticamente qualquer eixo atravessa a área, passa-se para outra situação onde essa excessiva permeabilidade, ou seja, as condições efetivas de se percorrer em linha reta os diversos setores do projeto, é desmontado em favor de percursos mais controlados e de menor extensão. O único eixo interno que permanece cruzando a área é o que se dá ao longo da rua Guanabara, ligando a av. Amazonas a av. Brasil. (Figs. 37, 38 e 39.)



Foto do Autor

Foto do Autor



Figs. 37 e 38 - Único eixo interno que, de forma contínua, liga duas vias externas de grande importância



Foto do Autor

Fig. 39 - Único eixo interno que, de forma contínua, liga duas vias externas de grande importância

### *Tipos de espaços públicos*

O projeto propõe uma gama muito grande de tipos de espaços livres públicos, tanto do ponto de vista da sua geometria, áreas e funções propostas. (Fig. 40.)

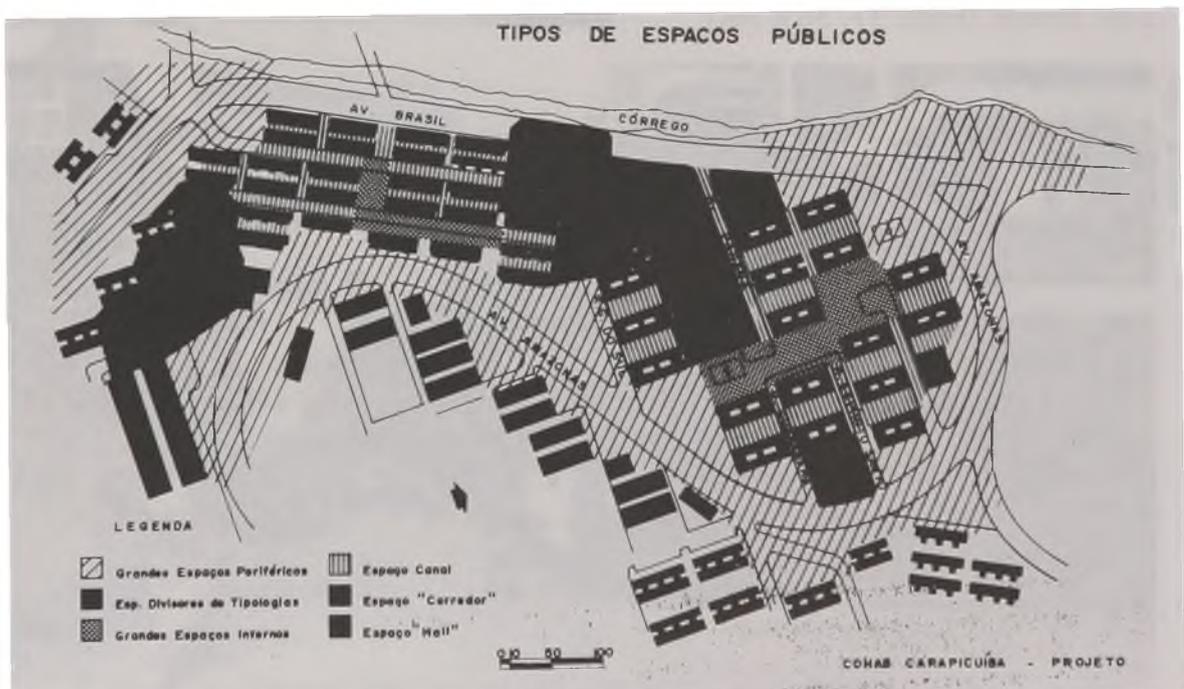


Fig. 40 - O projeto propõe um grande número de tipos diferentes de espaços públicos

Os maiores espaços livres identificam-se por duas situações. Na primeira encontram-se as áreas localizadas nas bordas do setor analisado, voltando-se para as grandes avenidas que circundam este setor - av. Amazonas e av. Brasil. Esses espaços englobam, além da própria avenida, áreas cuja finalidade específica não consta do projeto, sendo denominadas genericamente de "áreas livres". A única exceção fica por conta de um parque infantil que, ao invés de vincular-se ao interior da área residencial, que possui um acesso veicular restritivo, volta-se para a av. Amazonas, de articulação entre os diversos setores do conjunto.

Na segunda situação encontramos os espaços mais amplos que separam uma tipologia de edifício de outra. Aqui, ruas, praças de retorno e estacionamentos em *cul-de-sac*, quadra esportiva, passeios ampliados e grandes áreas de uso não especificado, compõem os espaços livres, sobrepondo-se.

No interior da área residencial de edifícios maiores, a partir da disposição dos prédios pode-se perceber diversas situações quanto aos espaços livres. A forma do edifício gera nas extremidades de menor dimensão, pequenos espaços de aproximadamente 40 m<sup>2</sup> definidos pelos "dentes" do edifício. Entre um edifício e outro há um espaço com uma dimensão padrão que corresponde à distância entre dois edifícios e que é de 24 m. A forma de aglutinação dos edifícios em grupos de dois ou três prédios, separados por espaços livres mais amplos rompe a repetitividade da composição, apesar do grande paralelismo existente na disposição dos mesmos.

No sentido longitudinal, temos áreas que correspondem ao comprimento de dois edifícios e áreas circundantes, com 130 m. Assim, há uma configuração que se aproxima de uma idéia de rua, um canal de 24 por 130 m, rompido aproximadamente na metade pela separação longitudinal dos prédios, com cerca de 11 m e que, ao nível do chão, corresponde a um caminho de pedestres ou a uma pequena via que contorna um agrupamento de prédios.

Além desse "canal", a maior parte desses espaços equivalem ao comprimento de um edifício e a separação entre eles atinge entre 60 e 75 m. Este esquema repete-se para a área residencial de edifícios menores onde, em função de peculiaridades de sítio, há a formação de "canais" mais extensos e, aproximadamente na metade desse conjunto, de alguns largos. Esses canais mais extensos correspondem a vias veiculares que terminam em praças de retorno. Os prédios, aqui, são dispostos, de um dos lados da rua, por apenas frentes de edifícios e, do outro, por apenas fundos.

Os agrupamentos de edifícios maiores - denominados de "condomínios" no projeto - são separados por três espaços mais amplos que os anteriores sendo que o primeiro possui vias, vias de pedestre, áreas livres, estacionamento; o último possui vias, área de estacionamento, quadra esportiva e áreas livres. Apesar das suas dimensões, a falta de um trabalho maior na definição dos seus enclausuramentos e as funções que se sobrepõem sem maiores critérios num mesmo espaço não contribui para uma configu-

ração clara que, mesmo podendo ser de múltiplas funções, deveriam ser implantadas com relações claras entre si, o que não parece ser o caso.

Outro tipo de espaço livre que pode ser observado corresponde a estreitamentos do espaço aberto, confinado na forma de corredores entre as edificações residenciais e áreas destinadas a outras finalidades, geralmente escolas. Este tipo de espaço ocorre também nos subsolos dos edifícios menores e corresponde a corredores de acesso aos apartamentos.

Por fim, temos os pátios internos dos prédios maiores, com aproximadamente 80 m<sup>2</sup>, e que se formam a partir das caixas de escada de acesso aos pavimentos superiores.

Para a situação atual (Fig. 41), o exame comparativo das plantas dos tipos de espaços públicos do setor analisado evidencia o resultado das transformações impressas ao conjunto e que foram descritas anteriormente.

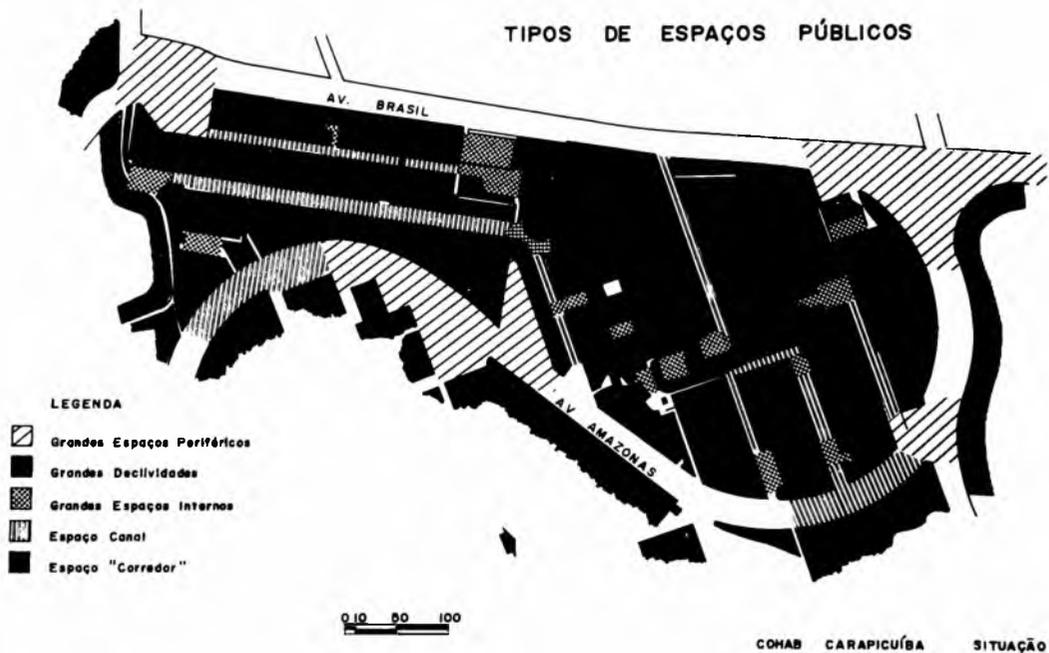


Fig. 41 - Na situação atual existe uma redução no número de tipos de espaços públicos, enfatizando aqueles encontrados em tecidos tradicionais

Uma primeira observação é que alguns tipos de espaços são eliminados, como os pátios internos dos edifícios maiores, que deixam de ser públicos, da mesma forma que os *halls* de entrada dos edifícios também desaparecem enquanto locais públicos.

A nova configuração reforça os espaços livres tipo canal, comuns em tecidos urbanos tradicionais e, com a devida consideração de escala, repetem-se no que se chamou de

“espaço-corredor”, mais comum na área dos edifícios menores, sendo uma particularidade dos espaços-canal do projeto. (Fig. 38.)

As amplas áreas periféricas são reduzidas tanto em termos de área ocupada como nas suas dimensões. Não existem mais os espaços longitudinais entre os edifícios, os quais são incorporados no interior dos novos “quarteirões”. A grande área de separação de tipologias, não propriamente desaparece mas, agora, tem melhor precisão de limites. Geralmente correspondem a situações de grande declividade, de ocupação muito difícil. Tanto que até hoje permanecem abandonadas, apesar dos verdadeiros milagres de engenharia operados pela população nas construções próximas a essas encostas. (Fig. 42.)

Foto do Autor



*Fig. 42 - Ocupação de encostas executadas pela população*

Assim, onde é possível, executam-se plataformas que são utilizadas ora como estacionamentos (Figs. 43 e 44), ora como praças com canchas esportivas. (Figs. 43 e 45.)

Esta situação repete-se no limite norte com uma ampla área que, além de apresentar um declive muito grande em relação a av. Amazonas, é depósito de entulhos de demolições, formando uma paisagem muito semelhante do que se imagina de uma cidade pós-hecatombe nuclear - blocos de concreto semidestruídos; ferragens retorcidas; partes de elementos construtivos amontoados, etc.



Foto do Autor

*Fig. 43 - Execução de plataformas para estacionamentos e canchas esportivas*



Foto do Autor

*Fig. 44 - Execução de plataformas para estacionamento de veículos*



Fig. 45 - Execução de plataformas para uso de atividades esportivas

O que se chamou no projeto de amplos espaços internos agora, com relação ao seu tamanho, transformam-se numa rede de alargamentos, verdadeiros pátios, estratégica e homogeneamente distribuídos e articulados entre si por vias e caminhos. Estes novos espaços passam a ser amplamente utilizados para diversas funções: circulação; encontro; recreação; jogos; lavagem ou reparação de carros; instalação de atividades comerciais no seu entorno; acesso a garagens, etc. (Figs. 37 e 23). A este respeito, podemos dizer que *“a ocorrência das atividades de permanência no espaço da rua depende da necessidade e da aspiração dos usuários, as quais estão diretamente relacionadas às suas características sócioeconômica-culturais, enquanto ... o desempenho do espaço da rua em relação a esta atividade depende das características físicas e locacionais (contextuais) do espaço considerado. Então, se este espaço atende a várias atividades em momentos diferentes, ele possui o requisito de flexibilidade espacial...”*. (Nishikawa, 1986, p. 135.)

Em suma, a população recupera a linguagem de espaços abertos tradicionais como ruas, largos e praças, eliminando as situações potencialmente mais conflitivas e ambíguas enquanto lugares apropriáveis, criando uma clara hierarquia desses espaços, apesar dos fortes condicionamentos impostos pelo terreno.

### ***Apropriação espacial***

De maneira geral, podemos identificar que a ação da população sobre o espaço orientou-se no sentido de recuperar situações morfológicas não só familiares como de maior controle espacial, referenciadas aos tecidos urbanos tradicionais.

As transformações simplificam a estrutura urbana, define uma hierarquia de espaços de forma mais clara e recupera a noção de orientabilidade que o projeto dissolvia.

A recuperação da linguagem dos tecidos urbanos tradicionais pode ser atestada na área dos edifícios menores que, conforme já descrevemos, são dispostos ao longo de vias, de um lado com apenas frentes e, do outro lado da mesma via, com apenas fundos de edifícios. Isto é revertido de várias maneiras: a) pela ampliação da área privativa do edifício e a criação de ligações da via para as circulações que dão acesso aos apartamentos; b) com a abertura de garagens ou outros compartimentos, que são escavados sob esses edifícios (Figs. 46 e 47). Com isto, ambos os lados da via contribuem constituindo melhor o espaço público, o que normalmente acontece, dada a simetria de relações que normalmente se vinculam a um espaço comum que as justificam, no caso, a via.



*Fig. 46 - Nos edifícios que dão fundos para as vias, a população cria ligações e formas de contato físico*

Foto do Autor



*Fig. 47 - A abertura de estacionamentos e/ou pequeno comércio, sob os edifícios com fundos para as vias define uma simetria de relações com o outro lado da via, onde estão frentes de edifícios iguais*

Foto do Autor

A melhor hierarquização do espaço fica clara, também, na medida em que o nível de apropriação não é difuso e homogêneo, ocorrendo situações onde o encontro de pessoas é mais intenso e corresponde a largos e passagens quase que obrigatórios.

As transformações mencionadas constroem um novo padrão de escala de espaços que, em relação ao projeto, são mais contidos, com escala mais íntima, o que certamente contribui para um maior controle espacial.

Do ponto de vista da qualidade da paisagem produzida, podemos examinar este ponto sob vários ângulos. Muitos espaços não têm um tratamento melhor, muitas vezes devido às próprias condições do terreno. Os locais mais mal tratados são exatamente aqueles que a população não conseguiu se apropriar. No mais, com algumas variações quanto ao estado de conservação das fachadas e dos outros elementos construídos, bem como do tratamento dado aos espaços livres, incluindo, aqui, os jardins, podemos considerar a estrutura urbana formada pela ação dos moradores, como adequada às suas necessidades, haja vista a relação entre o tempo de construção e a boa manutenção existente, o que não é comum em conjuntos Cohab.

É do ponto de vista da estrutura urbana obtida a partir da intervenção da população e não da qualidade de cada um dos elementos de composição urbana vistos isoladamente que podemos identificar um trabalho coletivo de maior relevância e qualidade.

## **A MORFOLOGIA URBANA DO TECIDO TRADICIONAL**

### ***O Trecho de Estudo***

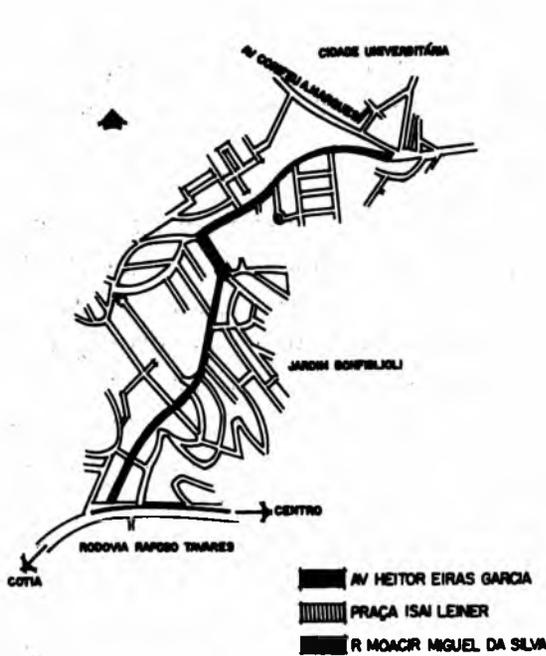
O trecho de tecido tradicional, tomado como exemplo aqui, tem origem na forma comumente utilizada para se realizar as expansões urbanas: o loteamento.

Neste caso, como em muitos outros, produz-se lotes sem edificações, compondo os quarteirões e o sistema de espaços públicos - vias, praças, largos, etc. - para onde as edificações deverão fazer frente e o delimitar.

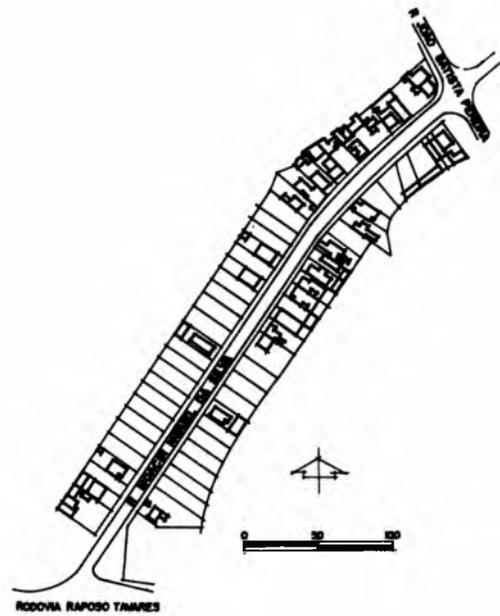
O terreno, topograficamente movimentado, ocasionou um traçado bastante irregular, com diversas ruas sem saída e com quarteirões de grande comprimento (Fig. 48). A rua Moacir Miguel da Silva, embora não seja retilínea, é uma das poucas que assegura uma certa continuidade espacial conectando-se, através da praça Isai Leiner, a avenidas de grande importância no contexto da região, que são: Heitor Eiras Garcia e Corifeu de Azevedo Marques.

A estrutura de parcelamento ao longo do trecho analisado é bastante variada. Ao longo da rua Moacir Miguel da Silva (Fig. 49) há uma maior regularidade de lotes

que possuem em torno de 10 x 30 metros, com algumas exceções de terrenos maiores e menores.

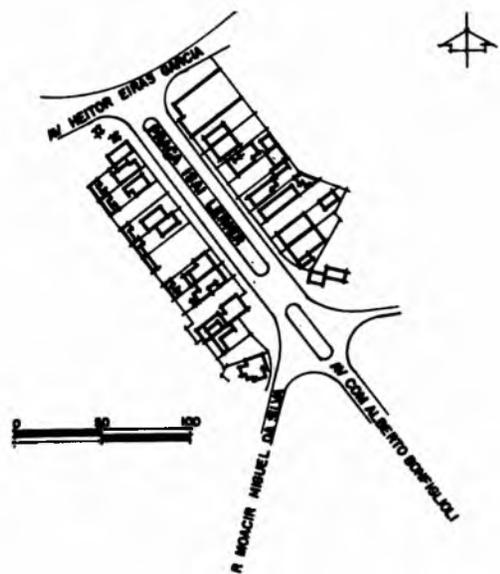


*Fig. 48 - O trecho de estudo no jardim Bonfiglioli  
Fonte: Baseado no Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - 1973.*



*Fig. 49 - Estrutura de parcelamento de quarteirão na rua Moacir Miguel da Silva  
Fonte: baseado no Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - 1973*

Da mesma forma, ao longo da praça Isai Leiner (Fig. 50) os lotes tendem a um certo padrão de 10 x 35 metros, com exceções ocorrendo principalmente nas esquinas, onde encontramos terrenos maiores.



*Fig. 50 - Estrutura de parcelamento na praça Isai Leiner  
Fonte: Baseado no Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - 1973*

Já a av. Heitor Eiras Garcia (Fig. 51) apresenta uma diversidade maior, com grandes lotes situados lado a lado de lotes de pequenas dimensões - 5 x 40 metros - como no quarteirão tomado como exemplo.

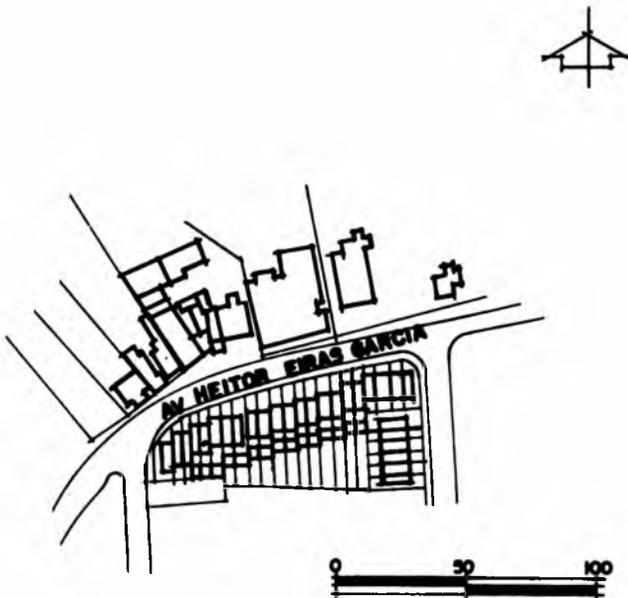


Fig. 51 - Estrutura de parcelamento em quarteirão da av. Heitor Eiras Garcia.  
 Fonte: Baseado no Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - 1973

A estrutura de usos ao longo do percurso também se modifica do início na rua Moacir Miguel da Silva, até a av. Corifeu de Azevedo Marques. Ao longo da rua Moacir Miguel da Silva (Fig. 52) há uma forte predominância de habitação unifamiliar, ocorrendo apenas um grande condomínio de torres de habitação multifamiliar. As atividades não residenciais são pouco frequentes, ocorrendo algum pequeno comércio, serviços ligados à habitação como cabelereiros, creche e vídeo-locadora, bem como atividades mais especializadas co-mo sede de rádio-taxi e imobiliária.

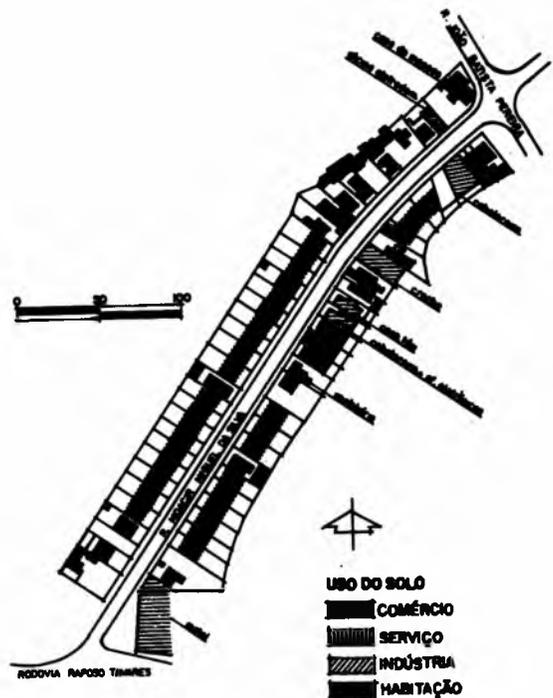


Fig. 52 - Estrutura de usos de quarteirão na rua Moacir Miguel da Silva  
 Fonte: Levantamento do autor

A praça Isai Leiner (Fig. 53), por sua vez, possui pouca habitação e as atividades de comércio e de serviços são mais intensas. Possui padaria, três agências bancárias, farmácia, minimercado, escola, lojas de confecções, posto de gasolina, vidraçaria, restaurantes, vídeo-locadora e clínicas médico-odontológicas. Esta maior complexidade funcional pode ser explicada pelo papel que esta via desempenha na conexão e confluência de acessibilidades de um entorno que, em geral, possui uma configuração bastante fragmentada e descontínua.

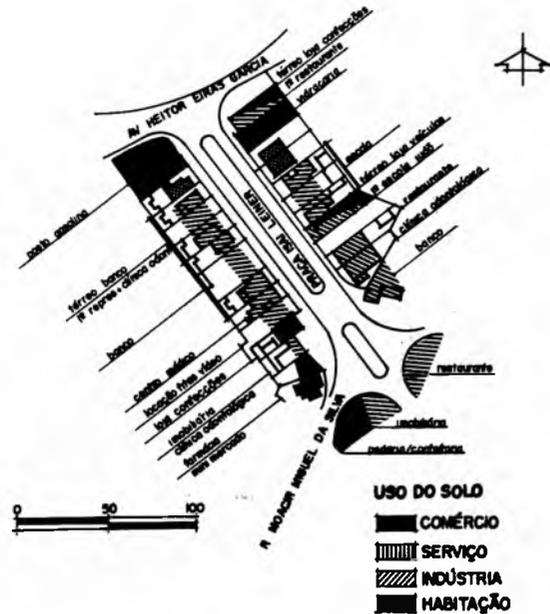


Fig. 53 - Estrutura de usos da praça Isai Leiner  
Fonte: levantamento do autor

A estrutura de usos da av. Heitor Eiras Garcia (Fig. 54) assume um caráter de comércio mais pesado e mais intenso, associado à prestação de serviços típico de vias de relativa importância, como a reparação de veículos e venda de materiais de construção. Isto fica mais evidente à medida que a avenida se aproxima da av. Corifeu de Azevedo Marques. Neste trecho em particular, ao lado de habitação unifamiliar, encontramos grandes edifícios de moradia em lotes de grandes dimensões.

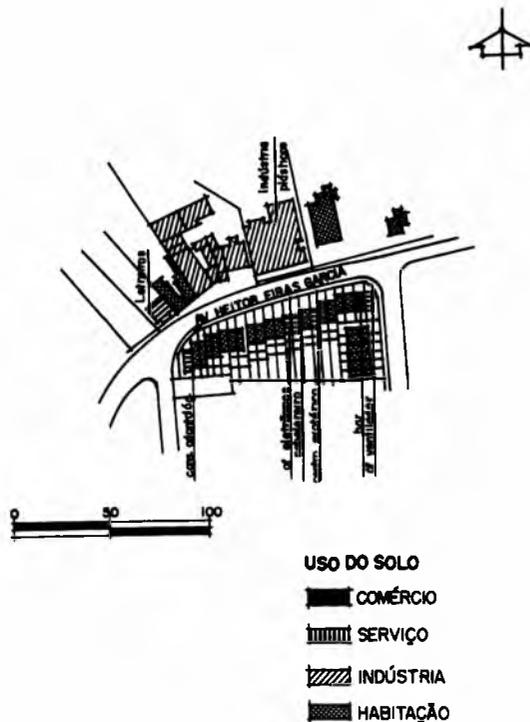


Fig. 54 - Estrutura de usos de quarteirão na av. Heitor Eiras Garcia  
Fonte: levantamento do autor

As características deste tecido são as comumente encontradas em tecidos tradicionais: uma estrutura urbana hierarquizada; variedade tipológica; ausência de monofuncionalidade; localização das funções urbanas atendendo mais o critério de acessibilidade e complementaridade; mistura de usos; ocorrência de uma relativa diversidade de classes sociais, sem encontrarmos os extremos - os muito pobres e os muito ricos. A morfologia física, presente nesta área, corresponde àquela descrita tanto por Huet (1986) como por Comas (1986) para a cidade histórica ou tradicional.

### *Apropriação Espacial*

A análise deste item terá por base as fotografias tiradas ao longo do trecho de estudo. Estas ilustrações mostram situações comuns que se repetem na área considerada.

Fotos do Autor



*Figs. 55 e 56 - Cada lote resolve individualmente seu acesso à garagem. Mesmo que a rua seja relativamente plana as rampas de acesso às garagens são feitas sobre o passeio público. Como resultado, há uma grande descontinuidade física dos passeios ao longo da via, obrigando o pedestre a duas alternativas: ou fica subindo e descendo degraus - que às vezes são extremamente altos - ou anda na rua. O espaço público se submete às exigências do espaço privado*



*Fig. 57 - Andar no passeio em trechos longos se torna tão cansativo e desagradável que as pessoas ordinariamente andam sobre a faixa de rolamento da via, apesar dos riscos que representa. As ruas têm pouca largura e um considerável movimento de veículos. Não existe a noção do passeio como espaço público, mas como acesso às residências, pelo carro*



*Fig. 58 Não é apenas quando o leito da rua é melhor conservado que "torna-se mais cômodo andar por ele". (Nishikawa, 1986, p. 134) No caso, os passeios são de excelente acabamento e conservação, porém, as condições melhores ou piores para andar estão também ligadas às condições de continuidade física propiciada pelos passeios linearmente ao longo deles. As pessoas saem dos passeios porque é muito incômodo andar subindo e descendo degraus e andar inclinadas em relação à posição vertical de andar*  
 Fonte: Nishikawa (1986).

Foto do Autor



*Fig.59 - Onde há uma continuidade maior, as pessoas circulam pelo passeio e saem do leito da rua*

Foto do Autor



*Fig.60 - Numa rua lateral à rua Moacir Miguel da Silva, o mesmo processo: garagens sobre o recuo de jardim e as rampas de acesso contínuas sobre o passeio público, executadas individualmente*



Foto do Autor

*Fig.61 - No interior da garagem: o terreno perfeitamente plano e regularizado, às custas do passeio público, que é quem absorve as rampas*



Foto do Autor

*Fig.62 - Garagem, passeio e rua: para o carro e seu proprietário é tudo igual. A propriedade privada invade o espaço público e lhe impõe regras. Estacionar sobre o passeio público não é eventual, é recorrente. A observação de que o que é público não é privado não parece fazer parte dos costumes*

Foto do Autor



*Fig.63 - As portas da garagem se abrem sobre os passeios: para que não seja perturbada a funcionalidade do espaço privado, o pedestre sai do passeio público e anda sobre o leito da rua*

Foto do Autor



*Fig.64 O carro não cabe na garagem? Não tem problema: a grade avança sobre o passeio público, todo descontínuo, assume a forma do veículo e ocupa permanentemente espaço ao passeio*



Foto do Autor

*Fig. 65 - Situação radical de apropriação privada de espaço público: a indústria expande seus limites exatamente sobre a linha de meio-fio. Não há como andar neste trecho de rua sem ser pela faixa de rolamento ou pelo outro lado da mesma. O levantamento cadastral de 73 mostrava como limite da propriedade privada a fachada do edifício. Esta invasão ocorreu posteriormente*



Foto do Autor

*Fig. 66 - Em áreas onde o comércio e serviço são fortes, o espaço destinado a recuo de jardim é utilizado para ampliar o passeio público, criando condições de estacionamento sobre o mesmo. Frequentemente estes espaços são, também, espaços de trabalho, como nos casos de pequenas oficinas mecânicas ou lojas de acessórios de veículos*

Foto do Autor



*Fig.67 - Às vezes os alargamentos de passeios são confinados, conformando ambientes para o desempenho de atividades com uma maior separação de hierarquia, como nos casos de restaurantes com mesas na calçada*

Foto do Autor



*Fig.68 - Alguns recuos de jardim ainda teimam em ser jardins*

## CONCLUSÕES

Embora numa primeira avaliação o processo de privatização de áreas públicas no conjunto residencial Carapicuíba, pela sua monta, possa fazer crer que seja um fenômeno peculiar a este tipo de morfologia e desta classe social, o trabalho demonstrou que em áreas urbanas tradicionais de classe média, embora com maiores sutilezas, há um processo semelhante, porém de raízes e finalidades bastante distintas do primeiro.

Em Carapicuíba, a finalidade da privatização foi a redefinição completa da estrutura urbana, em busca de uma hierarquia, controle e legibilidade que o projeto não contemplava. Portanto, as transformações do tornar “privado” áreas antes “públicas” segue um processo onde está permanentemente presente a noção de coletivo. A privatização dos espaços atende a um acordo explícito ou tácito que a população estrutura, tendo em vista uma idéia de cidade diferente da recebida e que foi fruto do projeto.

Este acordo coletivo, mesmo que tenha sido executado com conflitos, o que é natural, tem sempre por base a definição de certas relações sociais necessárias e que, mesmo atendendo necessidades individuais como, por exemplo, a implantação de garagens e de atividades não residenciais no interior do núcleo, atendem prioritariamente à ordem do coletivo.

Em relação ao projeto, quantitativamente falando, a porção de espaço público que foi privatizada é extremamente significativa. Este processo de privatização, no entanto, obedece a um acordo mais ou menos formalizado entre os vizinhos e são sempre socializados - mesmo quando de uso privativo, todos têm as mesmas oportunidades. A privatização, aqui, tem um sentido diferente ao individualizado, é um privado-coletivo, no sentido dado por Castex e Panerai (1971).

Em Carapicuíba a individualidade está submetida a uma concepção de sociabilidade que impõe certas regras comuns a todos os membros do conjunto. Com estas regras estabelecidas, cada indivíduo consegue adequá-las às suas necessidades particulares.

Portanto, as formas de apropriação do espaço público e da privatização de parte significativa do mesmo, em Carapicuíba, é fruto de relações de vizinhança que, em função de determinados objetivos, conforme diz Keller, “*defende interesses que em parte são só seus e em parte são divididos com seus vizinhos.*” (1979, p. 26)

Em Carapicuíba existe, evidentemente, um processo de conformação do espaço que contribui para sua utilização como elemento instrumental para as práticas sociais cotidianas. Não é sem razão que a indiferenciação do espaço público do projeto foi substituída por uma nova escala de espaços públicos - mais íntima - e numa estrutura que privilegia determinados espaços de relações e não outros, conforme foi descrito anteriormente.

Do outro lado da história, o bairro de classe média, estruturado num tecido urbano tradicional demonstra perfeitamente o que Keller comenta quando fala que *“parece que, quanto mais auto-suficiente é uma comunidade ou mais assente em si mesmo o indivíduo ou um grupo, menor é a confiança nos vizinhos e mais fracas são as tradições de vizinhança.”* (1979, p. 67.) Isto significa que a condição de classe faz com que as necessidades de troca social, por questões de reprodução social, sejam sensivelmente reduzidas.

Esses grupos costumam ser muito mais auto-suficientes. No entanto, esta auto-suficiência, quando relacionada com o tipo de utilização do espaço público, demonstra que este, para esta categoria social, tem um desempenho avaliado individualmente.

Não há uma noção do coletivo nas privatizações verificadas. Muito pelo contrário, percebe-se que as privatizações se dão no sentido de definir o espaço público como continuidade do espaço privado de cada um. As ações sobre o espaço público são absolutamente individualistas, tanto no que se refere às transformações físicas implementadas como na apropriação mais sutil, como o estacionamento no passeio público. Isto é, individual é tanto o que se faz como o modo de uso.

É visível, também, que há um privilégio da relação do indivíduo para com o exterior da área e não com relações mais próximas, uma vez que toda a estrutura física centra-se na acomodação do percurso que o carro faz da rua até ser estacionado nas garagens, estas já tomadas ao recuo de jardim. Se esta questão foi satisfatoriamente resolvida, não importa que as relações lineares - ao longo do percurso - sejam problemáticas para eventuais usuários que, dificilmente, são os próprios moradores.

O esvaziamento do espaço público e o estabelecimento de contatos individuais casa →carro→ rua - perpendiculares, portanto - são mostras não de uma maquiavélica articulação contra o espaço público - cuja relação principal seria a horizontal e linear ao longo do percurso - mas que, à sua maneira, este vai cumprir às necessidades impostas por este grupo social que, de acordo com seu quadro de vida, percebe e resolve como lhe aprouver, numa supervalorização do indivíduos e das razões individuais.

Não importa se o eventual usuário desse espaço ande aos trancos e barrancos, desviando de obstáculos e se expondo a riscos. Isto não parece lhes dizer respeito.

Não queremos dizer com isto que na área analisada ao longo do trecho em questão inexistem relações de vizinhança. O que se percebe, no entanto, é que estas, quando ocorrem, confirma o que Keller avalia e se dão em um nível de proximidade maior, com o vizinho ao lado, por exemplo.

Assim, quando Keller comenta que o papel do vizinho faz parte de uma estrutura mais ampla de papéis sociais e que é dependente da estrutura social, incluindo aqui nível

econômico, e o grau de cooperação solicitado ou permitido entre os moradores, isto nos ajuda a compreender por que determinadas formas de apropriação social do espaço urbano de uso público se dão de uma maneira ou de outra.

É fácil compreender que, se a inserção de classe dos moradores do trecho analisado define regras de uso do espaço público individualizado, não poderíamos ver como este tipo de comportamento poderia ocorrer em Carapicuíba, sem que isto provocasse uma convulsão social. As regras de comportamento público que incluem, aqui, as modalidades de apropriação espacial, só são viáveis, primeiramente porque são socialmente necessárias e, depois, porque são socialmente estabelecidas, mesmo que demandas muito individualizadas não sejam atendidas.

A sobrevivência coletiva, baseada em um alto grau de cooperação social, impõe normas de conduta que precisam ser acatadas por todos, sob o risco de se romper o equilíbrio das relações sociais e de vizinhança.

Pelo lado do trecho de rua analisado, as ações individuais sobre o espaço público implicam numa imposição muito forte de um sentido de autoridade sobre o mesmo. De outra forma, como um passeio público é bloqueado, como no caso da indústria, tornando aquele espaço absolutamente privado? Ou, também, como carros são estacionados sobre o passeio ou abrem-se portões sobre o mesmo? Ou, também, como são feitas garagens, já tomadas de um recuo de jardim eliminado, que avançam sobre o passeio público? Talvez autoritarismo, e não autoridade, seja mais apropriado para o que foi descrito aqui.

Neste sentido, Marilena Chauí, quando diz que a sociedade brasileira tem uma profunda tradição autoritária, parece estar correta e este autoritarismo é manifesto nas mínimas e nas não tão mínimas exteriorização de práticas sociais, com profundos recortes de classe.

Relacionando-se o que foi descrito no trabalho como um todo com as questões de gestão urbana, percebe-se que, independentemente de localização, o poder público municipal parece ter uma ingerência e controle extremamente limitadas quanto ao que se passa no espaço da cidade como um todo.

Como vimos, mesmo para áreas mais isoladas como Carapicuíba, sem maiores intervenções do poder público, existem algumas regras de conduta que definem as condições de uso e apropriação do espaço público, socialmente definidas. No tecido tradicional, a ausência ou o descontrole no cumprimento de eventual norma, para categorias sociais mais voltadas para a vida privada e privatizada, tem-se demonstrado descoladas de qualquer noção de coletivo. Como na cidade ou sociedade neoliberal, comprova-se que a solução de necessidades individuais não significa a solução do coletivo.

Embora o trabalho tenha feito a demonstração tendo como ponto de partida situações específicas, temos absoluta convicção de que estas observações poderiam ser feitas tanto para outras áreas de São Paulo como para qualquer lugar do país onde, de forma mais ou menos aguçada, estas distinções e formas de relação entre espaço público e espaço privado são vistas de maneira confusa e autoritária.

## NOTAS

(1) Consideramos, aqui, os “*Fenômenos de extensão e densificação das aglomerações urbanas*”. Panerai (1983 p. 27.)

(2) Em sintaxe espacial denominamos de espaço convexo ao espaço urbano de uso público de duas dimensões, definido por barreiras físicas, no interior do qual temos condições de nos apropriar ou controlar de igual porção do território. Intuitivamente é o que percebemos como “lugar” urbano.

(3) Em sintaxe espacial chamamos de constituição às transições público/privado existentes em determinado tecido urbano. Estas constituições definem o grau de “alimentação” dos espaços convexos por pessoas, na medida em que faz a mediação entre esses dois domínios.

(4) Em sintaxe espacial axialidade corresponde à máxima extensão do espaço urbano em uma dimensão. As linhas axiais estruturam o espaço urbano em uma ordem superior na medida em que unificam os espaços convexos entre si, ou seja, articulam linearmente os diversos lugares urbanos e define as formas de integração/segregação espacial.

## BIBLIOGRAFIA

ARIES, Philippe, DUBY, Georges DIVERSOS. *História da vida privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

BENEVOLO, Leonardo. *A história da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BERMANN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1977.

CASTEX, Jean, PANERAI, Philippe. Notes sur l’estructure de l’espace urbain. *L’Architecture d’Aujourd’hui*, n. 153, dez.70/jan.71.

CASTEX, Jean et al. *Formes urbaines: de l’ilôt à la barre*. Paris: Bordas, 1980.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. O espaço da arbitrariedade. In: *Projeto*, n. 91, São Paulo, Projeto, p.127-130, set. 1986.

- COMERIO, Mary. Design and empowerment: 20 years of community architecture. In: *Built Environment*, v.13, n.1, p.15-28, 1987.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ENGELS, Friederich. *Para a questão da habitação*. Lisboa: Avante, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HILLIER, Bill, HANSON, Julienne. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HOLANDA, Frederico de. Paisagem de objetos. In: *Cadernos brasileiros de arquitetura XII - desenho urbano I*. São Paulo: Projeto, p. 27-36, 1984.
- HUET, Bernard. A cidade como espaço habitável. In: *Arquitetura e urbanismo*. dez. 86/jan. 87. p.82-87, 1986.
- INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS DE MINAS GERAIS. *Bairro popular a ser construído em Belo Horizonte*. S. L.: s. n., 1940.
- ISASI, Justo F. La vivienda social. Un proyecto europeo. *A & V - monografías de arquitectura y vivienda*. n. 7. Madrid: Sociedad Estatal de Gestión para la Rehabilitación y Construcción de Viviendas S.A., p.14-23, 1986.
- KELLER, Suzanne. *El vecindario urbano: una perspectiva sociológica*. 2ª ed. México: Siglo XXI ed.,, 1979.
- MACEDO, Silvio Soares. Os espaço da rua articulado ao entorno habitacional. In: *II SEDUR*, 1986. São Paulo. *Anais*. São Paulo: Pini, 1986, p. 103-110.
- NISHIKAWA, Ayako. O espaço da rua articulado ao entorno habitacional. In: TURKIENICZ, B., MALTA, M. (ed.) *Desenho urbano. II SEDUR. Anais*, São Paulo, Pini, p. 131-140.
- PANERAI, Philippe, DE PAULE, Jean-Charles et al. Crescimientos. In: *Elementos de análisis urbano*. PANERAI, Philippe; Elementos de analisis urbanos. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, p. 25-56, 1983.
- PEPONIS, J., HADJINIKOLAOU, E., LIVIERATOS, C. FATOUROS, D. A.. The spatial core of the urban culture. *Ekistics*, v.56, n. 334/335, Athens, Athens Center of Ekistics. p.43-55, jan./feb./mar./apr. 1989.

- RIGATTI, Décio. *Morfologia urbana, memória coletiva e formas de socialidade em Porto Alegre: O centro da cidade*. Porto Alegre. In: relatório de pesquisa multicopiado, 1991.
- ROUANET, Paulo Sérgio. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. O olhar iluminista. In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar São Paulo*: São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos (org.). *Quando a rua vira casa*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1981.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- XAVIER, Alberto e, MIZOUGUCHI, Ivan. *Arquitetura moderna em Porto Alegre*. São Paulo: Pini, 1987.



## **Laboratório de Programação Gráfica**

### ***Coordenação***

Márcia Maria Signorini (afastada)

### ***Serviço de Editoração***

Stella Regina A. A. Anjos (supervisão)

Ivanilda Soares da Silva

### ***Serviço de Projeto Gráfico***

José Tadeu de Azevedo Maia (supervisão)

André Luis Ferreira

Eliane de F. Fermoselle Previde

Robson Brás Teixeira

Sidney Lanzarotto

Sóstenes Pereira da Costa

Vicente Lemes Cardoso

### ***Serviço de Produção Gráfica***

Sócratis Vieira Santos (supervisão)

Ana Maria Santana

Cosmo Souza Barbosa

Divino Barbosa

Ercio Antonio Soares

Horácio de Paula

José Gomes Pereira

Maria Julia Vieira Santos

Nadir de Oliveira Soares

### ***Apoio Administrativo***

Maurício Miraglia Chaubet

### ***Distribuição de Publicações***

Sidnei Lindolpho de Britto

Composição, fotolitos e impressão ofsete  
Laboratório de Programação Gráfica da  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo

Composição em microcomputadores sobre filme de poliéster Laserfilm

Matrizes Times New Roman no corpo 10 para o texto,

Times New Roman no corpo 14 para os títulos e Times New Roman no corpo 12 para os subtítulos

Junho 1995

500 exemplares

